

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Doutorado de Ciências Humanas: Sociologia e Política

**PSDB: força e limites da resposta liberal aos desafios do
Brasil contemporâneo**

Marcelo Soares Dulci

Belo Horizonte
2010

Marcelo Soares Dulci

**PSDB: força e limites da resposta liberal aos desafios do
Brasil contemporâneo**

Tese apresentada ao Programa de
Doutorado em Ciências Humanas:
Sociologia e Política da Universidade
Federal de Minas Gerais como requisito
parcial à obtenção do título de Doutor.

Orientador: Professor Doutor Juarez da
Rocha Guimarães

Belo Horizonte

2010



Universidade Federal de Minas Gerais
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS HUMANAS: SOCIOLOGIA E POLÍTICA
Av. Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária - Pampulha
31270-901 - Belo Horizonte – MG / e-mail: doutsop@fafich.ufmg.br
FONE/FAX: (31) 3409-5029

**ATA DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO DO CURSO DE CIÊNCIAS HUMANAS:
SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE MARCELO SOARES DULCI (Matrícula Nº.
2001207500)**

Aos 03(três) dias do mês de fevereiro do ano de 2010 (dois mil e dez), às 14:00 (catorze) horas, na Sala do Departamento de Ciência Política, F-2094, 2º (segundo) andar do prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, reuniu-se a Comissão Examinadora da tese intitulada: "**PSDB: força e limites da resposta liberal aos desafios do Brasil contemporâneo.**", Área de Concentração: Política, elaborada pelo doutorando **Marcelo Soares Dulci**. A Comissão Examinadora foi composta pelos Professores Doutores **Juarez da Rocha Guimarães (Orientador) – FAFICH/UFMG; Vera Alice Cardoso Silva – FAFICH/UFMG; Antonio Fernando Mitre Canhuati – FAFICH/UFMG; Ignácio José Godinho Delgado - UFJF e Rubem Barboza Filho – UFJF**. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Dr. Juarez da Rocha Guimarães, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulares do Trabalho Final, passou a palavra ao Doutorando Marcelo Soares Dulci para apresentação de sua Tese. Logo após a arguição dos examinadores, a Comissão se reuniu, sem a presença do doutorando e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Concluída a reunião, os membros da Comissão Examinadora aprovaram a Tese por unanimidade e o resultado foi comunicado publicamente ao candidato pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião e lavrou-se a presente Ata que será assinada por todos os membros da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 03 de fevereiro de 2010.

Prof. Dr. Juarez da Rocha Guimarães

Profa. Dra. Vera Alice Cardoso Silva

Prof. Dr. Rubem Barboza Filho

Prof. Dr. Ignácio José Godinho Delgado

Prof. Dr. Antonio Fernando Mitre Canhuati

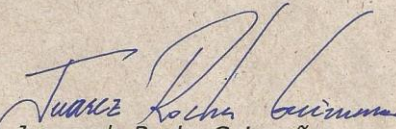


Universidade Federal de Minas Gerais
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS HUMANAS: SOCIOLOGIA E POLÍTICA

DECLARAÇÃO

DECLARAMOS, para os devidos fins, que **Marcelo Soares Dulci** defendeu e foi aprovado em sua tese de doutorado intitulada: ***PSDB: força e limites da resposta liberal aos desafios do Brasil contemporâneo.*** no dia 03 de fevereiro de 2010, na sala do Departamento de Ciência Política F-2094 – 2º andar do prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Secretaria do Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política, em 03 de fevereiro de 2010.


Prof. Dr. Juarez da Rocha Guimarães
(Orientador)

300
D881p
2010

Dulci, Marcelo Soares

PSDB [manuscrito] : força e limites da resposta liberal aos desafios do Brasil contemporâneo / Marcelo Soares Dulci. - 2010.

305 f.

Orientador: Juarez da Rocha Guimarães.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1.Ciências sociais – Teses. 2. Partido da Social Democracia Brasileira - Teses. 3. Cultura política - Teses. 4. Partidos políticos - Teses. I. Guimarães, Juarez R. (Juarez Rocha). II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

**Para Cesário e Matheus,
Cristina e Anitas (são duas),
Juarez e Apolônio de Carvalho.
Referências afetivas, morais e políticas.**

AGRADECIMENTO

Tenho ligações com a UFMG desde 1978 e, por isso, é para essa instituição que vai o meu maior agradecimento. Agradecimento extensivo à UFJF, onde sou professor, e à UFBA (no ano e meio que por lá fiquei). Mas seria injusto se não agradecesse também às instituições de ensino públicas e privadas nas quais fiz meus estudos dos ciclos fundamental e médio. Agradecimento aos professores (Dona Zezé, Dona Marília, Dona Beatriz, Carlos César, Pontes e muitos outros) e colegas (Raimundo, José Aurélio, Evanir e Kiko representam bem dezenas deles) desse período feliz da minha vida e de aprendizagem.

Funcionários da UFMG e da UFJF sempre me ajudaram em tudo que precisei. Impossível citar todos. Mencionei alguns representando meu carinho por muitos deles. Da UFMG: Marlene, José Maria e Alessandro. Da UFJF: Lourdes, Batista e Júlio Honorato.

Professores de ambas as instituições (e também da UFBA) igualmente sempre foram para mim grandes exemplos. Sem nenhuma ordem alfabética ou afetiva (apenas com uma ponta de nepotismo), listo alguns simbolizando minha gratidão por tantos: Otávio, Eliza, Romualdo, Mercês, Mitre, Paula, Helena, Vera Alice, Rubem, Geraldo, Neuma, Haller, Ignácio (também colega de curso e companheiro de jornadas políticas), Francisco (Chico Jacob), Bruno, Marilena e Michel.

Como não agradecer aos colegas desse período universitário? Fernandão, Getúlio e Klebinho, da época de graduação, vão aqui cumprir o papel de representar todos eles.

Os amigos de todas as épocas (sem os quais praticamente nada somos): Toninho, Alda, Geninho, Carlos Alberto, Janaína, Conrado, Priscila, Elton, Márcia, Marcinho, José Francisco, Joãozinho, Ronaldo e muitos outros.

Agradecimento especialíssimo aos meus nove irmãos – à Tereza com mais ênfase – e parentes diversos, que, por serem muitos, Cornélia, Sílvio e Thomaz formam uma boa trinca de exemplos.

Agradeço, ainda, milhares de alunos aos quais ministrei aulas, mas principalmente com os quais aprendi, a cada semestre, como tentar ser uma pessoa e um professor melhor no semestre seguinte, no ano seguinte, para o resto da vida.

Agradeço, por fim, Alberto, Norma e Dr. Newton, que têm cuidado para que a minha saúde continue boa – sem essa condição é quase impossível fazer tese ou qualquer outra coisa.

Aos que me esqueci de mencionar, peço desculpas e digo que não foi de propósito.

***Nenhum vento ajuda a quem não sabe para
que porto deverá velejar.***

Montaigne (In: Mannheim, Karl. Diagnóstico
de Nosso Tempo. Rio de Janeiro: Zahar,
1961).

RESUMO

Esta tese de doutoramento trata do papel do PSDB no cenário político brasileiro contemporâneo. O objetivo principal é identificar o que, na história do pensamento social brasileiro, poderia ampliar o entendimento da cultura política que está na origem e foi decisiva para a ação prática do partido entre os anos 1988 e 2002. A questão principal da pesquisa, em torno da qual giram problemas e hipóteses, é a de que o partido representa de uma forma bem determinada e específica uma visão de mundo liberal periférica, construída a partir principalmente do pensamento de Fernando Henrique Cardoso e agregando contribuições teóricas e forças políticas outras que, em determinado momento histórico, ocuparam certo vazio político-ideológico no sistema partidário brasileiro surgido no processo de transição para a democracia.

Palavras-chave: Partido da Social Democracia Brasileira, pensamento social brasileiro, cultura política, partidos políticos, social-democracia, liberalismo e democracia.

ABSTRACT

This thesis analyzes the role of PSDB in the contemporary Brazilian political context. Its main objective is to identify – in the history of Brazilian social thought - the elements which might enlarge the understanding of the political culture that lies in the origin of PSDB and was decisive for the practical action of that party between 1988 and 2002. The main proposition of the research is that the party represents, in a specific way, a peripheric liberal worldview, based mainly on Fernando Henrique Cardoso's thought but adding other theoretical contributions and political forces, that, at some point of history, have occupied a sort of political-ideological gap in the Brazilian party system which was formed during the process of transition to democracy.

Key-words: Brazilian Social-Democratic Party, Brazilian social thought, political culture, political parties, social-democracy, liberalism, and democracy.

SUMÁRIO

Apresentação	11
PRIMEIRA PARTE	22
Capítulo 1 – Cultura política e cultura política no Brasil	23
1.1. Cultura política	24
1.2. Pensamento político brasileiro e liberalismo: uma visão panorâmica.....	31
1.3. O nacional-desenvolvimentismo	42
1.4. Interpretações do Brasil pós-64	57
Capítulo 2 – A construção intelectual de uma visão de mundo.....	66
2.1. Forma, reflexões metodológicas e temáticas centrais	69
2.2. Seminário Marx e idéias no lugar.....	78
2.3. Visões sobre a dependência.....	96
Capítulo 3 – Intelectualidade e política	114
3.1. O Cebrap como partido da inteligência	117
3.2. Filiações científicas e temporalidades	125
3.3. A inteligência na vida política	132
SEGUNDA PARTE	149
Capítulo 4 – Os dilemas do Brasil e o surgimento do PSDB	150
4.1. A transição democrática e os impasses do país	153
4.2. Nasce um novo partido	161
4.3. Os documentos partidários fundamentais.....	173
4.4. Qual partido?	182
Capítulo 5 – Caminhos e atalhos para o poder	192
5.1. Temporalidades e teoria política.....	194
5.2. Derrotas eleitorais e o PSDB na encruzilhada.....	201
5.3. O PSDB no governo Itamar Franco.....	216
Capítulo 6 – O PSDB no poder	230
6.1. Visão de mundo e refundação do regime	232
6.2. O PSDB no primeiro mandato de Fernando Henrique	249
6.3. O PSDB no segundo mandato presidencial de Fernando Henrique	264
Conclusão	275
Referências bibliográficas	279

Apresentação

O objeto central desta tese é o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). De 1988 (ano de criação do partido) a 2002 (fim do segundo mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso), o PSDB revelou-se, ao lado do Partido dos Trabalhadores (PT), um dos mais surpreendentes fenômenos partidários das últimas décadas. Mesmo depois de derrotado na sucessão presidencial de 2002, continuou decisivo na política nacional como principal partido de oposição.

É, por essa razão, um tema político-partidário da atual conjuntura que merece maior centralidade analítica do que lhe tem sido dispensada até o momento. Diferente do PT, sobre o qual já foi produzido um número substancial e significativo de estudos acadêmicos, o PSDB não tem recebido uma grande atenção da literatura especializada¹.

O PSDB como questão

O problema em torno do qual se constrói a pesquisa é investigar o PSDB, sua visão de mundo e sua ação política no cenário brasileiro contemporâneo. Tal problema poderia ser traduzido em um questionamento geral: que papel o partido cumpriu no processo político brasileiro do último quarto de século? Tal interrogação, entretanto,

¹ Entre os objetivos do trabalho estava organizar uma revisão bibliográfica dos estudos realizados. Como são poucos, deixamos de lado tal objetivo e optamos por analisar as idéias contidas nesses trabalhos seminais ao longo da nossa própria exposição em momentos determinados. Eis parte das obras referidas. Cabrera, José Roberto (1995). *Os caminhos da rosa: um estudo sobre a social-democracia no Brasil*. Campinas, Unicamp (Dissertação de mestrado). Roma, Celso e Peres, Paulo Sérgio (2000). “Programa partidário e ação estratégica das lideranças: PT e PSDB em perspectiva comparada”. Apresentado no III Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP. Roma, Celso (2002). “A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999”. *RBCS*, vol. 17, nº 49. Roma, Celso (2003). “Pragmatismo e ideologia: analisando as decisões das lideranças do PSDB”. In: Telles, Helcimara de Souza e Lucas, João Ignácio (Orgs.). *Das ruas às urnas – partidos e eleições no Brasil contemporâneo*. Caxias do Sul, Educs. Oliveira, Marco Antonio Corteleti de (2005). *La identidad política del PSDB: ascenso y crisis de la “Terceira Via” em América Latina*. Salamanca, Universidad de Salamanca. Guiot, André Pereira (2006). *Um “moderno príncipe” para a burguesia brasileira: O PSDB (1988-2002)*. Niterói, UFF (Dissertação de mestrado). Martins Junior, José Paulo (2007). *A disputa entre PSDB e PT nas eleições presidenciais 1994 – 2006*. São Paulo, USP (Tese de doutorado). Existem outros não localizados, com certeza, além, é lógico, de inúmeras obras sobre Cardoso, seus governos, etc, ou seja, o PSDB apenas como aspecto marginal ou secundário.

não consegue abarcar a complexidade do que está implícito na breve história do partido. Impossível talvez sintetizar o problema em uma interrogação apenas. Precisariamos desdobrá-la em questionamentos complementares.

Configura-se como questão decisiva do quadro político porque tem deixado muitas perguntas ainda sem respostas adequadas.

Um conjunto inicial de interrogações sobre o próprio partido e suas lideranças – a maior delas o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Como foi possível um partido fundado tão recentemente, derrotado nas suas primeiras experiências eleitorais (1988, 1989, 1990 e 1992), chegar tão rápida e avassaladoramente à presidência da república? Como foi possível um partido quase que “paulista” em 1988/89, com uma performance eleitoral não mais do que sofrível na primeira eleição presidencial depois de quase trinta anos, ganhar, pouco depois, duas eleições presidenciais no primeiro turno, eleger 20% dos prefeitos do país (1996), quase 100 deputados federais (1998) e vários governadores (1994 e 1998)? Como pôde uma sua liderança não tão expressiva nacional e eleitoralmente, Fernando Henrique Cardoso – derrotado em 1978 para o Senado, derrotado em 1985 para a Prefeitura de São Paulo e eleito em 1986 nas águas do Plano Cruzado, mas com menos votos do que Mário Covas para o Senado –, virar um campeão de votos sem precedentes na história republicana do país?

Um segundo conjunto de interrogações sobre o país e seu processo contemporâneo de desafios e transformações em vários campos da vida social, mas sempre buscando a relação do partido e suas lideranças com tais questões. Que transformações no sistema político, bem como na economia e sociedade, possibilitaram tão vertiginosa e espetacular trajetória política e eleitoral? Como o PSDB conseguiu passar de um partido relativamente pequeno e pouco expressivo em 1988 a “centro do poder” nos anos 90?

Um terceiro conjunto de interrogações sobre relações de mais longo ou médio prazo do partido e suas lideranças com impasses, potencialidades e transformações da vida brasileira. Que relação pode-se estabelecer entre o fenômeno do PSDB e outras questões mais históricas e político-culturais do país? Como o partido se relacionou com outras forças políticas do sistema partidário que emergiram na transição democrática? Que razões políticas fizeram com que suas principais lideranças resistissem às novas experiências partidárias surgidas em fins dos anos 70 e permanecessem no PMDB? Por que pouco tempo depois tais lideranças optaram pela “aventura” de fundar um novo partido quando o quadro partidário parecia mais ou menos definido? Quais visões sobre

o passado, o presente e o futuro animaram seus fundadores, e foram estratégicas nas definições políticas mais práticas e contingentes que se lhes apresentaram nos primeiros e decisivos anos de existência da agremiação?

Como articular uma resposta a este conjunto de questões que nos ajude a compreender o PSDB em si mesmo, mas contribuindo para revelar um pouco mais sobre os enigmas do nosso processo político mais geral das últimas décadas é o problema em torno do qual se constrói esse trabalho acadêmico.

Hipóteses da pesquisa

Para conduzir a pesquisa podemos levantar hipóteses variadas que, complementando umas às outras, constituem uma **resposta geral provisória** ao(s) problema(s) e que, nessa seção introdutória, apresentaremos apenas de forma bastante sintética, deixando o desenvolvimento aprofundado para o corpo propriamente do estudo.

Inicialmente, a hipótese de que se deve creditar a trajetória relativamente bem sucedida do PSDB ao fato principal de que foi um partido que conseguiu, num momento de crise profunda do país, no início dos anos 90, pensar e implementar, aliado a um conjunto de forças políticas, uma resposta aos grandes e variados desafios colocados. Fez isso de dentro do próprio Estado, aonde chegou por contingências políticas e não por uma vitória eleitoral. Sua maior liderança, Fernando Henrique Cardoso, soube como nenhuma outra personagem de nossa história recente, junto com uma equipe de técnicos e políticos, articular, a um só tempo, um plano econômico convincente, apoios partidários amplos, respaldo quase unânime da mídia, controle de um ambiente externo relativamente “hostil” e, finalmente, apoio popular e eleitoral surpreendentes para um político que não se caracteriza pelo viés “carismático” – aspecto tão importante na política brasileira ao longo do século 20. Resumidamente, o PSDB e FHC conseguiram, melhor do que outras forças políticas e lideranças/equipes da recente quadra da política nacional até aquele momento, fazer uma “leitura” de nossa complexa realidade e formular uma “proposta” que ao país pareceu adequada naquela situação específica.

Em segundo lugar, a hipótese de que tal “resposta” aos desafios colocados, na verdade, é relativamente semelhante às políticas implementadas em outros países latino-

americanos visando enfrentar problemas macroeconômicos e problemas políticos oriundos da crise geral da região nos anos 80 – crise da dívida externa, crise fiscal do Estado e crise dos regimes ditatoriais. Uma espécie de versão brasileira e relativamente tardia de idéias liberais ou ultraliberais (conforme a perspectiva do analista) formuladas nos países centrais como “receitas” para os múltiplos desafios dos países da região, mas aqui se tornando um processo de apropriação e recriação em um campo singular de idéias e debates. Resposta que é parte integrante do paradigma neoliberal, que teve sua mais bem acabada versão no chamado “Consenso de Washington”.

Em terceiro lugar, ainda que reconheçamos ser essa “proposta” uma visão formulada nos países centrais – particularmente nos Estados Unidos da América, em versão *hard* (neoliberalismo), e, em versão *soft* (social-liberalismo da Terceira Via), também na Europa Ocidental –, é preciso entender por que e como o PSDB e Fernando Henrique Cardoso articularam tal “saída” internamente nos anos 90. A resposta a essa questão, bem menos óbvia, encontra-se no que podemos denominar de cultura política brasileira das décadas anteriores – da qual Fernando Henrique Cardoso é um dos maiores expoentes intelectuais. A hipótese é que, em uma de suas versões, capitaneada historicamente por Cardoso, construiu-se, desde os anos 60 (ou até antes, se pensarmos nos precursores), uma crítica profunda e duríssima à cultura política nacional-desenvolvimentista (ou “populista”, como gostam de denominá-la pejorativamente os estudiosos paulistas, embora não todos), apresentando como alternativa, no plano econômico, um modelo de inspiração liberal (embora isso não fosse tão claro à época) e, no plano político, uma teleologia democrática. Dessa matriz político-cultural forjada nos meios acadêmicos paulistas (basicamente USP e Cebrap), dos anos 60 e 70, então, foi possível, na política concreta dos anos 80 e 90 principalmente, traduzir tais análises e visões de mundo em ações efetivas que marcaram o processo político da nação de forma indelével – ainda que assim não pensem certos críticos.

Em quarto lugar, a hipótese de que isso foi possível, no plano mais especificamente partidário, devido a uma polarização político-ideológica entre PSDB e PT, partidos de “vocação nacional” que têm sido a “vanguarda” do processo político brasileiro nas duas últimas décadas e forças políticas em torno das quais giram o sistema político – inclusive um partido enorme (PMDB) e outros menores (PFL/DEM, PP, PTB, PSB, etc) que não conseguem articular uma alternativa a essa polariza o, embora tentativas mal sucedidas tenham sido feitas. Esta polariza o entre PSDB e PT tem rela o direta com a discussão geral nos meios acadêmicos e culturais,

particularmente da esquerda acadêmica paulista e brasileira, pois ambos os partidos têm origem de certa forma ligada à crítica “uspiana” e “paulista” à Era Vargas, ao nacional-desenvolvimentismo e ao “populismo”. Também se desenvolveram polarizando o lado “moderno” do espectro partidário brasileiro exatamente porque têm uma mesma matriz político-cultural, ainda que diferentes versões dessa matriz – além de diferenças enormes nas visões de mundo, nas bases sociais de seus projetos, no alcance nacional efetivo de suas organizações e na própria cultura organizativa de cada um.

Em quinto lugar, a hipótese de que essa “refundação liberal”, apesar de um sucesso parcial durante o governo Itamar Franco e primeiro mandato de Fernando Henrique, por questões político-administrativas e limitações estruturais, entrou em séria crise ainda nos anos 90, mas muito especialmente demonstrou suas fragilidades no início do século atual – que marca o fim do segundo mandato de Fernando Henrique e a derrota de José Serra para presidente em 2002. O PSDB, então, como portador dessa herança, não consegue uma clareza de análises e de rumos, o que tem impedido até mesmo um “balanço interno” de sua experiência, tornando-se uma agremiação eleitoralmente forte, mas politicamente confusa.

Em sexto e último lugar, a hipótese de que, mesmo diante de tal declínio e crise evidentes, o país, assim como não enterrou a Era Vargas, também não pode se dizer completamente livre das conseqüências positivas e negativas da experiência liberal capitaneada pelo PSDB e por seu mais brilhante líder – Fernando Henrique Cardoso. Muito pelo contrário, parece viver uma constante discussão de rumos que tem relação direta com estes opostos (PSDB e PT) que se chocaram e continuam se chocando em discussões político-culturais sobre visões de mundo e práticas políticas recentes e não tão recentes.

Breve reflexão teórico-metodológica

A pesquisa, então, na verdade, buscará explicar como se relacionaram, no Brasil, os processos intelectuais e políticos das últimas décadas quando defrontados com problemas que não são, sempre e necessariamente, específicos do Brasil. Parte decisiva dos problemas diz respeito a uma problemática maior sobre transformações gerais do

capitalismo (crise da hegemonia norte-americana e reação neoliberal na virada dos anos 60 para os 70) e respostas possíveis na semiperiferia do sistema à qual pertencemos.

No caso do Brasil, realidade mais complexa do que em outras nações periféricas ou emergentes de menor porte da região, tais desafios têm relação direta com o grau de autonomia que temos ou não temos para articular respostas internamente nas últimas duas distintas conjunturas mundiais – capitalismo regulado do pós-guerra e globalização crescente dos anos 70 em diante –, assunto sobre o qual debruçaram-se autores diversos, entre eles, com destaque absoluto, Fernando Henrique Cardoso, de certa forma balizando o debate por décadas – nos anos 60 e 70, no plano mais especificamente acadêmico e, nos anos 80 e 90, principalmente no plano da política concreta.

Trata-se também de uma discussão teórica sobre o regime político e de uma prática política concreta tendo por objetivo a construção democrática no país. A questão central nas últimas décadas refere-se à implantação da ditadura militar em 1964, seu significado geral, a transição para a democracia e a consolidação maior ou menor do regime democrático implantado formalmente a partir da Constituição de 1988.

Esse debate, ao contrário do que pensa parte dos analistas acadêmicos, diz respeito não apenas à aparente (e discutível) consolidação institucional do regime, mas também (e talvez principalmente) aos aspectos substantivos resultantes do “novo” modelo político, já que o nosso desafio central foi e continua sendo a incapacidade recorrente de resolver problemas básicos da esfera social que dê condições mínimas para a consolidação da democracia. Ao longo da história brasileira tivemos modelos políticos de variadas “máscaras” liberais ou pseudoliberais a serviço dos interesses de minorias específicas, como tanto e tão bem já discutiu farta e relevante literatura, mas não chegamos nunca e verdadeiramente a um clássico regime democrático-liberal consolidado.

Em ambas essas discussões – limites da nossa autonomia política como nação em uma conjuntura de globalização e limitações do nosso regime democrático recente –, se queremos entender a conjuntura política brasileira – em sentido amplo, como a define Braudel –, precisamos entender também o papel decisivo das instituições políticas específicas, muito particularmente nesse caso entender a relevância política do sistema partidário construído durante a transição democrática e o papel singular desempenhado pelo PSDB nesse sistema.

A literatura especializada, no entanto, talvez devido a uma ultraespecialização de temas e problemas, tem tratado tais assuntos de forma rigidamente separada. Não se

encontram muitas análises que se disponham a relacionar desafios macroeconômicos internos e externos, desafios políticos gerais da democracia e questões específicas do plano partidário. Alguns analistas destrincham os aspectos macroeconômicos externos e outros se debruçam sobre os problemas econômicos internos do país. Alguns articulam bem os aspectos externos e internos, embora já seja algo mais raro. Não poucos focam sobre os limites políticos gerais do sistema. Temos até um grande número de especialistas em partidos, eleições e assuntos correlatos. O que falta são análises que enfeixem todas ou boa parte dessas questões em uma visão mais geral e abrangente, como, aliás, fazia tão bem o próprio Fernando Henrique Cardoso durante seu período mais acadêmico.

Essa discussão nos remete a outra paralela sobre os partidos como instituições centrais da ação política em um regime democrático. Não existiria Plano Real ou duas eleições de FHC a presidente sem o PSDB, fundado alguns anos antes. Assim como certas coisas só ocorreram (FHC ministro de Itamar) ou deixaram de ocorrer (FHC ministro de Collor) em função da vida partidária do país e principalmente do PSDB. Mesmo assim os analistas teimam em não levar dados como esses em conta. O líder político “cai do céu” nas análises e o quadro político, sabe-se lá como, sobrevive sem os partidos, que mal são mencionados, a não ser pelos especialistas em partidos, mas aí quase sempre evitando as temáticas gerais – ou tratando-as com superficialidade histórica e conceitual.

Por isso, o foco aqui se propõe a ser metodologicamente singular. Não que queiramos “inventar a roda” nos estudos sobre partidos e sobre Brasil contemporâneo. Mas, seguindo conselhos mais do que apropriados de um grande sociólogo e ensaísta sobre os dilemas metodológicos, Howard S. Becker (1999: Introdução e Capítulo 1 principalmente), deve-se estabelecer sempre a abordagem de forma apropriada ao trabalho crítico dos problemas e hipóteses em torno do nosso tema. Algo que ele diz de outra forma, mas poderíamos sintetizar na expressão “para cada problema de pesquisa uma solução diferente”.

Esta solução – a metodologia – é uma estratégia de pesquisa. “Contrariamente a uma confusão corrente, essa noção designa, não as *técnicas* da investigação empírica e da análise de dados, mas a atividade *crítica* que se aplica aos diversos produtos da pesquisa [grifos no original]” (Boudon e Bourricaud, 2000:336).

No nosso caso, a estratégia requer principalmente uma abordagem qualitativa com base em fontes bibliográficas, mas sem descurar de dados quantitativos que

levantamos em trabalhos diversos não apenas sobre o PSDB – resultados eleitorais, bancadas parlamentares e dados semelhantes.

Outras abordagens ou perspectivas compõem a estratégia metodológica. Vejamos quais e por que, ainda que muito resumidamente.

Uma das perspectivas da pesquisa é, então, exatamente entender o papel do sistema de partidos do país e, particularmente, o papel do PSDB nesse sistema, o que nos remete a discussões outras sobre força e limites dos partidos no mundo atual, partidos e visões de mundo, dilemas políticos à esquerda do espectro partidário (localização autodefinida do PSDB), partidos e crise geral dos anos 80 e 90 no Brasil e assim por diante. A perspectiva metodológica é construir uma explicação sobre o PSDB que leve em conta aquilo que Olavo Brasil de Lima Jr. (1983) denominou de “racionalidade política contextual”.

Outro aspecto relevante é que são fenômenos – gerais e específicos – que se interpenetram de formas diversas e variadas épocas, resultando na riqueza da política e na criação das respostas e alternativas, bem como suas limitações na prática. Precisamos explicar como se interconectam os campos intelectual e partidário no processo político brasileiro, assim como por que foi o PSDB e não outro partido o principal protagonista dos anos 90. Traçar a relação analítica dessas questões com visões de mundo do campo liberal (mundial e brasileiro), assim como explicar o papel-chave de FHC, em planos distintos (intelectual e político) e tempos distintos (longo, médio e curto prazos). Não há como fugir, então, de uma perspectiva analítica que leve em conta a “questão das temporalidades” – e a utilizaremos ao longo da tese através de idéias como as de Braudel (1982), Duby (1988), Sewell Jr. (1990) e Vianna (1991), entre outros autores.

Trata-se, ainda, com certeza, de discutir uma outra questão decisiva relacionando partidos com as questões já levantadas. Nas transições democráticas recentes, os estudiosos indicam uma espécie de desafio duplo: um nó terrível na acumulação privada e uma incapacidade política do Estado falido em desatá-lo. Podemos acrescentar, no caso do Brasil, um quadro bipartidário em decomposição abrindo uma espécie de “guerra de posições” entre as forças políticas, acarretando instabilidade e grandes dificuldades para a governabilidade, mas, também, ao contrário do sufocante sistema da ditadura, uma enorme liberdade para os partidos, suas lideranças, etc. Um momento quase único e meio “mágico” na vida política da nação. Os projetos diversos podem se colocar e disputar espaços sem as enormes limitações de um sistema já rigidamente institucionalizado – como em tantos outros países. Tudo é novo e esperança de futuro

ainda que ligado ao “velho” e ao “passado”. A crise política e econômica – para não falar da dívida social deixada como herança pelos militares – representa um desafio múltiplo ao novo sistema político em construção. Os militares claramente não deram conta do recado. Sarney também tentou e não alcançou sucesso. Collor não apenas não alcançou sucesso como perdeu o cargo no meio do mandato. Nenhuma força política dentre as principais parecia ter um projeto econômico eficaz de estabilização. Ora, é uma realidade absolutamente singular, por um lado, e parecida com outras transições democráticas de países emergentes, por outro lado. É um caso e como tal será estudado. Mas não um caso qualquer. Por isso, para defini-lo como tal e fazer comparações necessárias, lançaremos mão de explicações sobre os estudos de caso e métodos comparativos em momentos determinados – com base em Lijphart (1971), Przeworski e Teune (1985), Tilly (1984) e Sartori (1994), entre outros autores.

Analistas variados têm discutido se o PSDB é uma espécie de representante do neoliberalismo no Brasil. Outros, mais próximos do próprio partido, dizem enfaticamente que o PSDB é social-democrata. O próprio Fernando Henrique pensava que esta denominação não era boa para o partido, pois não era historicamente precisa. Sempre afirma, porém, que o partido é de centro-esquerda, assim como da Terceira Via – ou, ainda, esquerda como a definiu Bobbio. Aqui estamos defendendo a hipótese de que é uma força política liberal, embora da periferia ou semiperiferia do sistema capitalista. Qual a verdade? Não precisamos discutir isso agora, mas devemos dizer que há um aspecto metodológico importante que deve ser exposto com ênfase, embora geralmente seja “desprezado”. Temos que precisar os conceitos e os significados de certas expressões decisivas na exposição, pois, caso contrário, instala-se uma grande confusão – usar idéias (ou conceitos) gerais como particulares ou vice-versa (Reis, 1985), não fazer um controle rígido sobre o que se está comparando (Sartori, 1994) ou, pior, deixar implícito o significado de conceitos polêmicos que variam de conteúdo entre países ou autores de um mesmo país (Lijphart, 1971). No caso da nossa pesquisa são conceitos muito variados e não apenas as definições ideológicas que usamos como exemplo. Para não ficar sem registro: são discussões que vão do próprio significado de cultura política – passando por visões de mundo ou ideologias, além de crenças e valores (como veremos já no primeiro capítulo) – até conceitos sobre dependência, interdependência, mundialização, regionalização e globalização (como veremos ao longo dos outros capítulos). Um mínimo de precisão conceitual é absolutamente indispensável.

Estrutura da tese

A exposição da pesquisa está organizada da seguinte forma: além dessa breve apresentação, duas partes e uma conclusão.

Na **primeira parte**, sobre cultura política e as bases histórico-acadêmicas da visão de mundo liberal que se encontra na origem do PSDB, o trabalho está dividido em três capítulos.

O Capítulo 1 aborda a cultura política e cultura política no Brasil, tentando recuperar em um prazo histórico mais longo como nosso pensamento social foi interpretado por diversos estudiosos, funcionando, por assim dizer, como um pano de fundo para os capítulos e idéias que se seguem.

O Capítulo 2 analisa as idéias acadêmicas principais de Fernando Henrique Cardoso, que, de certa forma, polarizaram o debate das ciências sociais brasileiras e latino-americanas nos anos sessenta, embora, como ele mesmo afirma, sem seguidores claramente definidos, mas criando no seu entorno uma influência difusa envolvendo intelectuais das mais diversas áreas.

O Capítulo 3 examina como Fernando Henrique, através do Cebrap e do seu “círculo de influência”, assim como da imprensa alternativa e ligações partidárias iniciais com o MDB, torna-se figura central de uma espécie de “partido da inteligência” – em um primeiro momento – e de “inteligência na vida partidária” – em um momento posterior. Por razões óbvias, vai também adaptando sua reflexão acadêmica aos temas mais “internos” (Estado, sociedade civil e transição democrática) sem, no entanto, esquecer os temas “externos” anteriores.

Na **segunda parte**, mais especificamente sobre ação política e trajetória do PSDB entre 1988 e 2002, o trabalho está igualmente dividido em três capítulos.

O Capítulo 4 trata da transição democrática e seus tremendos desafios econômicos, sociais e políticos, conjuntura na qual surge o PSDB, com formulações polêmicas, mas bastante claras do ponto de vista ideológico (no sentido de visão de mundo). Discussão que fazemos através do desenrolar da política concreta, dos documentos partidários originais e, também, de um ponto de vista mais teórico.

O Capítulo 5 focaliza o período que consideramos mais decisivo para o partido – seus primeiros anos de existência, entre 1988 e 1994. De um otimismo relativo com

suas propostas de reformismo liberal às derrotas eleitorais sucessivas, a agremiação vive desafios e dilemas que a levam para extremos opostos. Da quase adesão ao governo Collor à entrada no governo Itamar como principal força política organizada – o que lhe proporcionou a co-autoria do Plano Real e a vitória em 1994.

O Capítulo 6 desenvolve uma reflexão sobre o PSDB no poder. Não é um balanço sobre os governos de Fernando Henrique, mas uma discussão sobre como o partido participou desses governos e como se dividiu em linhas distintas sobre sua condução, assim como os efeitos que tal participação teve na própria estrutura do partido, na sua condução eleitoral até a derrota em 2002 e, como consequência, instalação de uma crise de identidade, de rumos gerais e de visão de mundo.

Na **conclusão**, enfim, pretendemos, ainda que muito brevemente, analisar a validade ou não das hipóteses levantadas e expor o que, na nossa opinião, a tese contribui para as explicações sobre o Brasil contemporâneo (de um modo mais geral) e para a política partidária no país (de um modo mais específico).

PRIMEIRA PARTE

A origem de classe ou a posição política ancestral, por si sós, são de pouca valia para explicar o comportamento político efetivo. Os valores assumidos, a evolução da cultura política, a configuração do jogo do poder, a posição dos atores polares desempenham papel de maior relevância na definição dos rumos pessoais. Fernando Henrique Cardoso (In: *A arte da política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006).

Capítulo 1 – Cultura política e cultura política no Brasil

A evolução do pensamento social e político brasileiro dos últimos duzentos anos é um complexo panorama intelectual contraditoriamente marcado pela tensão e/ou superposição de tendências ou tradições acadêmicas principalmente de três origens: o liberalismo, o autoritarismo e o marxismo.

Neste capítulo, analisaremos aspectos variados e panorâmicos da cultura política (como conceito) e da cultura política brasileira (como um caso real) buscando compreendermos o contexto político-intelectual mais profundo que serviu de referência para a construção de um pensamento crítico no pós-64, tendo Fernando Henrique Cardoso como principal expoente e que deu origem, numa de suas versões, à visão de mundo hegemônica na fundação do PSDB. Nos capítulos seguintes, então, nos deteremos sobre o próprio pensamento de Fernando Henrique Cardoso de forma mais detalhada, tentando captar a sua evolução, as suas relações com a política concreta e, em um esforço de síntese, indicar como em torno de suas idéias surgiu uma visão de mundo liberal “periférica”.

Este primeiro capítulo terá as seguintes seções: 1.1. Cultura política. 1.2. Pensamento político brasileiro e liberalismo: uma visão panorâmica. 1.3. O nacional-desenvolvimentismo. 1.4. As interpretações do Brasil pós-64.

1.1. Cultura política

Segundo o conceituado professor italiano Giacomo Sani:

“Ao refletirem sobre as características de sociedades diversas, estudiosos, observadores e pensadores de todos os tempos têm com frequência acentuado não só a multiplicidade de práticas e instituições políticas existentes, como também as crenças, os ideais, as normas e as tradições que dão um peculiar colorido e significação à vida política em determinados contextos. O interesse por tais aspectos, talvez menos tangíveis, mas nem por isso menos interessantes da vida política de uma sociedade, tem aumentado nos recentes estudos de ciência política, vindo a difundir-se paralelamente o uso da expressão *Cultura Política* [grifo nosso] para designar o conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto fenômenos políticos” (Sani, 1992: 306).

Prossegue o autor afirmando que compõem a cultura política de uma certa sociedade” os “*conhecimentos*” – dos indivíduos sobre as instituições, sobre as práticas políticas, sobre as forças políticas –, as “*tendências*” difusas – por exemplo, indiferença, cinismo, dogmatismo ao invés de confiança, adesão, tolerância para com as forças políticas – e as “*normas*” – a exemplo dos direitos e deveres dos cidadãos de participar da vida política, a aceitação das decisões da maioria, “a exclusão ou não do recurso a formas violentas de ação”. Também “não se descurem, por último, a linguagem e os símbolos especificamente políticos, como as bandeiras, as contra-senhos das várias forças políticas, as palavras de ordem, etc” (Sani, 1992: 306).

Esta idéia de cultura política definida em linhas gerais por Giacomo Sani, então, é propícia para análises sobre concepções políticas de largo alcance, como, por exemplo, as visões liberais e as visões socialistas da realidade. Permite também analisar sob seu prisma etapas distintas da cultura política de um país ou da convivência complexa e contraditória entre diversas culturas políticas num determinado período. E ainda possui toda uma gama de possibilidades analíticas sobre instituições (por exemplo, partidos políticos) e idéias políticas. Não é por outra razão que nosso enfoque buscará estas “relações” no que diz respeito ao papel do PSDB no cenário político do Brasil contemporâneo. Para tal será necessário buscar a origem político-intelectual mais remota e mais profunda do PSDB, o que nos remete ao debate político-cultural do Brasil republicano (particularmente, da segunda metade do século passado) e ao destacado papel nesse debate do sociólogo Fernando Henrique Cardoso, figura de proa do mundo acadêmico nacional e liderança maior do PSDB.

Apontando as várias utilidades analíticas dessa abordagem interpretativa, Sani observa que, entre outras possibilidades, “os problemas da transição de um regime autoritário para um regime democrático² podem ser vistos como problemas relativos à reação, transformação e difusão de uma nova cultura política do tipo ‘participante’” (Sani, 1992: 307). Assim como, também, por analogia, poderíamos acrescentar, é possível analisar as transformações tentadas e/ou ocorridas durante os anos de Fernando Henrique Cardoso à frente do governo brasileiro – como veremos adiante e já apontamos sumariamente na apresentação, um período de “reconstrução” ou “refundação” liberal do Estado brasileiro, isto é, uma cultura política nova ou, pelo menos, uma variação muito radical de outras visões assemelhadas desenvolvidas no passado brasileiro.

Como diz Sani, tal universo conceitual permite analisar as variações entre classes sociais ou entre elites e massas, e também as variações segundo outros recortes (étnicos, religiosos, rural/urbano) no que diz respeito às crenças, sentimentos, interesses e assim por diante. Estamos falando de subculturas políticas convivendo, às vezes, em um mesmo país, em um mesmo partido político ou em uma mesma instituição política. Afirmo o autor:

“Podemos pensar que a cultura política de uma dada sociedade é normalmente constituída por um conjunto de *subculturas*, isto é, por um conjunto de atitudes, normas e valores diversos, amiúde em contraste entre si. Em sociedades complexas, articuladas em estruturas bastante diferenciadas e resultantes de agregação de comunidades com história e tradições diversas, a presença destas conformações chamadas subculturas não causa admiração. (...). Do ponto de vista político, as diferenciações mais óbvias da cultura política são as dependentes da existência de correntes de pensamento, símbolos e mecanismos de organização que desembocam nas forças políticas” (Sani, 1992: 307).

Na Itália, segundo o autor, após a Segunda Grande Guerra, é possível identificar, então, com base nesse universo interpretativo, uma cultura política geral de “fraca vinculação e identificação com o regime democrático” – o que, no Brasil,

² Por exemplo, o caso muito concreto e real da recente história política do Brasil que vai de meados dos anos 70 até fins dos anos 80, numa longa e tortuosa transição para a democracia. Período também em que o bipartidarismo imposto durante a ditadura militar é substituído pelo multipartidarismo restrito (1979/1980) e, depois, pela liberdade ampla de organização partidária (1985), permitindo o surgimento de diversos novos partidos, inclusive o PSDB, em 1988. Etapa da vida política do Brasil na qual se destacam como atores políticos privilegiados os movimentos sociais de todos os tipos e feitios, particularmente o chamado “novo sindicalismo” (base original do PT), marcando a emergência de culturas políticas do tipo participante.

analogamente, também é verdade, embora em bases culturais muito distintas, o que, aliás, veremos adiante – e “subculturas principais que correspondem, grosso modo, à tradição laico-liberal, à socialista, à católica e à direita”. Não são subculturas totalmente homogêneas e, por isso, “poderiam ser antes representadas por uma série de círculos parcialmente interseccionados, ou seja, contendo núcleos de valores comuns a duas ou mais subculturas” (Sani, 1992: 307).

Essa última assertiva sobre as subculturas nos parece muito importante para entender o funcionamento ideológico dos partidos políticos no geral (pois têm quase sempre uma cultura política híbrida como a “crença” hegemônica) e a lógica de suas facções ou correntes internas (com suas respectivas subculturas, que podem variar muito segundo o recorte analítico que se lhes aplique, indo das questões relacionadas aos juízos de valor até interesses de base geográfica regional – tão fortes na Itália, como de resto em quase todo o mundo). E, no Brasil, país de dimensões geográficas continentais, mais do que em outros lugares, nos parece correto afirmar que o recorte analítico geográfico (regional, estadual e até municipal) tem profundas marcas no que diz respeito à cultura política. Tal questão conceitual colabora para entendermos a variada gama de subculturas que concorreram para a fundação do PSDB e contribuíram para sua sobrevivência. Analisar sua convivência interna e como influíram nas decisões sobre os rumos estratégicos do partido é um dos caminhos para entender a força e os limites do projeto do PSDB no período em tela.

Sani discute ainda a centralidade da idéia de cultura política para analisar “elites no poder” e “elites na oposição”, que vai muito além da sua força numérica ou eleitoral. Afirma Sani:

“Basta pensar no papel que desempenham as elites na definição dos temas do debate político, em conduzir nesta ou naquela direção a opinião pública e, sobretudo, em tomar decisões de grande importância para a estruturação do sistema como, por exemplo, na formação de coalizões e, mais ainda, nas fases de reestruturação do sistema, quando ele se acha, por assim dizer, em estado fluído, como ocorre nos momentos de passagem de um regime a outro, antes que novas instituições e novos grupos se consolidem” (Sani, 1992: 308).

A citação parece feita sob encomenda para nossos objetivos de entender a realidade brasileira contemporânea (até 2002) sob a ótica da cultura política hegemônica – e das subculturas políticas minoritárias ali convivendo – do PSDB, tanto como força política nascida na oposição e depois como força política exercendo o poder

virtualmente por uma década exatamente ao fim de uma longa e tumultuada transição política da ditadura para a democracia (Kinzo, 2001), quando as instituições novas ou “reformadas” ainda não podem ser consideradas plenamente consolidadas – se é que instituições políticas, dinâmicas por natureza, mudando sempre com o desenrolar do processo, possam ser consideradas consolidadas em algum momento. Essa é uma questão decisiva para entendermos o Brasil contemporâneo e o próprio contexto político e partidário que possibilitou o surgimento do PSDB, razão pela qual, no capítulo quatro, sobre o nascimento e o desenvolvimento inicial do PSDB, voltaremos a analisar o problema de forma mais profunda e detalhada.

São idéias e intuições analíticas que também servem muito adequadamente para entendermos com maior clareza a vocação nacional do PSDB, no sentido de que, mesmo quando ainda uma força política apenas mediana de oposição, já se destacava por sua prioridade em discutir as grandes questões e os grandes dilemas do país – diferentemente de outros partidos até maiores, mas paralisados pelas suas divisões internas em facções regionais de motivações mais pragmáticas do que ideológicas, como são os casos do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e do Partido da Frente Liberal (PFL)³.

O universo interpretativo da cultura política é vasto, abarcando muitas questões sobre normas, crenças, juízos de valor e assim por diante. Do que analisamos, nos interessa particularmente aqui a idéia de cultura política no sentido de “visão de mundo”. Não que as outras acepções sejam destituídas de interesse analítico, mas nosso foco recairá na visão de mundo: aquelas “crenças gerais” que organizam ou estruturam as ações decisivas ou estratégicas individuais e/ou coletivas dos principais “atores políticos” (classes sociais, agremiações partidárias, lideranças políticas, intelectuais, movimentos sociais, corporações diversas da sociedade, setores estatais e assim por diante). Nesse sentido é que podemos compreender o **pensamento** e a **ação** dos mais destacados analistas e lideranças da cena política brasileira, particularmente, na segunda metade do século passado, a trajetória do sociólogo e ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

³ O PFL, como se sabe, em 2007, mudou sua denominação para Democratas, mas continuaremos utilizando o antigo nome na maior parte do tempo, pois era o nome que possuía no período histórico sobre o qual circunscrevemos nossa análise.

Tal perspectiva – abordar a cultura política como um conjunto de idéias, valores e princípios –, então, nos leva a discutir a questão das crenças, ainda que apenas resumidamente, assim como, também, a questão das ideologias. Vamos por partes.

Raymond Boudon e François Bourricaud, analisando a questão das crenças e sistemas de crenças, afirmam:

“Com muita frequência as crenças singulares pertencem ao que se convencionou chamar sistema de crenças. O ‘católico’ crê em um conjunto de proposições normativas e positivas. O mesmo acontece com o ‘liberal’. Se eu acreditar que é preciso votar em tal partido, é provável que esta crença esteja ligada a outras crenças – crença na pertinência de seu programa, na eficiência de seu líder, eventualmente crença (...) até mesmo em uma ideologia. (...) Como registram fartamente autores tão diferentes quanto Durkheim, Weber e Pareto, as crenças têm papel fundamental na vida social. Podem fixar os objetivos da ação individual e coletiva. Podem orientar a busca dos meios” (Boudon e Bourricaud, 2000: 108).

Prosseguem Boudon e Bourricaud: “As crenças dependem do que se denomina (...) [de] estruturas sociais. (...). Mas não caberia concluir (...) que as crenças refletem mecanicamente interesses dos grupos dominantes, como quer a teoria marxista das ideologias”. Pensando bem e “exagerando, pode-se dizer que somos escolhidos por nossas crenças ao invés de as escolhermos”. Os autores estão se referindo logicamente ao fato de as crenças já estarem aí quando “aparecemos” no mundo. Entretanto, “é preciso acrescentar imediatamente que uma crença só tem possibilidade de se afirmar se ela tiver sentido para o ator colocado em uma dada situação, [pois] as estruturas determinam campos de ação em cujo interior se movem os atores sociais. Estes campos de ação fazem que certas crenças constituam respostas mais ou menos adequadas que outras”. Vale notar, porém, segundo os autores, que as crenças nem sempre atuam como variáveis dependentes – e o inverso é verdadeiro. “As crenças [devem] ser compreendidas e analisadas como respostas a situações de interação” (Boudon e Bourricaud, 2000: 109-13).

Os autores observam ainda:

“Uma tradição que remonta à filosofia das Luzes defende que as crenças são essencialmente representações da realidade deformadas pela influência dos interesses (tradição marxista) ou das tensões (tradição freudiana). Isso é válido para determinados casos. No geral, como quer Durkheim, as crenças são antes guias de avaliação e de ação ‘selecionados’ ou, conforme o caso, construídos pelos atores sociais em função de sua personalidade, de sua situação e de seu meio. O paradigma durkheimiano não apresenta somente a vantagem de se aplicar, melhor que outros, à realidade observável. Tem a vantagem ainda de eliminar as visões simplistas da relação entre crenças e

realidade social, em particular aquela que pretende ver nas crenças uma manifestação irracional” (Boudon e Bourricaud, 2000: 114).

Mario Stoppino, por seu turno, discute o conceito de ideologia, alertando para o fato de que “não existe talvez nenhuma outra palavra que possa ser comparada à ideologia pela frequência com a qual é empregada e, sobretudo, pela gama de significados diferentes que lhe são atribuídos”. Mas registra também que Norberto Bobbio classifica o conceito de ideologia em dois tipos principais de significados: “significado fraco” e “significado forte”.

“No seu significado fraco, ideologia designa (...) um conjunto de idéias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos. O significado forte tem origem no conceito de ideologia de Marx, entendido como falsa consciência das relações de domínio entre as classes. (...) No significado fraco, ideologia é um *conceito neutro* [grifo nosso], que prescinde do caráter eventual e mistificante das crenças políticas” (Stoppino, 1992: 585).

Fernando Henrique Cardoso parece confirmar as interpretações de Boudon e Bourricaud sobre as crenças e os sistemas de crenças, assim como a sugestão de Bobbio sobre o “significado fraco” de ideologia como “visão de mundo”. Vê a política contemporânea como uma complexa interação entre atores e realidade, mas também mediada por “crenças” ou “visões de mundo”. Diz Cardoso:

“Os políticos contemporâneos, pelo menos os mais significativos, tornaram-se mais ‘atores’ do que nunca. Devem simbolizar uma mensagem e, ao mesmo tempo, precisam despertar confiança e, chegando ao poder, realizar algo que atenda às expectativas despertadas. Nesse jogo entre simbolismo e realizações práticas, o político precisa ser capaz, pela intuição ou pelo conhecimento, de elaborar e transmitir uma ‘visão’ dos problemas que enfrenta, uma visão da sociedade e do país. Quando se trata de políticos de expressão nacional, dados os condicionantes da globalização, devem possuir algum tipo de ‘sentimento do mundo’” (Cardoso, 2006: 69).

Quer dizer, não se faz política sem alguma “visão de mundo” – ou, noutras palavras, sem alguma cultura política, no sentido em que estamos usando o termo. O próprio Cardoso em outra passagem significativa analisando sua trajetória à luz de uma visão mais genérica observa ainda:

“Em uma sociedade interativa, esse ‘projeto’ não pode ser concebido como um ato de razão ou de vontade, mas como uma construção coletiva em que uns – os líderes – expressam melhor e simbolizam em dado momento o movimento da sociedade, o qual necessariamente está condicionado por valores, por modelos culturais, com os quais e sobre os quais se age. Ou o

líder (digo metaforicamente, como Gramsci falava do Príncipe, e não à moda de Maquiavel) aponta e abre caminhos ou perde o poder” (Cardoso, 2006: 73).

Daniel Pécaut, profícuo analista da cultura política brasileira do século XX, pensa da mesma forma. “O que é uma cultura política?”, pergunta-se. E responde:

“Um fenômeno de sociabilidade política e uma adesão implícita a uma mesma leitura do real. (...). Há um processo de comunicação tal que as idéias se transformam num sentido comum, que é a conversão da teoria em ‘filosofia espontânea da multidão’ (Gramsci) ou conversão da filosofia espontânea em teoria” (Pécaut, 1990: 184).

Na visão de Pécaut, as idéias se transformam em “visões de mundo”. E tais visões de mundo (subculturas ou sistema de crenças, nas perspectivas de Sani e Boudon/Bourricaud, respectivamente) concorrendo entre si podem forjar, com o tempo, uma cultura política hegemônica. Foi o caso, no Brasil, segundo o autor, do nacional-desenvolvimentismo dos anos 50 – como fruto da complexa disputa de visões de mundo ao longo da República Velha e das disputas políticas e culturais ocorridas após 1930 (Pécaut, 1990: 185-6).

A trajetória política e intelectual de Fernando Henrique Cardoso – como pretendemos demonstrar à frente – exemplifica exatamente o que Pécaut analisa sobre o nacional-desenvolvimentismo, mas não o pôde fazer sobre Cardoso e o PSDB, pois sua obra abarca apenas o período da história republicana que se encerra no início dos anos 80. De uma crítica original à cultura hegemônica no Brasil pré-64, Cardoso e outros autores produziram visões de mundo críticas e alternativas ao nacional-desenvolvimentismo que conviveram “dialeticamente” nas décadas de 60, 70 e 80, resultando, no caso específico de Cardoso, em uma “matriz liberal” que será dominante na organização do PSDB em fins dos anos 80 – embora convivendo com outras tradições e subculturas políticas de forma complexa no interior do partido – e o ponto-chave para explicarmos a trajetória política concreta do PSDB, pois suas ações e suas escolhas mais estratégicas foram todas conduzidas sob o signo dessa visão de mundo singular. Essa é a discussão que tentaremos empreender a seguir, mas iniciando-a de forma panorâmica com uma recapitulação das idéias liberais no contexto geral do pensamento social e político brasileiro.

1.2. Pensamento político brasileiro e liberalismo: uma visão panorâmica

Bolívar Lamounier (1982), analisando o pensamento político brasileiro e a constituição de uma ciência política no Brasil, afirma que o primeiro núcleo de pensadores que merece ser considerado como uma verdadeira ciência política é o dos pensadores autoritários que vão dos anos 20 aos anos 40 do século passado, reunindo figuras de destaque das nossas ciências sociais tais como Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Francisco Campos e vários outros. A razão é que tais pensadores conseguiram fixar um conjunto sólido de problemas e reflexões sobre o Brasil que não pôde mais ser desconsiderado no debate acadêmico e também no debate político desenvolvido no país.

Florestan Fernandes (ver, por exemplo, Venceslau, 1991) e outros (ver Mota, 1977; Reis, 1999; Sörj, 2001), de forma ainda mais restritiva, pensam que ciências sociais de fato e de direito, científicas em sentido estrito, só podemos considerar aquelas produzidas na USP a partir dos anos 40 ou 50. A razão principal, segundo esta versão, é que institucionalmente as bases de uma verdadeira ciência social no Brasil foram construídas a partir desse momento – antes, ao contrário, nossas “ciências sociais” eram restritas aos ensaios “especulativos” e “interpretativos” sem base em pesquisas empíricas (iniciadas, de forma rigorosa, na USP e na Escola Paulista de Sociologia).

Ambos (Florestan e Lamounier) têm uma certa razão, dependendo dos critérios e recortes analíticos utilizados, embora pareçam posições excessivamente fixadas em “inaugurar” as ciências sociais no país e, no caso de Florestan, auto-afirmar a posição da tradição paulista no conjunto do pensamento social brasileiro.

O próprio Florestan Fernandes na sua obra monumental *A Revolução Burguesa no Brasil* (1975) analisa, entre outras coisas, o papel vivo das idéias liberais desde a Independência, numa perspectiva inclusive da mais alta sofisticação teórica, mas, por razões institucionais, de afirmação da cultura sociológica paulista, só considera tais idéias como ciência a partir dos estudos da segunda metade do século XX – ou seja, a partir de si mesmo ou dos seus contemporâneos, muitas vezes estudando práticas e idéias alheias e até mesmo reproduzindo idéias como as dos liberais de várias linhas no Império. Estranhíssimo, mas compreensível à luz das disputas políticas e acadêmicas brasileiras na segunda metade do século XX.

Nesse caso, ao contrário de Florestan e Lamounier, compartilhamos a visão de Wanderley Guilherme dos Santos (1998 e 2002), que localiza este “nascimento” ainda no Segundo Reinado, não sem registrar que várias temáticas, na verdade, já vinham

passando por um processo de reflexão desde a Independência – ou até antes (o que Florestan e outros confirmam).

De uma determinada perspectiva, entendendo essa questão de forma bem ampla, englobando o conjunto das reflexões sobre a construção do Estado e da nação no Brasil independente, então, podemos afirmar que existem três grandes “conjuntos de idéias” na cultura política nacional que de alguma forma (positiva ou negativa) mantêm relações com as chamadas idéias liberais.

Um primeiro “conjunto” que, em termos temporais, vai da Independência à Revolução de 1930, marcado pela tentativa de afirmação de uma cultura política liberal oligárquica que pensa o país e o Estado apenas a serviço de seus interesses exclusivistas – ainda que tendo outras matrizes culturais tentando se afirmar em oposição a essa na política nacional nesse período, principalmente no final do Império e no começo da República. Seu ápice intelectual talvez tenha sido no Segundo Reinado, quando fixou as suas temáticas centrais, que foram apropriadas pelas oligarquias “republicanas”, assim como criticadas e aprofundadas pelos pensadores autoritários posteriormente.

Um segundo “conjunto” que, em termos temporais, tem início ainda nas últimas décadas do século XIX e atravessa todo o século XX em versões ou subculturas distintas, mas tendo seu ápice intelectual no chamado nacional-desenvolvimentismo dos anos 50. Este último marcado pelo antiliberalismo e pelo nacionalismo com sua idéia central de um Estado interventor – que, de certa forma, já estava insinuado na matriz liberal anterior⁴ – em substituição à sociedade civil ainda sem autonomia e sem projetos claros para o país. Sua origem remonta, entretanto, à geração de intelectuais das últimas décadas do Império que se organizavam em torno de grandes figuras como Tobias Barreto e Sílvio Romero (Mota, 2000), assim como, um pouco depois, Euclides da Cunha. Todo um conjunto de intelectuais que introduziram a discussão da tradição ibérica no país e foram a matriz de vários pensadores denominados de “autoritários”, nas primeiras décadas do século XX, bem como da formidável discussão de Gilberto Freyre sobre mestiçagem e democracia social da nossa “civilização” tropical. Mais

⁴ “(...) o liberalismo não nasce com a noção de sociedade civil, mas com a de Estado. No Estado, se institui em termos de ambigüidade, mas, mesmo assim, vai consistir na idéia-força que oporá a sociedade nacional emergente às relações sociais escravistas, impondo a noção e o sentimento de que a constituição da nação não se identificava com a reprodução do presente (...). O moderno como projeto, em desafio e em oposição a um passado que se reitera no presente. A Independência, resultado de uma conciliação que impediu uma ruptura, camuflou, mas não inibiu, o processo revolucionário que se exprimiu na ideologia e na forma liberal do Estado” (Vianna, 1985: 193). De alguma forma, autores clássicos pensam de forma assemelhada (Fernandes, 1975; Faoro, 1989; Holanda, 1995; Mota, 1999 e 2000; Aguiar, 2000; entre outros).

importante ainda: na versão de Sílvio Romero, a discussão de que nosso destino nacional é ser uma síntese cultural dos “deserdados” da periferia – discussão retomada nos anos 50 com grande força e que sempre se recoloca de uma forma ou de outra, mesmo recentemente nas discussões sobre a forma de inserção do país no processo de globalização.

O terceiro “conjunto”, com interpretações e propostas que vão do marxismo acadêmico (e suas várias versões) ao liberalismo extremado dos anos 90, é o do pós-1964. Construído tortuosamente a partir das críticas ao nacional-desenvolvimentismo e ao autoritarismo da ditadura militar – bem como às variadas linhas de interpretações da esquerda brasileira “tradicional” taxada de “atrasada”. Nas últimas décadas, linhas de pensamento têm tentado, por um lado, uma refundação do campo liberal no Brasil, marcada por uma postura visceralmente anti-Estado e antinacionalista (que acabou resultando na criação do PSDB) e, por outro lado, construir uma crítica renovada à esquerda, buscando uma alternativa democrático-popular (que acabou resultando na criação do PT). E, logicamente, convivendo com esses dois pólos principais, existem inúmeras subculturas acadêmicas e/ou políticas concretas “disputando espaço” no Brasil contemporâneo – inclusive e principalmente no interior desses dois partidos ou como seus aliados, embora não sejam desprezíveis as forças políticas que tentam algum espaço próprio alternativo.

As idéias liberais sobreviveram como subcultura secundária ao longo do século XX, passando pelos constitucionalistas paulistas dos anos 30, pelos udenistas dos anos 40, 50 e 60, pelos empresários liberais dos anos 70/80 e até mesmo por Collor – numa versão conservadora e pirotécnica.

As diversas subculturas marxistas brasileiras ao longo do século XX e principalmente do pós-64 são, em menor ou maior grau, dependendo do momento e do problema específico em discussão, relacionadas às idéias anteriores, às vezes como críticos e às vezes como defensores parciais de sua herança, pois não conseguiram estabelecer até hoje um núcleo de problemas e reflexões próprios, originais e solidamente consolidados como visão alternativa de mundo⁵.

⁵ Nossa afirmação é mais do que polêmica. A esquerda brasileira anterior a 1964 era politicamente articulada com o ideário nacional-desenvolvimentista de uma forma particular, que veremos à frente. Depois de 1964, as avaliações se fragmentaram em linhas díspares e, não raro, antagônicas. Tais divisões se aprofundaram com o avanço da redemocratização e reorganização das forças políticas nos anos 70 e 80. O fim do socialismo real na virada dos anos 80 para os 90 parecia abrir um espaço de diálogo entre forças que tinham se afastado, mas não foi o que aconteceu. Pólos distintos se formaram: liberais (de Terceira Via ou não) de um lado e socialistas democráticos (ou não tanto) de outro. Estes últimos, no

Nossa tese busca investigar o papel do PSDB na cena nacional e, por essa razão, também, inevitavelmente, seu papel na reconstrução da cultura política liberal no Brasil contemporâneo. Mas não é possível fazer isso com um mínimo de profundidade sem discutirmos as duas etapas anteriores de forma breve, particularmente a síntese maior do entrechoque de tradições analíticas e práticas políticas que resultaram no nacional-desenvolvimentismo dos anos 50 – o “outro ideológico” sobre o qual se tenta refundar o campo liberal no Brasil.

Nesta seção continuaremos apresentando uma visão panorâmica das interpretações sobre o pensamento social brasileiro para melhor localizarmos o debate político e na seção seguinte discutiremos o nacional-desenvolvimentismo mais detalhadamente.

O liberalismo durante o Império já foi denominado de “idéia fora do lugar” (Schwarz, 1973)⁶, mas parece ser exatamente o oposto: era de fato incompatível com os interesses das elites escravistas no que diz respeito à escravidão, mas plenamente aceitável pelas mesmas elites quando se tratava de justificar um sistema onde, depois de 300 anos, se vêem livres “da ação do Estado (o sistema administrativo português), em seus aspectos regulador e extrativo” (Santos, 1998: 20). Além disso, o governo garantindo os direitos de propriedade, inclusive a posse de escravos, ou seja, o liberalismo selecionado para justificar a maior de todas as violências e de todas as iniquidades da história brasileira, o que terá não poucas conseqüências, sendo a maior delas uma opção preferencial pelo autoritarismo ao longo da história brasileira. E,

Brasil, são representados pelo PT e outras forças políticas. Hoje, têm ligação principalmente com partidos e experiências “populares” espalhadas por toda a América Latina, mas os resultados ainda são pouco sólidos para se tirar conclusões definitivas. Além disso, esta discussão seria mais apropriada para uma outra tese. Os primeiros, igualmente, apesar do caso singular do Brasil, têm ligação com certas experiências liberais ocorridas no continente – e sobre isso discutiremos mais detalhadamente no capítulo quatro.

⁶ Schwarz na sua brilhante e sofisticada análise demonstra como um liberalismo ornamental e uma cultura falsete dominou completamente o Brasil imperial – com conseqüências posteriores – em todos os terrenos: política, sociedade, artes, arquitetura. Só não podia escamotear, logicamente, a violência da economia com base na escravidão. Quase como se vivêssemos, no Império e depois, numa espécie de mundo “virtualizado” pela ideologia ornamental do liberalismo “fora do lugar”. Ocorre, porém, que o próprio Schwarz afirma a certa altura que essas idéias “foram revolucionárias quando pesaram no abolicionismo” (Schwarz, 1973: 159), o que podemos ler não como um contra-argumento à sua própria idéia geral – em certas versões apressadas –, mas uma explicação profunda de como ocorria uma complexa relação dialética entre escravidão e liberalismo no Brasil, principalmente do Segundo Reinado, quando tais relações foram se tornando insustentáveis por razões diversas que não nos cabe ficar aqui discutindo detalhada e profundamente. Embora caiba o registro de que Fernando Henrique Cardoso fez sua brilhante tese de doutorado exatamente sobre este assunto e com ela influenciou muitos analistas, inclusive o próprio Roberto Schwarz – que credita a Cardoso a idéia original sobre o assunto (Haddad, 1998 e Schwarz, 1998).

finalmente, numa reinterpretação, a garantia da unidade política nacional, “que era igualmente o princípio ordenador de quaisquer outras demandas que viessem a serem feitas pela fragmentada sociedade brasileira” (Santos, 1998: 20-3). Idéias do início do Império que nunca deixaram de ter validade.

Voltando a Schwarz (1973): não podemos ser liberais, pois há escravidão; não podemos deixar de sê-lo, no entanto, pois o nosso modelo político de modernidade era o liberalismo europeu; somos, então, um liberalismo à procura de lugar – não “no lugar” e talvez nem mesmo “fora do lugar” (a não ser no sentido retoricamente irônico e esclarecedor de Schwarz).

Não só, portanto, o liberalismo foi idéia, nesse sentido anterior, “procurando seu lugar”⁷, como também foi naquele período de construção nacional, como bem observou Wanderley Guilherme dos Santos (1998 e 2002), que surgiram muitas das principais idéias que marcarão o debate político brasileiro daí em diante.

Diz Santos: “Desde a Independência o problema teórico e prático predominante e de alta visibilidade das elites políticas e intelectuais brasileiras tem sido fundamentalmente este: de que modo implantar e garantir eficiente funcionamento da ordem liberal burguesa” (Santos, 2002: 57). E acrescenta:

“É claro que ensaios de formulação distinta foram tentados ao longo da história. Contudo, raros, se alguns, conseguiram escapar ao fascínio de uma concepção burguesa de sociedade, mesmo quando travestidos de retórica revolucionária, ou à repetição de um marxismo esterilmente acadêmico [assunto que trataremos mais à frente]” (Santos, 2002: 70).

Parece muito claro que um debate em torno de questões do chamado campo liberal tem marcado o pensamento político e a imaginação social no Brasil. Em momentos distintos da nossa história política e cultural, grupos e gerações de políticos e estudiosos tentam, como vimos acima, fazer crer que o passado é letra morta e que estamos “inaugurando” um novo “país” a partir daquele momento. Quando analisamos as coisas mais detidamente, porém, verificamos que não passa de uma espécie de nova roupagem para temáticas “antigas” que se repõe com insistente freqüência exatamente porque são problemas não resolvidos ou impasses não superados. Os problemas ganham

⁷ Ver Florestan Fernandes (1975: 16): “O liberalismo foi a força cultural viva da revolução nacional brasileira” (citado por Vianna, 1983: 250). Como afirma Luiz Werneck Vianna: “Percebe-se o liberalismo como uma idéia fora do lugar, uma mascarada, sublinhando uma perversa e disfuncional distância entre o país real e o legal, na frase sempre citada de Oliveira Vianna. No entanto, como já o demonstrou Florestan Fernandes, ele não foi postiço. É a partir dele que nasce o impulso para a modernidade e a transição para a revolução burguesa” (Vianna, 1983: 250).

“novos” enfoques, incrementam-se as análises com a importação de “novas” teorias, adaptam-se os conteúdos aos “novos” tempos. Fazemos, então, uma “revolução” sem, contudo, praticamente nada apresentar de novo – eis aí, adaptado ao movimento das interpretações políticas e sociais, o que Luiz Werneck Vianna (1996), visando outros fins, denominou de “revolução passiva” no Brasil.

Como observa Wanderley Guilherme dos Santos:

“A partir dos anos 40 do século XIX, o debate sobre política econômica foi monopolizado pela questão do sistema tarifário, dando origem a uma ideologia protecionista, que relacionava a verdadeira autonomia política à autonomia econômica, a autonomia econômica à industrialização, a industrialização ao nacionalismo e, finalmente, o nacionalismo à intervenção ou protecionismo econômico do Estado” (Santos, 1998: 27).

Quer dizer, a questão central que marca o debate político brasileiro já estava lá colocada desde o início do Segundo Reinado. Daí seguem-se outras temáticas liberais⁸ sobre centralização e descentralização, bem como discussões sobre a fragmentação partidária, o sistema eleitoral corrompido e sobre o poder moderador do imperador. Tais temáticas marcarão os debates até os anos 70 do século XIX, depois a discussão incrementa-se com as questões da abolição da escravidão e da república, com forte influência dos pensadores da geração 1880 (os já citados Tobias Barreto e Sílvio Romero, entre outros), os positivistas comteanos principalmente gaúchos⁹, os evolucionistas e assim por diante. Talvez o grande equívoco de Wanderley Guilherme dos Santos não esteja na sua enfática sugestão de recuperar a tradição das idéias liberais à brasileira, mas em não reconhecer igualmente a importância crucial de outras linhas de pensamento e gerações de estudiosos de enorme qualidade intelectual.

Mas ele parece ter toda a razão quando afirma que as idéias liberais funcionaram também como um dos fios condutores dos debates e das contradições das facções políticas das elites imperiais.

⁸ “Nesta disposição, o liberalismo não se afirma como ideologia do mundo privado. Ele será normativo, regulador e sistemático para se opor à fragmentação social (...). Fora do Estado, a barbárie da sociedade escravista, do particularismo da organização social clânica e de parentela. Nosso liberalismo não resulta da expressão de uma economia (...). Na verdade, instrumentaliza esta economia para a construção do Estado-Nação” (Vianna, 1985: 196).

⁹ Ver a obra “A filosofia política positivista”, vol. XIV dos Textos Didáticos do Pensamento Brasileiro, Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro: 1970. Introdução: Professor Paulo Paim.

“A razão para o semiliberalismo de ambos os grupos [liberais radicais e republicanos], creio, é simples. Quando os liberais radicais se opuseram publicamente ao sistema escravocrata, perderam todas as esperanças de receber apoio da maior e mais poderosa classe do país, isto é, os proprietários de terra e de escravos. O outro foco do poder era o governo central e se os radicais liberais decidissem atacar ao mesmo tempo o sistema imperial não encontrariam apoio em nenhum pólo de poder da sociedade. O reverso da medalha se aplica aos republicanos. Eles desejavam derrubar a monarquia e, portanto, não podiam prescindir do apoio das classes proprietárias” (Santos, 1998: 32).

Contradições que, ao fim e ao cabo, levaram à Abolição da Escravidão (1888) e à Proclamação da República (1889) – quando a escravidão e a monarquia caíram, caíram juntas, pois juntas tinham sobrevivido num equilíbrio não muito estável, apesar da mitologia política sustentada em sentido contrário.

O positivismo, por seu turno, com sua idéia central de consertar o mundo cientificamente, teve larga influência nos meios políticos e culturais brasileiros na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX. Os autores europeus que inspiraram as idéias positivistas no Brasil variaram, mas, independente disso, o positivismo deixou marcas profundas em nossos políticos e em nossos estudiosos – dois casos exemplares são os de Getúlio Vargas e Celso Furtado (abordaremos tal influência na seção seguinte), ambos decisivos para o chamado nacional-desenvolvimentismo. Vargas foi formado no chamado “positivismo gaúcho”, particularmente na sua versão mais sofisticada dos castilhistas. Implícito nessas visões da realidade nacional além de certo “autoritarismo” um claro pendor pela inclusão social. Aliás, esse é ponto-chave do qual tanto se gabavam as elites gaúchas: estarem implantando no estado do Rio Grande do Sul durante a República Velha sob o comando de Borges de Medeiros um rumo político totalmente novo e diferente do resto do Brasil. Esse foi o caso modelo para boa parte das mudanças implantadas após 1930 por Vargas.

Dando continuidade ao raciocínio, ainda na República Velha, numa reação crítica à ordem liberal oligárquica e retomando as discussões da geração de 1880, afirma Wanderley Guilherme dos Santos:

“Durante, sobretudo a década de 20, elabora-se complexa e extensa agenda de problemas, em decorrência praticamente exclusiva da obra de dois sofisticados e argutos analistas, Oliveira Vianna e Gilberto Freyre. É essa agenda que irá capturar a formação de uma geração de analistas, cujos ensaios e investigações surgirão em grande quantidade após a Revolução de 30” (Santos, 2002: 43).

Quais temáticas centrais? Para Oliveira Vianna, o fortalecimento do Estado em todos os sentidos, a inclusão social do proletariado urbano e um nacionalismo cultural – sempre no sentido de suprir com a ação do Estado a fragilidade e inconsciência das nossas classes sociais (inclusive e principalmente as dominantes) e do povo em geral (“massa amorfa” da nação) para, quem sabe no futuro, chegar a uma ordem política que funcione de verdade (meta com a qual já sonhávamos no Império). Para Freyre, analisando principalmente o resultado “cultural” (em sentido amplo) da nossa “mestiçagem” e, de certa forma, até mesmo exaltando essa característica, abordando as contribuições “socialmente democráticas” de uma possível nova “civilização tropical” – o que nos remete a Sílvia Romero e Tobias Barreto, entre outros.

A inspiração ideológica variou bastante e, por isso, estes autores são comumente englobados em um conjunto algo arbitrariamente denominado de “pensadores autoritários” (Lamounier, 1982) – exceto Freyre, criticado preconceituosamente pelos pensadores do centro-sul por razões outras (Cardoso, 1993). Santos assinala:

“São conservadores, isto é, defensores da ordem social anterior a trinta, são autoritários, são integralistas, são católicos, indecisos, revolucionários, inquietos. Sem preparação sistemática, embora muitas vezes revelando surpreendente familiaridade com a produção internacional pertinente, despreocupados quanto aos cânones acadêmicos, fixaram, entretanto, solidamente o repertório de problemas que, sob roupagens lingüísticas as mais variadas, se vem transmitindo de geração em geração, até hoje” (Santos, 2002: 44-5).

Assim como Santos, Bolívar Lamounier ressalta a importância da geração de pensadores do período entre os anos 20 e os anos 40 do século XX. Lamounier, adaptando para a temática da ciência política a idéia de Fábio Wanderley Reis (1974) sobre três etapas do desenvolvimento político – uma centrada nas questões de construção do Estado nacional, outra focada nas questões ideológicas da igualdade social e uma terceira pós-ideológica verificada nos países desenvolvidos de capitalismo maduro –, afirma que pelo menos as duas primeiras fases podem ser encontradas no Brasil. A primeira etapa diz respeito justamente ao sólido pensamento autoritário da República Velha e seus desdobramentos em visões autoritárias de fortalecimento do Estado durante o primeiro período getulista. Depois, segundo Lamounier, nós tivemos uma espécie de “transição” – o pensamento dos anos 50 – e, por fim, no pós-64, a fase “ideológica” da diferenciação de interesses de classes, disputas por direitos, etc. A

terceira fase, dado o fato de o país não ter alcançado até aquele momento um capitalismo maduro, não entra nas análises (Lamounier, 1982: 411-2).

O artigo de Lamounier visa discutir a construção específica da ciência política e não o conjunto do pensamento social brasileiro, mas nos dá algumas sugestões muito interessantes, apesar de comprimir seu objeto nos cinquenta ou sessenta anos que vão dos anos 20 aos anos 80. Primeiro porque busca no início da República os fundamentos da nossa ciência política, numa operação de “inauguração” tão comum em certos estudiosos ligados à cultura sociológica paulista. Depois porque considera os anos 50 uma transição entre etapas, o que coloca a ciência política desse período numa posição *sui generis* no pensamento político nacional. E, finalmente, porque, nesse caso como Bresser Pereira (1982), reconhece que a etapa “ideológica” pós-64 abre espaço para perspectivas variadas sobre o processo de diferenciação econômica e social em curso – um certo pluralismo analítico, nem de longe possível na primeira metade do século XX. Lamounier, dessa forma, interliga as partes e dá consistência ao conjunto do pensamento político brasileiro do século XX, apesar das omissões diversas de obras e autores ao longo de sua análise – inclusive dos clássicos “não autoritários” dos anos 30 (Freyre, Holanda e Prado Jr., para citar apenas os mais famosos). E nos permite localizar com mais precisão o pensamento de Fernando Henrique Cardoso, claramente da etapa “ideológica” e crítico do pensamento nacional-desenvolvimentista ou nacional-burguês da etapa de “transição”.

O nacional-desenvolvimentismo, então, pode ser entendido como um desdobramento e uma síntese dos entrecosques das visões de mundo anteriores – desde o Império e alcançando a primeira metade do século XX –, como interpreta Santos e, de certa forma, defendemos no início dessa seção, ou, como quer Lamounier, numa visão menos ampla, uma transição entre a etapa dos “pensadores autoritários” e a etapa “ideológica” do pós-64. O que ambos parecem compartilhar – e nós defendemos – é também o que afirma Daniel Pécaut:

“As continuidades [do nacional-desenvolvimentismo] em relação ao nacionalismo dos anos 30. (...) sob a forma do nacional-popular, é ainda a nostalgia do Uno que transparece; na exaltação do povo-nação e da ideologia, é ainda a busca de uma construção racional do Brasil que está em ação. E sempre com a mesma questão como pano de fundo: e se a ‘indefinição’ das classes e ‘inconsciência’ do povo tornassem a tarefa impossível?” (Pécaut, 1990: 106).

Repetem-se os problemas, mas em conjuntura política internacional e nacional distinta – e esse é o grande desafio da geração dos anos 50.

De um recorte temporal ainda mais comprimido, Luiz Carlos Bresser Pereira aponta que, nos últimos 50 anos (entre 1930 e 1980), existem basicamente sete interpretações que se sucederam “no cenário intelectual brasileiro”, a saber:

“Inicialmente temos (1) a interpretação da vocação agrária, em conflito nos anos quarenta e cinquenta com (2) a interpretação nacional-burguesa [ou nacional-desenvolvimentista]. Esse conflito é superado por uma série de fatos novos que ocorrem nos anos cinquenta e se esgota na Revolução de 1964. Surge, então, de um lado (3) a interpretação autoritário-modernizante própria do novo sistema de dominação, enquanto que os intelectuais de esquerda irão se dividir em três posições nem sempre claramente distintas: (4) a interpretação funcional capitalista, (5) a interpretação da superexploração imperialista, e (6) a interpretação da nova dependência. Finalmente, quando o regime de 1964 entra em crise, a partir de meados dos anos setenta começa a delinear-se a interpretação [7] do projeto de hegemonia burguesa industrial” (Bresser Pereira, 1982: 269-70).

Segundo o autor, existem também os casos de Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro que são, de certa forma, “inclassificáveis” nessas interpretações, ainda que às vezes sejam os inspiradores e a base sobre a qual algumas delas se erigiram.

A classificação de Bresser Pereira é, como toda classificação desse tipo, inclusive a que estamos defendendo neste trabalho – de três grandes conjuntos de idéias no pensamento político e social brasileiro que dialogam com o liberalismo de alguma forma –, questionável pelos critérios utilizados e pelas omissões inerentes a tal esforço analítico. Por exemplo, onde ficam pensadores como Sérgio Buarque, Gilberto Freyre, Raymundo Faoro, Victor Nunes Leal e, anteriores ou paralelos a estes, o núcleo de pensadores autoritários? Mas, de toda forma, por outro lado, a visão de Bresser Pereira é ainda assim um dos enfoques mais adequados que encontramos para nossos fins.

A interpretação da vocação agrária, segundo o autor, ainda hegemônica nos anos quarenta e cinquenta, corresponde ao domínio da burguesia agrário-mercantil, ainda que tal classe não controlasse mais o Estado com exclusividade desde 1930. A visão é de que o Brasil é agrícola e inferior, pois rico, mas tropical e mestiço.

“O país que Oliveira Vianna vê embranquecer-se. É o país triste e melancólico em uma terra radiosa de Paulo Prado. É o Brasil macunaímico de Mário de Andrade e da pré-revolução burguesa representada pela Semana de Arte Moderna. É o Brasil moderno porque cafeeiro e paulista, autoritário e corrupto, mas recuperável através de uma democracia das elites, segundo a

visão da família Mesquita, no comando do jornal *O Estado de São Paulo*, e de Paulo Duarte. É o Brasil ufanista de Afonso Celso. É o Brasil maravilhoso da casa grande e da senzala, do sobrado e do mocambo de Gilberto Freyre. É o Brasil essencialmente agrícola de Murinho e de Eugênio Gudim” (Bresser Pereira, 1982: 273).

Na verdade, são praticamente todas as visões que vimos anteriormente numa espécie de “colagem”. É a este conjunto de visões que a interpretação nacional-desenvolvimentista (ou nacional-burguesa) se oporá (no que diz respeito aos obstáculos para a industrialização), por um lado, e se inspirará (no que diz respeito ao intervencionismo estatal pregado pelos pensadores autoritários como Oliveira Vianna), por outro lado, nos anos 50/60 – o que veremos na seção seguinte.

O importante é registrar novamente que um conjunto de temáticas, como afirma Wanderley Guilherme dos Santos e podemos ver em Bresser Pereira, vai se ampliando e se sofisticando, mas vai também, de certa forma, se reproduzindo – e não, como insistiram certos estudiosos da tradição sociológica paulista da segunda metade do século XX, se “inaugurando” a cada momento segundo alguns recortes analíticos (Santos, 2002: 29-37).

Se começamos com uma visão mais abrangente, agora podemos afunilar a análise para localizar Fernando Henrique Cardoso como o representante mais destacado de uma das interpretações do pós-64 – a interpretação da “nova dependência” (na classificação de Bresser Pereira). Mas só podemos discutir o conteúdo central dessa interpretação (formulada nos anos 60) e de seus desdobramentos posteriores (da dependência com desenvolvimento à interdependência da globalização) se tivermos clareza sobre como viam o Brasil os analistas da interpretação nacional-burguesa ou nacional-desenvolvimentista, pois a construção da trajetória intelectual de Cardoso é feita basicamente através da crítica incessante dos pressupostos dessa visão e na busca de uma visão alternativa.

1.3. O nacional-desenvolvimentismo

Uma coisa importante a registrar de início é que o nacional-desenvolvimentismo reuniu intérpretes de várias partes do Brasil, mas todos “sediados” no Rio de Janeiro, capital do país naquele momento. Tal registro é importante, pois tem pelo menos duas implicações bastante claras. A primeira é que os analistas e construtores dessa visão inescapavelmente giraram de alguma forma em torno do Estado e seus “aparelhos”, assim como seus congêneres dos anos 30 e muito diferentemente dos seus críticos contemporâneos ou não. A segunda questão é que o Rio de Janeiro era uma cidade “nacional” e centro de atração cultural, ao contrário de São Paulo, sede dos principais críticos – “provinciana” e, contraditoriamente, mais “capitalista” e “moderna”.

Neste período (entre 1946 e 1964), as ciências sociais brasileiras tinham duas instituições de maior prestígio: o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), sediado no Rio de Janeiro desde a sua fundação em 1955, e a Universidade de São Paulo (USP). Esta última centrava suas preocupações na construção de uma sociologia científica e quase nenhuma atenção dava à ciência política. Aquele, inversamente, constituiu-se no principal centro de estudos políticos da época. Em um aspecto central, no entanto, pareciam convergir, “refiro-me aqui a uma continuidade de conceitos e de hierarquização temática que deita raízes na **antiga descrença** [grifo nosso] de que se pudesse consolidar, no Brasil, um modelo político de corte liberal-representativo; ou de que isso fosse desejável, caso fosse viável” (Lamounier, 1982: 416-7). Mas, se de fato parecem ter compartilhado essa descrença, divergiam em praticamente tudo o mais. Veremos as idéias nacional-desenvolvimentistas nesta seção e, na seguinte, as idéias de seus críticos do pós-64.

Uma parte significativa da discussão nacional-desenvolvimentista gira em torno do ISEB. O ISEB foi precedido pelo Grupo de Itatiaia e pelo Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP).

Hélio Jaguaribe explica o processo destas duas instituições em longa entrevista à *Folha de São Paulo*, que registramos, pois ajuda a compreender não só o ISEB, mas também a pluralidade intelectual dos fundadores do PSDB¹⁰.

¹⁰ Jaguaribe foi um deles da “velha geração” anterior a 1964, assim como Montoro, Cândido Mendes e outros.

“Éramos um grupo de paulistas e cariocas que nos reuníamos, três dias por mês em Itatiaia. Surgiu daí a idéia de colaborarmos no *Jornal do Commercio*. Eu era amigo do Schmidt (o poeta Augusto Frederico Schmidt), que obteve no jornal que nos fosse concedida, todas as sextas-feiras, a quinta página, como um suplemento cultural. Isso por volta de 1947. Eram basicamente as pessoas que depois vieram a fazer parte da revista *Cadernos do Nosso Tempo*: Cândido Mendes de Almeida, Guerreiro Ramos, Ewaldo Correia Lima, Hermes Lima, João Paulo de Almeida Magalhães, Moacir Félix de Oliveira, Oscar Lorenzo Fernandes” (Coelho, 1998: 9).

O grupo, formado por afinidades intelectuais, tinha uma posição culturalista (maior independência do Brasil em relação aos EUA), uma “vocação social, basicamente social-democrática *avant la lettre*”. Também “fundamos a revista *Cadernos do Nosso Tempo*. Formou-se então um grupo que fundiu o grupo de Itatiaia com o grupo de Roland Corbisier, da revista *Crítica*. Fundamos o IBESP”. O instituto sustentava-se com uma pequena verba do Ministério da Educação e Cultura e com dinheiro que eu colocava, mas isso criou problemas com minha esposa.

“Roland Corbisier estava um pouco à direita de nós, mas já fizera uma crítica do integralismo, ao qual pertencera, assumindo uma posição mais democrática. A revista teve um êxito enorme, uma repercussão por toda a América Latina. Decidimos encerrar a revista [por dificuldades financeiras] com um número dedicado a Juscelino Kubitschek e a seu Programa de Metas” (Coelho, 1998: 9).

Antes um pouco, foi criado o ISEB, em 1955, no governo Café Filho. “No ISEB todo mundo trabalhava de graça. Mas havia a possibilidade de um cargo remunerado, e Roland veio para o Rio ganhando o equivalente a uns R\$ 5 mil hoje”. Não havia nenhuma ligação entre ISEB e sociologia paulista. “Guerreiro Ramos tinha uma grande hostilidade ao departamento de sociologia da USP, considerava-o alienado, francês, e defendia uma sociologia ‘cabocla’”. Nosso objetivo era formular um projeto para o país. “Fizemos um (...) projeto nacional-desenvolvimentista que foi incorporado por Juscelino”, através do Plano de Metas coordenado pelo Lucas Lopes. O ISEB também ministrava cursos, “a idéia era fazer uma contrapartida à Escola Superior de Guerra, com aulas para uma elite civil”. Escrevi um livro, *O Nacionalismo na Realidade Brasileira*, discutindo “inicialmente as propostas dos antinacionalistas, que eram chamados de ‘entreguistas’, mas que chamei de ‘cosmopolitas’ para evitar uma designação pejorativa. (...) Em seguida, eu analisava as propostas dos nacionalistas e, numa terceira parte, discutia quem tinha razão, (...), mas com uma visão nacionalista predominante”.

Aí tive divergências com Guerreiro Ramos, que queria levar à prática revolucionária e partidariamente as idéias do ISEB. Ramos, Corbusier e os partidos de esquerda se uniram contra mim dizendo que eu defendia as idéias dos “entreguistas”. Mas em votação no Conselho do ISEB ganhei por um voto e Ramos saiu do instituto. O Corbusier usou influências políticas para continuar no cargo através de nomeação direta do Ministro da Educação, mudando os estatutos da entidade. “Então saímos eu, Anísio Teixeira, Roberto Campos”, em 1960. O ISEB entrou numa segunda fase até Corbusier se eleger deputado. “Depois, o ISEB entra numa terceira fase, com Álvaro Vieira Pinto, e se torna satélite do Partido Comunista”. O ISEB acabou tristemente, em 1964.

“O ISEB que os militares encontraram era o do Álvaro Vieira Pinto e Néelson Werneck Sodré, totalmente satelitizado pelo PC. Houve então a invasão do ISEB pelos militares, apontando metralhadoras para cima, e Álvaro Vieira Pinto, homem sensível, frágil, foi psicologicamente destruído, foi levado à prisão, depois foi solto e nunca mais saiu de casa, passou a viver enclausurado” (Coelho, 1998: 10).

A versão de Jaguaribe – 40 ou 50 anos depois dos fatos ocorridos – com certeza contém equívocos, omissões, pré-julgamentos e assim por diante, mas nos dá uma visão geral sobre a instituição, seus membros principais, sua trajetória, seus conflitos ideológicos e políticos. Durante seus quase dez anos de existência, porém, podemos perceber que foi uma grande referência cultural e política no Brasil pré-64, reunindo “um grupo de intelectuais de várias origens e especialidades que, nos anos 50, desenvolveram no Rio de Janeiro uma visão coerente e abrangente do Brasil e do seu processo de industrialização e desenvolvimento” (Bresser Pereira, 2004: 49). Vale registrar que Bresser também é destacado fundador do PSDB.

Suas temáticas centrais, segundo Wanderley Guilherme dos Santos, reproduzem em outros termos as mesmas questões que, de forma insistente, recolocam-se ao longo da história do Brasil independente pelo menos desde o Segundo Reinado.

“A afirmação e defesa da industrialização como passo estratégico em uma política de autonomia econômica, independência econômica como requisito indispensável da independência política, insistência na nacionalização do processo econômico e na inclusão das massas urbanas na coalizão política que poderia dar suporte ao programa econômico são alguns aspectos da propaganda isebiana. (...). Em realidade, não há praticamente uma hipótese ou idéia desenvolvida pelo ISEB que não houvesse sido vocalizada anteriormente. O ISEB apenas as poliu, deu-lhes uma formulação em compasso com a época e, sobretudo, difundiu-as entre um público universitário e intelectualizado” (Santos, 1998: 46).

E, além disso, poderíamos acrescentar, tais temáticas alcançam aí, nesse período, com o ISEB, seu ápice político e cultural. Logo depois, esse ideário defronta-se com a ditadura militar e com todas as vertentes interpretativas autodenominadas mais “modernas” formuladas principalmente a partir de São Paulo (ver, por exemplo, Toledo, 1977; Mota, 1977), bem como assistimos a uma lenta agonia política desse ideário ao longo das décadas de crise econômica e de transição democrática. Mas, contrariamente ao esperado, recoloca-se com frequência, ainda que parcialmente, através das forças políticas de esquerda e centro-esquerda como um conjunto inspirado de idéias sobre o Brasil em oposição aos seus principais algozes nos anos 90, com um hegemônico, seletivo e de certa forma extremado liberalismo.

O ISEB foi, por assim dizer, a face política mais visível e mais polêmica deste conjunto de idéias. Mas, ao contrário do que muitas vezes se afirma, não foi o centro criativo verdadeiro de tais idéias. Longe disso. A grande fonte do nacional-desenvolvimentismo foi inspirada largamente nas idéias da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina, da ONU) (Bielschowsky, 2000) e, no Brasil, tem como sua principal expressão intelectual, política e moral Celso Furtado, o maior economista da nossa história, que chegou a colaborar com o ISEB e com ele compartilhava muitas visões (Bresser Pereira, 1982: 276), mas teve caminho próprio muito mais criativo e muito mais influente, inclusive depois da derrocada de 1964. Vejamos o que nos ensinam esses autores (Ricardo Bielschowsky e Celso Furtado) sobre o desenvolvimentismo – ainda que apenas de forma resumida e panorâmica.

Bielschowsky, estudando o pensamento econômico brasileiro entre 1930 e 1964 (principalmente o pensamento do pós-2ª Guerra), que ele denomina de “ciclo econômico desenvolvimentista”, afirma que a produção analítica econômica brasileira, “além de escassa, foi, no essencial, um simples desdobramento da única produção analítica latino-americana de monta no período, ou seja, a obra da CEPAL”. Explica o autor que há uma razão específica para isso: os cursos de economia ainda não estavam institucionalizados, o que só ocorrerá dos anos 60 em diante (Bielschowsky, 2000: 6-7).

Bielschowsky observa que o “desenvolvimentismo” é um conceito-chave “que se compõe dos seguintes pontos fundamentais”:

- a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro;

- b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas de mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje;
- c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e
- d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente” (Bielschowsky, 2000: 7).

Continua sua argumentação apontando que basicamente o pensamento econômico brasileiro do período é composto por cinco correntes: “três variantes do desenvolvimentismo (setor privado, setor público ‘não nacionalista’ e setor público ‘nacionalista’), o neoliberalismo (‘à direita do desenvolvimentismo’) e a corrente socialista (‘à sua esquerda’)” (Bielschowsky, 2000: 7).

E quem são os representantes dessas correntes? À “direita” do desenvolvimentismo tivemos muitos autores, mas o mais destacado é certamente Eugênio Gudin, “que pode ser considerado o patrono dos economistas brasileiros”. As correntes desenvolvimentistas são representadas principalmente por Roberto Simonsen (pioneiro do desenvolvimentismo, que privilegiava a área empresarial), Roberto Campos (desenvolvimentismo estatal não nacionalista) e Celso Furtado (“a grande liderança intelectual dos economistas progressistas no país e um dos maiores nomes das ciências sociais na América Latina”). À “esquerda” do desenvolvimentismo, “corrente de economistas socialistas, em geral ligados ao Partido Comunista Brasileiro”, que apoiava o projeto de industrialização como etapa necessária a uma futura passagem ao socialismo. E havia ainda o caso específico de Ignácio Rangel, independente, mas próximo ideologicamente dos nacionalistas e dos socialistas” (Bielschowsky, 2000: 431-2).

O autor frisa também que tudo isso foi construído muito em função da teoria de Raúl Prebisch¹¹ sobre “desenvolvimento periférico”, análise baseada em sete pontos principais: 1) Caracterização do subdesenvolvimento como uma condição da periferia (e a disparidade com o centro do sistema internacional); 2) Identificação de um processo

¹¹ Fernando Henrique admite que a teoria de Prebisch igualmente o inspirou: “Uma vez escrevi um artigo chamado ‘A originalidade da cópia’. Era sobre Raúl Prebisch e a CEPAL. Eu dizia que quase tudo o que foi feito na CEPAL, e incluo meus trabalhos nisso, outros já tinham feito. Não obstante, fizemos coisas originais” (Toledo e Cardoso, 1998:102).

de industrialização espontâneo e seu significado histórico (que não nos permitiria aproveitar de alguma forma do nosso atraso, como se dizia); 3) Industrialização da periferia vista como padrão de desenvolvimento sem precedente e problemático (em contraste com as economias avançadas e não como etapa pela qual tivessem passado); 4) Tese estruturalista sobre a inflação (que se contrapunha às soluções ortodoxas de estabilização e propunha enfrentar os obstáculos ao desenvolvimento como a única solução possível); 5) A tese da substituição de importações (para enfrentar o problema das desigualdades nas trocas internacionais e seus desdobramentos negativos no processo de industrialização); 6) A proposta de planejamento da Cepal (intervenção estatal e não liberdade de mercado); e 7) Argumentação de Prebisch por protecionismo baseada em modelo de três setores (que permitiria gradualmente expandir o setor industrial em substituição aos setores exportadores e aos setores de baixa produtividade) (Bielschowsky, 2000: 16-29).

E conclui:

“Foi nesse contexto de ‘vazio teórico’ que a teoria de Prebisch e da CEPAL, aqui resumida, ganhou significado especial. A CEPAL não formulou uma teoria de investimento ou de acumulação de capital, mas, ao combinar sua tese sobre as transformações históricas do sistema centro-periferia com a análise das estruturas produtivas periféricas, foi capaz de prover um instrumental analítico engenhoso, através do qual uma série de importantes tendências típicas dos países subdesenvolvidos – tais como déficits externos, deterioração nos termos de troca, desemprego e inflação – podia ser prevista e estudada de maneira particularmente acurada. O uso da teoria cepalina feito no debate brasileiro sobre o desenvolvimento econômico na década de 50 e início da de 60 (...) é uma boa prova da importância da contribuição teórica daquela instituição” (Bielschowsky, 2000: 29).

Celso Furtado, em entrevista a Luiz Gonzaga Beluzzo e a Maria da Conceição Tavares, afirma que:

“Eu sou do mundo que ainda estava voltado para uma problemática do século XIX. (...). Eu li de uma forma desordenada, desde cedo sofria *certas influências das idéias positivistas* [grifo nosso], a idéia de que a ciência é uma solução para os problemas do homem. Esse é o positivismo, não essa caricatura que circula hoje em dia, mas a idéia de que o homem tem meios para transformar o mundo, construir um mundo melhor e que esses meios estão ordenados pelas ciências, decorrem do avanço formidável do conhecimento científico” (Furtado, 2001: 72).

Furtado admite ter sido influenciado por Karl Mannheim (“a sociedade pode ser muito mais racional do que é”) e pela idéia do planejamento social (influência de

estudiosos norte-americanos). Fundindo as duas coisas numa coisa nova. “Aí foi que aprendi que o Brasil terá que ser feito por nós, construído por nós, que não vai ser uma coisa espontânea. (...) daí se entrosaram minha história e o meu trabalho intelectual” (Furtado, 2001: 72-3). E conclui a argumentação com uma visão central de conteúdo claríssimo:

“Não será seguindo os modelos conhecidos da história do desenvolvimento dos países desenvolvidos que se pode aprofundar no conhecimento desse problema [o desenvolvimento do Brasil]. Isso até hoje me parece uma coisa definitiva: ou reconhecemos que somos uma coisa à parte, temos problemas que são criados historicamente no nosso contexto próprio, ou então caímos na irrealidade de dizer que somos países atrasados, porque estamos numa fase um pouco anterior à que os outros já estiveram. Os outros nunca estiveram onde nós estamos, essa é a diferença essencial” (Furtado, 2001: 73; ver, também, Furtado, 1998).

Em resumo eis aí o que representou o nacional-desenvolvimentismo (e seus desdobramentos às vezes não tão nacionais ou não tão desenvolvimentistas), tanto no que diz respeito a resgatar as influências do passado (temáticas e filosóficas, como foi o caso de certa versão do positivismo) quanto no que diz respeito a produzir uma visão nova sobre os verdadeiros desafios políticos, econômicos, sociais e culturais do Brasil.

O ISEB foi o “instrumento”, no pré-64, para construir mais detalhadamente essa visão de mundo no Brasil e, principalmente, para concretizar em diretrizes de ação o que era definido como o rumo geral. Como observa Lamounier (outro analista de vínculos com o PSDB):

[Em primeiro lugar, o ISEB] “procurou retratar a estrutura econômica e política de maneira abrangente, com o objetivo explícito de fornecer diretrizes para o desenvolvimento nacional. (...) num estilo de análise enfaticamente voltado para os grandes agregados da vida social: para as relações entre Estado e sociedade (...) ou de classes (mas não necessariamente de esquemas marxistas ortodoxos). Em segundo lugar, o ISEB cultivou a forma dos grandes ensaios interpretativos em muito maior grau do que a Escola Paulista de Ciências Sociais. (...) a pesquisa empírica (...) desempenhava um papel claramente secundário [o que lembra muito a forma dos intérpretes dos anos 30] (...). E, finalmente, as teses básicas do ISEB mantiveram uma grande continuidade com as dos anos vinte e trinta, destacando a insuficiente autonomia do Estado para promover o planejamento da economia e a industrialização” (Lamounier, 1982: 418).

O que não era continuidade, e foi percebido em profundidade pelos pensadores isebianos, cepalinos e, principalmente, por Furtado, é que as conjunturas nacional (a

transição do rural para o urbano, do agrícola para o industrial) e internacional (um contexto de Guerra Fria e, no mundo capitalista, centro *versus* periferia, bem como o Estado interventor keynesiano) eram diferentes e desafiadoras em vários sentidos, possibilitando, por seu turno, a idéia de um rumo próprio para o Brasil. Essa idéia marcante, na versão de Furtado ou na de quaisquer outros isebianos, mesmo os próximos ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi fixada nos corações e mentes dos políticos e homens de cultura brasileiros dali para frente quase como se fosse um paradigma. Virou uma **matriz cultural**, uma referência inescapável, o centro de uma visão de mundo que galvanizou a atenção das principais lideranças da política e da cultura brasileira naquele momento histórico e, também, de forma mais difusa e contraditória, nos últimos quarenta anos marcados pela Ditadura Militar, Transição Democrática e tentativa de consolidação da nossa democracia.

É contra essa força política e cultural que os pensadores da tradição sociológica “paulista” (alguns paulistas apenas “espiritualmente”), “uspiana”, “cebrapiana”, etc irão se insurgir, como veremos adiante – sendo Fernando Henrique Cardoso a expressão máxima tanto acadêmica quanto política dessa crítica e da tentativa de construir uma visão alternativa, principalmente depois da derrota fragorosa e devastadora de 1964. Mas contra o que se insurgiram exatamente? Uma síntese bem apropriada nós encontramos em Bresser Pereira (1982 e 2004), repensando criticamente o conteúdo central do nacional-desenvolvimentismo e, de certa forma, fazendo não explícita “autocrítica” sobre os duros ataques desferidos àquelas visões, inclusive, várias vezes, por ele mesmo, mas principalmente por um conjunto de autores ligado ao “mundo intelectual tucano” – se é que podemos nos expressar assim.

Bresser Pereira denomina a visão isebiana de interpretação nacional-burguesa.

“É a interpretação do Partido Comunista, e será principalmente a interpretação do Grupo de Itatiaia, que publica entre 1953 e 1955 a revista *Cadernos de Nosso Tempo*, e afinal se reúne no ISEB que, depois de diversos conflitos internos, é liquidado pela Revolução de 1964. Será também, embora em menor grau, a interpretação dos economistas da CEPAL” (Bresser Pereira, 1982: 273).

Segundo o autor, o ISEB reúne figuras exponenciais como o cientista político Hélio Jaguaribe (o principal formulador do grupo), o economista Ignácio Rangel e o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos. São também personagens importantes Roland Corbisier, Cândido Mendes de Almeida, Álvaro Vieira Pinto e Ewaldo Correa Lima.

Nenhum deles é marxista, mas sofrem influência do marxismo. Marxista e figura central do instituto é Nelson Werneck Sodré, principal intelectual do PCB, que publica diversos trabalhos pelo ISEB – assim como o economista e pecebista Alberto Passos Guimarães (Bresser Pereira, 1982: 273-4).

A interpretação é oposta à da vocação agrária e crítica da cultura brasileira (“marcada pelo complexo de inferioridade colonial”). Portanto, o Brasil precisa de um novo projeto. A base é uma interpretação dicotômica da nação.

“De um lado, a oligarquia agrário-mercantil dominante, aliada ao imperialismo, opõe-se à industrialização brasileira e busca manter o *status quo* semicolonial, semifeudal e primário exportador. De outro lado, sob a liderança de Getúlio Vargas e depois de Juscelino Kubitschek, temos o grupo modernizante: a burguesia industrial nacional, as classes médias técnicas (os tecnoburocratas) e os trabalhadores urbanos, além de frações não-exportadoras da velha oligarquia. (...) É a ‘burguesia nacional’, uma construção mental com certa base na realidade que, segundo a interpretação nacional-burguesa, seria nacionalista, industrializante, moderna e socialmente progressista, enquanto a burguesia agrário-mercantil seria tradicional, agriculturalista, colonial, antiindustrializante. [Os pensadores isebianos, assim, estavam aderindo às formulações de inspiração stalinista do PCB,] “transpondo (...) para o Brasil, de forma mecânica as etapas da história do marxismo vulgar” (Bresser Pereira, 1982: 274).

Apesar disto, “era também uma primeira manifestação da ideologia modernizadora, desenvolvimentista e eficientista da tecnoburocracia nascente no aparelho de Estado”. Homens como Jesus Soares Pereira, Rômulo de Almeida, Santiago Dantas e Roberto Campos “eram membros da tecnoburocracia que assumira o comando do desenvolvimento no seio do Estado populista”. Mas essa síntese geral não leva em conta particularidades do ISEB como a saída de Hélio Jaguaribe ou a divisão política da instituição entre a posição de esquerda não-marxista de Guerreiro Ramos e a ala marxista mais ortodoxa do PCB (Bresser Pereira, 1982: 274-5).

Tais idéias, segundo Bresser Pereira (ele mesmo um jovem pesquisador paulista vinculado ao ISEB na época):

“(…) mais que isso, apresentou uma interpretação original e poderosa do desenvolvimento brasileiro fundada nos conceitos de revolução capitalista e, principalmente, de revolução nacional. (...) [aqui] dou-lhe uma interpretação pessoal, ao mesmo tempo em que elaboro uma crítica de suas eventuais insuficiências, sobretudo do seu otimismo que não permitiu prever a possibilidade de uma crise de longo prazo, como aquela que atinge o desenvolvimento brasileiro e latino-americano a partir dos anos 80” (Bresser Pereira, 2004: 49).

Eis o que afirma Bresser-Pereira em artigo discutindo mais detalhadamente o conceito isebiano de desenvolvimento e que tomaremos como base para fechar a exposição desta seção, embora registrando que tais idéias representam a visão particular do autor (às vezes bem discutíveis) e nem sempre são apenas isebianas, como já afirmamos, mas de uma geração, que tem Furtado e outros pensadores inspirados nas idéias da CEPAL como as mais destacadas figuras desse “movimento”, dessa “cultura política” e dessa “visão de mundo”. O importante é que são idéias de um intelectual e político relevante no “mundo tucano”, embora, como veremos, talvez não exatamente na sua ala intelectual hegemônica quando no poder.

Hélio Jaguaribe, segundo Bresser, em seu livro *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira* (1958) defende a tese de que o capital estrangeiro estava se dirigindo para a indústria – verdadeira heresia, pois CEPAL e ISEB consideravam o capital estrangeiro o principal obstáculo à industrialização, o que acabou levando a um “racha” na instituição e à saída de Jaguaribe, em 1960, como já vimos. Ao reconhecer tal aspecto positivo dos investimentos estrangeiros, Jaguaribe, na verdade, estava antecipando uma tese da “teoria da nova dependência”, o que seus companheiros não entenderam. Depois, o ISEB já não será o mesmo até seu fim em 1964 (Bresser Pereira, 2004: 51).

Antes, porém, segundo Bresser:

“O ISEB colocava-se claramente como partidário da idéia de nação e moderadamente a favor dos ideais de esquerda ou de maior igualdade econômica. (...) o nacionalismo do ISEB também não era radical. Era um nacionalismo patriótico, semelhante ao que existiu e continua a existir nos grandes países capitalistas desenvolvidos (...) que só puderam desenvolver porque (...) formaram um Estado-nação capaz de liderar um projeto de desenvolvimento” (Bresser Pereira, 2004: 52).

Com a derrota política de 1964, porém, a crítica paulista foi devastadora ao ISEB e ao nacional-desenvolvimentismo.

“A vitória ‘acadêmica’ da escola paulista foi clara, não apenas porque seus membros falavam em nome da ciência, mas também porque lograram, com êxito, identificar a análise e o projeto político do ISEB com a traição aos trabalhadores e ao ideal socialista. E, com essa vitória, perdura até hoje uma perspectiva enviesada da grande contribuição dos intelectuais do ISEB para a compreensão da realidade brasileira” (Bresser Pereira, 2004: 54).

Bresser afirma que as visões do ISEB estavam corretas no geral, mas não perceberam as mudanças econômicas que inviabilizavam o pacto político desenvolvimentista nas bases propostas nos anos 50. Os críticos paulistas, também equivocados, reconheciam as mudanças em relação ao capital estrangeiro e indústria, mas desprezaram o nacionalismo do ISEB.

“Ao fazer essa análise [em Bresser Pereira, 1968] eu preservava a extraordinária contribuição representada pela escola nacionalista, desenvolvimentista e dualista do ISEB, ao mesmo tempo em que abria espaço para uma interpretação da nova dependência que se conservasse nacionalista” (Bresser Pereira, 2004: 55).

O conceito de desenvolvimento do ISEB, segundo Bresser, baseava-se em alguns pressupostos centrais, a saber: a) Desenvolvimento é revolução capitalista; b) Desenvolvimento é estratégia; c) Desenvolvimento é revolução nacional; d) Desenvolvimento é superação da dualidade; e) Desenvolvimento requer estabilidade macroeconômica; f) A dimensão moral.

Vejamos brevemente cada um deles, pois é uma discussão que nos permitirá reflexões nesta seção e também em outras partes deste estudo.

Desenvolvimento é revolução capitalista. O conceito de desenvolvimento do ISEB foi inspirado “livremente” em Marx, Schumpeter, Raúl Prebisch (CEPAL) e Celso Furtado, mas sem se preocupar em ser fiel a nenhum deles. Desenvolvimento é acumulação de capital e incorporação de progresso tecnológico, o que melhora as condições de vida de forma sustentada. “Desenvolvimento [é] industrialização, mas, mais do que isto, era o processo mediante o qual o país realizava sua revolução capitalista. (...) o desenvolvimento acontecia em um mercado capitalista definido e regulado pelo Estado”. No Brasil, esse processo começa para valer em 1930. Antes, havia sido colonial (de 1500 até 1808-1822) e semicolonial (entre 1822 e 1930). Iniciado o processo, “o desenvolvimento que emerge da revolução capitalista é ‘sustentado’” (Bresser Pereira, 2004: 55-6).

Desenvolvimento é estratégia. Só há desenvolvimento com planejamento e estratégia. O agente principal é o Estado, mas os empresários são decisivos também. O Estado garante as condições e é agente promotor estratégico do desenvolvimento nos

países ainda subdesenvolvidos, pois a burguesia ainda não tem força para tal. “O desenvolvimento é um processo de contínuo planejamento e replanejamento; é essencialmente o resultado de uma vontade nacional que se expressa de forma estratégica” (Bresser Pereira, 2004: 57-8).

Desenvolvimento é revolução nacional. O Estado precisa de condições materiais e ideológicas necessárias para cumprir suas funções estratégicas. Precisa ser também uma revolução nacional. O papel principal é dos empresários, burocratas e políticos, restando um papel secundário para os trabalhadores. Mas, ao contrário da revolução capitalista, há uma convergência de todos para os objetivos da revolução nacional. “O que o ISEB pretendia é que o Brasil fosse tão nacionalista quanto são os países desenvolvidos. Que possuísse um Estado, uma elite política no governo e cidadãos na vida social tão capazes de defender os interesses nacionais quanto aqueles existentes nos Estados Unidos, na Inglaterra ou na França”. Representava também contornar o imperialismo, que estava acabando no plano político, mas continuava economicamente nos anos 50. Muitas vezes porque existia uma “subordinação cultural das elites dos países subdesenvolvidos, vítimas do ‘complexo de inferioridade colonial’, (...) que tendem a reproduzir, de forma mimética e pouco crítica, as idéias e as instituições estrangeiras, que, assim, se tornam postizas” [como diria Schwarz, 1973]. “Recebemos do estrangeiro, juntamente com os problemas, sua interpretação pré-fabricada” (Jaguaribe, 1953: 2 *in* Bresser Pereira, 2004: 60). Com técnicos e políticos ligados ao Estado no Rio de Janeiro e com a classe empresarial que desponta em São Paulo a Revolução nacional é possível, como na famosa frase de Celso Furtado: “transferir o centro de decisão para dentro do país”. Assim, o Estado, que precedeu a sociedade politicamente organizada, pode se transformar em uma verdadeira nação (Bresser Pereira, 2004: 58-62).

Desenvolvimento é superação da dualidade. Desenvolvimento para o ISEB é superar a dualidade básica da sociedade brasileira. Dualidade interna entre pólos principal e secundário, mas também externa. Na visão de Ignácio Rangel, segundo Bresser Pereira, “a dualidade, assim, aparece duplamente: por meio da coexistência de relações de produção correspondentes a duas fases históricas seqüenciais, e por via da existência, nos dois pólos, de uma relação de dependência com as sociedades mais avançadas do que o Brasil – tanto no pólo principal quanto no secundário, o respectivo

lado externo apresenta relações de produção atrasadas em comparação às vigentes na Europa e nos Estados Unidos. O caráter dual e dependente da economia e da sociedade brasileira fica, assim, integrado e assume um caráter dinâmico”. Essa visão é muito diferente da visão geral da teoria da modernização da época, desenvolvida principalmente nos países centrais. “A preocupação (...) era não confundir sua teoria da dualidade básica da economia brasileira com a teoria da modernização, que simplesmente opunha um setor tradicional a um moderno. (...). O desenvolvimento seria apenas a passagem do tradicional para o moderno Para o ISEB é também isso, mas o desenvolvimento dos países periféricos, além de enfrentar o problema da alienação nacional, caracterizava-se por essa contradição dual entre um pólo principal e outro secundário, e pela dependência de ambos em relação ao exterior”. Erraram não pelos motivos apontados pela sociologia paulista – negar a dualidade como questão central –, mas porque “não se deram conta de que, ao contrário do que previa [a teoria econômica da época que tomaram como base], a industrialização não teria condições de absorver o setor informal”. Minimizaram o tamanho do problema da marginalização dos pobres e da concentração de renda, geradores de um dos maiores obstáculos estruturais ao desenvolvimento brasileiro¹² (Bresser Pereira, 2004: 62-6).

Desenvolvimento requer estabilidade macroeconômica. Sobre o requisito de estabilidade macroeconômica para o desenvolvimento o ISEB tinha posições ambíguas. Reconhecia os ciclos econômicos e a inflação estrutural, assim como a necessidade “keynesiana” da intervenção do Estado no controle dessas variações. O que não previram – e nem seus críticos do pós-64 – foi a possibilidade de uma estagnação como a experimentada pelo Brasil e pela América Latina a partir dos anos 80. Sua visão de projeto nacional, contudo, é uma referência para enfrentar o problema, o que não encontramos nas visões paulistas. “Ao suporem que o desenvolvimento se tornaria auto-sustentado depois da industrialização, o ISEB, a CEPAL e, neste caso, também a escola de [sociologia de] São Paulo subestimaram a possibilidade de os países latino-americanos se endividarem no exterior tanto quanto se endividaram, e depois terem

¹² Essa crítica será feita, depois, nos anos 60 e 70, mostrando que os setores tradicionais da economia tinham funcionalidade para o desenvolvimento dos setores modernos. O que não se resolveu é como, com a ajuda do Estado, dinamizar e potencializar as soluções para incorporar as massas marginalizadas que apenas pelo mercado nunca chegam lá. Tal problema continua sendo uma das questões políticas centrais do desenvolvimento brasileiro no início do século XXI, apesar das inúmeras iniciativas implantadas desde os anos 80 (Bresser Pereira, 2004: 66-8). Iniciativas tímidas – podemos acrescentar –, embora intensificadas no Governo Lula, se tornando política central do Estado. O mesmo talvez não se possa dizer da Reforma Agrária, embora Bresser Pereira pense o contrário.

tantas dificuldades para superar a crise decorrente. (...). Subestimaram, finalmente, que as elites brasileiras, que mal ou bem logravam ser nacionais nos anos 50, poderiam regredir politicamente e perder o pouco de consciência nacional que haviam alcançado” (Bresser Pereira, 2004: 68-73). A análise do autor sobre esse aspecto particular da macroeconomia está claramente contaminada por observações de fundo político e ideológico em relação ao seu próprio papel como ministro do governo Fernando Henrique Cardoso e intelectual “tucano”, mas ainda assim tem seu valor sobre o ponto principal anotado – o declínio de uma visão nacional dos problemas brasileiros, principalmente sobre o problema do desenvolvimento.

A dimensão moral. Segundo Bresser Pereira, podemos analisar a questão de dois pontos de vista: um histórico e outro normativo. No primeiro caso, o desenvolvimento é analisado em suas causas e desdobramentos, mas sem um explícito conteúdo moral. No segundo caso, ao contrário, importa discutir os fins do desenvolvimento. A perspectiva do ISEB foi claramente a primeira, mais “neutral” sobre os fins. “Os intelectuais do ISEB eram socialistas reformistas e defendiam um desenvolvimento com distribuição de renda, mas este problema não estava no centro de suas preocupações. O mesmo se aplica ao problema da democracia”. Quer dizer, eram ambíguos sobre essas questões centrais, que só vão ganhar espaço nas reflexões intelectuais brasileiras dos anos 70 em diante, quando as dramáticas consequências do autoritarismo se fazem sentir em toda a sua intensidade. Sobre o fenômeno do “populismo”, diferente dos paulistas, mesmo criticando certas práticas, os intelectuais isebianos entenderam que “era a primeira manifestação da democracia [de massas], na medida em que abria espaço para que o povo (...) se manifestasse politicamente” (Bresser Pereira, 2004: 73-5).

Toda essa discussão é importante, pois, segundo Bresser:

“Em síntese, o conceito de desenvolvimento do ISEB é um conceito histórico de revolução capitalista, por meio da industrialização, e de revolução nacional, que torna o país capaz de tomar suas decisões essencialmente em função dos interesses nacionais. Enquanto, no Brasil, entre os anos 30 e 70, a revolução capitalista se completou, o mesmo não pode ser dito em relação à revolução nacional, que se interrompe a partir dos anos 80” (Bresser Pereira, 2004: 75).

O ISEB, assim como os militares nos anos 70 e os governantes dos anos 90 [leia-se **Fernando Henrique** – grifo nosso], não se deram conta de que um país só cresce de forma sustentada com seus próprios recursos “nacionais” e não fazendo dívidas (principalmente externas) que comprometem qualquer esforço nesse sentido (Bresser Pereira, 2004: 76).

Novamente as reflexões de Bresser Pereira parecem contaminadas pelas suas experiências governamentais nos anos de FHC e do PSDB no poder, mas são, ainda assim, reflexões importantes por nos fazerem pensar sobre o que as experiências passadas podem nos ensinar sobre o nosso presente. CEPAL, ISEB e o nacional-desenvolvimentismo em geral fizeram o Brasil avançar industrialmente e mesmo socialmente na “Era Vargas” e nos “Anos Dourados”, apesar de todas as mazelas que se repunham politicamente, economicamente e socialmente. O pensamento nacional-desenvolvimentista também nos legou como resultado palpável uma “cultura política” – idéias que inspiram até hoje todos aqueles que buscam e discutem rumos para o país, particularmente nessa virada de século dominada pela chamada globalização capitalista.

1.4. Interpretações do Brasil pós-64

Contra-pondo-se à cultura política orientadora das ações práticas da Era Vargas (do positivismo gaúcho aos pensadores autoritários do período entre os anos 20 e os anos 40) e à cultura política de origem e inspiração “carioca” do nacional-desenvolvimentismo (incluindo visões marxistas ortodoxas ou “vulgares” do pré-64) tem-se, como já vimos esquematicamente, no pós-64, segundo Bresser Pereira, a interpretação autoritário-modernizante do regime militar (como a visão de mundo dos que ocupavam o poder) e as interpretações marxistas de origem principalmente “paulista” (como visões críticas ao passado populista e ao presente autoritário).

A “liquidação”¹³ da interpretação nacional-burguesa parecia ter sido automática com a implantação da ditadura de 1964. A idéia de uma “aliança política da burguesia com o proletariado sob a égide da tecnoburocracia estatal, contra a burguesia agrário-mercantil e o imperialismo” (Bresser Pereira, 1982: 276) perdeu completamente o sentido, na medida em que os setores burgueses ou dominantes se uniram internamente e se aliaram às forças “imperialistas” externamente.

“Esta nova visão hegemônica [das classes burguesas] está baseada em duas idéias-chave – desenvolvimento econômico e segurança nacional. (...) é o capital monopolista, tanto industrial quanto mercantil e bancário, que se torna hegemônico em detrimento do capital competitivo. (...) não resta alternativa à tecnoburocracia estatal, para que ela possa realizar o seu projeto desenvolvimentista de Brasil-potência, senão aliar-se à burguesia monopolista e às multinacionais” (Bresser Pereira, 1982: 276-7).

O Estado é também um produtor de bens e serviços, além de regulador.

“O projeto industrializante, modernizador, burguês e tecnoburocrático da interpretação nacional-burguesa reaparece na interpretação autoritário-modernizadora. O que desaparece é o discurso nacionalista e o discurso popular ou populista. (...) O discurso popular torna-se desnecessário, já que os trabalhadores foram excluídos do pacto social” (Bresser Pereira, 1982: 277).

¹³ Liquidação no sentido de que perdeu suas bases políticas, mas deixando como herança a visão geral de que é necessário um projeto nacional de desenvolvimento para o Brasil capitaneado pelo Estado. Essa é a herança espectral deixada pelo nacional-desenvolvimentismo, que retorna sempre aos debates na falta de uma formulação mais sólida e convincente no último meio século – seja na esquerda, na direita ou em alguma posição entre as duas.

Ganhou a Escola Superior de Guerra e sua ideologia de segurança nacional subordinada ao predomínio dos EUA durante a Guerra Fria. Perderam o PCB, os estudiosos da CEPAL e os intelectuais do ISEB, além, é lógico, de todas as forças políticas “populistas” do pré-64. As bases dessa interpretação são anteriores a 1964, com a obra *Aspectos Geopolíticos do Brasil* (1952) de Golbery do Couto e Silva e os estudos de “Roberto de Oliveira Campos que, já em 1953, na Escola Superior de Guerra, buscava ‘a área possível de conciliação entre uma *ideologia de desenvolvimento* e uma *ideologia de segurança*’” (Bresser Pereira, 1982: 277). Roberto Campos, ao contrário do que se pensa, defendia o planejamento e a tecnoburocracia como agente do planejamento. “O planejamento é justificado em função da ‘debilidade da iniciativa privada’, da ‘faculdade telescópica’ ou visão de longo prazo que o Estado possui e a burguesia não, e da capacidade de ‘concentração de recursos’ do Estado” (Bresser Pereira, 1982: 278). Roberto Campos, que chegou a escrever um artigo intitulado “Em Defesa dos Tecnocratas”, aliava teses monetaristas neoclássicas com a idéia de planejamento tecnocrático – “e essa será uma característica econômica essencial da interpretação autoritário-modernizante” (Bresser Pereira, 1982: 278).

As interpretações críticas do pós-64, de uma perspectiva completamente oposta a essa, nos remetem a debates anteriores envolvendo pensadores como Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda, “inventores” do Brasil ainda nos anos 30 e 40 (Cardoso, 1993), bem como a cientistas sociais mais rigorosamente acadêmicos capitaneados originalmente por Florestan Fernandes desde os anos 50 – inclusive e principalmente Fernando Henrique Cardoso.

O grande sociólogo pernambucano Gilberto Freyre é visto, num primeiro momento, como o principal “inimigo” acadêmico dos críticos sediados no centro-sul do país (tendo as instituições acadêmicas paulistas como “guias”), que, de forma não muito diferente, igualmente atacavam o ISEB e seus quadros intelectuais – a polêmica envolvendo Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes, ainda nos anos 50, é expressão dessa animosidade e das diferentes prioridades acadêmicas e políticas das tradições diferentes que conviviam à época.

Posteriormente, com o advento da ditadura militar, modifica-se o foco central e ampliam-se os adversários: a própria ditadura, as esquerdas tradicionais ou ortodoxas, as correntes de ultra-esquerda e, sem dúvida alguma, os populistas de todas as cores e vieses defensores da “herança maldita” do getulismo. De uns e outros, ou seja, de quase todas as correntes políticas e culturais da nação os críticos “paulistas” do pós-64

queriam distância e criticavam implacavelmente as posições políticas e principalmente as posições analíticas.

Sem o saber naquele momento, tais críticos estavam, a partir da intensa e dinâmica industrialização do país, particularmente centrada em São Paulo, e das conseqüências políticas e culturais deste fato decisivo, semeando as visões concorrentes de mundo do futuro brasileiro. De um marxismo “esterilmente acadêmico” (para usar as palavras equívocas de Wanderley Guilherme dos Santos) e politicamente tímido (obrigado a recuar para o espaço restrito do CEBRAP e de outros institutos assemelhados nos anos mais duros da ditadura) emergirão as duas forças políticas que monopolizarão o centro do poder dos anos 90 e seguintes: o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Interessante desdobramento! E devemos registrar muito enfaticamente que não surgiram, como pensam alguns, de manobras meramente pragmáticas ou de algum voluntarismo eleitoral de ocasião nos anos 1980. É exatamente o oposto: projetos políticos sólidos articulados a partir de profundas reflexões acadêmicas sobre o país que resultaram em “visões de mundo” ou “culturas políticas” concorrentes durante nossa Transição Democrática longa, difícil, tortuosa e, por isso mesmo, responsável por enganos interpretativos de muitos de nossos analistas e especialistas.

Retornemos, porém, às interpretações do Brasil segundo Bresser Pereira, pois assim podemos entender com mais riqueza de detalhes a complexidade político-intelectual do pós-64 e a posição intelectual decisiva de Fernando Henrique Cardoso nesse quadro.

Segundo o autor, as visões marxistas ou de esquerda dividem-se em três interpretações distintas, como já vimos e vamos repetir: (a) interpretação funcional-capitalista; (b) interpretação da superexploração imperialista; e (c) interpretação da nova dependência. Vejamos cada uma delas, particularmente a última.

A **interpretação funcional-capitalista** dominou as esquerdas na segunda metade dos anos 60. Para ela, o Brasil sempre foi capitalista ou o eventual pré-capitalismo foi funcional para a acumulação. O Golpe de 64 foi culpa dos que interpretavam erradamente o Brasil (ISEB, PCB, etc) e daí tiraram conclusões políticas equivocadas sobre as alianças políticas que deveriam ser estabelecidas.

“A interpretação funcional-capitalista será formulada de maneira extraordinariamente brilhante por Caio Prado Jr. que, em 1966, publica um livro

fundamental para a compreensão de todo o pensamento brasileiro posterior: *A Revolução Brasileira* (Bresser Pereira, 1982: 279). Entre teses equivocadas (afirma uma continuidade capitalista do Brasil ao longo da sua história, nega divisão entre os setores da burguesia, afirma a origem da burguesia industrial na burguesia cafeeira) e pioneiras (enxerga o caráter industrializante do novo capitalismo, percebe o capitalismo burocrático e denuncia a permanente exploração dos trabalhadores rurais e camponeses), Caio Prado Jr, segundo Bresser Pereira, fez uma análise, ao mesmo tempo, corajosa e ressentida.

Outro trabalho decisivo, segundo Bresser Pereira, foi o artigo clássico de Rodolfo Stavenhagen, “Sete Teses Equivocadas Sobre a América Latina” (1965).

“As teses equivocadas são (1) dualismo, (2) desenvolvimento via difusão do industrialismo para áreas tradicionais, (3) as zonas tradicionais são um obstáculo ao capitalismo progressista, (4) a burguesia nacional tem interesse em romper o domínio da oligarquia latifundiária, (5) o desenvolvimento depende de uma classe média nacionalista e progressista, (6) a integração nacional da América Latina depende da miscigenação e (7) há uma identidade de interesses entre camponeses e operários” (Bresser Pereira, 1982: 280).

Uma série de estudiosos importantes é dessa visão, entre eles, segundo Bresser Pereira, Fernando Novais (que afirmou o caráter capitalista do Brasil colonial na linha de Caio Prado Jr.) e João Manoel Cardoso de Mello (que amplia a análise de Novais até a atualidade com o equívoco de não ver contradições entre os setores burgueses, embora tenha várias contribuições em outros aspectos, tal como a periodização da economia brasileira¹⁴). Também significativas são as contribuições de Boris Fausto (análise revisada da Revolução de 30 negando divergências burguesas), Francisco de Oliveira (criticando a razão dualista, ou seja, como Mello, uma crítica a Celso Furtado, mas contribuindo com várias sugestões instigantes para a crítica marxista e de esquerda no Brasil) e Luciano Martins (reinterpretando a Revolução de 30 como uma luta de classes preventiva e uma mera etapa da modernização conservadora – seguindo a teoria de Barrington Moore Jr.) (Bresser Pereira, 1982: 280-3).

A interpretação funcional-capitalista é uma contribuição da esquerda marxista não-ortodoxa brasileira. Contribuição limitada, segundo Bresser Pereira, pelo seu

¹⁴ “Mercantil-Escravista Colonial até 1808; Mercantil-Escravista Nacional até 1888; Exportadora-Capitalista-Retardatária a partir de então. Esta fase por sua vez divide-se em: nascimento e consolidação do capital industrial (1808-1933); industrialização restringida (1933-1956); industrialização pesada (1956...)” (Bresser Pereira, 1982: 281).

caráter excessivamente crítico. Com o tempo, parte dos seus autores migra para a visão hegemônica na esquerda da “interpretação da nova dependência” (Bresser Pereira, 1982: 283).

A **interpretação da superexploração imperialista**, segundo Bresser Pereira, é igualmente ressentida da derrota de 1964, mas muito mais radical. Busca construir uma nova visão de esquerda para a América Latina a partir dos conceitos de imperialismo (Lênin) e perda de dinamismo do capitalismo central (Trotsky). O imperialismo é o grande culpado do subdesenvolvimento. A burguesia está unida e aliada ao imperialismo. Não há nacionalismo amortecendo luta de classes nesta visão. Os países imperialistas superexploram os países subdesenvolvidos que ficam sem meios para se desenvolver. E faz isto através da violência de regimes autoritários e fascistas. As alternativas são: socialismo ou fascismo. A base principal dessa visão é a obra de Andrew Gunder-Frank que, em artigo clássico, “Desenvolvimento do Subdesenvolvimento” (1966), critica o dualismo, a idéia de que a América Latina tenha tido sistemas pré-capitalistas, etc. Segundo ele, as zonas mais atrasadas do continente são justamente as que tiveram maior expansão exportadora mercantil.

São integrantes dessa visão também outros autores estrangeiros e brasileiros nem sempre devidamente valorizados em questões de grande relevância devido talvez ao que poderíamos denominar de afirmações contrariadas pelos fatos que foram se sucedendo, como é o caso, por exemplo, de Ruy Mauro Marini (teoria da superexploração dos países periféricos¹⁵, teoria do subimperialismo regional e crítica ao reformismo do nacional-desenvolvimentismo) e de Teotônio dos Santos (formas de dependência e teoria do desenvolvimento desigual e combinado¹⁶). Apesar da análise de Santos

¹⁵ É interessante como funcionam as teorias em relação ao imaginário popular: uma ampla maioria da população latino-americana e brasileira, se realizada pesquisa de opinião cientificamente, provavelmente afirmará que existe mesmo esta superexploração imperialista, o que não deixa de ser parcialmente verdade. Seus teóricos, no entanto, estão ultrapassados e suas idéias anacrônicas, segundo muitos analistas, embora a questão continue polêmica (ver, por exemplo, Arrighi, 1996, 1998 e 2001), mas a herança da denúncia ficou gravada na imaginação da população, para o bem e para o mal.

¹⁶ Teotônio dos Santos, segundo Bresser Pereira, vê três tipos de dependência historicamente: colonial ou comercial-exportadora, financeiro-industrial do final do século XIX e tecnológico-industrial do pós-2ª Grande Guerra. Esta última caracteriza-se pelo desenvolvimento desigual entre as nações imperialistas e periféricas, que funcionam de forma combinada, deixando aos países dependentes apenas as alternativas do fascismo (que impõe a superexploração) ou do socialismo (que pode libertar os países de tal sujeição) (Bresser Pereira, 1982: 285-6). Conclusão que lembra, ironicamente, a famosa frase final da obra de Fernando Henrique Cardoso sobre o empresariado industrial: “No limite a pergunta será então, subcapitalismo ou socialismo?” (Cardoso, 1964: 187).

antecipar a questão tecnológica das multinacionais, não percebe as mudanças na situação econômica brasileira – gerando dependência com desenvolvimento (Bresser Pereira, 1982: 284-6).

A **interpretação** que mais nos interessa é a que Bresser Pereira denomina de “**nova dependência**” e que tem em Fernando Henrique Cardoso o seu principal formulador. Esta interpretação compartilha com as duas anteriores as críticas à interpretação nacional-burguesa, embora de forma menos radical, separando erros analíticos de erros políticos. São analisados os “fatos novos”¹⁷ que, na política, durante os anos JK, levam à superação das diferenças entre a burguesia agrário-mercantil e a burguesia industrial, inviabilizando a posição nacionalista desta última; de outro lado, liquida o pacto populista, aliança dos trabalhadores com a burguesia, que os intérpretes da visão nacional-burguesa propunham.

A maior contribuição vem da obra de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto: *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (1967). A partir daí construiu-se a “teoria da dependência”, criticando as teorias da modernização e de etapas do desenvolvimento, por um lado, e a teoria da superexploração imperialista, por outro lado. Defende a relação entre os determinantes externos (imperialismo) e internos (estrutura de classes) para definir a dependência que, com a entrada em massa de capitais externos na indústria, acaba gerando desenvolvimento (ao contrário do que pensavam os intelectuais do pré-64, que identificavam o imperialismo com estagnação). A nova dependência caracteriza-se ainda pela associação da burguesia local com as multinacionais e com as tecnoburocracias civil e militar (Bresser Pereira, 1982: 288-9).

Celso Furtado, em obra de 1969, *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, contribui no sentido de definir o novo modelo econômico, embora não aponte claramente o fim da estagnação. Carlos Lessa escreve seu *15 Anos de Política Econômica* em meados dos anos 60. *Desenvolvimento e Crise no Brasil* de Bresser Pereira é de 1968 e Maria da Conceição Tavares escreve *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro* em 1972. Todos estes autores contribuíram

¹⁷ Seis fatos novos, na visão de Bresser Pereira, em artigo de 1963: (1) consolidação da indústria; (2) decadência da agricultura do café e impossibilidade de transferência de renda do setor exportador para a indústria; (3) entrada em massa do capital estrangeiro; (4) aprovação em 1958 da Lei de Tarifas; (5) revigoração da atividade sindical nos anos 50; e (6) Revolução de Cuba em 1959, que apavorou a burguesia local. Os dois fatos iniciais liquidaram as divisões entre a burguesia brasileira. Os dois seguintes liquidaram o nacionalismo. E os dois últimos levaram à radicalização política que resultará no Golpe de 64 (Bresser Pereira, 1982: 287-8).

decisivamente para a interpretação da nova dependência. Em síntese estes trabalhos apontam para o novo ciclo de desenvolvimento com concentração de renda da classe média para cima, ou seja, um modelo econômico baseado na produção de bens duráveis de consumo – particularmente automóveis (Bresser Pereira, 1982: 289-90) – concentrados nos setores médios da pirâmide social e um consumo restrito de bens de alto luxo para a ínfima minoria do ápice da estrutura de estratificação social do país.

O artigo “Além da Estagnação” escrito por Maria da Conceição Tavares e **José Serra** [grifo nosso] em 1971 e o livro de Celso Furtado *Análise do Modelo Brasileiro* de 1972 são as obras decisivas para demonstrar um novo dualismo – empresas multinacionais no setor moderno e setores tradicionais no setor substitutivo de importações – e um processo de reconcentração de renda possibilitando o mercado consumidor para os novos produtos. É uma nova estratégia de desenvolvimento em que “Estado, empresas multinacionais e empresas locais ocupam áreas complementares (ao invés de competitivas) no aparelho produtivo” (Bresser Pereira, 1982: 290-1). Depois, temos as contribuições de um número enorme de estudiosos¹⁸ tanto sobre a crise do modelo econômico (iniciada ainda nos anos 70) e os seus desdobramentos na área militar, na área social, na área cultural e principalmente na área política.

Bresser Pereira discute ainda a **interpretação do projeto de hegemonia do capital industrial** – uma interpretação, na época, início dos anos 80, apenas sugerida em alguns trabalhos relevantes de autores diversos (Renato Boschi, Eli Diniz, Luciano Martins, o próprio Bresser Pereira, etc), questão já discutida, de forma seminal, ainda nos anos 60, por Fernando Henrique Cardoso em seu *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico* (1964).

Contudo, ainda nos interessa registrar nesta seção, seguindo o autor, **a posição de Florestan Fernandes**, em seu clássico *A Revolução Burguesa* (1975) – que atravessa as três visões marxistas anteriores sem se fixar exatamente em nenhuma delas. Suas análises sobre o conservadorismo da classe burguesa na Revolução de 1964 e dos ciclos revolucionários burgueses (iniciados em 1808 e 1888) nos levariam a situá-lo, segundo Bresser Pereira, na interpretação funcional-capitalista. Sua análise de que a

¹⁸ Bresser Pereira cita dezenas de estudiosos e seus trabalhos, mas o que devemos registrar é que as obras de Fernando Henrique Cardoso constituem o centro sobre o qual gira a maioria dos debates principais no campo político, como veremos nos capítulos seguintes – dedicados ao seu pensamento.

revolução burguesa no Brasil não segue o padrão clássico e sim uma trajetória singular e dependente nos levaria a situá-lo como crítico tanto da interpretação funcional-capitalista quanto da interpretação da superexploração imperialista – da qual se aproxima por outra razão: a consideração de que o autoritarismo é intrínseco às burguesias dependentes como a brasileira (Bresser Pereira, 1982: 286-7).

Florestan Fernandes é um dos principais fundadores da moderna sociologia paulista e fonte inspiradora de quase todos os estudiosos mais importantes das correntes críticas do pós-64, inclusive Fernando Henrique Cardoso, e, por sua vez, inspirou-se muito em Caio Prado Jr. e sua visão de longa duração sobre o Brasil. Defendeu com garra e até certo radicalismo a idéia de que a sociologia paulista – ao contrário de seus antecessores da primeira metade do século XX e dos seus contemporâneos cariocas dos anos 50 mais ensaístas do que acadêmicos – representava uma etapa realmente necessária e institucionalmente relevante das ciências sociais brasileiras. Criticava os ensaístas por não terem uma base sólida em pesquisas empíricas e, por essa razão, muitas vezes se equivocarem nas análises e nas posições políticas. Bresser Pereira assinala, porém,

“que os trabalhos mais significativos publicados pela escola **científica** [grifo nosso] de São Paulo **foram ensaios** [grifo nosso], como eram ensaios as grandes contribuições do ISEB [e as anteriores]. No caso de São Paulo, refiro-me a *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* de Cardoso e Faletto (1969); ‘Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista’ de Francisco de Oliveira (1972); e *A Revolução Burguesa no Brasil* de Florestan Fernandes (1975)” (Bresser Pereira, 2004: 78).

É importante o registro dessa flagrante contradição, pois se os erros analíticos e políticos são cometidos por falta de base empírica em parte dos ensaios interpretativos, como se diz algo pejorativamente sobre o ensaísmo em geral, tais erros estão disseminados nas ciências sociais brasileira de todos os tempos não apenas nos autores do pré-64.

Florestan, contudo, está correto em propugnar rigor e melhores pesquisas empíricas para fazer avançar nossas ciências sociais, mas tal ênfase não pode restringir a liberdade criativa dos trabalhos. Boa parte da produção acadêmica de Fernando Henrique Cardoso sobre a qual nos debruçaremos nos capítulos seguintes é a melhor prova disso, pois alterna trabalhos de sólida base empírica com ensaios criativos – sendo que estes mais do que aqueles lhe deram fama mundial e definiram sua “fortuna” acadêmica e política.

O descaminho analítico de muitas obras com um presumido rigor científico por terem dados quantitativos em profusão são a face quase mistificadora desse problema crucial nas ciências sociais em geral e nas ciências sociais brasileiras em particular (ver discussão sobre a metodologia de FHC no capítulo seguinte).

As visões de mundo, as crenças políticas e as culturas políticas em geral são um tremendo desafio analítico. As pesquisas quantitativas ajudam na sua explicação, mas geralmente pecam pela insuficiência das definições qualitativas do que se investiga. Pior: costumam ser de uma superficialidade errática nas relações macrosociológicas e, por isso, apenas óbvias – heurísticamente de caráter duvidoso – nas relações microsociológicas.

Nesse contexto, sem perder de vista a necessidade de uma base empírica sólida, como entender as relações de Fernando Henrique com a cultura política brasileira e como explicar as visões de mundo que irão compor a experiência partidária do PSDB? O próprio Fernando Henrique nos dá pistas sobre um caminho possível de investigação na citação que usamos como epígrafe dessa primeira parte da tese¹⁹.

¹⁹ Vamos repetir para facilitar a leitura. “A origem de classe ou a posição política ancestral, por si sós, são de pouca valia para explicar o comportamento político efetivo. Os valores assumidos, a evolução da cultura política, a configuração do jogo do poder, a posição dos atores polares desempenham papel de maior relevância na definição dos rumos pessoais” (Cardoso, 2006: 50).

Capítulo 2 – A construção intelectual de uma visão de mundo

Fernando Henrique explica suas posições, às vezes aparentemente contraditórias ao longo da sua história e da história brasileira do último meio século, como fruto de um longo aprendizado democrático pessoal, desde a juventude até a ocupação dos mais altos cargos acadêmicos e políticos, assim como também ocorreu ao longo da vida do seu sucessor, Luiz Inácio Lula da Silva, ambos como lideranças resultantes do processo maior de amadurecimento democrático do próprio país (Cardoso, 2006: 50).

Tais convicções democráticas, segundo Cardoso, germinaram ainda no seio de sua família – de tradição republicana, democrática e getulista. Seu avô, general, participou da conspiração para implantar a República, assim como um tio-avô, também general, foi ministro da guerra do governo provisório de Getúlio, entre 1930 e 1932. Um primo – igualmente general – ocupou o mesmo cargo entre 1952 e 1954, no segundo período presidencial de Getúlio. Assim como nas “campanhas nacionalistas dos anos 1950 nas quais meu pai, eu e vários tios e primos estivemos envolvidos, eram vistas e revistas a cada encontro familiar numeroso” (Cardoso, 2006: 50).

O pai, o militar Leônidas Cardoso, “democrata desde a raiz dos cabelos”, ao contrário de outros familiares, participou da Revolução Constitucionalista de 1932 do lado dos paulistas e acabou, depois de idas e vindas, aposentado em São Paulo, por isso Fernando Henrique Cardoso, carioca de nascimento, aí também se radicou como “um paulista de coração”. O pai era, porém, um “nacionalista ferrenho”, defensor da campanha O Petróleo É Nosso, “acabou se elegendando deputado federal pelo velho PTB, com apoio dos comunistas” (Cardoso, 2006: 52-3).

Com a política na veia desde o seio familiar, por assim dizer, Fernando Henrique explica que a sua relação com a política continuou nas situações concretas de sua juventude como estudante universitário, ex-aluno (eleito para representá-los no Conselho Universitário da USP em chapa com Antônio Delfin Netto como vice) e jovem professor-assistente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (quando ajudou a fundar o que é hoje a Associação dos Docentes da USP, Adusp, e também a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, Fapesp) – sempre buscando modernizar e democratizar a vida universitária da USP dominada por uma rígida hierarquia (Cardoso, 2006, 50-1).

Tudo indica, porém, que as questões políticas mais marcantes em sua existência são aquelas que ocorreram após o golpe militar de 1964 e que também marcarão a vida

política brasileira de forma profunda, gerando não poucas transformações em vários setores e principalmente uma reação incontrolável de inspiração verdadeiramente democrática pela primeira vez na história do país. Como afirma Fernando Henrique:

“A grande causa da minha geração não foi a da estabilização da economia [alcançada depois em seu governo]. Nem tampouco a do desenvolvimento econômico [grande desafio colocado nos anos 50 pela geração anterior]. **Foi a da democracia.** Elas não são excludentes (...) e as mudanças havidas no Brasil tiveram como base a redemocratização. (...). Por isso, para mim, a história contemporânea da política brasileira começa nos anos 70, com as lutas pela volta à democracia, **sonhada por muitos** como se fosse a inauguração de uma sociedade – dando nome às coisas – **socialista**” [grifos nossos] (Cardoso, 2006:14).

Tal luta democrática, para Fernando Henrique, é uma síntese de múltiplas coisas e muitas correntes em luta contra o regime militar: guerrilha de esquerda, luta dos democratas liberais, luta pela anistia, Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o novo sindicalismo nascido das greves em Osasco [e Betim, com o Sr. Joaquim e outros] e no ABC e até, no fim desse processo, a campanha pelas Diretas Já. Assim como também a luta institucional do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que deixou de ser uma “oposição consentida”. Tudo resultando na convocação da Assembléia Nacional Constituinte, em 1986, precedida pela tragédia da morte de Tancredo em 1985 (Cardoso, 2006: 14-5).

De tudo isso ele participou ativamente, tanto na política concreta a partir dos anos 70 quanto também dos movimentos mais importantes do mundo acadêmico a partir dos anos 50, trajetórias que vão se amalgamando inescapavelmente dadas as características do trabalho acadêmico e do trabalho político de Fernando Henrique, constituindo a mais extraordinária combinação desse tipo em toda a história do Brasil e também entre as de maior destaque nesse sentido no plano internacional.

É sobre isso que nos debruçaremos neste capítulo (sobre a construção mais intelectual) e no capítulo seguinte (sobre a construção mais política), buscando desvendar essa interligação da produção acadêmica e da atuação política de Cardoso no período que antecede a criação do PSDB em 1988 e também sua chegada ao poder nos anos 90. Não é, entretanto, é preciso ficar claro, um estudo sobre Fernando Henrique apenas, mas principalmente sobre uma construção coletiva que o tem como figura principal – o PSDB.

O capítulo terá as seguintes seções: 2.1. Forma, reflexões metodológicas e temáticas centrais. 2.2. Seminário Marx e idéias no lugar. 2.3. Visões sobre a dependência.

2.1. Forma, reflexões metodológicas e temáticas centrais

Personagens acadêmicos e políticos da dimensão de Fernando Henrique Cardoso necessariamente atraem atenções as mais variadas de analistas estritamente acadêmicos, cronistas políticos, militantes políticos (favoráveis e contrários) e até mesmo de simples curiosos (jornalistas, populares, biógrafas estrangeiras e assim por diante). Meio a tudo isso, pode-se afirmar com absoluta certeza que dezenas milhares de páginas já foram escritas sobre Fernando Henrique com os mais diversos fins. Não é tarefa fácil analisar tão vasto material, ainda que apenas, como nos propomos aqui, focados em questões bem determinadas. A dificuldade está em que os analistas geralmente seguem essas mesmas posições extremadas de “amor” e “ódio” ao personagem, raras vezes mantendo a “imparcialidade” possível nos que se destacam pelo rigor e uma certa “objetividade” quando na busca da “verdade” – aqueles conselhos de Max Weber para até ser “subjetivo” na escolha do objeto, mas tentar sempre uma busca rigorosa da verdade (Weber, 1991), sem querer aqui adentrar uma das mais difíceis e complexas discussões da chamada filosofia da ciência.

Analisando por esse prisma geral, podemos dizer que os que buscaram entender o pensamento e a prática de Fernando Henrique Cardoso, direta ou indiretamente, no último meio século, podem ser divididos entre os excessivamente favoráveis (Bolívar Lamounier, José Arthur Giannotti, Lourdes Sola e tantos outros que com ele conviveram e até produziram inúmeras obras em conjunto), os excessivamente contrários (como, por exemplo, Francisco de Oliveira e José Luís Fiori, particularmente depois da ascensão de Cardoso à presidência) e os que mantiveram algo que, na falta de uma explicação melhor, denominarei de moderação analítica (os do “caminho do meio” aristotélico). Esse último grupo é composto por muitos estudiosos, mas alguns, dentre estes, destacam-se: Roberto Schwarz, Bernardo Sörj, Daniel Pécault, José Carlos Reis, Roberto Goto, Rubem Barboza Filho e Milton Lahuerta – independente de serem mais ou menos simpáticos às idéias de Cardoso ou ao PSDB, posição mais do que razoável em uma democracia pluralista como a que tentamos ser. Alguns outros, em pontos e assuntos particulares, também merecem parcialmente essa consideração e serão utilizados ao longo da tese mais freqüentemente do que os “críticos excessivos” ou os “quase escudeiros do ‘príncipe’”.

A parte sobre método, que discutiremos nessa seção, será baseada muito sobre as idéias mais do que criativas de Goto (1998), e, nas seções e capítulo seguintes – sobre

as “sementes liberais” em seu pensamento: dependência, Cebrap, democracia, etc –, tomaremos várias sugestões dos outros autores citados como fonte de orientação.

A discussão sobre método justifica-se como conteúdo inicial porque tal questão tem uma importância e uma significação especialíssimas na obra de Fernando Henrique, levando não poucos a equívocos sérios sobre o conteúdo político e sobre a visão de mundo expressos em sua vasta obra.

Roberto Goto afirma que Fernando Henrique tem uma certa inclinação pela complexidade formal nos trabalhos acadêmicos e que isso se deve a duas razões complementares: ao momento histórico dinâmico no qual o autor produziu a maior parte de sua obra acadêmica (anos 60 e 70) e ao fato de ser uma obra restrita ao ambiente confinado dos *campi*. Aí a linguagem técnico-científica (oriunda da ênfase sobre o assunto assimilada do mestre Florestan Fernandes) gerou um pretensão hermetismo e um certo preciosismo retórico. Afirma ainda que o próprio Cardoso provavelmente diria que a complexidade é oriunda da realidade e não dele Cardoso. E, por fim, insiste que Cardoso tem apreço pela repetição das idéias em seus textos, o que nem sempre simplifica as coisas como seria de se esperar de tal forma expositiva (Goto, 1998: 7-9).

Essa interessantíssima análise de Goto sobre principalmente a **forma** na obra do nosso personagem pode esclarecer várias coisas antes ainda de adentrar o assunto muito mais complexo da sua metodologia propriamente dita. Goto acerta em vários pontos, mas confunde-se em outros. É preciso e correto sobre a linguagem técnico-científica ser fruto da influência acadêmica de um certo momento de afirmação institucional das ciências sociais no Brasil. Equivoca-se, por outro lado, segundo entendemos, quando diz que Fernando Henrique é hermético. Arriscamos a dizer até que é exato o oposto: é um dos autores mais claros e objetivos do mundo acadêmico brasileiro de todos os tempos – e reside aí uma das razões principais da sua tremenda capacidade persuasiva. Linguagem técnico-científica, sim. Hermetismo como Florestan e outros, absolutamente não. Mas há claramente um preciosismo estilístico, excessiva insistência nos estrangeirismos e coisas do tipo, que demonstram uma personalidade “vaidosa” na forma – e, dizem seus críticos mais duros, também no conteúdo e na ação, o que merece análises mais apuradas para ser tratado como verdade inquestionável.

Goto equivoca-se ainda, pensamos nós, quando afirma que a produção acadêmica de Cardoso é complexa porque foi confinada aos *campi* e ocorreu num momento particularmente difícil da história nacional. Na introdução dessa subseção, usando afirmações do próprio Cardoso, parece ter ficado claro que ele sempre fez

política dentro e fora dos *campi*, e a diversidade e sofisticação de sua obra em boa parte é fruto dessa condição extraordinária, uma relação “viva” com o mundo exterior aos *campi* (política na família, cargos políticos na universidade, fuga do país após o Golpe de 64, Cepal, cassação como professor da USP, Cebrap, ativo colaborador da imprensa “alternativa”, interlocutor da cúpula do MDB e assim por diante). Foi tudo, menos uma produção acadêmica confinada aos *campi*.

É discutível também a questão da complexidade da conjuntura política na qual sua principal produção acadêmica foi produzida nos anos 60 e 70. Viver e pensar sob um regime ditatorial é com certeza sofrido e até perigoso, mas nunca mais complexo do que nas sociedades abertas ou democráticas, com liberdade de opinião, investigação, crença e expressão, onde a pluralidade de idéias expande-se “geometricamente” ao contrário das idéias “aritméticas” que mal conseguem ser expressas nos regimes autoritários – se é permitido fazer um trocadilho político malthusiano sobre o assunto. É possível afirmar até que o ambiente ditatorial simplificou os debates e, como afirma Cardoso em várias ocasiões, atraiu o grosso das forças de esquerda e progressistas do país para colocar a questão democrática no centro das reflexões. Aí, sim, o pensamento social brasileiro se viu diante de uma questão de mais alta complexidade analítica e política, pois a inexperiência nacional com a temática da democracia é sobejamente conhecida – e foi esse o mais gigantesco desafio enfrentado pela geração de estudiosos e militantes políticos do pós-64 e não apenas por ele próprio, como já mencionamos anteriormente citando o próprio Cardoso.

Tal esforço de reflexão sobre a democracia, contudo, já é resultado de outros conteúdos que levaram diretamente a essa questão (derrota de 1964, ideário cepalino, questão da dependência, características dos regimes autoritários do continente e assim por diante), mas não apenas nos anos 60 ou 70, mas durante toda a transição democrática e mesmo no período posterior de discussão sobre a consolidação democrática no país.

Se estivermos conseguindo nos explicar, a realidade, diferente do que expõe Goto, tinha lá suas complexidades, mas também e principalmente certas “simplificações”. Autores diversos se confundiram exatamente com os indicadores de tal conjuntura e Fernando Henrique Cardoso, ao contrário, construiu um pensamento lógico e cristalino sobre o Brasil e sobre esse momento particular, não raras vezes em acirrados e esclarecedores debates sobre conteúdo (origem de uma verdadeira obsessão

pelo “real” em Fernando Henrique) e método (este último um assunto difícil e sobre o qual Goto tem muito a nos esclarecer).

Roberto Goto inicia sua discussão sobre método em Fernando Henrique com uma epígrafe-citação interessantíssima: “Implícita ou explicitamente, a fonte metodológica é a dialética marxista. Entretanto, existem tão variadas maneiras de conceber a utilização da dialética marxista (...)” (Goto, 1998: 15, citando Cardoso, 1995). É exatamente isso: tão variadas possibilidades...

No conjunto da obra de Fernando Henrique, como afirma corretamente Goto (1998: 16), a discussão de método não se restringe a tecnicidades ou formalidades da investigação científica. Muito pelo contrário, já lembrava uma moderníssima concepção de método como abordagem crítica geral do conjunto dos dados disponíveis (ver, por exemplo, Boudon e Bourricaud, 2001: 336-41) e uma criação própria de como analisar os assuntos que nada tem com as burocráticas imposições dos especialistas em metodologia (ver, por exemplo, Becker, 1999: 9-46).

“Antes que eleição de um método, o que identifica o autor é sua postura crítica ante os métodos. (...). Os métodos valem pelo modo como são empregados” (Goto, 1998: 16-7). Cardoso, numa palavra, cria métodos próprios – dependendo do assunto em foco – discutindo os métodos alheios e muitas vezes mobilizando discussões densas sobre autores como Marx, Weber, Gramsci, Poulantzas, Althusser e assim por diante. Sempre pautando sua visão, como afirma Goto:

“(...) [pelo] antidogmatismo e pelo antimecanicismo. (...) isso significa que para ele importam a compreensão dos processos reais e a análise concreta de situações específicas da realidade, devendo o método – ou o seu uso – adequar-se a essa tarefa. (...) realidade múltipla, complexa, contraditória e mutável. A palavra chave aqui é ‘dialética’: Fernando Henrique tem, filosoficamente, uma concepção dialética da realidade, à qual corresponde uma postura metodológica igualmente dialética” (Goto, 1998: 17-8).

Não cabe aqui nem mesmo fazer uma análise mais detalhada como a de Goto, aliás, muito bem construída, sobre os sofisticados aspectos da sua metodologia, mas apenas registrar enfaticamente uma avaliação de que o método na obra de Fernando Henrique tem sérias implicações no conteúdo e, contrariamente ao que muitos apregoaram em dezenas de artigos e o próprio Fernando Henrique insiste sempre em reafirmar, tal relação, no entanto, não garante e nem confirma visões de mundo socialistas e de esquerda social-democrática. A razão bem concreta é que o método tem

uma função na sua obra, como já falamos, de abordagem crítica e dialética, mas não estrutura seu conteúdo normativo – como em tantos autores ortodoxos marxistas. Pelo contrário, ao longo do tempo e das tremendas refregas acadêmicas e políticas nas quais se envolveu, sua heterodoxia metodológica dialética “personalíssima” foi conduzindo-o a posições acadêmicas particulares sobre assuntos diversos de cristalina clareza (das quais existem exemplos variados), a uma visão geral acadêmica densa e logicamente construída (da qual a influência do seu pensamento é prova definitiva) e, no plano político, a uma visão de mundo democrática (consensual na literatura) e liberal (afirmação decisiva que defendemos aqui como uma das idéias centrais da tese, mas é amplamente questionada pelo próprio Cardoso e por muitos de seus defensores).

Como afirma Goto (e concordamos plenamente):

“(…) metodologicamente, a questão da filiação a esta ou aquela teoria não é a mais importante para o autor. De certa forma, é possível dizer que o método de Fernando Henrique ‘é’, em parte, ele próprio, na medida em que o uso que faz dos métodos é mais ou menos pessoal e mais ou menos livre” (Goto, 1998: 19-20).

O próprio Fernando Henrique, a certa altura, explicou assim a questão metodológica, no seu *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes* (1971):

“Só os empiristas extremos pensam o conhecimento de forma distinta de uma aventura do espírito. Aventura com riscos calculados e com margens de erros tanto menores quanto mais definidas. É preciso muita ingenuidade para pensar que a aplicação adequada das ‘regras de investigação’ garante a validade teórica do conhecimento obtido. Preferimos arcar com o risco de uma utilização heterodoxa das ‘regras de investigação’ para ver se por seu intermédio se dá um passo por pequeno que seja, no encaminhamento de um problema concreto posto pela prática científica atual (Cardoso, 1971: 55-6).

Outra coisa formidável em seu pensamento, originária provavelmente das lições do mestre Florestan Fernandes ainda nos anos 50, é o valor dado por Cardoso às evidências dos fatos e dos dados reais, num processo de atualizar conceitos segundo a realidade estudada. Objetos de pesquisa são selecionados segundo valores pessoais, mas os resultados não podem ser “torcidos” para serem adaptados aos nossos valores. É uma objetividade marcadamente weberiana, embora reconheça a complexidade entre relações reais e relações imaginárias – a visão de mundo interferindo diretamente na produção científica. Continua Goto: “sua dialética, predominantemente marxista, não

ignora, entretanto, as outras duas dimensões historicamente ligadas à palavra: a platônica²⁰ e a hegeliana” (Goto, 1998: 20-23).

Goto afirma que:

“(...) podemos concordar com Fernando Henrique quando, justificando a adoção do método histórico-estrutural na análise das ‘relações mais amplas entre ideologias e estruturas’ (no caso, relativas ao empresariado industrial), atribui a si mesmo a ‘heterodoxia’ daquele que não descarta da pesquisa científica o seu caráter de ‘aventura do espírito’” (Goto, 1998: 26).

Nada mais beckiano (e assim também esperamos ser aqui nessa tese ainda que só parcialmente) – e correto metodologicamente – do que tal concepção. Se for permitida uma digressão metodológica, Fernando Henrique sempre esteve, nesse terreno, muito à frente de quase todos os seus contemporâneos brasileiros – a exceção apenas de um Antônio Cândido, **mestre dos mestres** na “aventura do espírito”, e de alguns outros de sua geração que lhe seguiram os passos e rivalizam com o próprio Cardoso em criatividade metodológica. Howard S. Becker, em *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais* (1999: Introdução e Capítulo 1, principalmente, já mencionados anteriormente na apresentação), defende que tal “aventura do espírito”, para ser simples e brilhante, como em várias obras de Fernando Henrique – acrescentaríamos –, as soluções metodológicas têm que emergir de um conjunto de pré-requisitos a priori não definidos por quaisquer regras assinaladas em manuais de metodologia.

De onde, então, deve emergir a metodologia mais adequada para enfrentar um determinado problema científico?

Essa solução, segundo Becker, deve sair da experiência pessoal e acadêmica do estudioso, que, necessariamente, deve ter com seu objeto de estudo uma “relação especial” – e não confinada aos *campi* –, como ocorre com Cardoso. A sofisticação metodológica não está na erudição abstrata, embora ter conhecimentos profundos não faça mal algum, mas na “intimidade” do estudioso com o seu objeto [o que nem sempre

²⁰ Amor à polêmica e também visão instrumental de tal procedimento, como diria Goto (1998: 23-6), à construção de sínteses seletivas a partir do embate com outros. Mas também uma “esperteza” acadêmica e política, pois muitas de suas “criações” são, na verdade, “recriações” [sempre uma ‘originalidade da cópia’?] melhoradas e melhor divulgadas de argumentos parcialmente apropriados de outros. Na prática política de Fernando Henrique tal processo operacional salta aos olhos, como veremos em capítulos e seções posteriores. Daniel Pécaut (1989) chamou atenção para este aspecto, que não desmerece Cardoso completamente, mas ofusca um pouco a sua originalidade metodológica e de conteúdo. O próprio Cardoso revela sua posição de que “a idéia [qualquer uma] não é de ninguém (...). Nunca tive pretensão de ser original” (Carta, 1994: 17). Humildade acadêmica inesperada e surpreendente, mas que eleva seu autor tão criticado pela vaidade acadêmica.

Cardoso conseguiu] e com a sociedade como problema geral – aspecto tão forte na obra de Fernando Henrique. É alguma “coisa” que está além do “meramente acadêmico” e num outro “plano de entendimento” das próprias coisas científicas – aí incluída a metodologia como questão decisiva, mas inseparável dos outros aspectos do trabalho científico (ambiente, problema, hipóteses, linhas analíticas, etc). É muito importante ainda, segundo Becker, não esquecermos que somos todos produtos da própria sociedade e, então, se queremos entendê-la cientificamente, precisamos, antes de tudo, compreender que nosso trabalho está socialmente inserido e é caracterizado por um alto grau de relações sociais reflexivas (ver, por exemplo, Giddens, 1998) – o que Fernando Henrique, como vimos, já percebia de um modo bastante criativo e particular.

Os caminhos para fazer ciência social, contudo, ainda segundo Becker, podem variar muito. Marx, Durkheim e Weber, por exemplo, produziram vastas obras e também seus próprios métodos a partir dos problemas que se propunham a analisar. Outros, depois, particularmente Parsons, especializaram a questão metodológica, confinando-a ao espaço restrito dos *experts*. Nos Estados Unidos, então, “escolas metodológicas” ligadas a Harvard e Columbia reinterpretaram os clássicos e “industrializaram” as ciências sociais, criando uma especialização e divisão de trabalho entre áreas metodológicas e não metodológicas, numa tentativa de reproduzir as ciências naturais. Isso foi péssimo, segundo Becker, pois impedia a criação de metodologias próprias pelos diversos pesquisadores, que se sentiram constrangidos a não contrariar os “especialistas em metodologia”. Mais recentemente, no entanto, tem havido uma “reação” no sentido de resgatar a liberdade criativa do método segundo os problemas estudados e suas dificuldades particulares, o que Becker considera não só necessário, mas uma “obrigação” de qualquer estudioso de ciências sociais, principalmente nos trabalhos mais qualitativos, nos quais a “improvisação criativa” é quase uma imposição²¹. Mas não foi exatamente isso que realizou Fernando Henrique durante toda a produção de sua vasta obra?

Como diz Becker: “A metodologia é importante demais para ser deixada aos metodólogos”, muitas vezes vistos, erradamente, como “guardiões institucionalmente aceitos da metodologia”. A crítica do autor é no sentido de que tais especialistas não conseguem nunca lidar com os aspectos todos envolvidos numa investigação científica.

²¹ É também o que estamos tentando fazer, mas **nunca** poderíamos antecipar na “apresentação” de nossa pesquisa, pois confundiria os leitores por falta de dados e informações. Esta estratégia vai emergindo ao longo da exposição e, esperamos, ficará clara ao fim do trabalho.

Quer dizer, não é possível previamente definir as dificuldades e soluções que apresentará uma dada pesquisa científica [como a nossa?]. Seguir rigorosamente manuais é, assim, o pior caminho. A esse respeito, não deixa de ser interessante observações do autor sobre prêmios e cientistas premiados nos Estados Unidos, pois analisando a questão podemos ver que trabalhos sociológicos brilhantes e premiados quase nunca seguem os “especialistas em metodologia” – pelo contrário, são trabalhos nos quais a metodologia emerge do próprio problema estudado de variadas formas segundo a criatividade dos estudiosos. Temos que afirmar a originalidade e sofisticação metodológica de Fernando Henrique também nesse quesito particular.

Analisando as modalidades de discurso metodológico, Becker nos informa que são basicamente três. O primeiro, mais descritivo, é o “como fazer” técnico dos manuais especializados em “receitas prontas”, mas algumas vezes úteis se ultrapassam a idéia de “receita” e for uma descrição acurada do método utilizado por algum estudioso, com suas dificuldades e soluções próprias. O segundo, que o autor denomina de analítico, é uma espécie de sofisticação do primeiro caso e origem da metodologia mais especializada. É uma busca de padrões lógicos dentre os vários procedimentos utilizados, algo assim como uma “ciência do método”. Tem sua origem nos especialistas em pesquisas quantitativas, mas evoluiu para aquilo que Becker tanto critica, ou seja, a metodologia como assunto de especialistas. O terceiro, que ele denomina de sociológico, é o que encara o trabalho científico como algo interacional, ou seja, entender a investigação nas ciências sociais como algo que não tem regras claras previamente e, portanto, depende muito mais do próprio processo social de produção do conhecimento, com seus problemas e soluções específicos, bem como alto grau de criatividade. O autor tem clara predileção por esse terceiro enfoque, que, segundo entendo, é o que predominou nos trabalhos acadêmicos de Fernando Henrique, embora esteja parcialmente em declínio, infelizmente, entre os cientistas sociais da atualidade, aprisionados em regras técnicas de metodologia e hiper-especialização de conteúdos.

Essa pequena digressão com base em Becker (1999) nos ajuda a entender a metodologia de Fernando Henrique Cardoso como uma tentativa de “explicar o real” mesmo diante de uma crise dos paradigmas que já se evidenciava nas ciências sociais em geral e nas ciências sociais brasileiras em particular depois da derrocada de 1964. Numa operação metodológica criativa, vemos uma reposição da centralidade da política e suas contingências – visão contra os determinismos marxistas mais ortodoxos e

derrotados no pré-64, que tentavam se repor de alguma forma. Tem ainda alguma influência da ciência política norte-americana, mas amalgamada com a sociologia européia – principalmente francesa, sempre considerada por Cardoso como mais sofisticada e mais profunda. Resultou também numa localização do Estado – diferente da ciência política norte-americana mais ortodoxa – como espaço de articulação da nação com o mercado mundial. E produziu toda uma reflexão profunda e de certa forma seminal sobre democracia e cidadania no Brasil.

Mas temos que afirmar como idéia final dessa seção, que tal metodologia foi também um dos pilares da construção da visão liberal de Fernando Henrique Cardoso ao longo da sua vida acadêmica e da sua vida política – o que tentaremos analisar nas seções seguintes do capítulo e no capítulo seguinte, com base em trabalhos diversos de estudiosos contemporâneos de Cardoso (Roberto Schwarz, José Arthur Giannotti, etc) ou que se detiveram sobre aspectos de sua carreira acadêmica, de sua obra ou de sua atuação política (tais como Bernardo Sörj, Daniel Pécault, Milton Lahuerta, Rubem Barboza Filho e outros).

2.2. Seminário Marx e idéias no lugar

A obra de Fernando Henrique Cardoso é vasta e estende-se por várias décadas – desde as primeiras publicações, ainda nos anos 50 do século passado, até seus discursos, artigos e entrevistas no exercício da presidência (1995-2002). São dezenas de livros e artigos para fins acadêmicos distintos, bem como outras centenas ou milhares de artigos, entrevistas e discursos para fins políticos bem determinados. Há, nesse conjunto, porém, linhas de análise e até uma visão de mundo bastante coerente, desqualificando a história, real ou não, de que Fernando Henrique Cardoso “esqueceu o que escreveu” – principalmente depois que foi eleito presidente da república.

Ele não “esqueceu” nada do que escreveu, mas “adaptou” parte das suas opiniões para, com fins acadêmicos ou políticos específicos, dar a impressão de ter sido sempre alinhado com as posições mais “politicamente corretas” – ou, de certa forma, da moda, intelectualmente *fashion*, particularmente quando, nos anos 90, ocupou o centro do poder como presidente da República. Fernando Henrique Cardoso, como bom artista da academia e da política – liderança de “alguma *virtù*”, como se autodenomina com falsa modéstia (Cardoso, 2006) –, criou mitos sobre si mesmo na busca de adaptar suas opiniões passadas às opiniões dominantes de certos momentos críticos mais atuais. Parece má fé, mas não é. É uma operação mais do que corriqueira na academia e política contemporâneas dominadas por imagens e suas conseqüências “reflexivas” (Bagdikian, 1990; Bauman, 1999 e 2000; Giddens e Pierson, 2000; o próprio Cardoso, 2006).

Essa aparente contradição – ser coerente e torcer visões (o que o venerado Weber não apoiaria) –, no entanto, é fruto das exigências políticas requeridas de quem se formou na esquerda acadêmica, mas, pelas circunstâncias e também por vocação, entrou gradualmente na política concreta, quase sempre em posições políticas reformistas de centro e, às vezes, quando no governo, até amparado em posições conservadoras ou de direita. Faz parte também, como já vimos na breve reflexão sobre sua metodologia, de uma certa estratégia acadêmica e política. Como veremos à frente, Cardoso parece ter um certo prazer em confundir o sociólogo com o político e vice-versa, pois tal operação permitiu-lhe sempre contornar problemas e fazer prevalecer suas posições dentro dos limites e das condições dadas – plenamente coerentes com seus auto-apregoados realismo e cartesianismo.

De outra perspectiva, podemos dizer que é possível localizar um fio condutor em sua obra, na medida em que suas temáticas e preocupações originais foram, por assim dizer, desdobrando-se e recriando-se em outras quase sempre afins. O poder emergente das classes empresariais e sua ação política, contudo, parece ser o núcleo central das preocupações analíticas e também políticas de Fernando Henrique Cardoso. Ele é ou tornou-se uma espécie de “intelectual orgânico da burguesia”, ainda que usasse em suas análises basicamente o instrumental marxista e se declarasse socialista até os anos 80, como nos informa Bernardo Sorj (2001:115) – e ainda insistia freqüentemente que continua de esquerda e progressista (Cardoso, 2006). Há nas suas obras, contudo, a opção pelas explicações e versões que são nada mais e nada menos do que uma sofisticação intelectual da defesa de interesses bem determinados de uma parte moderna da burguesia do país – aqueles setores burgueses progressistas e “lockeanos” que, de certa forma, contrapõem-se aos setores burgueses atrasados e “hegelianos” do resto do país, como expõe sua opinião meridianamente clara em *Autoritarismo e Democratização* (Cardoso, 1975: Capítulos V e VI), ainda que em nenhum momento afirme claramente ter aderido politicamente às suas organizações partidárias ou coisa do tipo. É uma ligação mais do tipo “espiritual” – no sentido acadêmico e não religioso. Uma convicção tão forte sobre certos assuntos estratégicos que posições anteriores vão sendo superadas como anacrônicas ou insuficientes para darem conta dos novos indicadores da realidade em dinâmica mutação.

Fernando Henrique, nessa perspectiva, é um autor, por um lado, singular – no sentido de que sua obra é uma grande referência, das maiores mesmo, das ciências sociais brasileiras da segunda metade do século vinte – e, ao mesmo tempo, por outro lado, parte integrante de um movimento intelectual mais amplo estruturado em torno da chamada sociologia de tradição mais universitária do pós-64 – uma cultura política ou macro-visão do Brasil distinta de outras culturas políticas e macro-visões anteriores, contemporâneas e posteriores –, como vimos grosso modo no capítulo anterior.

Esta questão é muito relevante, pois Fernando Henrique foi se transformando, ao longo da sua vida acadêmica, de discípulo a mestre na rígida e bastante impenetrável hierarquia universitária paulista da USP. Foi nessa época, também, entre os anos de 1958 e 1964, que ocorreu o famoso Seminário Marx – tão influente na trajetória posterior de seus participantes (Giannotti, Schwarz e vários outros). Foi esse movimento que marcou profundamente Fernando Henrique Cardoso por razões variadas – pessoais,

acadêmicas, políticas e, principalmente, ideológicas no sentido de visão de mundo (como estamos usando o conceito na tese).

José Arthur Giannotti, grande amigo de Cardoso desde a juventude universitária e um dos maiores intelectuais do país, escreveu em 1998 um artigo muito interessante sobre o famoso Seminário Marx com o sugestivo título de “Recepções de Marx”. Vejamos suas principais idéias sobre tal movimento acadêmico e político.

“Para que se possa avaliar melhor como Marx foi lido por esse grupo paulista – e sublinho o caráter regional e datado desse evento, pois a tradição marxista no Brasil possui várias outras fontes importantes –, convém invocar o contexto histórico em que essa leitura se deu e o projeto científico que a animou” (Giannotti, 1998: 115).

Giannotti afirma que todos os envolvidos – historiadores, economistas, filósofos, sociólogos, etc – tinham motivações científicas e políticas. Queriam construir uma visão sobre o Brasil e os seus problemas visando intervir na realidade – primeiro da própria USP e depois do país. Mas animava o grupo também uma crítica e uma separação do mestre Florestan Fernandes, que consideravam equivocado metodologicamente, por conta da sua visão tripartida combinando funcionalismo, compreensão e dialética – síntese com base nos três grandes mestres da sociologia do século 19: Durkheim, Weber e Marx.

“Se nenhum de nós aceitava essa tripartição metodológica, ao menos ela nos alertava sobre a diversidade dos processos de conhecimento e nos colocava diante do desafio de compreender de que modo qualquer reformulação da dialética, como método de explicação científica, deveria resolver melhor os problemas colocados pelos métodos concorrentes [Parsons, Lévi-Strauss, Sartre e Keynes]” (Giannotti, 1998: 116).

Queríamos era compreender o capitalismo da época e suas estruturas. Daí, por exemplo, as duas obras mais lidas produzidas pelo grupo tratarem os assuntos dessa perspectiva do geral para o particular: *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*, de Fernando Novais, e *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (Giannotti, 1998: 117).

Era um projeto político-científico, mas que não se furtava aos aspectos ideológicos. Era para enfrentar tanto a irracionalidade conservadora quanto o cientificismo [ortodoxo ou stalinista] da própria esquerda. Inclusive os desvios que

apontavam no método do próprio “mestre” Caio Prado Jr. [não sobre os conteúdos principais que os inspiravam (Cardoso, 1993)] e principalmente das esquerdas comunistas [com as quais não comungavam conteúdos ideológicos e visões centrais de mundo já desde aquela época]. “Ora, para nós, diferenciar esses dois vetores era questão de sobrevivência, pois só assim encontraríamos brecha para intervir na universidade e na própria política²², de maneira a nos permitir uma ação transformadora eficaz e desalienante. (...). No entanto, em nossos próprios mestres já percebíamos uma perigosa conivência entre ciência e ideologia” – as contradições de Florestan Fernandes e João Cruz Costa, mas não de Antônio Cândido. “Mas enquanto ele puxava o fio da *formação* da literatura brasileira, tentávamos abrir caminho para compreender estruturas e sistemas”. Era crítica metodológica para intervenção política posterior, mas a partir do âmbito universitário inicialmente (Giannotti, 1998: 118-9) – projeto mudado depois da cassação do grupo (como professores da USP), quando se inicia o projeto do Cebrap, o que veremos à frente.

Giannotti observa ainda que era um projeto com claras divergências com o ISEB.

“Recusávamos desde logo o projeto de construir uma ideologia nacional, por mais que reconhecêssemos sua importância como força de aglutinação política. (...). A consciência que nos interessava era a consciência de classe, mas antes da nação era preciso investigar como a própria expansão imperialista criava formas peculiares de dominação e crescimento. Não foi este o tema desenvolvido pela Teoria da Dependência? Em suma, o conhecimento deveria percorrer o caminho do mais geral ao mais particular, antes de fixar-se na análise da estrutura nacional” (Giannotti, 1998: 120-1).

Daí, também, críticas à Escola de Frankfurt e outras visões que realçavam as consequências e não as causas. Giannotti observa

“[que] os anos dissolveram aquela tácita unidade interna que manteve o grupo unido de 1958 a 1964. Por certo, já naquela época, Marx lido por Fernando Novais, Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Octavio Ianni, Ruth Cardoso e eu mesmo, era-o de perspectivas diversas. Mas desde logo reconheci que cabia entre nós uma divisão de tarefas, eu me debruçando sobre os problemas lógicos levantados pelo marxismo, os outros fazendo ciência a partir de suas perspectivas próprias” (Giannotti, 1998:121).

²² É como já afirmamos anteriormente criticando Goto: nada foi feito confinado aos *campi* e nem apenas a eles se destinava, em última análise, embora às vezes pudesse dar essa impressão por razões táticas e estratégicas.

Entende-se, então, que tinham uma visão geral comum e visões particulares sobre questões específicas. No caso de Fernando Henrique isso é fundamental, como já vimos no ponto anterior sobre metodologia, pois, mais do que todos os outros membros do grupo, ele teve uma experiência diversificada geográfica, política e academicamente – cargos universitários, pesquisas de campo sobre escravidão e o trabalho seminal sobre empresários formulado quando esteve na França sob orientação de Alain Touraine. Que variedade! Daí nasce talvez seu método todo particular de ligar teoria metodológica com indicadores reais, além daquilo que Goto e Pécaut apontam como uma estratégia acadêmica realmente personalíssima e *sui generis* – qualidades sem as quais nunca teria se tornado “príncipe da sociologia” durante uma época.

Giannotti observa, por fim, em seu artigo, falando de fetichismo e capitalismo, que

“toda obra de arte possui esse caráter, combinando verdade e fingimento, e que, dessa forma, tem semelhanças com as estruturas sociais. Não reside aí uma das fontes que alimentam o entrelaçamento das ciências com as ideologias? (...). Ora, a estrutura social inclui nela mesma a dimensão de sua prosa e de sua imaginação. Seus conceitos são pensados pelos próprios indivíduos conforme mobilizam as ilusões a que eles estão ligados, de sorte que estrutura profunda e estrutura aparente fazem parte do mesmo processo. Desse modo, o cientista que a estuda está sempre revelando e encobrindo sua realidade – revelando, na medida em que retira o entulho e reconfigura sua aparência, e encobrindo, na medida em que sua própria prática não deixa de ser perspectivada” (Giannotti, 1998: 124).

Belas e sábias palavras, que muito nos ajudam a entender a trajetória intelectual de Fernando Henrique Cardoso – e de quaisquer outros intelectuais e até mesmo de não intelectuais que se arriscam nesse mister de forma amadora (jornalistas, cronistas, comentaristas) – e a construção de sua vasta e brilhante obra de ciências sociais, assim como também a construção de uma visão de mundo **perspectivada** – no caso, depois de idas e vindas ao longo de três décadas, por uma **visão liberal**, como estamos defendendo ao longo da tese e continuaremos tentando evidenciar nessa parte da exposição com base em um inspiradíssimo ensaio de Roberto Schwarz (“Um Seminário de Marx”, 1998 e 1999²³), bem como com base em idéias de outros autores de forma complementar. Antes, porém, tratemos de analisar uma questão que antecede e complementa esta: o “lugar” das idéias de Fernando Henrique.

²³ Originalmente publicado em *Novos Estudos*, nº 50, foi republicado em *Seqüências Brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Giannotti afirma que

“Roberto Schwarz criou um instrumento poderoso para que se entenda o sentido da produção intelectual brasileira ao dar carga conceptual à expressão ‘idéias fora do lugar’. (...). Não creio que nem mesmo ele venha a tomar esse conceito como chave geral para explicar o pensamento nacional como um todo, como se este estivesse na base viciado por inteiro, na medida em que toma idéias emprestadas para injetar-lhes significações diversas das originais. Posta nesta generalidade, a tese implica uma teoria realista da linguagem, como se as idéias, pelo menos algumas, fossem originariamente adequadas, sendo então desvirtuadas por um uso indevido. A adequação corresponderia a uma consciência verdadeira; à sua defasagem, uma consciência falsa. Ora, parece-me que toda boa idéia implica inadequação, pois é boa também por exprimir uma verdade que pode vir a ser. Como Roberto não é nada ingênuo, ele não compartilha dessa ideologia que está se constituindo em seu nome. O que lhe interessa sobremaneira é a forma pela qual idéias importadas adquirem novas significações ao serem praticadas de forma defasada, como sua verdade implica quebra muito peculiar entre o que se diz e o que se faz, tingindo essas duas atividades com sentidos particulares” (Giannotti, 1998: 122).

Esta citação de um dos mais diletos amigos e defensor quase incondicional do Fernando Henrique presidente analisando uma das principais idéias de outro amigo de Cardoso (mas vinculado ao PT) tem aqui o único sentido de questionar o seguinte ponto decisivo: ao longo da sua trajetória acadêmica e principalmente política as idéias de Fernando Henrique estão fora do lugar ou estão no lugar? E não é uma questão meramente retórica, pois muitos dos seus críticos (de Francisco de Oliveira a Leandro Konder, passando por um sem número de outros expressivos intelectuais do país, tais como José Luís Fiori, Maria da Conceição Tavares, etc) afirmam categoricamente que Cardoso foi da esquerda para a direita, do socialismo para o liberalismo, da social-democracia para o neoliberalismo e assim por diante – isso quando não o acusam de coisas ainda piores como “ter esquecido o que escreveu”, traição ideológica, etc. Responder de alguma forma a essa questão nos esclarece então ponto decisivo para entender não apenas a trajetória de Fernando Henrique, mas também a do próprio país que ele tanto interpretou durante o último meio século, e a do partido (PSDB) que foi criado como expressão política principalmente da visão de mundo cardosiana.

Roberto Schwarz foi questionado pelos petistas Fernando Haddad e Maria Rita Kehl, em fins de 1994, em uma entrevista para a revista Teoria e Debate, nos seguintes termos: “Quais seriam hoje [FHC eleito presidente no 1º turno] as ‘idéias fora do lugar’ representadas, não na letra explícita do programa do PSDB, mas no imaginário que

cercou a candidatura de Fernando Henrique e também nos equívocos da candidatura do PT?” (Haddad, 1998:15). Quer dizer, a pergunta vai direto ao ponto que nos interessa.

Schwarz respondeu com clareza meridiana.

“O tema geral das ‘idéias fora do lugar’, isto é, a combinação amalucada de normas prestigiosas da modernidade com relações sociais de base que discrepam muito delas, continua existindo no Brasil (e em outras partes). Como se sabe, os nossos modernizantes nem sempre têm o necessário ‘desconfiômetro’ e podem ficar um pouco ridículos quando se olha o fundamento social em que eles realmente se apóiam. Um caso extremo foi o Collor, que era um personagem de Machado de Assis, pela desfaçatez incrível da fachada. Já no caso de Fernando Henrique isso não é assim, **de jeito nenhum** [grifo nosso]. Ele é uma pessoa que tem consciência clara dessa ordem de problemas. O tempo vai dizer se o clima de persuasão tranqüila e de otimismo, que em diferentes graus cercou, aliás, as duas candidaturas, corresponde aos efeitos reais da modernização” (Haddad, 1998: 15).

As expectativas otimistas de Schwarz não corresponderam exatamente à realidade, o que analisaremos em capítulos posteriores da tese sobre o exercício do poder pelos tucanos nos dois mandatos presidenciais de Fernando Henrique. Mas a afirmação de que as idéias de Cardoso não estavam fora do lugar **de jeito nenhum** nos remete à questão e à resposta seguintes da entrevista. A questão: “Nós não estávamos pensando na pessoa de Fernando Henrique, mas no imaginário que cercou a candidatura dele”. A resposta:

“O imaginário do salto para a social-democracia e o Primeiro Mundo, os dois em versão idealizada, comporta ilusões desse tipo. Não penso que o próprio Fernando Henrique seja vítima delas, mas o tema existe. Agora, para não ser unilateral, é evidente que o projeto socialista no Brasil, dependendo da maneira como ele é formulado, tem muito disso também. A chave está na adoção ou na aceitação ofuscada de um padrão absoluto de modernidade, descolado de seus problemas nos países-modelo e das relações sociais efetivas entre nós. A modernidade passa então a funcionar ao contrário, como um alibi da classe dominante, além de criar um conjunto de erros de perspectiva e também de falta de juízo generalizada” (Haddad, 1998: 16).

Se as idéias de Cardoso estão no lugar e as esquerdas petistas podem até ter mais ilusões do que ele, como explicar sua trajetória intelectual e política, sem parecer uma sucessão de contradições e equívocos? Os entrevistadores fazem uma terceira de muitas outras perguntas: “Numa entrevista à Folha de São Paulo, o Fernando Henrique falou que o conceito de ‘idéia fora do lugar’ estava implícito na teoria da dependência. Qual a dimensão real da sua dívida com ele?”. Resposta de Schwarz:

“O débito é essencial, mas já vem de antes da teoria da dependência. A certa altura, no começo dos anos 60, o Fernando Henrique escreveu um livro chamado *Capitalismo e Escravidão*, no qual mostra que no Brasil do século XIX o capitalismo realizava as suas finalidades por meio da reprodução da escravidão, e não contra ela. Em lugar do otimismo etapista, que postulava a sucessão inevitável de escravidão, feudalismo e capitalismo, com final feliz no socialismo, entrava uma versão diferente da História, que fazia ver o progresso de maneira mais complicada e real. (...). Assim, em suma, as idéias não são apenas o que indicam. Nem a escravidão é necessariamente arcaica, nem o capitalismo assegura o domínio do trabalho livre, e hoje, aliás, nem trabalho ele está assegurando. (...) esse tipo de oscilação, que o Fernando Henrique estudou, eu tentei sistematizar no plano da vida das idéias. O célebre sentimento de que as idéias modernas no Brasil são sempre **postíças** [grifo nosso], inadequadas, estão fora do lugar, se prende a essas falsas universalizações, que são de natureza do capitalismo, um efeito estrutural de sua gravitação” (Haddad, 1998: 16-7).

As idéias de Fernando Henrique não apenas estão no lugar, como também é praticamente da sua lavra, no Brasil, a intuição de que as idéias no capitalismo muitas vezes podem e estão mesmo fora do lugar. Nossa proposta na tese tem sido a de que suas idéias antes de chegar ao poder não são contraditórias com as idéias que defendeu durante seus mandatos presidenciais – o que parece ser também a opinião do mestre Roberto Schwarz na entrevista aos petistas.

Posição ainda mais clara se encontra no ensaio já referido de Schwarz, “Um Seminário de Marx”, que passaremos a analisar como evidência maior da coerência ideológica de Cardoso ao longo do tempo – apesar de, como qualquer outro, como afirma Schwarz, estar sujeito a contradições e, vez por outra (como veremos em outros capítulos), colocar certas idéias **postíças** fora do lugar na busca de vitórias em refregas acadêmicas ou, principalmente, vitórias políticas mais ou menos imediatas.

Schwarz explica que o Seminário Marx foi um grupo de intelectuais que, a partir de 1958, na Faculdade Filosofia da USP, se reunia para estudar *O Capital* de Marx.

“O grupo deu vários professores bons, que escreveram livros de qualidade, e agora viu um dos seus membros virar presidente da república. Naturalmente não imagino que o marxismo nem muito menos nosso seminário tenham chegado ao poder. **Mas mal ou bem é possível reconstruir um caminho que levou da Faculdade de Filosofia da Rua Maria Antonia e daquele grupo de estudos à projeção nacional e ao governo do país** [grifo nosso]. Embora propício a deduções amalucadas, é um tema que merece reflexão” (Schwarz, 1998: 100).

Essa é exatamente a tecla sobre a qual viemos batendo desde o início da tese: o caminho do pensamento de Fernando Henrique de alguma forma confunde-se com o caminho do próprio país no último meio século. Não porque Cardoso seja um mito intelectual ou um político carismático, mas porque, nas voltas e reviravoltas da vida acadêmica e da vida política do país, quis a *fortuna* que fosse ele e não outro o líder que formulasse, encarnasse e representasse um certo projeto liberal durante a transição democrática e principalmente durante a democracia nos anos 90 – com suas qualidades, dilemas e crises. E é sobre a origem desse projeto representado por Cardoso que o ensaio de Schwarz tão brilhantemente discorre.

A origem do Seminário Marx é nebulosa, segundo Schwarz, mas tem relação com a experiência, nos anos 50, de Gianotti com Claude Lefort (crítico da burocracia soviética) na França e, depois, na sua volta ao Brasil, troca de idéias com jovens amigos como Cardoso, Fernando Novais e outros. Os membros também variaram um pouco. “Quando o seminário começou a se reunir, as figuras constantes eram Gianotti, Fernando Novais, Paul Singer, Octavio Ianni, Ruth e Fernando H. Cardoso. Com estatuto de aprendizes, apareciam também alguns estudantes mais metidos: Bento Prado Jr., Weffort, Michel Löwy, Gabriel Bolaffi e eu”. A natureza era multidisciplinar: filosofia, história, economia, sociologia e antropologia. As reuniões eram fora do ambiente acadêmico, na casa dos membros, em rodízio quinzenal, estudando cerca de 20 páginas por sessão, num “ambiente de camaradagem, animação, e também de rivalidade” acadêmica sobre os assuntos em pauta (Schwarz, 1998:100).

A fórmula deu certo e, em 1963, a geração seguinte montou um seminário similar. “Depois o costume entrou para o movimento estudantil, já no âmbito da resistência à ditadura de 64”. Tais círculos de estudo se multiplicavam em todo o mundo, devido à morte de Stálin (1953), revisões na esquerda e, um pouco adiante, na América Latina, a Revolução Cubana (1959). O contexto nacional era o do desenvolvimentismo de JK (50 anos em 5) e as formulações de autores decisivos como Celso Furtado. As ilusões também eram enormes, pois se misturava obra moderníssima (Brasília) com pitadas de anti-imperialismo, assim como com negociatas do arco-da-velha – “isso tudo eram mudanças portentosas, animadas por uma irresponsabilidade também ela sem limites” (Schwarz, 1998: 101).

“Isso posto, o contexto imediato do seminário não era a esquerda nem a nação, mas a Faculdade de Filosofia” e buscava colocar as pesquisas num padrão internacional de qualidade.

“Tratava-se de um empenho formador, coletivo, patriótico sem patriotada, convergente com o ânimo progressista do país, de que entretanto se distinguia por não viver em contato com o mundo dos negócios nem com as vantagens do oficialismo. Daí uma atmosfera provinciana, séria, simpaticamente pequeno-burguesa, bem mais adiantada aliás que o clima de corte que marcava a *intelligentzia* encostada no desenvolvimentismo governamental (ver *Terra em Transe*, de Glauber Rocha). Por outro lado, vinha também daí a conseqüência nas idéias, já que estas corriam num mundo à parte, que pouco sofria o confronto das correlações de força reais, pelas quais tínhamos franca antipatia” (Schwarz, 1998: 102).

Querendo influir na universidade, “entretanto, a conseqüência principal do seminário pode ter sido a inversa: por meio dele, a Faculdade é que iria influir de forma decisiva sobre o marxismo local” – confinado a um isolamento da cultura do país por razões diversas (repressão, stalinismo do PCB, etc) e que tinha obtido resultados melhores com intelectuais de certa forma “independentes” (exceto Caio Prado Jr.). O novo padrão de reflexão acadêmica foi deixando o antigo marxismo anacrônico e foram “mudanças históricas objetivas, que nada dizem do valor das pessoas” e lideranças desse campo de pensamento (Schwarz, 1998: 103).

“Enquanto isso, no Rio de Janeiro, o ISEB ligava a dialética e a luta de classes ao desenvolvimentismo”. Reunia ex-integralistas, comunistas e outros numa rota de “radicalização espetacular”. Criticávamos sua opção mais nacionalista do que socialista – “tratava-se de um quadro claro de inseqüência, para o qual torcíamos o nariz”. Pagou-se o preço da falta de rigor em 1964, embora o ISEB muitas vezes fosse inventivo, “ao passo que as nossas objeções pouco saíam do plano trancado das posições de princípio”. Além das disputas teóricas, é provável que estivesse por trás “o complexo provinciano dos paulistas e, de modo geral, as diferenças entre Rio e São Paulo” – a intensa vida carioca (política, mídia, cultura, debate público) e, ao contrário, “nossa escola da rua Maria Antonia, ambiciosa e caipira, sofrendo da falta de eco nacional e tendo como bandeira o padrão científico, por oposição à ideologia”. A análise marxista também tinha mais sentido na São Paulo em rápido processo de industrialização do que no Rio de Janeiro das benesses estatais. “No essencial, entretanto, a facilidade com que em 64 a direita iria desbaratar a esquerda, em aparência tão aguerrida, demonstrou o infundado das alianças desta, acabando por dar razão aos paulistas” (Schwarz, 1998: 104).

A contribuição específica veio com estudos sobre “os de baixo”, ao contrário dos temas que marcaram a Faculdade desde os anos 30 e 40. Geralmente, temas sobre o Brasil: “pesquisas sobre o negro, o caipira, o imigrante, o folclore, a religião popular. (...). Antonio Candido apontou a novidade democrática e antioligárquica de um tal elenco de temas”²⁴. Entre estudos e reflexões mais abstratas sobre *O Capital* e o *18 Brumário*,

“o fato é que a certa altura despontou no seminário uma idéia que não é exagero chamar de uma intuição nova do Brasil, a qual organizou os principais trabalhos do grupo e teve repercussão considerável. Sumariamente, a novidade consistiu em juntar o que andava separado, ou melhor, em articular a peculiaridade sociológica e política do país à história contemporânea do capital, cuja órbita era de outra ordem. Com a parcialidade do estudante que aproveitou apenas uma parte do que ouvia e lia, exponho em seguida, os argumentos que mais contaram para mim”²⁵ (Schwarz, 1998: 104-5).

A primeira e mais marcante obra fruto do seminário, segundo Schwarz, é a tese de doutoramento de Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional* (1962). Não se tratava de obra usando termos complementares (tipo casa grande e senzala) ou sequenciais (escravismo e abolição).

“O que o livro investiga em pormenor são as conexões efetivas entre capitalismo e escravidão numa área periférica do país [o Rio Grande do Sul oitocentista], área com certa autonomia, mas dependente do que se passava nos âmbitos centrais e na vizinha Argentina, onde vigorava o trabalho assalariado. Antes que o Senhor, ou a liberdade, o *outro* da escravidão é o capitalismo, e este de modo muito relativo, já que é também a causa dela. (...). Se em última análise o capitalismo é incompatível com a escravidão, e acaba por liquidá-la, por momentos ele também precisou, para desenvolver-se, desenvolvê-la e até implantá-la. De sorte que nem ele é tão avançado, nem ela tão atrasada. Assim, *a escravidão podia ter parte com o progresso*, e não era apenas um vexame residual” (Schwarz, 1998: 105).

²⁴ Fernando Henrique, é preciso registrar, também foi expoente dessas reflexões e estudos de sentido democrático, embora, pouco tempo depois, também já tivesse outros interesses, tais como os empresários (1964) e a América Latina (pós-64, no exílio), ampliando muito seu arco de temas e, talvez por isso, destacando-se dos demais em fama acadêmica e influência política, bem como se tornando, gradualmente, um pensador ou intelectual orgânico da burguesia e não dos “de baixo” – papel que coube a outros, como veremos resumidamente na seção seguinte. Mas as tramas intelectuais e políticas que levaram a tal resultado são mais complexas do que parte dos críticos de Cardoso costuma apontar – por desconhecimento ou manipulação ideológica pura e simples.

²⁵ E nós registraremos parcialmente as visões de Schwarz, pois o que nos interessa são as suas opiniões críticas sobre as obras de Fernando Henrique.

Uma visão dialética do problema e não um elogio à escravidão. Uma crítica “às ilusões de uma concepção linear de progresso”, que colocou em xeque o “etapismo” (do comunismo primitivo ao socialismo, passando por escravismo, feudalismo e capitalismo) “em que o Partido Comunista fundava a sua política ‘científica’”. Caio Prado Jr. já havia afirmado algo semelhante, vendo

“a escravidão colonial como um fenômeno *moderno*, ligado à expansão comercial européia, estranho, portanto, àquela sucessão de etapas canônicas. (...). O que temos é que o progresso nacional *repõe*, isto é, reproduz e até amplia as inaceitáveis relações sociais da colônia. E pior ainda, quando enfim suprime a escravidão não é para integrar o negro como cidadão à sociedade livre, mas para enredá-lo em formas velhas e novas de inferioridade, sujeição pessoal e pobreza, nas quais se reproduzem outros aspectos da herança colonial, que teima em não se dissolver e parece continuar com grande futuro pela frente, o qual é preciso reconhecer, ainda uma vez, como fundado na evolução *moderna* da economia” (Schwarz, 1998: 105-6).

As conclusões de tais análises são profundas: a) A história tem avanços e recuos combinados; b) Mas avança, tanto que o capitalismo liquida a escravidão; c) Avançando, não cumpre o núcleo central das promessas do período anterior; d) O novo momento tem “espaço para uma certa liberdade e invenção políticas, bem como para o surgimento de desumanidades novas”; e

(e) “As taras da sociedade brasileira, objetivadas em sua estrutura sociológica ou de classes, não devem ser concebidas como *resquícios* do passado colonial, nem como *desvios* do padrão moderno (coisa que, entretanto, elas também são), mas como partes integrantes da atualidade em movimento, como *resultados* funcionais ou disfuncionais da economia contemporânea, a qual excede os limites do país. **Contra as miragens ideológicas** [grifo nosso], cabe à crítica elucidar as relações de toda ordem, em especial as regressões, de que se compõe o progresso (aliás, progresso de quem?)” (Schwarz, 1998: 106).

Tais conclusões vão na direção de pensar o marxismo e as suas categorias “européias” com outro “sentido”. Podem ser usadas para analisar nossas sociedades, mas não transpõem os conceitos de forma “mecânica”. Existe uma “dialética” entre os países oriundos das antigas colônias e suas metrópoles européias, embora todos os países estejam na mesma “ordem capitalista mundial”. Essa “configuração desconcertante e *sui generis*, que requer malícia diferencial por parte do observador” é (...) “desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, para usar a expressão

clássica”. Do ponto de vista das ex-colônias tudo isso parece às vezes *anomalía*, geradoras de otimismo em alguns casos específicos, mas quase sempre “um desvio do padrão *civilizado*”. A partir dessas críticas decisivas é que se poderia repensar toda a questão central colocada em nossos países.

“Noutras palavras, faria parte de uma inspiração marxista conseqüente um certo deslocamento da própria problemática clássica do marxismo, obrigando a pensar a experiência histórica com a própria cabeça, sem sujeição às construções consagradas que nos serviam de modelo, incluídas as de Marx” (Schwarz, 1998: 107).

Schwarz continua o ensaio analisando as obras clássicas de Fernando Novais e Maria Sylvia de Carvalho Franco. Do primeiro, analisa *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, na qual o autor “chega à conclusão heterodoxa, além de contra-intuitiva, de que a escravidão moderna é uma imposição do tráfico negreiro, e não vice-versa. Digamos por fim que a interpenetração da história local e a global alcançada neste livro não descreve apenas a gravitação daquele tempo, como também responde a uma intuição do nosso”. Da segunda, Schwarz analisa a contribuição indireta de *Homens Livres na Ordem Escravocrata* (de 1964), que, “embora elaborado fora do grupo, respira o seu mesmo clima crítico, ideológico e bibliográfico. Passando por alto as diferenças, há complementaridade de fundo com *Capitalismo e Escravidão*”. Cardoso “havia analisado os impasses cruéis da racionalização produtiva no escravismo. Em espírito similar, Maria Sylvia observa que os donos da terra tratam os seus moradores e dependentes ora como apadrinhados, com os quais têm obrigações morais, ora como estranhos, sem direito a moradia ou proteção (ou seja, a terra em que moram de favor pode ser vendida)” – e o seu mundo vem literalmente abaixo. “Assim, ainda que nas duas monografias a simpatia dos autores fique com os oprimidos, cujas chances analisam, o resultado substantivo vai na direção contrária, sublinhando a margem de manobra que a peculiar estrutura do processo brasileiro faculta à propriedade, a qual segundo a conveniência toca os seus negócios por meio de escravidão, trabalho livre, relações paternalistas ou indiferença moderna”. E, assim, o seminário, através dos estudos dos seus membros ou de estudiosos girando em sua órbita, “ao aprofundar a análise de classe, (...) especificava a imensa e desconcertante liberdade de movimento da riqueza em face dos oprimidos do país (o que não deixa de ser um resultado paradoxal para um grupo de estudos marxistas)” (Schwarz, 1998: 107-8).

“A relevância contemporânea e extra-acadêmica destes pontos de vista apareceu no livro seguinte de F. H. Cardoso, *Empresariado Industrial e Desenvolvimento Econômico* [de 1964], sempre uma tese universitária, mas já a meio caminho da intervenção política”. A conclusão do livro, escrita após o desfecho de 64, era clara: a burguesia já tinha escolhido seu “lado” e sua “posição”, ou seja, abria mão de tentar a hegemonia da nação por fraqueza e seria um sócio menor do capitalismo no Brasil sob os militares. Restava a questão do que fariam as forças populares: seriam capazes de reagir e construir um caminho alternativo? E conclui com a famosa frase a que já nos referimos anteriormente: “subcapitalismo ou socialismo?”. Cardoso contrariava de frente as análises do PCB, que pouco antes dominavam o “clima geral” da esquerda e “justificavam” as alianças defendidas – com a burguesia nacional e contra o latifúndio e o imperialismo.

“Ora, como se sabe, este conjunto de teses foi duramente desmentido pela história. No aperto, a burguesia nacional preferiu a direita e os americanos ao operariado nacionalista, que por sua vez, em parte ao menos, também preferia as firmas estrangeiras. E o mais importante: contrariando a previsão dos progressistas, ao golpe conservador seguiu-se um poderoso surto industrial – que, entretanto, não cumpriu nenhuma das promessas políticas e civilizatórias que se costumam associar ao desenvolvimento econômico. **Fernando Henrique acertara em toda linha, também neste ponto** [grifo nosso]: tratava-se de um ‘subcapitalismo’, ávido de avanços econômicos e sem compromisso com a integração social do país. **A impopularidade da tese** [grifo nosso] não impedia que a sua justeza fosse reconhecida **à boca pequena** [grifo nosso], e suponho que **a ascendência intelectual e política de seu autor no interior da esquerda tenha crescido a partir daí** [grifo nosso]” (Schwarz, 1998: 109-10).

Cardoso criticava também os estudiosos do *stablishment* americano com suas idéias de subdesenvolvimento, tradicional e moderno e outras abstrações que não levavam em conta a **realidade concreta** – verdadeira obsessão do autor ao longo de sua vida acadêmica: “capitalismo dos monopólios, imperialismo, competição internacional, descolonização, enfrentamento entre capitalismo e socialismo, configurações específicas da luta de classes”. Naqueles anos confusos, nos quais as massas foram trazidas à cena política através do nacional-desenvolvimentismo, que “prometia integrá-las (ilusão ou não), a experiência da história empurrou uma parte da intelectualidade a se desapequenar”. Via-se com olhos críticos as teorias produzidas nos países hegemônicos.

“(…) com isto, a discussão do subdesenvolvimento adquiriu uma representatividade contemporânea inédita, que abria perspectivas ao pensamento de oposição também no mundo desenvolvido. A circulação mundial da obra de Celso Furtado e da Teoria da Dependência, sem falar no destaque alcançado por artistas latino-americanos no período, dão testemunho deste interesse acrescido. Com altos e baixos, a floração do marxismo e da dialética no continente expressava e formulava esta repolarização dos pontos de vista, que impregnou de história e contradição a questão dita técnica da luta contra o atraso” (Schwarz, 1998: 110).

O livro de Fernando Henrique sobre empresários é “atual” porque cotejava o marxismo teórico sobre o qual tinham se debruçado com as questões concretas sobre o que pensavam os empresários. Além disso, estudava a história “viva”, colocando seus personagens coletivos diante das suas opções.

“Sem favor, a pesquisa universitária deixava de ser remota. (...). Noutro plano, respondia também a uma aspiração peculiar do debate brasileiro, sempre isolado da atualidade pelas feições singulares e ‘arcaicas’ do país, e sempre necessitado, por isso mesmo, de um trabalho crítico de *desprovincianização*, que permitisse entendê-lo no presente” (Schwarz, 1998: 111).

A obra de Cardoso era uma espécie de síntese do seminário. Mostrava que nosso caminho de desenvolvimento era outro diferente dos países hegemônicos, com problemas específicos e requer categorias de análise que não são exatamente as mesmas. E ele se dá a partir dessas diferenças e especificidades – desde as mais remotas (como a escravidão) até as mais contemporâneas (como a opção da burguesia por se aliar aos golpistas). As chamadas “anomalias”, na verdade são “o arranjo sociológico-político em cima do qual se processa a inserção do país na economia internacional, e nada mais *normal* do que elas, portanto”. É um desenvolvimento que sempre repõe o “arcaico” social de alguma forma. É uma “modernização conservadora”, diferente de tudo já visto e, por isto, como disse Florestan Fernandes na orelha do livro: “De fato, só os cientistas sociais dos ‘países subdesenvolvidos’ possuem condições para resolver problemas metodológicos ou teóricos mal formulados pelos autores clássicos”. E Cardoso tinha consciência da importância histórica do que estava realizando, “pois termina a nota introdutória lembrando o Galileu de Brecht, que a certa altura, pensando em si mesmo, na ciência e na Inquisição, faz o elogio dos copernicanos: ‘O mundo inteiro estava contra eles, e eles tinham razão’” (Schwarz, 1998: 109-11).

“*Dependência e Desenvolvimento na América Latina* foi escrito depois do golpe, no Chile, e já não pertence à época do seminário. (...). Espero não errar, contudo, notando que em parte se trata da generalização e do ajuste, para o continente, dos pontos de vista do *Empresário Industrial*” (Schwarz, 1998: 112).

Mostra as singularidades de cada país da região, sua história, os arranjos sociológicos nacionais e a inserção internacional de cada um. Sempre dependente ou “sub”, mas nunca excluídos do sistema capitalista geral. Mostra também como se dá a “reposição do atraso” em cada lugar, os arranjos políticos particulares em cada país, etc. Mostra, por fim, “que as transformações do capitalismo central mudam os termos do enfrentamento de classes nos países periféricos, abrindo saídas imprevistas no quadro do conflito cristalizado anteriormente, que passa a girar em falso, enquanto a nova solução recria outra modalidade de atraso (este o momento de dura constatação)” (Schwarz, 1998:112).

Foi necessária essa reprodução dos argumentos de Schwarz sobre as obras seminais de Fernando Henrique, pois assim alcançamos dois objetivos principais na exposição. Primeiro, nós recapitulamos o que pensava Cardoso através da síntese crítica de um seu contemporâneo que está entre os mais destacados e brilhantes intelectuais brasileiros. Não existem muitos analistas do pensamento de Fernando Henrique. As críticas estão dispersas em artigos e ensaios compartimentados por temas específicos e/ou recortes históricos determinados, geralmente refletindo sobre seus dois mandatos presidenciais ou sobre o Plano Real implantado no governo Itamar Franco. O ensaio de Schwarz, nesse sentido, é um verdadeiro achado, pois vai além do já exposto, explicando o segundo e decisivo ponto ou objetivo da nossa exposição: a relação de toda essa digressão de suas obras primeiras com o Fernando Henrique mais contemporâneo, ministro ou presidente, que implantou um programa claro de reformas liberais em seus governos presidenciais.

Como exatamente é essa relação na visão de Schwarz?

“Para concluir com um pouco de pimenta, saltando mais de vinte anos, acho possível enxergar uma configuração análoga na eleição presidencial de 1994. Para Lula e o Partido dos Trabalhadores a disputa dava-se em termos

nacionais *internos*²⁶, tendo de um lado o Brasil carcomido e conservador, enfeitado pela conversa fiada tecnocrática, e do outro o Brasil social, do progresso e da integração dos excluídos. Ao passo que FHC apostava na incidência da mutação econômica global, que valorizava a estabilidade doméstica, convidava o eleitorado às novidades materiais e organizativas do mundo contemporâneo e **declarava matéria vencida os conflitos sociais armados do período anterior** [grifo nosso]” (Schwarz, 1998: 112).

O resultado eleitoral confirmou a vitória do bloco capitalista (renovado por Fernando Henrique): “tudo em linha com as análises já clássicas do próprio sociólogo, as quais, entretanto, em ocasiões prévias, se haviam destinado a abrir os olhos da esquerda, ao passo que agora levavam à presidência o seu autor em pessoa, à frente de uma coligação partidária de centro-direita”²⁷ (Schwarz, 1998:112-3).

O importante, para Schwarz, é que essas visões contemporâneas de Fernando Henrique têm clara ligação com as visões das obras oriundas do seminário de décadas atrás – a margem de manobra absurda das classes dominantes internas com seus aliados e apoiadores externos, desde a escravidão até a globalização.

E como fica o seminário trinta anos depois? “Já disse bem o que penso de suas contribuições para a interpretação do Brasil”. Mas teve limitações. “O foco estava nos impasses da industrialização” e não se preocupou muito com as possibilidades de ruptura da ordem capitalista. Igualmente, “faltou ao seminário compreensão para a importância dos frankfurtianos, cujo marxismo sombrio, mais impregnado de realidade que os demais [sic!], havia assimilado e articulado uma apreciação plena das experiências do nazismo, do comunismo e do *american way of life* encarado sem complacências”. Havia também uma certa indiferença com a cultura em geral e com a brasileira em particular.

“O preço literário e cultural pago por este último descaso, aliás, um subproduto perverso da luta pela afirmação da universidade, foi alto, pois

²⁶ É discutível se Schwarz tem razão absoluta nesse ponto, pois o PT é um conjunto complexo de correntes com as mais variadas visões sobre o *externo*. Parece ser verdade, contudo, que a parcela majoritária do PT na época (e mesmo posteriormente), inclusive o próprio Lula, tinha certa dificuldade com as *relações externas*, haja vista que as soluções mais inventivas nessa área em seus dois governos têm partido mais dos quadros profissionais da diplomacia brasileira e não de definições prévias ou dos quadros partidários. A visão geral do PT à época e posteriormente, porém, sempre foi como impedir a inserção subordinada e passiva do país no capitalismo internacional – visão que tem enorme relação com a cultura política do nacional-desenvolvimentismo e seus desdobramentos históricos posteriores.

²⁷ Conclusão de Schwarz baseada nas mais do que discutíveis opiniões de José Luís Fiori sobre o capitalismo internacional, sobre o Brasil contemporâneo, sobre o significado do Plano Real e sobre o primeiro governo de Fernando Henrique – assuntos que trataremos com mais detalhes em outros capítulos da tese.

fez com que os achados fortes do seminário não se aliassem produtivamente ao potencial crítico espalhado nas letras e na cultura ambiente, ficando confinado ao código e ao território acadêmicos, dizendo e rendendo menos do que poderiam” (Schwarz, 1998: 113).

Tal raciocínio não vale para Cardoso, pois este se ligou ao “mundo ambiente” através do Cebrap, imprensa alternativa e depois ao próprio espaço partidário oposicionista (MDB), como veremos no capítulo seguinte e o que o torna um caso especialíssimo.

Por comparação, então, como resultado, as obras oriundas do seminário não alcançaram a abrangência cultural de outras obras e autores aos quais se lhes compara, como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque, e até a de Adorno e de outros com alcance mundial.

“Fica a sugestão, mas a idéia talvez não pudesse mesmo se realizar em nosso meio, já que em última análise estávamos – e estamos – engajados em encontrar uma solução para o país, *pois o Brasil tem que ter saída*. Ora, alguém imagina Marx escrevendo *O capital* para salvar a Alemanha? Assim, o nosso seminário em fim de contas permanecia pautado pela estreiteza da *problemática nacional*, ou seja, pela tarefa de superar o nosso atraso relativo, sempre anteposta à atualidade” (Schwarz, 1998: 113-4).

Não foi exatamente esse o desafio de Fernando Henrique e do PSDB, além de todas as outras forças políticas envolvidas na chamada transição democrática? O problema não era enfrentar desafios múltiplos que se acumulavam como herança do passado e combinados com os desafios novos oriundos das transformações capitalistas globais em curso, que nos emparedavam de uma forma que quase parecia que o *Brasil não tem saída* – para fazer uma contra-analogia às idéias de Schwarz expostas acima?

Compreender o Brasil contemporâneo, conjuntural, os anos de Fernando Henrique no poder e o papel do PSDB neste cenário requerem mais do que críticas adjetivas e ideológicas, como vemos em muitos artigos, ensaios e teses. Exigem um esforço de reflexão que pode ter várias direções. Aqui optamos claramente por combinar a relação entre cultura política e ação política – que analisaremos nos capítulos seguintes. Mas nosso argumento nesse capítulo – uma certa coerência na trajetória de Cardoso ao longo de suas carreiras acadêmica e política –, já esboçado nestas duas primeiras seções só poderá se completar se discutirmos a questão decisiva da teoria da dependência, que dá coerência ao conjunto do capítulo.

2.3. Visões sobre a dependência

Já vimos como Roberto Schwarz analisa a forte ligação das obras seminais de Fernando Henrique com sua trajetória política nos anos 90, mas na exposição não ficam evidentes aspectos igualmente decisivos: a importância acadêmica e política da chamada teoria da dependência – mencionada de passagem por Schwarz, visto que fugia ao assunto central do seu ensaio; o papel do Cebrap nos planos acadêmico e político tanto de Fernando Henrique quanto da sua geração; os desdobramentos dos dois pontos anteriores na decisiva temática acadêmica da democracia – e suas relações com o Estado, a cidadania, etc; e, por fim, o processo político real da transição democrática no Brasil. São pontos que é preciso analisar se queremos completar a visão de Schwarz. Assim, é possível construir uma reflexão mais precisa do papel politicamente estratégico de Fernando Henrique e de sua visão de mundo no conjunto do pensamento social brasileiro pós-1964 e da política concreta durante o mesmo período – acabando por resultar no PSDB e na própria carreira política mais do que bem sucedida de Cardoso.

Nesta seção, serão abordados aspectos relevantes sobre a chamada “teoria da dependência”. Nos capítulos seguintes analisaremos as outras questões mencionadas, mantendo, dessa forma, uma certa cronologia, embora os temas e práticas, muitas vezes, interpenetrem-se impedindo uma exposição apenas linear – aliás, de resto, muitas vezes empobrecedora da análise. Por outro lado, impossível não ter alguma organização dos argumentos.

A primeira incursão externa mais prolongada de Cardoso, na França, resultou em influências para produzir a obra *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico* (1964) – com sua importante idéia central de burguesia (nacional) não-hegemônica. A ditadura militar imposta em 1964 obrigou Fernando Henrique a se exilar no Chile, onde teve uma outra experiência decisiva tanto acadêmica quanto politicamente, transformando-o, de alguma forma, em um dos mais influentes intelectuais da segunda metade do século passado no Brasil. Foi lá que Cardoso, trabalhando junto à Comissão Econômica Para a América Latina (Cepal), ampliou ainda mais seus horizontes e talvez tenha fixado de forma definitiva uma visão de mundo alternativa ao conjunto da esquerda brasileira (e latino-americana) com sua (e do chileno Enzo Faletto) Teoria da Dependência – na verdade, como apontou Schwarz e já vimos na seção anterior, um desdobramento para o continente de certas idéias formuladas no Brasil, antes do Golpe

de 1964, na obra mencionada acima, o que Fernando Henrique confirma em entrevista à *Folha de São Paulo*, em 1992, comentando sobre o ponto de partida de sua famosa teoria:

“Eu escrevi um livro chamado ‘O Desenvolvimento Econômico do Empresário Industrial’ [erro da Folha de São Paulo ou falha de memória do próprio Cardoso, o que não é muito provável], que foi a minha tese de livre docência e que foi publicada quando eu já estava no Chile em 1964. Nesse livro já tem os fundamentos da Teoria da Dependência, especialmente no último capítulo” (Gonçalves e Silva, 1992: 6).

Segundo Bernardo Sörj (outro estudioso que tem proximidades com Cardoso), os debates políticos e intelectuais sobre América Latina eram amplamente influenciados pelo advento da revolução em Cuba (1959) e pela possibilidade de uma via revolucionária própria no continente. “Nas ciências sociais a nova geração intelectual influenciada pelo impacto da Revolução Cubana estabeleceu um duplo debate: com os partidos comunistas, por um lado, e com o pensamento da Cepal, por outro” (Sörj, 2001: 22-3). Foi aí que se instalou o debate sobre dependência nos anos 60 e 70. “Nesse debate, foi central o livro de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, escrito numa primeira versão em 1965 e na versão final em 1966-7” (Sörj, 2001: 23).

Nesta obra, Cardoso e Faletto combatem as análises tradicionais da esquerda e também visões dos funcionalistas conservadores sobre os processos econômicos e políticos da América Latina, e constroem uma explicação inovadora, embora não tanto quanto se apregoa. Os autores criticam as explicações simplificadoras que dividem os países, independente das suas histórias particulares, em países tradicionais (subdesenvolvidos) e modernos (desenvolvidos), mostrando ser possível modernizar e continuar dependente e até subdesenvolvido. Criticam também o evolucionismo linear dessas visões, como se os países latino-americanos tivessem que, necessariamente, cumprir etapas do desenvolvimento percorrido pelos países centrais. Criticam ainda os equívocos metodológicos dessas visões, que não atentam para a combinação dos aspectos estruturais e históricos. Os autores preconizam na análise a necessidade de “novas categorias” que expressem este “novo olhar” metodológico sobre a América Latina. Qual? Análise global conectando os aspectos econômicos, sociais e políticos em uma visão do processo histórico tanto internamente dos países quanto da sua relação com os países centrais. Afirmam, analisando a história dos países do continente, que o subdesenvolvimento não é fruto apenas da relação de dependência aos países centrais –

dependência que, aliás, varia muito de caso para caso, pois as condições de cada um têm especificidades que devem ser analisadas –, mas também das condições estruturais internas – relações de produção, estrutura de classes, sistema político, etc. As visões anteriores, nacional-desenvolvimentistas ou teorias da modernização, por razões ideológicas – conservadoras ou de esquerda –, não percebiam a complexidade do problema, assim como também não percebiam mudanças profundas em curso – principalmente a **internacionalização do mercado e do sistema produtivo no capitalismo do pós-guerra** [grifo nosso]. O importante, porém, a partir dessa compreensão mais profunda da conexão entre as variáveis externas e internas, é verificar nossa periodização particular – expansão para fora, momento de transição, fase de consolidação do mercado interno e internacionalização do mercado. Enfim, verificar que estamos [nos anos 1960], depois de etapas de nossa história (que não são as dos países centrais), em uma fase de **dependência com desenvolvimento** [grifo nosso]. Embora haja variações entre os países, ao contrário do que se pensava – inclusive na própria Cepal –, é possível ter desenvolvimento dependente e associado, pois não há contradições insolúveis entre imperialismo e industrialização na periferia (Cardoso e Faletto, 1969).

Uma assertiva central como essa, naquele momento particular, com ditaduras direitistas se espalhando pelo continente, ao mesmo tempo em que uma revolução socialista havia acontecido em Cuba, pareceu no mínimo uma heresia em relação às visões acadêmicas e políticas correntes na época – geralmente, visões pessimistas sobre nosso destino²⁸ (ver Reis, 1999). O debate que se seguiu foi enorme e decisivo para se compreender melhor a América Latina e o próprio Brasil – imerso logo depois no chamado “milagre econômico”, colocando o país entre as dez maiores economias do mundo, mas, ao mesmo tempo, ampliando as desigualdades sociais e a marginalização relativa da população mais pobre, as dezenas de milhões de trabalhadores e desempregados espalhados pelo país.

Cardoso, de forma não planejada, tornou-se o centro acadêmico em torno do qual se debatia a situação da América Latina, do Brasil e – por que não dizer? – das relações entre os países centrais e os países dependentes do Terceiro Mundo. Sua

²⁸ Em várias obras, há críticas sobre as teses equivocadas – velhas e novas –, muito particularmente as de Rui Mauro Marini e A. G. Frank: o desenvolvimento capitalista na periferia é inviável; exploração extensiva e sub-remuneração do trabalho; burguesias locais deixaram de existir como força social ativa; subimperialismo no continente; e, então, só resta um dilema: socialismo ou fascismo? (Cardoso, 1975: 25-43).

“teoria” ganhou o mundo, pois virou referência acadêmica inclusive nas universidades européias e norte-americanas, assim como seu autor também ganhou projeção global na área do pensamento social e político.

O próprio Fernando Henrique explica que as idéias sobre dependência surgiram um pouco por acaso e suas repercussões foram amplas e globais.

“(…) em 1966. Era um relatório para o [Raul] Prebisch. Era uma espécie de debate de sociólogos com economistas. Para dizer: ‘olha, não dá para encarar esse negócio só do ângulo da formação de capital, do investimento. Isso aqui é uma sociedade, tem relação de poder, tem relações de classe, tem um processo histórico, a estrutura não é sempre a mesma, tem cortes, tem que analisar os cortes...’ Eu escrevi o livro com o Enzo (...). Teve uma grande influência ainda mimeografado. Nesse meio tempo estava lá na França o Gunther Frank, que fez uma tragédia: transformou a Teoria da Dependência num Frankenstein. A versão dele circulou o mundo. Houve brasileiros que colaboraram com essa versão, como o Rui Mauro, por exemplo. (...) eu estava querendo abrir o espírito contra a visão comunista populista e contra a visão cepalina. E eles transformaram esse negócio numa nova ortodoxia. Eu fui responsabilizado, em parte, por essa nova ortodoxia. Fui aos Estados Unidos e fiz uma conferência chamada: ‘O Consumo da Teoria da Dependência’. Os americanos pegaram isso e transformaram numa coisa pior: pegaram a ortodoxia marxista-leninista dependentista e juntaram com números. Era a soma do computador com a dogmática. Houve uma época que ninguém foi mais citado em bibliografia de ciências sociais dos Estados Unidos do que eu. Infelizmente, mal citado” (Gonçalves e Silva, 1992: 7).

Ponto alto deste debate – em novembro de 1970, no Chile, em encontro sob patrocínio da Unesco, no 2º *Seminário Latinoamericano para el Desarrollo*, promovido pela Facultad Latinoamericana de Ciências Sociales (Flacso) – talvez seja o confronto de brasileiros em terras estrangeiras sobre a questão da dependência opondo os amigos Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort, que, depois, se oporão em outras questões (Cebrap *versus* Cedec, PSDB *versus* PT, etc), mas voltando a se reunir politicamente no primeiro mandato presidencial de Cardoso, a partir de 1995.

Weffort afirma que

“(…) a noção de ‘país dependente’ tornou-se de uso corrente nos estudos sobre América Latina. (...). Contudo, quanto mais se amplia o uso dessa noção, tanto mais se faz necessária uma indagação sobre seu significado. De que se trata, precisamente? É razoável supor que se pretende mais do que oferecer um novo rótulo para a velha idéia de ‘país semicolonial’. Contudo, se pretende propor um novo conceito, qual seu estatuto teórico? Se trata de uma nova teoria sobre o desenvolvimento latino-americano, como se articula com a teoria geral do sistema capitalista? Ou se trata apenas, hipótese que me parece mais provável, de apresentar não uma teoria, mas uma problemática?” (Weffort, 1971: 3).

Fica claro já no primeiro parágrafo de sua exposição no seminário que Weffort “desqualifica” o conjunto das idéias sobre dependência como contribuição acadêmica de valor menor, entre essas, logicamente, as idéias de Fernando Henrique – o centro do debate, na verdade, pois idéias de outros pensadores, incluindo as de Weffort, não tiveram a mesma repercussão, embora sejam contribuições interessantíssimas. Mas sabemos que sua “desqualificação” não resultou, pois tais idéias cada vez mais se tornaram centrais nas disputas acadêmicas (até serem substituídas pelas discussões sobre transição democrática e construção da democracia anos depois). Tais idéias, assim, não só persistiram como centrais naquela época, apesar das críticas, como também serviram de substrato para organizar uma visão de mundo liberal nos anos 80 e 90, entre outros assuntos, no que tange à questão da inserção do Brasil (e dos outros países latino-americanos) no processo de capitalismo globalizado – tendo Weffort, ironia da história, como entusiasta defensor das idéias de Cardoso (ver Brasil, Presidência da República, 1995).

Weffort continua suas “notas” (seção introdutória) criticando a imprecisão conceitual, a falta de clareza teórica e a falta de clareza política de tais idéias. E coloca a seguinte questão como central: “se admitimos que as teorias convencionais do desenvolvimento capitalista nacional falharam, como então determinar as relações entre classe (e relações de produção) e Nação no processo de desenvolvimento do capitalismo da América Latina?” (Weffort, 1971: 5).

Para o autor, na primeira parte de suas “notas” (“Dependência: Classe e Nação”), as várias versões sobre dependência, inclusive a de Cardoso e Faletto, não resolvem o problema teórico de como combinar a dependência externa e a dependência interna, assim como, por esta razão, acabam apenas sendo versões da visão nacional-burguesa do período anterior.

“Nesta medida ela [teoria da dependência] pertenceria ao campo de uma ideologia de tipo nacional-burguês, que se recusa a ver os vínculos existentes entre o sistema internacional de dominação e a estrutura de classes vigente nos países latino-americanos. Do ponto de vista de uma análise ideológica, o problema que se coloca é o saber em que medida os teóricos da ‘dependência estrutural’ rompem efetivamente com os mencionados marcos ideológicos. Minha impressão é que esta noção que engloba ao mesmo tempo as relações externas e internas é, deste ponto de vista, apenas uma versão mais radical dentro do mesmo campo ideológico. Se no caso anterior se pode falar de nacionalismo (burguês) reformista, aqui o caso me parece tipicamente de nacionalismo (pequeno-burguês) radical” (Weffort, 1971: 9-10, nota *).

Weffort continua sua contundente crítica afirmando que Cardoso e Faletto, de certa forma, são mais profundos do que os outros. Fazem uma análise da estrutura de classes dos países e eles colocam a questão nacional principalmente ao nível político – como se o desenvolvimento econômico fosse mais dependente de fatores “externos” e as condições políticas mais de fatores “internos”. Mas, segundo o autor, recolocar um problema real (dependência econômica de países politicamente independentes) no plano conceitual não resolve a questão.

“Na minha opinião, a ambigüidade Classe-Nação, presente na ‘teoria da dependência’, deverá resolver-se em *termos de uma perspectiva de classe, para a qual nem existe uma ‘questão nacional’ em geral (ou dependência em geral) no sistema capitalista, nem a Nação é concebida como um princípio teórico explicativo.* A importante *problemática histórica*, referida anteriormente por Cardoso e Faletto, só existe como *problemática teórica*, na suposição (que nem a teoria marxista nem a teoria da modernização contêm de forma necessária) *de que devesse haver uma coerência fundamental, de um ponto de vista de um critério de autonomia nacional, entre os níveis econômicos e políticos.* Suposição inaceitável teoricamente, pois significaria o mesmo que tomar a Nação como um dado anterior e irreduzível à ciência, ou seja, como um absoluto [grifos do autor]” (Weffort, 1971: 13-4).

Na segunda parte das suas “notas” (“Teoria da Dependência’ ou Teoria do Imperialismo?”), Weffort registra que a crítica de Cardoso e Faletto – contra a transposição mecânica de modelos analíticos estrangeiros (europeus ou norte-americanos) – é correta, mas

“(…) incompleta no plano teórico e insuficiente no plano político-ideológico. (...) Não obstante, parece-me que a crítica cometeu o equívoco de conceder em dois pontos que constituem pedra de toque das teorias convencionais do desenvolvimento: primeiro, aceitou, embora de forma mais ou menos vaga, a idéia de ‘modelo clássico europeu’ do desenvolvimento capitalista; segundo, aceitou que estes ‘modelos’ estariam circunscritos ao âmbito da nação” (Weffort, 1971: 15).

A argumentação continua criticando as interpretações ortodoxas de Marx, que levaram a grandes equívocos sobre a questão de modelos – inexistentes, como as análises de Barrington Moore Jr. e Poulantzas demonstraram.

“Deste ponto de vista, me parece que o equívoco da aceitação da idéia dos ‘modelos clássicos europeus’ conduziu a ‘teoria da dependência’ a uma batalha contra moinhos de vento, muito importante como desmistificação

ideológica, mas muito precária em seus resultados científicos” (Weffort, 1971: 17).

Quanto à questão nacional, os equívocos são variados – exceto na visão de Cardoso e Faletto – e “a questão que se coloca é a seguinte: a falência do capitalismo *nacional* na América Latina, com a qual eu concordo por razões semelhantes às de [A. G.] Frank, significa a falência do capitalismo *em geral* na América Latina?” (Weffort, 1971: 19).

A resposta de Weffort é de que essa questão, assim como o estatuto teórico do problema nacional, só pode ter uma solução teórica ao nível das relações de produção. E conclui que,

“(…) neste ponto, o que me parece necessário (por mais que se fale em dependência interna) é voltar à velha questão da dependência externa. Em outras palavras, de fato a ‘teoria da dependência’ gira em torno de algum tipo de *teoria do imperialismo*. A questão é saber: que tipo de teoria? Socialista ou pequeno-burguesa radical?” (Weffort, 1971: 19-20).

Weffort faz ainda um cotejamento entre a teoria da dependência e a teoria do imperialismo (na visão de Lênin). Explicando que, para Lênin, o imperialismo é uma fase do capitalismo que se inicia nas últimas décadas do século XIX e serviria para explicar a inevitabilidade da 1ª Grande Guerra, a tendência à estagnação econômica dos países centrais (e o oposto na periferia) e questões a estas relacionadas. Não comete o equívoco da “teoria da dependência” de partir de uma premissa política como a da Nação. Por isso, depreende-se, seria mais adequada para explicar a “velha” relação externa.

Por fim, Weffort sintetiza suas visões em três pontos principais:

“1 – a noção de ‘dependência estrutural’ toma a idéia de Nação em pé de igualdade com o conceito de classe (relações de produção, etc) como se fosse um princípio teórico; 2 – uma teoria de classe não necessita da premissa nacional para explicar o desenvolvimento capitalista; 3 – se se aceita o segundo argumento, a ‘teoria da dependência’ deixa de ser uma teoria ou um conceito de caráter global sobre a sociedade latino-americana e deve ser tomada apenas como a indicação de uma problemática nova, nascida da falência das teorias convencionais sobre o desenvolvimento capitalista da América Latina” (Weffort, 1971: 23-4).

Este debate pode parecer atualmente um pouco anacrônico aos menos avisados, mas foi ele que norteou a construção de visões sobre o “nosso” lugar no mundo – e seus temas, teorias, conceitos ou problemáticas continuam absolutamente centrais, pois são

“questões” não resolvidas teórica (ver, por exemplo, Goldenstein, 1994)²⁹ ou concretamente (ver, por exemplo, a disputa “sem fim” entre PSDB e PT sobre como deve se dar a inserção do Brasil no cenário internacional.

Fernando Henrique não defenderia e não faria o que fez mais à frente se já não tivesse fixado um certo norte analítico sobre a inserção do Brasil e da América Latina no processo global do capitalismo a partir da sua “teoria da dependência”. É isso que vemos na sua resposta a Weffort no mesmo seminário (“‘Teoria da Dependência’ ou Análises Concretas de Situações de Dependência?”).

Primeiramente, Cardoso aponta o fato de a discussão ter tomado rumos extremamente ideológicos. E defende-se dizendo que tinha intenção crítica dupla com seus trabalhos sobre o tema:

“Por um lado – e este aspecto da crítica parece-me que ficou claro, e foi menos combatido – critica-se as análises do desenvolvimento que abstraem os condicionamentos sociais e políticos do processo econômico e critica-se as concepções evolucionistas (das etapas) e funcionalistas (especialmente a teoria da modernização) do desenvolvimento. (...). Por outro lado, a crítica se orienta para mostrar – o que é óbvio, mas nas análises fica muitas vezes relegado a segundo plano – que a análise ‘estrutural’ dos processos de formação do sistema capitalista só tem sentido quando referida historicamente” (Cardoso, 1971: 27).

Isto significa que as estruturas condicionantes são fruto da luta de classes sociais “que se enfrentam de forma específica em função de modos *determinados* de produção. Trata-se, portanto, de valorizar um estilo de análise que apanha os processos sociais num nível concreto” (Cardoso, 1971: 28).

É uma crítica não só contra a direita (com suas teorias do desenvolvimento), mas também à esquerda intelectual – com suas teorias “que insistem, de forma geral e indeterminada, em que o processo do desenvolvimento capitalista se dá em proveito da

²⁹ Segundo Lúcia Goldenstein, na conclusão de sua tese de doutorado, a melhor posição sobre a relação entre a periferia e os países centrais é uma espécie de “caminho do meio”: “Nem otimismo, nem catastrofismo. Não repetamos o pessimismo dos estagnacionistas, nem o otimismo dos dependentistas mais sofisticados [Fernando Henrique e outros]. Tanto um como outro resultam de uma avaliação errada do funcionamento do capitalismo. Ambos basearam-se na ilusão de que o cenário internacional era imutável. Enquanto os estagnacionistas não perceberam o transbordamento para os países periféricos dos frutos dos anos dourados do capitalismo no pós-guerra, os teóricos da dependência o tomaram como definitivo, como se a institucionalidade criada sob o regime de Bretton Woods não fosse um período muito específico da história do capitalismo” (Goldenstein, 1994: 165). As próprias idéias e interpretações da autora são para lá de discutíveis – principalmente a imputação aos defensores da “teoria da dependência” de “ilusão de que o cenário internacional era imutável” –, mas 20 ou 30 anos depois de transcorrido o grande debate sobre dependência são evidências de que as polêmicas permanecem “vivas”.

burguesia e de que nas condições da América Latina e do desenvolvimento do capitalismo internacional ele é uma expressão do imperialismo” (Cardoso, 1971: 28).

E continua expondo que o conceito de dependência traria duas vantagens metodológicas: a) análises da constituição da periferia da ordem capitalista devem explicar a relação entre as classes internamente nos países; b) os condicionantes externos (“o modo de produção capitalista internacional, ‘o imperialismo’”) reaparecem nas articulações entre Estados periféricos e países centrais, assim como na articulação das classes “no interior de cada situação de dependência”. Então,

“(…) a noção de dependência é apresentada para pôr ênfase em um tipo de análise que recupera a significação política dos processos econômicos e que, contra a vagueza das análises **pseudo-marxistas** [grifo nosso] que vêm no imperialismo uma entelúquia que condiciona apenas do exterior o processo histórico dos países dependentes, insiste na possibilidade de explicar os processos sociais, políticos e econômicos a partir das situações concretas e particulares em que eles se dão nas **situações de dependência** [grifo nosso]” (Cardoso, 1971: 29).

Apenas trocar uma entelúquia (imperialismo) por outra (dependência) não resolve nada. O que foi feito é mais complexo. Mostrou-se que

“(…) a dinâmica interna dos países dependentes é um aspecto *particular* da dinâmica mais geral do mundo capitalista, Porém, essa ‘dinâmica geral’ não é um *fator* abstrato que *produz* efeitos concretos; ela existe por intermédio tanto dos modos singularizados de sua expressão na ‘periferia do sistema’, como pela maneira como o capitalismo internacional se articula. Essa ‘unidade dialética’ é que leva a recusar a distinção metafísica (isto é, que supõe uma separação estática) entre fatores externos e efeitos internos, e por conseqüência leva a recusar todo tipo de análise da dependência que se baseia nessa perspectiva [grifos do autor]” (Cardoso, 1971: 30).

Isto não implica que não existam fatores externos, mas que estes estão articulados com as situações internas concretas. Ver isto é a vantagem de uma análise sobre dependência – verificar a complexidade da articulação entre fatores externos e internos. A explicação é deslocada de uma perspectiva abstrata (imperialismo, burguesia, revolução, etc) para outra

“(…) que procura situar concretamente cada momento significativo de modificação da produção capitalista internacional, mostrando como se dá a rearticulação das classes sociais, da economia e do Estado em situações particulares. (...). Em resumo, aceita-se que existe uma ‘história’ – e, portanto, uma dinâmica, própria de cada situação de dependência” (Cardoso, 1971: 30).

Não é um conceito totalizante (idéia “*non sens*”), como nos [a Cardoso e Faletto] foi imputado por Weffort, afirma Fernando Henrique e, portanto, não é também uma “teoria da dependência”. Segundo Cardoso, “pode haver uma teoria do capitalismo e das classes, mas a dependência, tal como a caracterizamos, não é mais do que a expressão política, na periferia, do modo de produção capitalista quando este é levado à expansão internacional” (Cardoso, 1971: 32).

A questão é que Weffort, para Cardoso, tem uma visão abstrata dos conceitos e teorias e sua crítica não compreende as visões sobre dependência que levam em conta as contradições históricas reais – que remetem, logicamente, à questão da Nação e dos Estados nacionais e suas relações com o imperialismo. Diz Cardoso:

“(…) teoricamente, o conceito de dependência é ‘reflexo’, isto é, decorre da instauração de um modo de produção que supõe a acumulação por meio de monopólios e da repartição do mundo entre nações imperialistas, como diria Lênin. Será explicado por conceitos que constituem a teoria do capitalismo na fase imperialista, não explicará – obviamente – o Imperialismo. Quando, entretanto, o conceito de dependência se refere às formações sociais – como no caso de nosso ensaio – o procedimento adequado para constituí-lo teoricamente é o de reter conceitualmente as contradições que ele quer expressar” (Cardoso, 1971: 34).

Weffort confunde-se, também, segundo Cardoso, sobre Marx:

“(…) ao analisar situações concretas, obviamente não descurou de considerar os Estados e as Nações. (...) o problema não está em que Marx tenha escolhido a Inglaterra como exemplo para investigação teórica ‘das leis gerais do sistema capitalista, concebido como universal’ (sic), como escreveu Weffort, mas sim em que no modo de produção capitalista analisado por Marx, o suposto era o da livre concorrência e não a produção monopólica e menos ainda o da expansão imperialista. Seria incrível supor hoje que a análise não devesse considerar os monopólios, o imperialismo e, como decorrência, a dependência ... (Cardoso, 1971: 36).

Há confusões de weffort também sobre Lênin, o imperialismo e a dependência. De forma alguma, segundo Cardoso, há uma oposição entre dependência e teoria do imperialismo, embora haja uma reelaboração desta a partir das condições concretas daquela. Além disso, diz Cardoso que “é preciso notar que Lênin não estava preocupado apenas com as duas questões referidas por Weffort – a da aristocracia operária e a da inevitabilidade da guerra – mas, principalmente, com o novo papel do capital financeiro e com a repartição do mundo entre as associações de capitalistas e entre as grandes

potências, literalmente”. Assim como, também, “Lênin se refere (...) à constituição de situações de dependência, em termos que não diferem dos sustentados por Faletto e por mim”. Observa Cardoso que “Lênin não tinha um pensamento economicista, nem deixava de ver as mediações políticas como parte inseparável do ‘todo’ estruturado que ele queria explicar. Ligava sempre a fase particular da acumulação capitalista na etapa financeiro-monopolista com a repartição do mundo entre potências imperialistas e com os efeitos dessa sobre os países coloniais e os dependentes [incluindo Rússia e países sul-americanos]”. Entre outros equívocos, “é, portanto, superficial, a caracterização do pensamento de Lênin feita por Weffort” (Cardoso, 1971: 38-40).

Para Cardoso:

“(…) convém deixar claro que a teoria leninista do imperialismo é *insuficiente* para explicar o que ocorre nas situações contemporâneas de dependência que se dão em países cuja industrialização se faz sob o controle do capital financeiro internacional. Deixando de lado a discussão talmúdica a que fomos levados para evitar incompreensões, convém sublinhar que ao analisar o *novo caráter da dependência* (e neste ponto as contribuições de Teotônio dos Santos e de seu grupo são significativas), o que fizemos foi mostrar que a divisão do mundo já não se realiza mais, como na época de Lênin, por uma anexação de territórios e pelo controle político-econômico de áreas, para garantir o domínio sobre as fontes de matérias-primas apenas. Em Lênin esta era a idéia predominante, que se repete sempre. (...). A época histórica que vivemos é outra. Procurou-se caracterizar os efeitos da forma *atual* de organização e de controle econômico imperialista sobre os países dependentes por intermédio da idéia de internacionalização do mercado interno e de formação de uma economia industrial controlada pelo capital financeiro monopólico nas situações em que as economias industriais dependentes encontram seu mercado nos próprios países dependentes. Para isto, a ‘teoria do imperialismo’, tal como se encontra formulada por Lênin, não é suficiente. As alianças políticas, a estrutura das classes, as contradições particulares e sua exacerbação assumem outras formas. É preciso ter imaginação para suscitar as dúvidas pertinentes a esta nova situação e força teórica para explicá-las como uma situação particular de dependência, ligada sempre à forma que a acumulação e a exportação de capitais adotam na economia capitalista internacional” (Cardoso, 1971: 43-4).

E, por fim, assinala Cardoso:

“(…) o ensaio criticado [as “notas” de Weffort] deixa muito a desejar, pois, apesar de sua intenção, pouco acrescentou – além de uma perspectiva e de algumas indicações de cunho estrutural – ao conhecimento de situações particulares capazes de revelar os limites da ‘reprodução’ da situação de dominação de classe em países dependentes. É nesta direção, creio, que se encontra a crítica mais legítima ao esforço feito e para ela deve caminhar quem estiver interessado, não em fazer uma ‘teoria socialista’ da revolução, mas em elaborar uma teoria que permita orientar a prática, se for o caso, de uma revolução socialista, **ou que permita mostrar as situações nas quais**

tal tipo de revolução se transforma mais num anseio enraizado em ideologias do que num caminho socialmente viável [grifo nosso] (Cardoso, 1971: 44-5).

Como se pode ver nas críticas de Cardoso a Weffort, independente do real valor das lições metodológicas, teóricas, analíticas e ideológicas que volta a dar ao seu ex-aluno, o importante é que um “conjunto de problemas” ou um “campo teórico” foi consolidado minimamente como objeto de reflexão acadêmica rigorosa – o que os anos seguintes confirmarão em outros estudos de Fernando Henrique menos famosos, mas igualmente importantes (Cardoso, 1971, 1972, 1973, 1974 e 1975; Cardoso e Serra, 1979).

Essa contribuição teórica de Cardoso, porém, é vista de forma variada pelos analistas que se debruçaram sobre o assunto, mas todos parecem compartilhar uma avaliação de que suas idéias foram de alguma forma decisivas para o desenrolar do debate acadêmico sobre o Brasil e sobre a América Latina – e, na nossa visão, mais do que isso, elas foram idéias decisivas para o desenrolar da política concreta, na medida que balizaram visões de mundo e culturas políticas.

Vale registrar parcialmente a discussão feita por Roberto Goto, mais recentemente, em 1998, sobre o assunto do *status* acadêmico da “teoria da dependência”.

“Fernando Henrique nega que tenha pretendido fazer da noção de dependência um ‘conceito totalizante’. (...). Aceitando a produção capitalista internacional como ‘contradição sobredeterminante’, o esforço dos autores (...) foi o de particularizar ‘situações de dependência’. (...). Em síntese, na sua discussão com Weffort, Fernando Henrique enfatiza a necessidade de se adequar as categorias de análise ao específico e ao dinâmico, sugerindo que a noção de dependência, subordinada à teoria do capitalismo e do imperialismo, aplicada a situações concretas e evitando a generalização (ou o de tornar-se ‘superinclusiva’), deve ao mesmo tempo dar conta da investigação e interpretação das novas relações que passam a caracterizar o imperialismo na fase monopolista da expansão do capital” (Goto, 1998: 48-50).

Ocorre, porém, que, em outras obras, posteriormente, esta posição de Cardoso mais restritiva e rígida sobre o *status* de suas idéias sobre dependência – sempre se referindo à “teoria da dependência” entre aspas – vai se alargando. “Já em ‘A Dependência Revisitada’ [1973, in *As Idéias e seu Lugar*], o autor admite o emprego, sem aspas, da palavra teoria.

“[É] interesse ou desejo de constituir com as pesquisas de dependência um ‘campo teórico’ dotado de identidade e dignidade próprias. Esse gesto guarda relação, certamente, com um momento da história dos estudos em que o conceito de dependência, praticamente consolidado por e em sua própria evolução intelectual, torna-se ‘verdade concreta’, ‘força social’ – expressão de um esforço (...) individual e coletivo” (Goto, 1998: 50-1).

Ampliado seu *status* e seu espaço acadêmico, assim como também seu espaço político, segundo Goto,

“(...) passam a gravitar em torno do tema, de forma interligada e integrada, problemas e assuntos que em textos anteriores haviam sido tratados como tópicos mais ou menos independentes e separados. Entre eles, estão questões relativas aos conceitos de exército industrial de reserva, marginalidade social, participação popular e mesmo à natureza e estrutura do Estado Nacional no quadro de dependência e desenvolvimento” (Goto, 1998: 52).

Mas, segundo Goto, as pelejas acadêmicas sobre dependência não pararam por aí. Na medida em que surgiam novas visões pessimistas, tais como as já citadas teses de Rui Mauro Marini e de A. G. Frank, as réplicas de Cardoso vão ficando mais duras e implacáveis.

“A discussão é retomada sob a forma de um combate da ciência contra a ideologia – neste momento restabelecida em seu mau sentido marxista de ‘falsa consciência’. (...). Entretanto, apesar de incisivo, o tom da crítica é também, ao mesmo tempo, defensivo: o autor sustenta a posição de porta-voz do discurso científico e racional para contrapor-se aos que se apresentam como portadores da verdade revolucionária – verdade que ele rebate de romântica e voluntarista” (Goto, 1998: 62).

As idéias de Goto merecem três comentários para as complementar. Primeiro, sobre o status acadêmico da “teoria” da dependência, embora haja de fato uma ambigüidade por parte de Fernando Henrique nos anos 70, a posição do autor que ele registra em outros momentos é a mesma da resposta a Weffort. Isto está claro no artigo publicado na *Folha de São Paulo*, em maio de 1995 – “Ainda a ‘Teoria’ da Dependência” –, revendo suas idéias. Sustenta Cardoso:

“(...) que, nas ciências sociais, os conceitos são historicamente densos. Quer dizer: eles precisam redefinir-se sempre que ocorram alterações de alcance estrutural nas relações sociais. Assim, as novas dimensões (ecológicas e até éticas, por exemplo) enriquecem as noções do desenvolvimento. O mesmo

ocorre com a noção de dependência. Apesar das referências seguidas a mim e a Faletto como autores pioneiros da ‘teoria’ da dependência, desde os anos 60 eu me recusava a dar às várias análises sobre ‘situações’ de dependência o caráter de ‘teoria geral’ da dependência, com ‘leis próprias’, etc” (Cardoso, 1995: 5).

Segundo, ressaltar sua opinião de que as idéias de Cardoso se tornam “força social” por conta da influência que vai alcançando, o que as torna “verdade concreta”, ou seja, algo que sai do mundo acadêmico e ganha dimensão política, influenciando agrupamentos políticos favoráveis e contrários a tais análises – ótimo exemplo é o debate realizado nas páginas do jornal alternativo Movimento, em 1975, entre Cardoso, por um lado, e Marcos Gomes, por outro, sobre sua obra *Autoritarismo e Democratização* (Movimento, 1975, nº 6 e nº 9). O próprio Fernando Henrique reconhece este processo, em curiosa entrevista a Mino Carta, em 1994, logo após ser eleito presidente da república, comentando sobre vaidade: “Vaidoso eu sou intelectualmente. Espero apenas ser mais inteligente do que vaidoso para que a vaidade não perturbe. Porém, o fato é o seguinte: por que virei senador? Porque nos anos 70 eu tinha prestígio. (...). Eu tinha algum nome internacional (...)” (Carta, 1994: 18).

O terceiro comentário é sobre o estilo de disputa acadêmica de Fernando Henrique e suas conseqüências na vida política. Além de lutar por consolidar suas idéias como campo teórico, faz uso político da sua condição de grande intelectual para desqualificar os oponentes como ideológicos, não-científicos ou até despreparados – estilo ou prática que não mais abandonará, seja na vida acadêmica, seja na vida política (ver, por exemplo, Carta, 1994: 19-20; Sabino, 2006: 98-106). A disputa com Weffort é um ótimo exemplo.

Como já havíamos assinalado no capítulo anterior, Bresser Pereira, arguto analista dos estudos sobre o Brasil, localiza Fernando Henrique como o principal expoente da visão que ele denomina de “a interpretação da nova dependência”. Segundo o autor, “em contraposição à interpretação funcional-capitalista [Caio Prado Jr., Rodolfo Stavenhagen, Fernando Novaes, João Manoel Cardoso de Mello, Boris Fausto, Francisco de Oliveira, Lúcio Kowarick e Luciano Martins, entre outros] e à interpretação da superexploração capitalista [A. G. Frank e Rui Mauro Marini, assim como, em outra versão, Teotônio dos Santos], temos finalmente no campo das esquerdas a interpretação da nova dependência” (Bresser Pereira, 1982: 287).

Segundo Bresser Pereira, esta interpretação compartilha com as duas anteriores as críticas ao nacional-desenvolvimentismo, mas “é muito menos radical nessa crítica”. Reconhece que “fatos novos”³⁰ obrigaram a uma mudança de interpretação do Brasil.

“(…) análise da nova dependência que se configura na América Latina e particularmente no Brasil com a entrada em massa das empresas multinacionais industriais. (...). Reconhece-se que houve um pacto populista e nacionalista entre a burguesia industrial, os setores urbanos populares e o latifúndio não-exportador, ao mesmo tempo que admite que a ‘industrialização, de caráter substitutivo, alcançou-se, por um lado, através da ação direta do Estado e, por outro, pelo impulso de uma ‘burguesia industrial’ em grande medida desvinculada do setor agroimportador [idéias de Fernando Henrique em “Dependência e Desenvolvimento...”]” (Bresser Pereira, 1982: 287-9).

Continua o autor afirmando que

“(…) importante é menos negar a interpretação anterior e mais reconhecer o fato novo – os investimentos estrangeiros realizados pelas corporações industriais multinacionais – que determina uma nova forma de dependência, desenvolvimentista (ao contrário do que imaginava a interpretação nacional-burguesa, que identificava imperialismo com estagnação), mas excludente. A nova dependência finalmente caracteriza-se, segundo Cardoso e Faletto, nesse trabalho extraordinariamente pioneiro, pela associação da burguesia local com as empresas multinacionais industriais e com uma tecnoburocracia estatal, civil e militar. Fernando Henrique volta a examinar o problema do novo tipo de imperialismo e do novo modelo de desenvolvimento associado em uma série de ensaios (...), que aprofundam e ampliam as idéias básicas desenvolvidas inicialmente no Chile, em 1966 e 1967” (Bresser Pereira, 1982: 289).

Observa Bresser Pereira ainda que outros estudiosos contribuíram para aprofundar a discussão do novo modelo econômico, tais como Celso Furtado, Carlos Lessa, Maria da Conceição Tavares, Antonio Barros de Castro, José Serra, Paul Singer, Francisco de Oliveira, Pedro Malan, Luciano Coutinho, Luiz Gonzaga Beluzzo, Guido Mantega, Edmar Bacha, ele mesmo [Bresser], etc. No campo das análises políticas, contribuíram, entre outros, Alfred Stepan, Celso Lafer, Simon Schwartzman, Octávio

³⁰ Consolidação da indústria nacional, decadência da agricultura exportadora de café, entrada em massa de multinacionais, Lei de Tarifas de 1958, sindicalismo revigorado e Revolução em Cuba (1959) “que apavorou a burguesia local”. Os dois primeiros “liquidam a relativa divisão no seio da burguesia brasileira”. Os dois seguintes “liquidam com o ‘nacionalismo’ da burguesia local. Os dois últimos “foram diretamente responsáveis pela liquidação do pacto populista e pela radicalização do início dos anos sessenta, quando a esquerda formula pela primeira vez (mas de forma imatura) um projeto político autônomo. De um modo geral, entretanto, os seis fatos novos explicam a união da burguesia industrial e agrário-mercantil, sua associação com as multinacionais e seu rompimento com os trabalhadores e a esquerda. A Revolução de 1964 será a trágica culminação desse processo” (Bresser Pereira, 1982: 287-8).

Guilherme Velho, Carlos Estevam Martins, Gláucio Soares, Sérgio Abranches, Philippe Faucher, Leôncio Martins Rodrigues, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Francisco Weffort, Octávio Ianni, Eli Diniz, Renato Boschi e Wanderley Guilherme dos Santos. E analisando a contribuição particular de Darcy Ribeiro para o entendimento do Brasil, acaba também elogiando o pensamento social brasileiro no seu conjunto – para o qual os teóricos da dependência, Fernando Henrique como máxima expressão, são decisivos na segunda metade do século passado: “mostram que o Brasil já possui intelectuais que pensam e escrevem não apenas sobre o Brasil e a América Latina, mas sobre o mundo em que vivemos. Este é o caso, entre outros, de Caio Prado Jr., Celso Furtado, Hélio Jaguaribe, Alberto Guerreiro Ramos, Fernando Henrique Cardoso e o próprio Darcy Ribeiro” (Bresser Pereira, 1982: 289-303).

Tudo o que diz Bresser é correto no geral e merecedor de reparos nos “detalhes”. A sua opinião sobre a crítica de Cardoso à visão nacional-burguesa (ou nacional-desenvolvimentista, expressão mais inclusiva) ser menos radical do que a de outros autores, para ficarmos nesse assunto central, é mais desejo do autor (talvez por suas ligações com aquelas idéias) do que verdade. A crítica é demolidora, embora respeitosa. “Não sobra pedra sobre pedra”, como se diz. E as obras posteriores de Cardoso se encarregam de garantir isso – culminando no famoso discurso pronunciado na sua despedida do Senado (Cardoso, 1994). Os desdobramentos políticos dessa posição se tornarão mais claros ao longo das décadas de 1970 e 1980, principalmente com a criação do PSDB, em 1988, cujo programa de fundação – escrito por Cardoso, Serra e outros –, como veremos adiante (Capítulo 4), é produto político evidente das duras críticas às visões de mundo e às práticas políticas nacional-desenvolvimentistas, além de outras que eles de alguma forma englobavam no mesmo “campo atrasado e anacrônico”.

Na já mencionada entrevista a Mino Carta, Fernando Henrique, lembrando aspectos da sua biografia, assinala que, logo após o golpe de 1964, foi para a Argentina e, pouco depois, para o Chile. “Como eu era um pouco weberiano e ele totalmente weberiano, [José Medina] Echeverria [grande sociólogo espanhol] mandava perguntar se eu não queria ir para a Cepal. Eles já tinham me oferecido antes o cargo, mas não fui, mandando em meu lugar o Francisco Weffort, que tinha sido meu aluno”. Carta indaga se foi no Chile que nasceu a teoria da dependência e Cardoso responde:

“Foi. Eu trabalhava com o Echeverria, (...) [que] via tudo aquilo que fazíamos com um ar um pouco cético. Para um espanhol de formação germânica, tudo muito bem enquadrado, muito bem definido, isso aqui parece muito *fake*, falso. E o Chile é quase Espanha, porém não é Espanha. A cor do Chile é um pouco espanhola, a terra amarelada, às vezes o cenário lembra o Mediterrâneo. É quase, mas não é. Usei isso também na teoria da dependência, peguei um pouco desse espírito. Até escrevi um artigo, *A Originalidade da Cópia*. Somos uma cópia, mas ao mesmo tempo originais. A teoria da dependência é isso, dito literariamente. (...). Sempre pegaram pelo lado mecânico, o lado burro: é cópia, é dependência. Eu nunca achei isso. O livro que escrevi dizia o contrário” (Carta, 1994: 16).

Carta também questiona se a teoria da dependência não seria uma visão muito pessimista quanto ao nosso destino global, “quer dizer, à sombra dos EUA o desenvolvimento da América Latina seria muito problemático”.

Cardoso observa que, “ao contrário, (...) via naquilo que chamava de ‘a internacionalização do mercado’ uma saída para o desenvolvimento de países como o Brasil. Hoje, falamos em globalização. Eu intuí alguma coisa e, pouco tempo depois, fiz uma correção. Escrevi num artigo que a expressão mais correta seria internacionalização do sistema produtivo, e não do mercado”. Carta insiste na crítica: “Mas o sr. parecia não alimentar muita confiança nas nossas elites, que o sr. chamava de ‘burguesia dependente’”. Cardoso se defende dizendo que,

“(…) na verdade, tomava posição contra uma das crenças do Partido Comunista, o qual pretendia que o desenvolvimento se desse através da burguesia nacional. Eu dizia que o Estado e as múltiplas – nessa época a palavra não existia: dizia-se *truste* e *cartel* – também contribuiriam para o desenvolvimento do país. Ou seja, eu rejeitava uma concepção do século passado adotada pelo partidão, a concepção da burguesia nacional conquistadora, para acreditar em novos ritmos ditados pelo desenvolvimento global. Pela internacionalização, eu dizia. Com a contribuição, é claro, da burguesia nacional” (Carta, 1994: 16-7).

As falas de Cardoso, um quarto de século depois do embate com Weffort no Chile, demonstram que de fato ele, por assim dizer, abriu um caminho novo para olharmos a América Latina e sua dependência. Apesar do otimismo moderado do autor, não se percebe idéias que pudessem levar tais países a uma verdadeira autonomia. Está implícita uma visão de que devemos, de certa forma, nos curvarmos ao inevitável e ao inescapável – desenvolvimento com dependência ou vice-versa, para ficar nas duas melhores alternativas. É uma visão de que somos subordinados quase que por definição. A implicação prática mais visível foi a forma como Cardoso conduziu a política externa

brasileira nos seus dez anos ocupando o poder central do país – assunto que veremos no capítulo 6. Precisa ficar registrado, porém, que tais visões mais recentes, como podemos perceber na entrevista, estão baseadas naquelas idéias formuladas 25 anos antes. Nada é fortuito ou apenas “pragmático” – como afirmam alguns estudiosos e analistas da cena política brasileira contemporânea, principalmente quando tratam do PSDB (ver, por exemplo, Roma, 2002).

Para concluir a seção, voltando à disputa com Weffort, que Cardoso parece ter vencido por pontos – se pensarmos no sucesso acadêmico da “teoria da dependência” –, é preciso dizer que foi historicamente importante, pois um momento significativo de demarcação de espaços na esquerda latino-americana e principalmente na esquerda brasileira.

No ambiente do pós-1964, Fernando Henrique e seu pensamento foram se constituindo em uma espécie de pólo intelectual (embora ele mesmo não tenha, como sempre gosta de dizer, seguidores acadêmicos, discípulos) não tão pessimista (“realista” – como ele gosta de se autodefinir), que pressentia as possibilidades do Brasil e da América Latina, apesar e de certa forma por causa da dependência em novo patamar.

Weffort e outros também se tornaram um pólo, que contribuiu na organização do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1979-80, com uma visão diferente da de Cardoso, embora ambos compartilhassem as críticas duríssimas ao nacional-desenvolvimentismo (do Iseb, do PCB, dos nacionalistas mais conservadores, etc).

O pensamento de Cardoso, nesse sentido, funcionou como o contrário da famosa peça de Luigi Pirandello (“Seis personagens à procura de um autor”), um autor à procura de personagens políticos reais, que acabou por encontrar, primeiro como “partido da inteligência” (Pécault, 1989), no Cebrap e na luta contra o autoritarismo, e, posteriormente, como “inteligência nos partidos” – após tentativas e fracassos no MDB-PMDB, em fins dos anos 1980, no núcleo criador do PSDB, como que veremos nos capítulos seguintes.

Capítulo 3 – Intelectualidade e política

Como entender a continuidade dessa complexa interseção entre produção acadêmica e vida política na trajetória de Fernando Henrique ao longo dos anos setenta e, também, durante os anos oitenta quando, ao final dessa década, é criado o PSDB, tendo as suas idéias como visão de mundo central do projeto partidário?

A resposta à questão não é simples e talvez o início da discussão requeira um breve recuo temporal, mais precisamente aos fins dos anos 1960, época decisiva na vida de Cardoso em vários aspectos acadêmicos e políticos.

Do Chile, onde passou boa parte do seu autoexílio (64-67), não voltou ao Brasil imediatamente. Foi ser professor na França, um sonho antigo³¹ e que Cardoso rememora assim:

“(...) voltando a 67, eu estava bem na Cepal, tinha muito prestígio, mas queria ir para a França, fazer uma experiência na universidade, na companhia do Touraine, que tinha sido meu professor. Era uma experiência nova (...). Em maio, naquele célebre maio de 1968, eu estava lá, lecionando em Nanterre³²” (Carta, 1994: 17).

Como diz o próprio Cardoso, parece uma pessoa de “muita fortuna” (no sentido maquiaveliano), pois está sempre nos lugares “certos” nos momentos mais importantes:

³¹ “Carta Capital: Nessa época [início dos anos 60] o Sr. sonhava em ser o quê? FHC: [Ser] professor da Sorbonne e não candidato a presidente da república”. E a entrevista continua com outras revelações interessantes sobre a relação academia e política: “CC: Então é uma lenda essa história de que o Sr., quando ainda na faculdade, profetizava sua própria ascensão à presidência? FHC: Completa. Vou contar uma história. O José Aparecido de Oliveira era secretário particular do Jânio e nós tínhamos apoiado o Lott. Depois das eleições de 60, o Jânio fez um movimento de aproximação com a área intelectual de **esquerda** [grifo nosso]. Então o José Aparecido me telefonou pedindo para eu vir a Brasília e eu vim. O Jânio, segundo o José Aparecido, queria me nomear membro do Conselho Federal de Economia, que na época tinha *status* de ministro. Conversei com o José aparecido, e disse que não iria porque queria ser professor catedrático. Eu era assistente. Ele falou com o Jânio. E o Jânio: ‘Ofereço uma posição dessas e o menino não aceita?’. Aí, para não criar mais dificuldades com o Jânio, aceitei integrar o Conselho do Instituto Afro-Brasileiro. No entanto, **o que eu queria, nesse tempo, era, primeiro, ser catedrático e, segundo, senador** [grifo nosso]. Isso é verdade. Mas não pensava em ser presidente (...) ou ministro do exterior” (Carta, 1994: 15). O que Cardoso queria realmente nunca saberemos, mas percebe-se que tinha para si mesmo, desde muito jovem, “grandes planos” acadêmicos e políticos – todos plenamente realizados, até além do imaginado, o que não deixa de ser extraordinário em vários sentidos.

³² Sobre a experiência na França de 68, entre outras coisas, Fernando Henrique explica que “o verdadeiro ator ali era um jovem assistente de Touraine, chamava-se Manuel Castells e que hoje é grande amigo meu. Foi muito interessante ver tudo aquilo. (...). Cohn Bendit foi meu aluno, bem como outros que se tornaram famosos: Alan Garcia, ex-presidente do Peru, e Dante Caputo, que foi chanceler da Argentina. Também Jorgito Sábato, que foi ministro da Educação, filho do romancista Ernesto Sábato. E, ainda por cima, a Marta Harnecker, grande difusora do marxismo cubano que assistira cursos meus no Chile e estava sempre em contato comigo, insistindo para que eu fosse ver Althusser” (Bastos, 2006: 85).

aluno e professor aos 21 anos na USP quando da implantação de uma sociologia acadêmica no Brasil; participante destacado do famoso Seminário Marx de duradouras conseqüências intelectuais; membro da administração universitária quando da criação do Cesit no início dos anos sessenta, que introduziu temáticas e abordagens novas sobre o Brasil e seus problemas; jovem pesquisador e diretor-adjunto da Cepal quando de uma histórica e decisiva reflexão sobre a América Latina; professor em Nanterre no espetacular maio de 1968 na França e assim por diante (como veremos em outras partes da tese). Não pode ser apenas “muita fortuna” combinada com “alguma virtù” – como afirma Cardoso (2006) com falsa modéstia. Talvez fosse mais adequado corrigi-lo com a afirmação de que não lhe faltou nunca “grande virtù”, embora haja exceções em sua brilhante e bem sucedida trajetória pública (acadêmica ou política). Um grande senso de oportunidade, às vezes resvalando para um quase oportunismo (querer, por exemplo, entrar para o governo Collor já em franca decomposição política e moral). Contudo, Cardoso foi ainda jovem um “acadêmico globalizado” – muito antes de essa expressão se tornar lugar comum, o que terá não poucas repercussões na sua vida acadêmica e política.

Sua volta ao Brasil em 1968 poderia ser entendida também como uma exceção, na medida em que a princípio tudo deu errado. Mas, se bem analisada as coisas, veremos, ao contrário, que foi algo decisivo para a trajetória bem sucedida de Cardoso na política.

Explica assim sua volta ao Brasil:

“Morreu o Lourival Gomes Machado. O Lourival era diretor da Unesco e tinha uma cátedra. Ainda havia o sistema de cátedra, sistema fechado: tinha que morrer alguém para abrir espaço. Eu estava afastado da universidade. Então resolvi concorrer à cátedra e escrevi a tese na França³³. (...) voltei em julho de 68. Eu estava assustado. Na escola da Rua Maria Antônia havia um clima de revolução, tocavam a *Internacional* o dia inteiro. Naquele clima fiz o concurso lá na Cidade Universitária e ganhei a cátedra. (...). Sérgio Buarque de Holanda foi o grande líder da banca. (...). Houve muita briga porque os estudantes eram contra a cátedra, muita confusão. Alguns já estavam na luta armada e **eu não tinha idéias dessas coisas** [grifo nosso] – estava chegando da Lua. Eu era um dinossauro. Porém, como ganhei, imediatamente me elegeram diretor do departamento. E fizemos uma

³³ É importante registrar que Cardoso concorreu à cátedra de política, pois a vaga de sociologia, aberta no ano anterior, foi ocupada por Octavio Ianni. O que, aparentemente, poderia denotar certo desprestígio – a obrigação de mudar da área de sociologia para a área de política –, acabou se revelando um importante momento de formação intelectual de Cardoso, obrigado a uma intensa reflexão sobre a ciência política contemporânea na produção de sua tese para disputar a cátedra (Cardoso, 1971), o que teve reflexos nos seus estudos sobre o Brasil e a democracia – resumindo as muitas temáticas nessa questão central.

reforma importante. Foi uma época **bonita** [grifo nosso]. Em abril de 1969, **de repente**³⁴ [grifo nosso], me aposentaram” (Carta, 1994: 17-8).

Esta breve recapitulação “biográfica” da vida de Cardoso nos anos sessenta nos explica parcialmente suas ligações complexas com a política desde muito cedo – inclusive sonhos por cargos –, assim como sua competente determinação na vida acadêmica – sempre um sucesso absoluto por onde passava. Exatamente como defendia um dos seus pensadores prediletos, Max Weber, tentou separar cátedra de participação política, mas como o mestre, por força das circunstâncias, acabou também “arrastado” para a política – com a qual já sonhava. É uma relação de afastamento e aproximação com a política permeada pela complexa *fortuna* do próprio país – se é permitido colocar a questão nestes termos.

Tais questões serão as examinadas neste capítulo, nas seguintes seções: 3.1. O Cebrap como partido da inteligência. 3.2. Filiação científica e temporalidades. 3.3. A inteligência na vida política.

³⁴ Os grifos se justificam porque denotam, mesmo cerca de vinte e seis anos depois, como Fernando Henrique se relacionava com as coisas políticas e como colocava seus interesses no contexto geral. Como podia não ter idéias “dessas coisas” se tinha sido vítima da ditadura? Como pode achar reformas em um micro-espaço acadêmico uma coisa “bonita”, se o país vivia o pré e o pós-AI-5? E, por fim, como pode ter sido surpreendido pela aposentadoria se as perseguições alastravam-se pelo país, inclusive já tendo uma primeira lista de professores cassados da própria USP? Suas falas revelam, na verdade, um certo traço de personalidade, demonstrando que perseguia obstinadamente objetivos “pessoais” (não necessariamente “particulares”), o que terá não poucas conseqüências positivas e negativas no futuro.

3.1. O Cebrap como partido da inteligência³⁵

Dando seqüência a esta interseção cada vez mais profunda entre academia e política na sua biografia, por força das ações da ditadura – seu exílio, sua aposentadoria compulsória da USP e até ameaças de prisão –, Fernando Henrique logicamente teria que persistir num caminho praticamente sem volta de intelectual encarnando papel político (de resistência ao regime autoritário). É nessa situação dramática que se insere a idéia de fundar o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). Embora ele tivesse outras ótimas alternativas de trabalho no exterior (EUA, França, etc), optou pelo Brasil e o risco de uma empreitada político-intelectual sem nenhuma garantia de sucesso e muitas possibilidades de imprevisíveis obstáculos por conta da situação política delicadíssima do país. Vale registrar, no entanto, que Fernando Henrique já era não só um intelectual respeitadíssimo (aqui e no exterior), mas também uma figura pública articulada com políticos, empresários, intelectuais estrangeiros e órgãos financiadores de pesquisa, o que aplainou o árduo caminho do novo projeto.

Vejamos como Cardoso explica o processo.

“O diretor da Nanterre me convidou para voltar à França. Richard Morse, que era professor em Yale, também queria que eu fosse para lá. Já tinha passado cinco anos fora, não queria mais sair do Brasil. Foi quando decidimos fazer o Cebrap, decisão difícil porque implicava o apoio da Fundação Ford. No Brasil isso era pecaminoso. Eu vinha de **outro mundo** [grifo nosso], onde não seria pecado, mas aqui era. Começamos o Cebrap: o Paul Singer, o Chico Oliveira, o Gianotti e eu. Depois veio **todo mundo** [grifo nosso]. Apesar do apoio da Fundação Ford. (...). Paulo Egydio Martins, que era governador, nos ajudou. Severo Gomes e José Mindlin deram cobertura. No entanto, o dinheiro era pouco – o Cebrap não tinha dinheiro. Então nos movíamos pelo mundo dando

³⁵ Alguns preferem a palavra *intelligentsia* (entre tantos, Lahuerta, 2002) ou sua versão ortográfica alternativa *intelligentzia* (Barboza Filho, 1995). Outros preferem intelectuais (escolha de Pécault, 1990). Optamos aqui pela palavra inteligência – mais imprecisa, mas também mais abrangente e correta para nossos propósitos. A expressão *intelligentsia* “criada e desenvolvida” no Leste da Europa (Polônia primeiro e Rússia depois) a partir de uma expressão alemã tem uma forte conotação de minorias cultas separadas do resto da população, vivendo, por assim dizer, em uma redoma (Vieira, 2006). Não se encaixa bem na história brasileira mais recente. Talvez não tenha relação nem mesmo com o Brasil do século 19 e primeira metade do século 20, “nobiliárquico” culturalmente. Sua “tradução” na Europa Ocidental – França primeiro e outros países depois (Alemanha, Itália, Inglaterra, etc) – para a expressão “intelectuais” exigiria uma discussão sobre seu real significado através de pensadores como Mannheim, Gramsci, Bourdieu, Bobbio, etc (Vieira, 2006) – o que não é nosso objetivo aqui. É mais próxima da realidade brasileira recente, mas ainda assim meio restritiva. Serve para explicar parcialmente o Cebrap e a “sociologia” brasileira (Pécault, 1990), mas não se presta muito à sociedade brasileira em geral, com seus artistas, estudantes, críticos da ditadura em geral, políticos do MDB, representantes sindicais, líderes de entidades diversas (de associações de bairros a entidades como OAB ou ABI, passando por um número sempre crescente de lideranças de setores organizados) e assim por diante. A expressão “inteligência”, em bom português, parece mais indicada para o que vamos defender como idéias centrais do capítulo. Nesse uso, estamos também em companhia de ótimos estudiosos, como, por exemplo, Bernardo Sörj (2001) e Juarez Guimarães (2007).

cursos para poder ter um pouco mais de folga. Quando saí da Cepal, eles me deram uma bolada de dinheiro, a mim e ao Weffort. (...). Viajei bastante para a França nessa época: dava aulas na Escola de Altos Estudos. Também fui para a Inglaterra e para os Estados Unidos. Na década de 70 dei aulas em Stanford, Princeton, em Cambridge e em Paris. (...). [O Michel Foucault] deu um jeito para que eu virasse professor-convidado do Collège de France, e fui. Acho que nunca houve outro da América Latina. (...). **Não é só por vaidade** [grifo nosso]; estou dizendo isso porque quero deixar claro que nunca sonhava em ser professor do Collège³⁶” (Carta, 1994: 18).

E, assim, nascia o Cebrap. Para quê? Segundo Giannotti, “é sintomático que, em 1969, depois de termos sido expulsos da universidade e tratávamos de criar o Cebrap, Paul Singer me tenha dito que passava a considerar a produção do conhecimento na nova instituição como sua atividade política primordial” (Giannotti, 1998: 118). Eis aí apontada por Giannotti e Singer a “chave” para entendermos o que se passou naquela virada dos anos sessenta para os anos setenta na trajetória acadêmica e política de Fernando Henrique e de uma série de intelectuais do seu “círculo mais próximo”, transformando produção acadêmica em resistência política à ditadura e referência analítica nacional.

Essa discussão tem outras dificuldades adicionais, pois remonta a momentos decisivos de inflexão política da nação. Elites paulistas dominaram a cena republicana até 1930 aliadas às elites mineiras e de outras regiões menos decisivas economicamente. Estas elites paulistas foram deslocadas para uma posição relativamente menos central no período 1930-1964. E, depois, durante a Ditadura Militar (1964-1985), tiveram papel bem mais relevante, mas ainda não dominante no núcleo central de poder.

A sociologia paulista – Cardoso como um dos expoentes – é a reação intelectual mais visível, embora ainda acanhada nos anos cinquenta e sessenta, como vimos nas análises de Schwarz e Giannotti no capítulo anterior, a essa condição coadjuvante de São Paulo no processo intenso de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais pelo qual passou a nação nas três décadas dominadas pela figura maior do

³⁶ Mas “sonhava” em ser professor da Sorbonne e senador – no mínimo. Os grifos explicam as contradições de Cardoso quando tenta falar de vaidade, relação com o mundo intelectual do Primeiro Mundo e “coisas” do tipo. Depois, já na presidência, teve a famosa frase sobre o povo brasileiro ser caipira. Antes, criticando os militantes do “povo de Deus” e os fundadores do PT. Sempre com aquele jeitão “superior” de quem “andou pelo mundo” – e não só pelo Brasil, o que também fez, pesquisando, etc –, convivendo com as mentes mais brilhantes do planeta. Esse “traço” sobressai inquestionavelmente em “falas” diversas ao longo do tempo. Denota certo “desprezo” pelo que é “nacional”, apesar da sua ligação tão forte com o país, a ponto de aqui querer ficar e desenvolver seus projetos pessoais e públicos, apesar de alternativas menos arriscadas e provavelmente melhor remuneradas. É uma complexa conjunção de fatores que vão ajudando a construir uma “visão de mundo” a partir da “sua aldeia” (pegando de empréstimo a idéia de Dostoiewski), mas inserido de forma subordinada ao “Primeiro Mundo” (Europa em geral e França em particular).

gaúcho Getúlio Vargas e seus desdobramentos na “modernização conservadora” empreendida pelo regime militar.

Na longa transição democrática – iniciada nos anos setenta –, os intelectuais paulistas – ao contrário das décadas anteriores – vão pautando o debate e, de certa forma, nesse processo, reescrevendo a história passada, reinterpretando autores e visões e, como resultado geral não exatamente planejado, criando um ambiente intelectual e político para profundas mudanças futuras que, por contingências históricas da nação, ironicamente, serão lideradas, nos anos 90, pelo próprio Fernando Henrique Cardoso, bem como por intelectuais e políticos ligados ao partido que ajudou a criar nos fins dos anos 80 (o PSDB).

Não há nada indicando que havia um plano determinado para se alcançar essa ou aquela meta política – apesar dos sonhos políticos de Cardoso –, mas o resultado foi meridianamente claro tanto no aspecto acadêmico quanto no aspecto político. Fernando Henrique tornou-se uma espécie de “príncipe da sociologia brasileira” e também um *superstar* político – ídolo de uma parcela pequena, mas aguerrida de estudantes e intelectuais contrários à ditadura. Papéis que serão incrementados pelas publicações acadêmicas (entre elas, livros relevantes e artigos acadêmicos na própria revista do Cebrap) e análises políticas mais populares (na chamada “imprensa alternativa”).

O Cebrap, do qual Cardoso foi o principal idealizador e diretor, entre 1969 e 1982, mas não o principal gestor burocrático – o que o deixava livre para articulações acadêmicas, políticas e até financeiras para manter a instituição –, no entanto, era o espaço central de uma construção intelectual e política cada vez mais intensa e irradiadora de influências sobre a nascente sociedade civil organizada lutando pela democracia no Brasil.

O Cebrap reunia também a fina flor do pensamento crítico e de esquerda do país, inclusive muitos estudiosos que depois cerrarão fileira na fundação do PT (Francisco Weffort, Francisco de Oliveira, Paul Singer, etc) e outros de histórica ligação com o PCB. Mas, com certeza absoluta, tinha em Fernando Henrique a sua liderança mais expressiva, seja pela decisiva e influente produção intelectual, seja pela sua já evidente capacidade de articulação propriamente política – que, ao contrário da afirmação de muitos estudiosos, manifestava-se desde os anos cinquenta e não apenas quando de sua aproximação com o MDB nos anos setenta.

Bernardo Sörj produziu o primeiro estudo sobre a trajetória do Cebrap (pesquisa realizada ainda nos anos 80) e aprofundou sua análise na obra *A Construção Intelectual do Brasil Contemporâneo* – da resistência à ditadura ao governo FHC (2001).

Sörj vê o Cebrap

“(…) como um caso privilegiado da rica e complexa relação entre a produção científica e a vida social e política, seja por suas origens [USP, Seminário Marx, etc, como analisa no Capítulo II], por seu papel central nas ciências sociais durante o regime autoritário [temática analisada nos Capítulos III, IV e V], pelos problemas que atravessou com o processo de democratização [Capítulo VI e Segunda Parte] ou pelo próprio fascínio que seus principais intelectuais [destacadamente Fernando Henrique, analisado na Terceira Parte] exerceram sobre uma geração de jovens cientistas sociais nos anos 70. Neste sentido, respeitadas suas especificidades, o Cebrap pode ser visto como um exemplo e uma metáfora das complexas relações entre intelectuais e política, entre saber e poder, entre conhecimento e democracia na sociedade brasileira” (Sörj, 2001: 11).

A análise de Sörj reforça nosso argumento discutido no capítulo anterior (influência da sociologia paulista, importância do Seminário Marx, as temáticas brasileiras que extrapolam para a América Latina, etc) e baliza a discussão que se segue (Fernando Henrique fazendo a passagem da vida mais intelectual para a vida mais política).

A trajetória político-intelectual do Cebrap é uma espécie de síntese da própria trajetória acadêmica do seu maior idealizador, assim como dos problemas políticos nos quais esteve diretamente envolvido durante as décadas de 70 e 80 – particularmente, no plano partidário, o que veremos mais detalhadamente à frente, a crítica ao PCB e às esquerdas do continente, a relação com o MDB/PMDB, a tentativa de articular um partido socialista democrático, a não adesão ao PT e, ao fim de longo processo, a criação do PSDB.

Sörj, em vários capítulos de sua obra, aprofunda a análise da trajetória do Cebrap – e voltaremos a alguns pontos de sua brilhante exposição –, mas introduz uma idéia central, também discutida, anteriormente (Pécault, 1990) e posteriormente (Lahuerta, 2002) por outros autores com ênfases diversas e mesmo conteúdo principal: o Cebrap e os seus proeminentes intelectuais como a “cúpula” – e Fernando Henrique como sua liderança máxima, para além de qualquer dúvida – de uma espécie de “partido da inteligência” na luta de resistência contra a ditadura militar. Embora devamos talvez, como Pécault, ampliar a sugestão de “partido da inteligência” para o conjunto (ou quase

isso) da intelectualidade brasileira em sentido amplo (atuando contra ditadura nos anos 70) e tratar o Cebrap como a referência analítica principal – “despaulistizando” parcialmente a análise.

Como ocorreu tal processo cultural e político?

Sörj, criticando de certa forma uma sociologia do conhecimento que resulta numa visão restritiva (caso, por exemplo, de Sérgio Miceli) e postulando uma visão braudeliana do problema (interligação dos tempos curto, médio e longo – argumento que veremos melhor na subseção seguinte), aponta como central a “construção de categorias com as quais os diversos atores sociais representam, dão sentido, se orientam e negociam sua participação na sociedade” (Sörj, 2001: 86).

Com essa visão geral é que os intelectuais brasileiros durante a ditadura definiram seu espaço e também sua posição política geral – tendo o Cebrap um papel de inegável relevo, embora muitos outros espaços simbolizassem tal posição (imprensa alternativa, parte da MPB, outros espaços acadêmicos, etc). Segundo Sörj, porém,

“(…) coube ao Cebrap ocupar de forma criativa um nicho gerado pelo período ditatorial, quando as classes médias intelectuais e modernizantes procuravam vozes que expressassem os sentimentos reprimidos e censurados, num contexto de alta densidade, mobilização e coesão ideológica. (...). Os intelectuais eram vistos como ‘porta-vozes’ de uma sociedade amordaçada. Posteriormente, com a democratização e a consolidação de uma sociedade de massas sob a égide dos meios de comunicação, os intelectuais acadêmicos perderam seu peso específico e foram substituídos pelos especialistas em comunicação”³⁷ (Sörj, 2001: 88-9).

É sobre essa temática do Cebrap como “partido da inteligência” que também se debruça Milton Lahuerta em artigo para a revista *Política Democrática*, em 2002, e vale aqui um registro mais detalhado.

³⁷ O papel da mídia será mencionado em capítulos posteriores, mas vale registrar aqui que os meios de comunicação e seus principais operadores (proprietários, editores, articulistas em geral, etc) são “divulgadores” de visões de mundo produzidas em outros espaços pelos formuladores estratégicos do “grande mundo burguês globalizado” – geralmente, Estados Unidos e, de forma já algo subordinada, países europeus ocidentais mais tradicionais (Inglaterra, Alemanha, França e Itália) ou emergentes no continente (caso bem claro da Espanha). Exemplo expressivo é o “novo problema” da violência e a cópia desabrida por parte de países europeus e emergentes (Brasil incluído parcialmente) da política regressiva e neofascista denominada nos EUA de “tolerância zero” (ver Wacquant, 2001). De forma parecida, variando a criatividade da “cópia”, podemos apontar exemplos sobre políticas sociais e principalmente sobre políticas econômicas. É notável, porém, como Cardoso já tinha, nos anos 70 e 80, noção bem precisa sobre a importância da mídia na política, seus usos estratégicos, etc – influência das suas experiências no exterior, principalmente Europa e EUA. Assim como, também, sobre não repetir idéias de fora acriticamente, como defende em tantas obras, mas principalmente já no título do artigo “A originalidade da cópia: A CEPAL e a idéia de desenvolvimento” publicado na obra *As idéias e seu lugar* (1980).

Segundo ele, a década de 70 representa uma grande virada econômica, social, política e mental. Novos enfoques sobre o Brasil são produzidos em oposição ao “populismo” anterior do nacional-desenvolvimentismo. Isso, no bojo de uma

“(…) expansão notável da indústria cultural e do público universitário, compondo um cenário contraditório que torna possível uma certa sagração da figura do ‘intelectual de oposição’. Desse modo, se constitui uma espécie de ‘estado-maior’ de um partido da inteligência, num contexto em que os especialistas saem de seus afazeres e são impelidos a se defrontarem com problemas políticos e/ou gerais” (Lahuerta, 2002: 97-8).

Tudo começou com o Cebrap, em 1969. Um grupo de intelectuais é obrigado a romper com a condição acadêmica anterior e se aventurar em nova empreitada de risco. O objetivo era manter seus programas de pesquisas, geralmente de uma perspectiva marxista. Tornaram-se referência nacional e um pólo de formação de quadros intelectuais. Também produziram novas interpretações do Brasil, que foram mudando a esquerda no país. Fernando Henrique, nesse quadro, foi maior do que a própria obra e uma espécie de “mito”, o que lhe “garantirá a (...) condição de **intelectual que lidera intelectuais** [grifo nosso], sem precedentes na história do país” (Lahuerta, 2002: 102-3). Condição incontestável, com o autoexílio de Florestan Fernandes.

Interpretações sobre o Brasil que contaram com a colaboração de muitos intelectuais, mas tendo como protagonista Fernando Henrique e Francisco Weffort como principal coadjuvante – o que já vimos parcialmente no capítulo anterior.

Weffort sintetiza a crítica paulista mais radical ao nacional-desenvolvimentismo, inclusive enfrentando de forma vitoriosa, no próprio Cebrap, o núcleo do PCB (Maria Hermínia Tavares de Almeida e outros).

“Esse modo de revisar a história do país, marca registrada das formulações de Francisco Weffort, (...) dava combustível para as correntes que, à esquerda do PCB, recusavam-se a levar em consideração as eleições, o MDB e o tema da conquista da democracia, reiterando – mesmo com a truculenta destruição das organizações de esquerda armada – a expectativa de algum tipo de solução insurrecional para pôr termo à ditadura” (Lahuerta, 2002: 104).

De 1974 a 1979: sociedade civil como conceito e como realidade. Civil contraposto de forma maniqueísta contra Militar. Tudo civil como ótimo e tudo estatal como negativo.

“Portanto, no processo em que se torna comum a utilização do conceito de sociedade civil, oscila-se entre uma posição estritamente liberal – que se recusa a enfrentar o problema da construção de uma nova hegemonia e limita-se a constatar o caráter democrático inato à emergência da pluralidade de interesses – e um basismo de novo tipo que, reivindicando um vínculo com a verdadeira teoria gramsciana, cai numa posição semelhante à dos liberais ao fazer a apologia indiscriminada dos movimentos sociais e ao desconsiderar a política institucional” (Lahuerta, 2002: 111-2).

Contudo, como no debate sobre dependência, há claras e evidentes divergências entre Weffort e Cardoso, segundo Lahuerta.

“Basta notar que enquanto Cardoso centra o foco de sua análise na perspectiva da construção de um sistema partidário capaz de expressar o pluralismo dessa sociedade civil, amenizando a importância do tema das classes sociais e de sua identidade, Weffort radicaliza seu posicionamento quanto ao potencial de ruptura do movimento operário, valorizando os movimentos sociais, especialmente o movimento sindical, como o elemento mais dinâmico dessa sociedade civil emergente” (Lahuerta, 2002: 113).

Fernando Henrique também inova no seio da esquerda quando os temas, além da sociedade civil, são o Estado, o autoritarismo e a democracia. Caracteriza pioneiramente o Estado como burocrático-autoritário.

“Tal pioneirismo se deve ao fato de ele ter sido o autor do grupo que mais rapidamente deslocou seu foco analítico das dimensões estruturais (inclusive a temática das classes sociais) para concentrar-se na representação política, nos aspectos institucionais e no fortalecimento da sociedade civil como caminhos para se contrabalançar não apenas o regime autoritário, mas o tradicional autoritarismo da sociedade brasileira. Autoritarismo e democratização: esse será o eixo norteador de suas intervenções, consubstanciadas em uma trajetória intelectual multifacetada que acaba aparecendo como a melhor expressão da constituição e do fortalecimento da sociedade civil” (Lahuerta, 2002: 105).

Cardoso, ainda segundo Lahuerta, percebe melhor do que outros as mudanças sociais em curso, aquilo que Werneck Vianna chamou de “revolução de interesses” (Lahuerta, 2002: 107). Assunto que outros também analisaram e que Fábio Wanderley Reis (Lamounier, 1982) denominava de “fase ideológica” das ciências sociais – como já vimos.

A certa altura de sua inspirada análise, Lahuerta afirma que Weffort, a partir da perspectiva exposta acima, “participa da fundação do Partido dos trabalhadores, torna-se seu principal ideólogo e permanece como seu secretário-geral durante 15 anos”

(Lahuerta, 2002: 113). A afirmação é errada sobre o tempo que ocupou o cargo (apenas cinco e não quinze anos) e é discutível sobre o conteúdo. Weffort, com certeza, ajudou na organização do PT e teve papel de relevo como intelectual no partido. Há controvérsias, porém, se foi “seu principal ideólogo”. O PT, tudo indica, principalmente os melhores estudos sobre o partido, não teve nenhum “principal ideólogo”, apesar da importância de “ideólogos diversos”. Entre tantos ideólogos, Antônio Cândido, Marilena Chauí, Francisco de Oliveira, Weffort, um sem número de “ideólogos” das tendências de esquerda que compuseram o partido desde o início, os “ideólogos” das correntes católicas que também organizaram originalmente a agremiação e, por fim, os “ideólogos” ligados ao novo sindicalismo – estes, talvez, os principais “ideólogos” do partido, como a realidade política o demonstrou.

Se a idéia não é tão boa e precisa para explicar a relação entre Weffort e o PT, encaixa-se perfeitamente em uma explicação sobre a relação de Fernando Henrique com o PSDB. Cardoso foi, para além de qualquer dúvida, não só o principal ideólogo, mas também a principal liderança política do partido, o que não deixa de ser notável, pois tais papéis existem separados na prática partidária, seja brasileira ou de outro país qualquer³⁸. Não que Fernando Henrique pense tudo sozinho, mas polariza as atenções, por assim dizer, como nenhum outro “pensador” em partidos brasileiros.

Contudo, mesmo para explicar a relação de Cardoso com o PSDB é preciso levar em conta que não foi uma coisa clara e planejada desde o início. Foi uma construção complexa, tanto acadêmica quanto politicamente. É sobre a complexidade nesses dois terrenos, que tentaremos aprofundar nas subseções que se seguem.

³⁸ Caso emblemático mais ou menos recente e que aqui merece menção por razões óbvias é a relação de alguns intelectuais ingleses com o Partido Trabalhista, muito destacadamente Anthony Giddens (principal ideólogo da chamada Terceira Via) e David Miliband (que recentemente até tentou tornar-se líder do partido, mas não conseguiu). Sabemos, no entanto, que os líderes políticos do partido foram Tony Blair (a maior estrela trabalhista desde muitas décadas atrás) e Gordon Brown (ex-ministro das finanças, agora administrando a evidente derrocada dessa última experiência do partido no governo).

3.2. Filiações científicas e temporalidades

Segundo Sörj, “o Cebrap representou uma ponte muito particular entre a antiga geração de cientistas sociais pré-64 e aquela que se constituirá (...) com a expansão das ciências sociais na década de 70. Este papel foi construído tanto a partir da original bagagem intelectual como pela postura institucional dos fundadores do Cebrap” (Sörj, 2001: 27). Quer dizer, ao contrário da rigidez hierárquica uspiana em que haviam se formado, criaram uma instituição mais democrática e participativa, na qual puderam também se destacar um grupo de estudiosos (por exemplo, Francisco de Oliveira) que nem de longe tinham ainda a bagagem ou o respeito intelectual dos fundadores, embora o “espaço” para jovens pesquisadores fosse extremamente restrito. “Assim, sem perder sua feição hierarquizada, a estrutura do Cebrap foi flexibilizando-se e passou a funcionar como um corpo colegiado, tornando-se aos poucos, nas palavras de um dos seus membros, ‘uma oligarquia aberta’” (Sörj, 2001: 40). E, pode-se acrescentar, também, “modelo”, assim como tinha sido o Seminário Marx anteriormente, para um número enorme de entidades que surgirão posteriormente com a meta de combinar pesquisas acadêmicas com certa intervenção política. No limite, extrapolando para o mundo da política real, talvez devêssemos dizer ainda, “modelo” de organizar empreendimentos “políticos” – sejam acadêmicos ou partidários – que será levado em conta posteriormente, de forma consciente ou não, pois será a “fórmula” adotada no funcionamento do PSDB.

Fernando Henrique esteve sempre à frente do projeto, segundo Sörj. Já discutia a possibilidade desde sua estadia no Chile. Retomou a idéia em 1968, quando voltou para a USP. Sua cassação acelerou o processo – como ele mesmo afirma e registramos acima –, assim como mudou o “rumo político” do projeto original, mais restritamente acadêmico. Havia consenso sobre o centro reunir todos os perseguidos pela repressão. Seus membros (27 na fundação, em 1969) foram “escolhidos” pelo próprio governo e sua perseguição, como assinala Sörj. Em 1971, ampliou-se o quadro para 72 membros. “As conversações mantidas no Rio por Fernando Henrique Cardoso culminaram na promessa da Ford de conceder 100 mil dólares como primeiro passo para deslanchar as atividades do centro”. Mas tal verba não era suficiente, obrigando seus membros a pesquisarem certos assuntos que tinham financiamento garantido por instituições brasileiras e estrangeiras. As articulações com setores liberais das elites também ajudaram (Sörj, 2001: 30-34).

Outro aspecto que terá não poucas repercussões futuras foi o recrutamento do *staff* de pesquisadores. Além de um grupo que havia participado do Seminário Marx, o quadro original era de pesquisadores que já haviam concluído o doutoramento antes de 1967 – uma seleta equipe de intelectuais da área de humanas. Francisco Weffort, Boris Fausto e outros estudiosos da classe operária (Régis de Castro Andrade, Luiz Werneck Vianna, Fabio Munhoz e Maria Hermínia Tavares) não chegaram a se integrar ao quadro permanente. Francisco de Oliveira e Bolívar Lamounier entraram em 1970. Vilmar Faria e Carlos Estevam Martins em 1971. Vinicius Caldeira Brandt em 1974. José Serra também chegou nessa época. A partir de 1976 o processo será o inverso, de saída gradual de pesquisadores importantes (Sörj, 2001: 34-8), muitas vezes para fundarem seus próprios centros de pesquisa ou simplesmente arriscar uma carreira solo alternativa e, logicamente, quase sempre as razões são as divergências políticas na medida em que avança o processo de democratização do país e amplia-se a massificação do ensino superior e pluralismo acadêmico ancorado na expansão da pós-graduação na área de humanas.

A importância desses intelectuais – para além do mundo acadêmico – é que eles constituem de certa forma – não todos – o “círculo mais íntimo de Fernando Henrique” no mundo acadêmico e no mundo cultural brasileiro. São coadjuvantes na aventura intelectual e política de Cardoso a partir dos anos-chave de 1974 (relação inicial de Cardoso com o MDB) e 1978 (candidatura de Cardoso ao Senado por uma sublegenda do MDB). Muitos – Giannotti, Lamounier, Fausto, Faria, etc – serão ardorosos defensores dos governos presidenciais de Cardoso e alguns até ocupantes de destacados cargos públicos – Weffort (depois de sua longa experiência no PT), Giannotti (saiu “brigado”), etc.

Sörj aponta também que, “na prática sua direção, na década de 70, esteve a cargo de uma *troika*, da qual participavam, dependendo do momento, Fernando Henrique Cardoso, Juarez B. Lopes, Paul Singer, Cândido Procópio Ferreira Camargo e José A. Giannotti” (Sörj, 2001: 39). Ninguém questionava esse “comando”, embora divergências ocorressem. Porém, “a figura que maior espaço ocupava no Cebrap era indubitavelmente Fernando Henrique Cardoso. A qualidade e a diversidade de sua obra, aliada ao carisma pessoal e à ampla e variada gama de relacionamentos no Brasil e no exterior, fizeram dele o pivô da instituição. Era sem dúvida o integrante de maior renome nacional e internacional, mantendo uma clara liderança entre os mais jovens e relações variadas e ricas com os membros de sua geração” (Sörj, 2001: 39-40).

Uma pergunta interessante que se coloca é como esse *bunker* do “partido da inteligência” e seu “estado-maior” (a *troika*), particularmente Fernando Henrique, se relacionam de fato com as diversas culturas políticas anteriores, as ligações com seus contemporâneos e ainda com as novas gerações?

Sörj introduz, então, a discussão fundamental da filiação acadêmica das idéias e sua ligação com a longa duração (tradições interpretativas, escolas científicas, autores clássicos, etc) nas ciências sociais. A filiação ou não ao marxismo ao longo do século vinte diz respeito a este assunto, assim como também a produção dos pesquisadores do Cebrap (oriundos do Seminário Marx) e de Fernando Henrique (formulador de uma metodologia marxista particular, mas não necessariamente de um conteúdo socialista ou marxista, como já vimos parcialmente). Na segunda metade do século vinte, particularmente dos anos 60 em diante, vai ficando claro que o dogmatismo marxista não consegue enfrentar os problemas da “pós-modernidade” (sem entrar nas discussões mais profundas sobre o significado do conceito), a crise de paradigmas das ciências sociais, os desafios da globalização (internacionalização do capital, como dizia Cardoso) e o abalo geral nas visões de mundo que davam o norte político até aquele momento. Torna ainda mais complexo o problema da chamada questão nacional – base das tradições interpretativas até aquele momento e de alguma forma ainda a referência posteriormente. Tudo isso, segundo Sörj, ressalta certas questões: ligação de uma obra com diversos corpos teóricos, “portas” variáveis abertas com tais ligações, dificuldades de estabelecer as ligações com tradições interpretativas nacionais específicas, “leituras” distintas de autores em lugares diferentes acarretando diferentes “filiações”, “estilos” diferentes de filiações³⁹, filiações nacionais descolonizadoras e riqueza de um pensamento com múltipla filiação. Um processo de desfiliação, ao contrário, ocorre

³⁹ Vale aqui registrar sua comparação entre França e Estados Unidos, pois tem íntima relação com o Brasil e a trajetória de Fernando Henrique. “Na França, pode chocar a falta de diálogo e reconhecimento intelectual entre pesquisadores de diversas escolas, mas ao mesmo tempo impressionam as linhas de continuidade ‘profunda’ entre os autores com as problemáticas filosóficas e temáticas dos antecessores”. Continua o autor: “Situação quase inversa da dominante na ciência social norte-americana, onde a fragilidade filosófica, a tendência a critérios quantitativistas de avaliação, o pragmatismo e a massificação (...) levaram a uma produção intelectual que menciona e aparenta conhecer toda a bibliografia sobre o tema tratado, mas que muitas vezes não é mais do que um *melting pot* intelectual que desconhece as implicações teóricas dos conceitos utilizados (o que lhe dá uma maior liberdade de circulação intelectual, mas muitas vezes a condena a uma certa superficialidade)” (Sörj, 2001: 100). Fernando Henrique é claramente da “tradição” francesa que está na USP e na sociologia paulista desde o seu início. No entanto, andou também pelos Estados Unidos, o que lhe permitiu críticas ácidas à recepção de suas idéias por lá (Cardoso, 1980: 89-108) e também às idéias dos cientistas políticos norte-americanos (Cardoso, 1971: 20-56). Contudo, como veremos adiante, à medida que avança a globalização, ocorre o declínio do socialismo e se intensifica o processo de democratização brasileiro suas idéias vão ficando menos “européias” e mais “norte-americanas”, como de resto aconteceu também com as próprias idéias “européias” e nem se fala com as idéias “brasileiras” – embora haja fortes resistências sobre isso no país.

quando se desvalorizam as tradições nacionais precedentes, insiste-se em sempre reinaugurar as bases do pensamento, existe pouca cumulatividade conceitual e muita contraposição às idéias precedentes. Diz respeito a muitas questões, entre elas: modernização muito rápida e sem tempo de maturação para as mudanças culturais em curso, transposição de valores dos países centrais para suas áreas de influência na periferia, formação dos quadros intelectuais fora do contexto nacional, estabelecimentos de redes e hierarquias acadêmicas e erudição nas tradições européias dos intelectuais periféricos que menosprezam suas próprias tradições nacionais (Sörj, 2001: 96-103).

O Cebrap conseguiu, nos anos 70, ser uma ponte entre gerações de cientistas sociais. Entre aqueles do passado (pré-1964), que funcionavam mais como “conselheiros do príncipe” ou “formuladores de projetos nacionais” (representados pelo Iseb, por exemplo), e aqueles, dos anos 1980 em diante, representando as novas gerações pós-graduadas no estrangeiro (conjunto geralmente acrítico de “produtores de estudos empíricos de uma cadeia produtiva internacional”⁴⁰) (Sörj, 2001: 94-5).

E, mais do que essa ponte referida por Sörj sobre o papel do Cebrap no mundo acadêmico, Fernando Henrique, sua maior liderança acadêmica e política, conseguiu “fugir” dos dois extremos geracionais algo erráticos – nem foi “conselheiro de príncipe” exatamente (embora tenha se aventurado nessa seara quando de suas experiências no MDB e no PMDB) e nem um acadêmico acrítico “dominado” por visões de mundo produzidas nos países centrais (embora essa discussão seja mais complexa). Conseguiu formular análises especialmente criativas e contribuiu de forma decisiva para a construção de um projeto para o país, sem, no entanto, ser completamente original – a “originalidade da cópia”, como observou o próprio Fernando Henrique Cardoso (1980: 17-56) –, assim como ele mesmo o liderou politicamente na prática.

No próprio Cebrap acaba o consenso entre os seus membros durante a transição democrática. Tempo de rápidas mudanças e igualmente velozes mudanças de conteúdos. O centro se divide entre os defensores do PT (mais numerosos) e os que,

⁴⁰ Sörj, muito corretamente, amplia sua crítica à “nova geração” afirmando que “(...) com a internacionalização dos circuitos de inserção e reconhecimento intelectual, a tendência à especialização excessiva levou ao abandono de esforços de análises de conjunto da sociedade brasileira e, junto com esta, de filiação às tradições ‘interpretativas’ do pensamento social brasileiro. Esta tendência se agravou, como veremos, com a transferência efetiva da definição da agenda de pesquisa para as agências financiadoras” (Sörj, 2001: 95). Não nos cabe aqui ficar avaliando as assim chamadas “novas” ciências sociais brasileiras, mas estas opiniões bem embasadas de estudioso sério e profundo nos fazem entender parcialmente o terreno minado no qual se movia Cardoso entre o passado (por ele tido como “anacrônico”) e o futuro (segundo Sörj, “acrítico” e separado de nossas “tradições interpretativas”). Reside nesse terreno pantanoso muito das qualidades teóricas e políticas de Cardoso, assim como também parte substancial de suas limitações e contradições.

posteriormente, se agregarão ao projeto do PSDB (minoritários, embora de grande expressão acadêmica) – “divisão política [que] rachou a casa de alto a baixo”, mas mantendo uma convivência respeitosa e democrática (Naves, 2006: 17). Como afirma Sörj, os novos tempos democráticos colocam questões para as quais o Cebrap não tinha como contribuir de forma decisiva: “Seja nos ‘grandes temas’ como a crise do socialismo, a globalização, o papel do mercado, como aqueles específicos da realidade brasileira, como a corrupção, a violência ou os serviços públicos” (Sörj, 2001: 89).

“Paradoxalmente, é hoje via globalização que a cultura e os particularismos são novamente valorizados. Mas, neste admirável mundo novo, muitas vezes no lugar de filiação encontramos a folclorização; no lugar de raízes e aprofundamento do particular para se comunicar com o universal, temos a valorização de imagens passageiras e distinções sutis para diferenciar produtos similares. Afinal, quem sabe, num mundo de espaços virtuais e de famílias recombinantes, a idéia mesma de filiação (nacional, étnica, familiar) se transformou em categoria historicamente datada a ser abandonada ou pelo menos profundamente reelaborada” (Sörj, 2001: 103-4).

O Brasil não teve os mesmos traumas na absorção da cultura europeia como os países afro-asiáticos ou mesmo os hispânicos – com grandes dilemas sobre população indígena ou que se consideram “europeus” na América do Sul (Argentina e Uruguai). O problema aqui é outro: um certo inauguralismo. “(...) tendência nacional a desvalorizar o passado, a creditar que o país do futuro pouco tem a ganhar das gerações anteriores e que o Brasil é um país a ser periodicamente inventado” (Sörj, 2001: 104). Fato estranho, pois o que parece novo cultural ou politicamente quase sempre anda junto com as tradições e o passado, para não falar em coisas piores, tais como a corrupção endêmica, violência generalizada e desprezo visceral pela miséria.

Intelectuais e poder sempre presos ao presente, uma espécie de conjunturalismo mais preocupado com denúncias e opiniões políticas e ideológicas do momento. Tal desfiliação tem sido ampliada pela perda de controle sobre o financiamento das pesquisas. Há muito material praticamente “requeitado”, resultando da agenda imposta pelos financiadores e seus termos de referência (Sörj, 2001: 105).

Qual o problema?

O Brasil, mesmo não tendo uma tradição filosófica original, produziu, ao longo do século passado [e até antes – como já vimos no primeiro capítulo], um ensaísmo de muita força intelectual com autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e tantos outros. Esse “paradigma” foi abandonado pelas gerações posteriores do Rio de

Janeiro e São Paulo. As correntes marxistas e cepalinas nos 50, ainda tentaram manter alguma continuação com os pensadores anteriores no que diz respeito ao Estado e outros assuntos. Já Florestan Fernandes e os que viriam a criar o Cebrap preferiram uma desfiliação das tradições anteriores e busca de um espaço próprio (Sörj, 2001: 105-7).

Erro maior de FHC e do Cebrap foi ênfase excessiva na lógica de acumulação do capital (crescimento, capitalismo, milagre, etc). Não perceberam bem os novos temas que surgiam, pois mantinham essa “visão estruturalista”.

“O impacto desfiliação do Cebrap pode ser relacionado também a uma característica do pensamento de Fernando Henrique Cardoso, e que permeava o Cebrap, de valorizar o novo, as tendências emergentes. Se essa característica possivelmente é um dos seus principais atributos intelectuais e lhe valeu importantes *insights* sobre a sociedade brasileira, também expressava o ‘inauguralismo’ brasileiro e significou um certo abandono da análise das instituições e dos mecanismos pelos quais o passado se renova no presente, e por extensão, dos autores que pensaram este passado” (Sörj, 2001: 108).

As ciências sociais brasileiras não deram conta de certos temas, assim como também erraram no uso de conceitos “importados” – geralmente do circuito Paris, New York e Londres. Criou-se “uma comunidade acadêmica com características de um *paroquialismo cosmopolita* [grifo no original]” (Sörj, 2001: 109) – atualizada nos debates dos países centrais, mas pobre na reflexão sobre os problemas nacionais ou regionais. Ficamos “estrangeiros”, mas sem a “originalidade da cópia” – como diria Cardoso. E, nas últimas décadas, tem piorado muito com “modismos” europeus e norte-americanos, além de pesquisas sobre políticas públicas (para complementar salário) e produção científica do tipo jornalística (“panfletismo simplista”) (Sörj, 2001: 108-112).

O sentido dessa breve reflexão sobre filiação e, de alguma forma, temporalidade nas ciências sociais brasileiras é caracterizar com maior precisão o papel do “partido da inteligência” e de seu mais destacado “comandante”. Eles foram os principais explicadores do Brasil em uma época de transição e de grandes transformações – econômicas, sociais, culturais e, talvez principalmente, políticas.

Romperam com quase toda a tradição anterior, além de transformá-la em uma espécie de “saco de pancadas” – já que os problemas nacionais eram todos oriundos daquela “Era Vargas” populista, atrasada e anacrônica. Até o autoritarismo da ditadura, de alguma forma, é uma “continuação” do autoritarismo anterior, embora expressando os conflitos de uma nova etapa da “modernização conservadora” do país.

Entretanto, por outro lado, não chegaram a ser o verdadeiro “modelo acadêmico” das gerações futuras – das últimas duas décadas – já integradas em um mundo acadêmico “estrangeiro” ou “globalizado” atolado na hiperespecialização (na melhor das hipóteses) ou apenas no “*melting pot* intelectual” (na dura crítica que compartilhamos parcialmente com Sörj).

Foram um competente conjunto de pensadores brasileiros de várias áreas das ciências humanas que, sob o comando e liderança de Cardoso, “pautaram” as temáticas centrais da transição democrática – divergindo muitas vezes sobre aspectos centrais como já vimos no capítulo anterior – e produziram obras de grande relevância, embora sem o brilhantismo de muitos dos nossos clássicos que foram por eles “desprezados”.

Talvez seja esse o motivo de tais pensadores serem considerados “datados” e, hoje, estranhamente, viverem um certo “ostracismo”. Ficaram no “limbo” no mapa das etapas do pensamento social brasileiro. Entre o ensaísmo que eles tanto criticaram e o profissionalismo científico que eles ajudaram a erigir sem, no entanto, dele participar nas últimas décadas por atuarem meio à margem do mundo acadêmico. As suas idéias, porém, são as que construíram as visões de mundo que “atualizadas” nos governam. Vejamos as de Cardoso sobre a política brasileira, que vão culminar em parte no ideário liberal do PSDB.

3.3. A inteligência na vida política

No capítulo anterior vimos resenhas e interpretações do que se pode denominar de produção acadêmica “pesada ou densa” de Fernando Henrique. Aquelas obras e aqueles temas que tornaram Cardoso um “príncipe da sociologia” no Brasil e um sociólogo de renome internacional – um “acadêmico globalizado”, por assim dizer.

Suas obras dos anos 70 e 80 do século passado não têm as mesmas características – um dos motivos para Schwarz e outros até as comentarem apenas de passagem. São obras interessantes, importantes e igualmente balizadoras de discussões, mas muito diferentes das anteriores.

Exceto aquelas (várias) que representam desdobramentos e polêmicas sobre dependência e desenvolvimento, geralmente repetitivas (por exemplo, *As Idéias e seu Lugar*, de 1980, e artigos em coletâneas diversas), são obras que representam um desdobramento de tais reflexões no plano interno brasileiro. Na verdade, um retorno aos temas “nacionais”, que estão na origem da sua produção, mas agora com outras temáticas.

A explicação para isso parece mais ou menos clara: não é que Cardoso tenha ficado menos brilhante, mas com certeza, tornando-se figura de proa do “partido da inteligência”, foi arrastado para temas que são uma pauta acadêmica mais claramente política e ligada aos desafios do regime político instalado em 1964 e as possibilidades de sua superação.

Não menos importante é o fato de que, aos poucos, Fernando Henrique vai se aproximando da vida partidária e eleitoral, o que o arrasta definitivamente para temas ligados ao cotidiano da política – inclusive ele torna-se colaborador de jornais da chamada imprensa alternativa ou “nanica”, tais como “Opinião” e “Movimento”.

Seria exigir demais de uma liderança de seu peso, já com as articulações políticas do Cebrap às costas, que mantivesse o ritmo das reflexões e produção acadêmicas dos anos 50 e, principalmente, dos anos 60. Mas em parte ele conseguiu isso, principalmente nos anos 70, quando ainda foi professor ou conferencista visitante de várias universidades européias e norte-americanas, além de continuar um intenso trabalho de proselitismo acadêmico e político no Brasil e em diversos países da América Latina.

Nosso grande problema nesta seção é exatamente resgatar essa contribuição acadêmica e política de Cardoso, inclusive mostrando a interligação entre ambas. Não é

uma tarefa difícil apenas pela complexidade dos conteúdos temáticos em tela (dependência, desenvolvimento, regime militar, autoritarismo, emergência da sociedade civil e democracia, dentre vários outros), mas principalmente por que, muitas vezes, fica quase impossível separar o que é “criatividade analítica” dos “interesses políticos” por trás de tais análises – como veremos nessa seção e em capítulos posteriores.

Ele próprio, Cardoso, sempre afirmou, não apenas nessa época, que, por ser extremamente cartesiano e realista, conseguia separar o trabalho de cientista social do trabalho de militante político. Impossível acreditar em tal afirmação completamente (Sörj, 2001, principalmente Terceira Parte). E, daí, ser um grande desafio tentar explicar que suas posturas políticas foram coerentes com as idéias mais teóricas e acadêmicas. Uma visão de mundo cada vez mais claramente liberal lhes dava a coerência teórica e prática – que tantos criticaram como mudança de ideologia, mudança de lado, traição, oportunismo, conservadorismo, carreirismo, etc, o que não é a nossa opinião.

Talvez um registro que seja necessário fazer é que os temas acadêmicos de Fernando Henrique, embora mantendo coerência entre si, vão mudando sua abrangência temporal. Da longa duração da sua tese de doutoramento (capitalismo e escravidão) ou mesmo dos estudos sobre dependência na América Latina (aí, já, em certos aspectos, adentrando assuntos de média duração) ao conjuntural, curta duração e até temáticas episódicas (por exemplo, resultados eleitorais em São Paulo, como em Lamounier e Cardoso, 1978, ou análise sobre governo Figueiredo, como em Cardoso, 1981, assim como artigos e entrevistas para jornais sejam da grande imprensa ou da imprensa alternativa). Geralmente, porém, estavam por trás de tais opiniões e idéias as reflexões mais profundas anteriores. Raríssimos foram os textos apenas de proselitismo político, pelo menos até a posse como senador em 1983, pois, daí em diante, há uma mudança mais clara para a retórica política propriamente dita, o que é até muito natural. Como já dissemos no fim do Capítulo 2, é um processo interessantíssimo de um autor à procura dos seus personagens político, que pudessem encarnar na prática aquele conjunto de idéias e uma visão de mundo em dinâmica construção.

Algumas temáticas sobressaem-se: modelo político, mudanças estruturais da sociedade e democracia, envolvendo outros temas ou subitens como crescimento econômico, distribuição de renda, eleições, emergência da sociedade civil, partidos políticos e assim por diante. Impossível em poucas páginas resenhar tantas idéias e análises. Contudo, podemos apresentar uma visão panorâmica e, depois, explicar de forma resumida a trajetória mais política do nosso personagem, questões que são

interligadas na prática, mas devemos manter separadas na exposição para obter alguma clareza.

Como afirma Fernando Henrique (prefaciando sua obra *O Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaios*, de 1972, mas conteúdo que vale para outras obras posteriores):

“O leitor verá que a preocupação predominante na maioria dos capítulos está centrada sobre as novas formas de organização econômica e de vida política que, no Brasil e em alguns outros países da América Latina parecem ter-se instaurado a partir de meados da década de 50, com a industrialização emergente. A associação crescente entre empresas estrangeiras e empresas locais, sem desmedro do impulso do setor estatal das economias, abriu um conjunto de alternativas estruturais novo que precisa ser melhor conhecido.

Entretanto, se estes problemas estão subjacentes à maioria dos ensaios, o esforço em alguns deles orienta-se mais para mostrar que o processo político possui certa autonomia diante do condicionamento estrutural. Assim, não se trata de, uma vez caracterizada uma forma nova de dependência, estiolar o conhecimento da vida política na repetição de chavões que, ao aludir aos conceitos estruturais que eventualmente caracterizam o tipo de desenvolvimento prevaemente, dão a ilusão de explicar o aqui e agora. Ao contrário, penso que a análise das conjunturas políticas é necessária para entender como na luta social (econômica e política) são selecionadas alternativas pelos grupos, classes e indivíduos, que, de modo determinado, recriam a história. Assim, as ‘conjunturas políticas’ e os fatos particulares devem ser vistos como um processo de substantivação das condições estruturais nas quais ocorrem e, ao mesmo tempo, como um processo de transformação dessas estruturas” (Cardoso, 1972: 1-2).

A citação nos informa e sugere muito sobre a interligação entre método, temas de mais longas durações e assuntos conjunturais – aliás, questão à qual voltaremos no capítulo 5 para tentar explicar o comportamento do próprio PSDB em um período crítico de sua existência. Não deixa explícita, porém, a sua ligação visceral com a temática central do liberalismo (pelo menos na sua versão política). Na continuação do argumento no mesmo prefácio tal idéia fica mais clara:

“A outra questão que requer uma palavra na introdução refere-se à análise dos temas políticos. A geração a que pertencemos viveu no início da maturidade **um clima de grande liberdade política e intelectual** [grifo nosso]. Talvez por isso sempre olhou um pouco por cima dos ombros os problemas da **organização política, dos direitos civis, da participação** [grifo nosso]. Havia um leve odor de ranço em todos estes temas, diante dos verdadeiros problemas: o desenvolvimento, a miséria.

Por certo, estes últimos são problemas decisivos. Mas a prática política tem mostrado que a resolução ou o encaminhamento da solução dos problemas sociais e econômicos não leva automaticamente a formas mais aceitáveis de organização e de participação política, nem nas sociedades

capitalistas nem nas socialistas. É preciso, portanto, **reivindicar com coragem a retomada** [grifo nosso], noutra contexto político-intelectual, **de algumas questões que haviam sido jogadas na lata de lixo da história sob a rubrica de ‘liberalismo burguês’** [grifo nosso]. Um dos mitos mais daninhos da atualidade é a idéia de que bem-estar social e crescimento econômico são, em qualquer regime, incompatíveis com participação popular, livre informação e direitos civis. Para que estes mitos deixem de ter curso de moeda corrente é necessário, ainda que não suficiente, continuar a expressar o pensamento inconformista. Alguns destes ensaios são claramente, embora a *sotto voce*, uma tentativa nesta direção” (Cardoso, 1972: 2-3).

A obra em tela é, para resumir em poucas palavras, uma crítica ampla e geral ao autoritarismo, ao populismo e, principalmente, algo tão ao gosto do nosso autor, críticas diversas às idéias de vários estudiosos e uma “opinião recriada” que lembra o título de um outro ensaio seu “A originalidade da cópia” (1980).

O debate que nos interessa comentar é o que dá título ao livro, sobre o modelo político brasileiro. É sobre o papel do Estado, dependência e análise do modelo ou regime político brasileiro. Uma discussão sobre quem ganhou em 1964, para onde vai o Brasil, se o regime é fascista, as questões conceituais envolvidas, o que ele considera novo modelo político, a origem das mudanças na virada da Era Vargas para os anos JK, as mudanças do capitalismo internacional que interferem dramaticamente na economia, nossa rota para o desenvolvimento, as falácias metodológicas e suas consequências trágicas (Cardoso, 1972: 50-8).

A obra tem uma continuação com críticas a diversos estudiosos, que, segundo Cardoso, “a despeito de sua inegável contribuição para a análise do processo político brasileiro, padecem, parcialmente, de algumas das limitações apontadas acima” (Cardoso, 1972: 58).

Os criticados são Celso Furtado, Hélio Jaguaribe, Cândido Mendes e Roberto Campos por serem mais “normativos” (prescritivos) do que “analíticos”. Suas propostas de intervenção prejudicam o caráter científico e a isenção teórica. Por isso, as críticas mostram que estão ultrapassados pela história real (Goto, 1998: 71-4).

As Forças Armadas, segundo Goto, expondo o pensamento de Cardoso, contrariando o projeto liberal de Castelo Branco,

“(…) implementaram uma política que fortaleceu o Executivo, centralizando e burocratizando a administração, neutralizou o processo social e facilitou a retomada da acumulação capitalista ‘em escala ampliada’, sem, entretanto, reabrir os canais políticos tradicionais de participação da burguesia no poder (os partidos). A própria burguesia internacionalizada, com papel importante

na realização do crescimento econômico (e tendo, com relação a isso, seus interesses atendidos), foi mantida ‘à margem do sistema político formal’. Ao mesmo tempo, a política econômica beneficiou as classes médias, que, incorporadas tanto pela iniciativa privada como pelo setor público, viram aumentar suas possibilidades de ascensão social e não se opuseram ao regime, preferindo ou a apatia política ou a adesão eufórica a ele” (Goto, 1998: 75).

Ainda segundo Goto, para Cardoso nem o Estado era um “comitê executivo da burguesia” e nem era possível uma “revolução burguesa” nacionalista. A grande transformação é a burguesia do país se integrar ao capitalismo internacional como “dependente e associada – ou vice-versa. Nessa aliança relativamente estável entre militares, burguesia e classes médias, pergunta Cardoso “se tem sentido ‘reviver o ideal da Nação’ inspirado pela ideologia nacional-populista” (Goto, 1998: 75-6).

É sobre o “modelo político”? Critica Cândido Mendes por ter uma visão “linear” e “normativa”, que só enxerga o projeto de uma elite, mas sem perceber o mais importante na política – o conflito. O regime estava estruturado e funcionava num conflito entre alas, setores e classes – e nem seus presidentes puderam fugir disso (Castelo, Costa e Silva, etc) – que se acirrava nas sucessões presidenciais e teve seu ápice na decretação do AI-5. Difundiu-se a idéia errônea de que desenvolvimento tem relação com autoritarismo, embora Roberto Campos (acertadamente) pensasse parcialmente o contrário – regime democrático com informação e controle, além de desenvolvimento econômico. Mas na prática não era o que acontecia, segundo Cardoso (Goto, 1998: 76-8).

Para Cardoso, a burguesia abriu mão de controlar a “superestrutura” (política) para manter a hegemonia na “infraestrutura” (econômica) e, dessa forma, se articulou com outros setores para manter o modelo político.

“Entretanto, o que permitiu a estabilidade relativa na aliança entre militares, burguesia e classes médias foi a formulação de um modelo de desenvolvimento de um regime político que, sem eliminar as contradições entre estas diversas facções que, claro está, não eram antagônicas, tornou-as compatíveis em face de inimigos maiores, estes sim, antagônicos, representados pela ameaça de uma política favorável às classes populares” (Cardoso, 1972: 68).

É um capitalismo dependente e associado, assim como as empresas públicas crescentemente passaram a funcionar como *corporations* associadas à iniciativa privada

e articulando interesses dos seus altos funcionários (tecnocratas, burocratas, etc) com a “burguesia internacional e a burguesia nacional-internacionalizada”. Tudo isso substituindo o anacrônico nacionalismo anterior a 1964 (Cardoso, 1972: 68-71).

E, ainda, muito ao contrário do que dizem Cândido Mendes (regime de elites) ou Roberto Campos (elitismo econômico liberalizante), um modelo político autoritário com contradições e conflitos, com jogos políticos e interesses diversos de classes e setores, com oposição interna (divisões encobertas entre linhas militares) e externa (MDB e outros). As próprias sucessões demonstram essa “variedade” do modelo que é “burocrático-desenvolvimentista” (Cardoso, 1972: 72-82).

Em resumo:

“Por trás dessa situação está, naturalmente, o fato de que as ‘elites de poder’, e com elas a ‘intelectualidade’, foram incapazes de propor alternativas para resolver a questão de base: o desenvolvimento econômico mobilizou socialmente a ‘massa’, mas não preencheu o vazio histórico de uma sociedade e uma cultura que jamais lograram organizar esta massa, educá-la, torná-la capaz, enfim, de reivindicar tanto pão, como liberdades” (Cardoso, 1972: 82).

Em uma obra igualmente importante poucos anos depois, *Autoritarismo e Democratização* (1975), além de eruditos capítulos conceituais, metodológicos e até um ensaio brilhante sobre cidades, política e história, encontramos argumentos semelhantes, mais detalhados em certos casos (principalmente sobre os “anéis burocráticos”) e historicamente mais bem amparados em farta análise em outros casos (sobre, por exemplo, as “etapas” do processo brasileiro no século XX e até antes). Resumir esses aspectos históricos fugiria um pouco ao nosso objetivo na seção, mas estão em principalmente na Introdução e em partes dos Capítulos V e VI. Já sobre a primeira questão devemos nos deter para explicar com mais riqueza de detalhes nosso modelo político.

A argumentação é parecida sobre a relação do Estado com as classes sociais, mas vai apresentando sugestões que a tornam mais complexa e verossímil. Sobre as classes médias, por exemplo, Cardoso explica que participam do “esquema político” as altas classes médias tecnocráticas e deixam à margem as classes médias tradicionais. Repete a questão das Forças Armadas, mas não entra em detalhes, o que seria interessante, pois as divisões não eram apenas as da cúpula (que ele detalha mais), mas também na oficialidade mais baixa. Reafirma com mais ênfase o domínio do

empresariado no processo de acumulação – codificado na Constituição de 1967. Mas é uma “aliança *contraditória* [grifo do autor] de grupos”. O Estado é burguês, mas é também um local de conflitos que podem, dependendo do desenrolar dos fatos, colocar em questão o “arranjo global” (Cardoso, 1975: 178-181).

Como isso poderia acontecer?

Eis, nesse ponto, sobre “Partidos, Anéis e Lutas Políticas em Estados Autoritários”, talvez a maior contribuição aos argumentos anteriores. As facções instaladas no Estado funcionam como “partidos” (não no sentido clássico) que se articulam com a iniciativa privada – também esta dividida em setores e interesses diversos, assim como também possuem suas tecnocracias e burocracias. Principalmente as do grande capital externo. Não têm “por que prestar sua lealdade à ‘civitas’, mas sim ao ‘dominium’ – à Corporação Multinacional – que ultrapassa as fronteiras da Nação”. A burocracia pública divide-se em duas facções principais: uma ligada ao grande capital externo e outra mais ao capital interno, nacional. Mas ambas têm relações horizontais com a burocracia privada. “É preciso pensar o sistema em termos de ‘anéis’”. Logicamente, que este capitalismo de “anéis burocráticos” tem limites – no próprio poder público e também no mercado. Como essa estrutura convive com as outras instituições (partidos, eleições, federação, etc)? A democracia liberal vai para escanteio, mas os conflitos não se resolvem, até se ampliam (Cardoso, 1975: 181-5).

Aqui entra a questão da democracia. Teoricamente, segundo Cardoso, dos países socialistas [na época fazia sentido, talvez ainda faça se pensarmos no caso Chinês e outros menos cotados] aos grandes esquemas burocráticos do capitalismo, uma questão se coloca: “criar contrapesos às tendências que decorrem da natureza das grandes organizações burocráticas à manipulação, ao segredo, à não responsabilidade e à perversão autoritária”. Cita Montesquieu como inspirador de alguma solução. Defende também uma transparência informativa. Igualmente, uma responsabilidade individual (Cardoso, 1975: 185-6).

Soluções, apesar da retórica supraideológica, absolutamente liberais. Assim como, também, são liberais as análises inteligentíssimas no capítulo seguinte, sobre as bases do poder do Estado, quando faz uma comparação, com base em Simon Schwartzman e outros, sobre a dicotomia do país entre “hegelianos” e “lockeanos”. Estes têm São Paulo como modelo, o centro-sul como região principal e uma vida econômica mais dependente do mercado. Aqueles têm Brasília como capital dos funcionários do Estado e suas articulações econômicas e sociais – que se espalham pelo

país, sempre dependendo da burocracia pública. Não é uma “divisão rígida”, mas uns representam o Estado e os outros a sociedade civil (Cardoso, 1975: 209-10). Tais idéias foram traduzidas, posteriormente, para outros vocabulários retoricamente mais palatáveis, como “estatismo anacrônico”, “atraso ideológico”, “visão caipira do mundo”, etc (para os “hegelianos” da “esquerda anacrônica”) ou “nova esquerda”, “visão cosmopolita”, “globalismo progressista”, etc (para os “lockeanos” da “Terceira Via”).

Em um artigo publicado no Brasil em 1980 (na verdade, uma palestra proferida em Washington, em 1979), “Os impasses do regime autoritário: o caso brasileiro”, todos os assuntos vistos anteriormente ganham uma exposição ainda mais consistente e mais clara, pois a transição democrática já estava em estágio bem avançado e os argumentos de Cardoso tinham ganhado uma retórica mais afiada com experiências políticas concretas. Faz uma discussão teórica sobre os modelos burocráticos e autoritários da América Latina para dizer, ao fim e ao cabo, que nosso caso é muito singular (embora parecido na repressão aos oposicionistas e às organizações populares em geral) – nem privatista como no Chile e nem ditadura explícita como na Argentina ou Uruguai. No Brasil, o regime manteve funcionando o parlamento, as eleições e partidos consentidos, ao contrário dos outros países. Aqui também tinha claramente uma estratégia de estatismo desenvolvimentista industrial não vista nos outros países (Cardoso, 1980: 171-4).

Inicialmente, nosso regime pós-1964 não visava um modelo burocrático e autoritário. Era um golpe reativo contra um “perigo pelego-comunista”, apenas transitório. “(...) os vitoriosos de 1964 estiveram, desde o início, comprometidos com a ideologia liberal-conservadora e com os interesses do setor privado da economia”. Queriam manter a ordem política democrática burguesa e a economia de mercado contra os riscos externos (Guerra Fria e seus desdobramentos) e internos (fraco desenvolvimento e expectativas crescentes). O papel do Estado, então, era restabelecer as condições para a acumulação. Nunca teve uma proposta dos golpistas vitoriosos no sentido de organizar uma espécie de “fascismo” (como falaram tantos). A retórica permaneceu liberal-conservadora. Esse “projeto”, porém, ruiu em 1965, por razões políticas externas ao governo (lideranças fortes do período anterior aparecendo) e internas (divisão de interesses e conflitos variados), resultando no AI-2. Dali para frente viu-se os conflitos internos do Estado crescerem e, também, riscos de oposição radical. Tal processo termina com a decretação do AI-5, em 1968. Surge, em seu “esplendor”, o

“novo” regime que se gestava desde 1965. Aí, sim, tivemos um Estado burocrático-autoritário, mas diferente dos outros países, pois o nosso foi construído gradualmente. Como funcionava? Exatamente como já vimos Cardoso explicar nas obras anteriores: modelo de desenvolvimento dependente-associado, modelo político autoritário (com o público e o privado articulados por “anéis burocráticos”) e, talvez uma novidade do “milagre econômico”, a “ideologia do Brasil-Potência”. A composição das classes de apoio, seus conflitos, etc, em nada diferiam do que já vimos nessas análises de Fernando Henrique. Mas tem uma grande novidade analisando o governo Médici como uma espécie de “pacto de alas” das Forças Armadas. Também de conteúdo, pois as instituições “controladas” e o liberalismo conservador continuaram. Era uma “guerra de posições” sobre modelo político ser mais fechado ou mais aberto. Esta visão prevalece na escolha de Geisel como presidente para suceder Médici. Este, porém, enfrentou obstáculos na sua política de distensão: vitória do MDB em 1974, recrudescimento da repressão nos anos seguintes, enfrentamento com a linha dura do regime e, para compensar, Pacote de Abril de 1977 (senadores biônicos, controle do processo eleitoral, etc) e eleição de 1978 “sob controle”. O regime estava desagregando, mas gradual e lentamente. O que não se poderia saber é se agüentaria as mudanças em curso no plano legal (anistia, mudanças na legislação partidária e eleitoral, as salvaguardas do regime, etc) e no plano político-social (greves, organização da sociedade civil, etc). Mas o regime continuava como começou: híbrido. Provavelmente, com Figueiredo, que acabava de assumir, teríamos uma “democracia restrita” – apoiada por lideranças de todas as alas do regime unidas na tarefa de salvar o que fosse possível e até em uma certa posição condescendente do MDB temendo os riscos da fragmentação partidária. A sociedade civil, porém, se sentia afastada de tudo isso e pensava em fundar novos partidos. Enfim, não é uma transição como a espanhola, pois lá a sociedade civil era forte e organizada, o que resultou numa constituinte refundadora do regime. Aqui, ao contrário, continuamos nessa “longa guerra de posições” (Cardoso, 1980: 174-192).

Além do Cebrap como “partido da inteligência” e de articulações acadêmicas diversas, que experiências políticas e eleitorais mais concretas Fernando Henrique tinha experimentado para valer até aqui (1979)?

FHC era “articulado” e “articulador”. Andava com o pessoal getulista nos anos 50, ganhou cargo do Jânio Quadros, foi eleito representante dos alunos no Conselho Universitário da USP numa chapa com Delfin Netto, Seminário Marx, França, Cesit, Cepal, Nanterre, USP de novo e Cebrap. Quanta política! Nem sempre por escolha,

muitas vezes por imposição da realidade, mas sempre com uma enorme *fortuna* e quase sempre com grande *virtù*.

Não eram, porém, experiências partidárias e/ou eleitorais, nem mesmo de articulação com a oposição mais pública ao regime.

Inicialmente, teve uma aproximação com jornais da imprensa alternativa, principalmente “Opinião” e “Movimento”. A experiência no “Opinião”⁴¹ com o qual colaborou regularmente entre 1972 e 1977 é marcante por vários motivos. Foi uma experiência pública de Fernando Henrique que o obrigava a expor suas idéias de forma clara.

“Escrevendo basicamente sobre política, em especial sobre a redemocratização do país e sobre o modelo de Estado que o Brasil deveria ter, FHC se revela, nesses artigos, muito parecido com o FHC presidente. ‘Fernando Henrique nunca foi um homem de esquerda radical, sempre foi um democrata radical’, diz Raimundo Pereira, editor-chefe do jornal no seu início e que se encarregava de editar os textos de FHC” (Franco, 1997: 16).

Foi também uma espécie de primeiro teste realmente político de Fernando Henrique.

“O que ninguém discute é a importância do ‘Opinião’ como ‘trampolim’ político de FHC. Ele mesmo reconhece que o jornal foi sua primeira tribuna política, como contou a um grupo de jornalistas em Washington, quando esteve nos EUA no ano passado [1996]. (...). Escrevendo no ‘Opinião’, passou a ser muito mais conhecido fora da universidade e convidado a escrever para outras publicações” (Franco, 1997: 16).

E, por fim, foi uma experiência que “treinou” Fernando Henrique a ser mais “popular” na sua comunicação com o público, fato que muito deve ter contribuído posteriormente em sua carreira política.

[O jornalista Antonio Carlos] “Ferreira também se lembra bem que os primeiros textos de FHC não primavam exatamente pela elegância estilística. ‘Nós, jornalistas, aconselhávamos os intelectuais [FHC, Weffort, Bresser Pereira, Maria da Conceição Tavares, Paul Singer e outros colaboradores] a escreverem de forma mais acessível. O Fernando Henrique, algumas vezes, tomou este conselho muito ao pé da letra e tentava ser popular usando expressões como ‘é aí que a porca torce o rabo’. Os primeiros textos dele acabaram sendo aprimorados na redação e acho que isso o ajudou a escrever melhor” (Franco, 1997: 16).

⁴¹ O jornal “Opinião”, fundado em 1972 por Fernando Gasparian, no governo mais repressivo do regime militar, o do General Médici, alcançou no seu primeiro ano de circulação 38 mil exemplares por edição. Um enorme sucesso, “numa época em que a revista ‘Veja’ (que ainda não tinha um sistema de assinaturas) vendia 42 mil exemplares” (Franco, 1997: 16).

Paralelamente, vieram experiências partidárias com o MDB (1974 e 1978), a Presidência da Associação Internacional de Sociologia e alguma proximidade com a sociedade civil. Com esta última através da Igreja Católica e estudos sobre crescimento e pobreza. O cargo na associação internacional de estudiosos dava mais prestígio do que popularidade.

As experiências que valeram mesmo para sua carreira política foram as partidárias no MDB e, depois, no seu sucedâneo, o PMDB. Como foi isso? Ulysses Guimarães o procurou no Cebrap para que produzisse um programa para sua anticandidatura à presidência em 1974. Cardoso e outros dizem que ficaram um pouco assustados com aquilo, mas acabaram fazendo o trabalho.

A relação com o MDB era pouco mais do que formal, através de intelectuais diversos⁴², até que estes (principalmente), além de estudantes, artistas e lideranças populares resolveram lançar a candidatura de Fernando Henrique ao Senado em 1978 em uma sublegenda – o que era permitido na época. Cardoso explica em várias entrevistas que, a princípio, não acreditavam que a candidatura seria aceita pelas autoridades, mas acabou sendo legalizada em julgamento no qual o Ministro Leitão de Abreu teve atuação decisiva. Estava lançada oficialmente a carreira política de Fernando Henrique, que, em uma campanha eleitoral participativa, sem recursos e criativa – contando até mesmo com apoio de Lula e outros sindicalistas – alcançou a votação de um milhão e trezentos mil votos, embora ficando como suplente de Franco Montoro, mais votado na época. A oposição, naquela eleição, atingiu cerca de 80% dos votos, e mereceu inclusive uma análise de Cardoso (1978). Fernando Henrique tornou-se, então, uma “estrela da oposição” e do próprio MDB/PMDB – do qual tornou-se presidente no estado de São Paulo. O tal partido popular e socialista nunca foi realmente construído e Cardoso ficou no PMDB até a fundação do PSDB, em 1988.

Por que essas opções e quais suas consequências práticas?

⁴² É importante registrar que se pensava em construir um partido socialista e popular – idéia de muitas lideranças, tais como José Gregori, Plínio de Arruda Sampaio, Almino Afonso, etc. Estes é que pensaram, desde 1976, em lançar uma candidatura ao senado para “aglutinar forças”. Pensou-se em vários nomes: Almino, Plínio, Weffort, Fernando Henrique, Hélio bicudo. Chegaram à conclusão que não daria tempo de organizar o partido e usaram o MDB apenas como um “pouso provisório”. Era uma turma da Ação Popular e outros intelectuais (Lahuerta, 2002: 116. Nota 36). Escolheram Cardoso talvez por ele ter esse “sonho antigo”.

Cardoso optou pelo partido que lhe parecia o pólo aglutinador da oposição – com muitos votos, mas sem participação popular de fato. Uma frente de oposição tradicional, embora com alas diversas.

Tal passagem, com “armas e bagagem” para um partido centrista e até meio conservador não é algo tão simples de entender e explicar, na obra acadêmica e trajetória política de alguém como Cardoso que se dizia “socialista” até meados dos anos 80 (Sörj, 2001). É uma reflexão difícil, que envolve, entre outras coisas, debates profundos sobre método e análise política no campo da esquerda marxista, debates igualmente complexos sobre democracia como temática decisivamente central para o país e, no plano mais concreto da política partidária, escolhas estratégicas em um momento de grave crise múltipla (econômica, social e política) e tremendas incertezas (aspecto inseparável das transições de regimes políticos, no caso, de uma ditadura em declínio para uma democracia a ser construída a partir de seus “escombros” institucionais).

Partindo de um método marxista “particular” e de uma certa visão “liberal” – já intuída nas suas principais obras acadêmicas dos anos 60 sobre escravidão, empresários e dependência, assuntos sempre relacionados ao capitalismo em geral e suas particulares manifestações no continente e no Brasil, que estamos analisando nessa seção –, Cardoso foi construindo uma visão de mundo cada vez mais liberal e optando por posições políticas objetivas claramente desse campo – embora sempre dizendo que continua sendo representante da verdadeira esquerda progressista do país (ver, por exemplo, Cardoso, 2006; Sabino, 2006) – o que não discutiremos agora.

O que precisamos é talvez expor seus argumentos sobre democracia, eleições, partidos e assuntos correlatos, assim como mostrar como atuou na prática durante os anos 80 até a fundação do PSDB – verificando que não é um “pragmático” e nem um “oportunista ideológico”.

Obra interessante para nossos propósitos é *A Democracia Necessária*, de 1985, reunindo três palestras, mas só nos interessa a primeira delas – “Transição para onde?” (proferida na Associação dos Sociólogos de Brasília, em maio de 1983). De certa forma é uma síntese de todas essas idéias de Cardoso que analisamos até aqui. Senão vejamos.

Abre a palestra dizendo que vai falar criticamente como sociólogo e não como senador (recém empossado). Falar com a franqueza de um homem de ciência. Explica melhor a relação complexa entre cientista e político:

“A meu ver, não nos devemos disfarçar no que não somos, em meros ideólogos. Ao contrário, devemos manter nossa capacidade crítica, nossa capacidade de analisar os fatos. E devemos assumir esta análise sem revesti-la de roupagens que a desfigurem, mesmo quando a crítica não seja mera crítica aos outros, mas também uma autocrítica. Não vou falar aqui, portanto, defendendo um ponto de vista partidário. (...) Não escondo – nem poderia – que tenho um ponto de vista partidário e que tenho razões para defendê-lo. Mas este não me parece o momento apropriado para um debate partidário. Acho melhor aproveitarmos a ocasião para uma reflexão mais geral, que diga respeito ao conjunto da sociedade brasileira e aos problemas que esta sociedade tem pela frente na atual conjuntura” (Cardoso, 1985: 9-10).

Cardoso afirma que houve inegavelmente uma mudança política no Brasil. Uma transição do autoritarismo para algo que não sabemos ainda o que é. Uma transição incompleta. Permanece a coação, mas não é desculpa para a inação. Em 1977, participei de um programa do MDB na televisão a convite de Ulysses Guimarães – junto com Alencar Furtado, Alceu Colares e Franco Montoro. Poucos dias depois, Alencar Furtado foi cassado por causa da sua fala no programa. Era uma liberdade enganosa. A de hoje é menos enganosa. Houve mesmo uma mudança grande e rápida nestes seis anos. Mas tem sido, desde Geisel, uma transição controlada, assim como foi, durante anos, lenta e insegura – não do ponto de vista deles [militares]. O ano de 1978 foi decisivo, pois eles anteviram o processo e tomaram providências para controlar o processo – inclusive dissidências internas ao governo. Houve a anistia e a reforma partidária – com conteúdos restritos definidos por eles. A oposição foi apenas reativa. Inclusive tentando impedir a reforma partidária e a fragmentação da oposição⁴³. Outras transições pelo mundo são diferentes: Portugal e Grécia. Rápidas e diretas para a democracia. Aqui, não. Parece com a espanhola, mas lá o “processo de controle” não impediu uma rápida democratização, pois o povo estava mais organizado. No Brasil, houve muitas lutas (estudantes, intelectuais, Igreja, sindicalistas, etc), mas não se compara com a organização das *Comisiones Obreras* espanholas (Cardoso, 1985: 1015). E compara o movimento do Brasil com o da Espanha:

“Mesmo nos casos mais vibrantes, que foram as greves de São Bernardo, especialmente em 1979 e 1980, mesmo nesses casos, quando se analisa com a perspectiva, **não da paixão** [grifo nosso], mas com o ânimo de entender,

⁴³ Visão clara de que a criação do PT, do PDT, etc foi um erro de avaliação política, o que é para lá de discutível. A maior prova é que ajudará a fundar o PSDB poucos anos depois, dividindo a “frente de oposições” (PMDB), que existe até hoje como um dos maiores problemas da vida política da nação.

foi quase patético⁴⁴ [grifo nosso]. (...). Então, o máximo de concentração de movimento realmente reivindicativo, que foi naquele momento, **era débil** [grifo nosso]. **Quem não entender isso, não entende o jogo de forças real que existe no Brasil** [Grifo nosso]” (Cardoso, 1985: 15-6).

O raciocínio de Fernando Henrique, que participou de tudo aquilo, é absolutamente espantoso. Preferir a frente de oposições conservadora do PMDB, tudo bem. Dizer que nosso movimento sindical era débil e patético no momento exato em que, depois de alguns anos de lutas e milhares de greves com milhões de participantes, mais de mil sindicatos fundavam a Central única dos Trabalhadores? Mesmo momento, aliás, em que o PT e o PDT, apesar de resultados eleitorais minguidos (a vitória de Brizola no RJ e Colares no RS não tão minguidos), já se espalhavam por todo o país e, no fim deste mesmo ano, o PT desencadeou a Campanha das Diretas Já em um comício na Praça Charles Miller em São Paulo – maior campanha popular da história do país e uma das mobilizações mais firmes e gigantescas da história contemporânea mundial (com participação ativa de Lula, Brizola, Ulysses e outros, mas participação pálida e envergonhada do próprio Fernando Henrique). Também, depois das análises que fazia um pouco antes, seria querer demais uma participação de proa. O que está por trás dessas análises é a descrença nas idéias de esquerda, mobilização da sociedade civil, etc. Suas análises o levaram para uma visão de mundo “realista” – como ele gosta de dizer (ver grifo nosso na citação acima) – que não acreditava na força do povo organizado, mas “nas mudanças pelo alto”, através da dinâmica do próprio capitalismo.

Continua Cardoso sua análise da conjuntura do país. Aqui não faltou vontade, mas organização e força real. Apesar disso, os donos do poder estão perdendo o controle da agenda de mudanças. As razões são que a crise econômica tem atingido a vida política e social, mas ainda sem que a força do povo se manifeste. Há estouros sem controle da pobreza, inclusive nas áreas urbanas. Mas ela não é uma questão política. Não se transformou em assunto de interesse político. Aqui temos quase desde sempre uma parte desenvolvida e um outro país soterrado na miséria. A mídia só fala desse Brasil tipo europeu, de classe média. O outro não aparece. Está à margem do mercado. Só surtos de revoltas e, depois, tudo volta ao que era antes. Conta, então, o caso emblemático de Santiago (Chile) e seus pobres. Sumiram no tempo de Pinochet, não se sabe como, para a cidade ficar limpa dessa ralé. Aqui também é assim. Os pobres não

⁴⁴ Cardoso relata um dia tenso numa daquelas greves e conclui que havia desânimo, pois “não iria acontecer mais nada. Por que? Porque a greve **não teve eco concreto** [grifo nosso]” (Cardoso, 1985: 15).

estão apenas no Nordeste, estão em São Paulo. Mas não aparecem. São esses dados sociais que chegam às portas da política, mas não entram. Isso assusta alguns, mas não preocupa os donos do poder. Nem os crimes, que avançam (Cardoso, 1985: 16-21).

Um comentário telegráfico: sempre soube de tudo, talvez até com maior clareza do que outros, mas não enfrentou tais problemas (inscritos no programa do partido – ver no capítulo seguinte), pois sua visão de mundo tinha uma “solução com limites claros” para a inclusão social – e, na prática, não foi bem sucedida. Não é um equívoco de diagnóstico, mas de remédios.

A economia está em crise e parece que vai se aprofundar. Mas no fim, em geral, contornam os problemas econômicos e recolocam o desenvolvimento nos trilhos, deixando os problemas sociais soterrados. Porém, os efeitos políticos costumam variar. Como as mudanças econômicas no mundo são enormes, transformações tecnológicas, o que veremos é uma nova fase. O Brasil vai ficar entre a modernidade dos Estados Unidos e o atraso da miséria soterrada (Cardoso, 1985: 21-3).

O que se anuncia é uma discussão sobre o jogo político. Continuaremos como oposição excluída ou já não contam com isso? Hoje nos incluem parcialmente. Fazemos parte do jogo, meu partido PMDB e outros partidos englobam a sociedade civil. Somos co-autores de uma situação que não consideramos a ideal, mas foi à qual chegamos. E precisamos participar. Isso é ser realista. Fazer o que é possível em dadas condições reais. Postergam a entrega ao povo das eleições diretas para presidente, mas precisamos lutar por isso, pois é questão-chave. Mesmo se for em um Colégio Eleitoral não será mais sob o controle total deles, pois as divisões estão aí por todos os lados. Talvez seja preciso negociar com parcelas do que estão do lado de lá (Cardoso, 1985: 25-9). Acertou tudo. Nesse tipo de análise mais institucional é um verdadeiro craque.

Cardoso ainda analisa os partidos. Antes de 1964, só partidos que viviam do Estado. Agora, por força das circunstâncias, temos partidos fora do Estado (PMDB e outros). Os partidos, mesmo que cheguem ao poder, devem ter uma vida autônoma que discuta o Estado, o governo e a política. Partidos críticos dos seus próprios governos. Só o PT tem sido assim, os outros têm partes do Estado para sustentá-los, embora estejam fora do Estado central. Os partidos no Brasil não são do tipo europeu, com bases sociais fortes. Aqui temos um fenômeno que lembra os partidos dos Estados Unidos, que são os “partidos-ônibus” (grafado assim mesmo e não em latim “*omnibus*” = frente) – “é o tipo de partido que eu chamo de ônibus, onde todo mundo pode entrar”. Tais partidos agregam interesses diversos e são confusos – com suas variadas facções ideológicas,

regionais, etc. Todos os partidos no Brasil são frentes. No futuro vão mudar? Ficar mais europeus, mais ideológicos? Provavelmente, não. Mas teremos “núcleos ideológicos” (cúpulas) mais duros e bases mais flexíveis. Assim como, também, os discursos e as práticas (Cardoso, 1985: 31-34). Acertou praticamente tudo, inclusive sobre seu partido futuro (o PSDB), como veremos, mas precisando as análises gerais com detalhes outros.

Fernando Henrique ainda repete alguns argumentos discutíveis sobre fragilidade da sociedade civil, questões sociais, etc, terminando a palestra com as seguintes observações sobre o papel dos “lúcidos”:

“O número dos que são lúcidos na política, por sorte, não é tão grande. E não sendo tão grande a política fica mais uma paixão e um prazer do que um sofrimento, como ela é frequentemente para os que entendem. E sem os dois elementos – o sofrimento de entender e a paixão de fazer – não há transformação. Acho que é de esperar que cada vez mais os que entendemos alguma coisa (ou pensamos que entendemos) devemos deixar que a paixão nos toque um pouco, para sairmos do esplêndido isolamento da universidade. Mas se viermos a contribuir, não devemos fazê-lo como torcedores, apenas, mas como alguém que acrescenta algo na visão de mundo. Se não, sofreremos com a nossa lucidez ou seremos engolfados na covardia de deixar-nos embalar pela paixão sem acrescentar o elemento de razão que a mudança requer e nossa formação nos permite e obriga a dar à luta política” (Cardoso, 1985: 45).

O resumo das idéias de Cardoso em 1985 (1983) nos leva à sua proposta síntese de encarar as chances de implantar a democracia liberal no Brasil como seu objetivo central teórico e prático. Não que descurasse ou não reconhecesse os outros problemas – principalmente econômicos e sociais –, mas porque via nesse caminho a chance de superá-los. Visão de mundo que foi durante um período “socialista de cátedra” e, com o tempo, passou a “liberal”. É um liberalismo gradualmente construído e sofisticado intelectualmente. Liberalismo também adaptado às necessidades que ele diagnosticava para o Brasil. Uma versão “periférica” e nunca assumida exatamente por ele, seja como acadêmico ou como político, talvez por causa da forte conotação pejorativa dessa expressão na política brasileira.

Discutiremos isso nos capítulos seguintes, mas foi ela que “guiou” os passos políticos de Cardoso nos anos que antecedem a criação do PSDB, assim como, mais ainda, depois desse período. O que fez ele exatamente. De forma muito resumida, podemos dizer que participou da Campanha das Diretas como senador em 1984, candidatou-se (e perdeu para Jânio Quadros) a prefeito de São Paulo em 1985 (um dos

seus maiores “traumas” políticos, como confessa), foi reeleito senador em 1986 (com menos votos do que Mário Covas) e teve destacada participação no processo constituinte – embora tenha sempre se sentido “marginalizado” pelo presidente Sarney e por Ulysses Guimarães.

Nesse diversificado ambiente de posições e papéis, Fernando Henrique conseguiu ser grande acadêmico na resistência ao autoritarismo (anos 60 e 70), divulgador privilegiado de idéias na mídia alternativa e na grande imprensa durante a transição para a democracia (anos 70 e 80) e formulador estratégico da burguesia no Brasil no período já de regime democrático (anos 90) – e daí sua importância, que vai muito além da de outros intelectuais igualmente brilhantes, mas com pouca expressão acadêmica nacional ou restrita influência política. Como conseguiu energia para tudo isso? Ele mesmo responde: “No Brasil, quem topa..., faz...” (Carta, 1994) – principalmente com a “sorte” que sempre lhe acompanhou.

SEGUNDA PARTE

Há um tamanho certo para toda idéia.

Henry Moore (In: O poder de mau humor de Ruy Castro. São Paulo: Companhia das Letras, 1993).

Capítulo 4 – Os dilemas do Brasil e o surgimento do PSDB

A transição democrática no Brasil foi um processo que durou cerca de uma década e meia. Por isso, ainda mais do que outros processos de transição menos longos, os dilemas econômicos, sociais e políticos aprofundaram-se, exigindo das forças políticas em dinâmica mutação – fim do bipartidarismo imposto e gradual alargamento do multipartidarismo e do pluralismo democrático – complexas respostas alternativas às do regime militar em decomposição.

Àquelas velhas questões (reposição do atraso, a absurda concentração de riqueza das elites, o poder quase absoluto das classes dominantes em aliança com as poderosas forças estrangeiras) tão estudadas por Fernando Henrique e outros analistas da cena brasileira – como vimos nos capítulos anteriores – vinham se juntar novos desafios em vários planos.

Na economia, a crise da dívida externa que arrastou toda a região latino-americana para a talvez mais profunda crise da sua história independente e da qual o Brasil foi uma das principais vítimas dado o tamanho da sua dívida e a irresponsabilidade gigantesca dos governantes do regime militar – particularmente no período presidencial de Ernesto Geisel. Findo o chamado “milagre econômico” ocorrido entre 1968 e 1973, entramos numa situação de rápido declínio e grandes dificuldades, que culminaram na denominada “década perdida” (anos 80) e suas conseqüências mais visíveis: o baixíssimo crescimento econômico (entremeado de anos recessivos), o aumento do desemprego, a já mencionada dívida externa, a expansão da dívida interna antes controlada e uma inflação galopante – que teimava em se recolocar a cada plano econômico heterodoxo tentado para seu controle, dando às vezes a impressão de que o caos de uma estagnação combinada com hiperinflação havia se instalado irremediavelmente no país.

As conseqüências sociais da “modernização conservadora” do regime militar na virada dos anos 60 para os 70 (a dicotomia “crescimento e pobreza” estudada pelos acadêmicos paulistas nos anos 70 – Fernando Henrique entre eles) tornaram-se rapidamente em escala ampliada a trágica realidade dos anos 80 (ampliação da miséria absoluta, favelização brutal, precarização do trabalho, avanço geométrico da marginalidade e da violência, assim como também uma concentração de renda ainda mais absurda do que a ocorrida ao longo da nossa história de recordes em tal quesito – o

país se tornando um dos campeões mundiais em tal modalidade segundo os organismos internacionais).

Em tal quadro econômico e social, a política tornou-se mais do que nunca uma “arte” e vivemos no Brasil talvez o seu mais rico momento neste plano, tanto no que diz respeito às tramas urdidas “pelos de cima” quanto no que se relaciona com a criatividade e a coragem das lideranças e movimentos “dos de baixo”. Podemos criticar o que quisermos no nosso processo político das décadas de 70 e 80, mas não podemos negar a criatividade das nossas forças políticas e das nossas principais lideranças. O desafio múltiplo a ser enfrentado nos campos econômico e social complicava-se ainda mais com a transição para a democracia e uma mobilização política em busca da verdadeira cidadania abrangendo todas as classes, setores, regiões e linhas políticas. Fazer política em tal situação era um desafio realmente envolvendo espetaculares dificuldades.

Entretanto, tal desafio não parava por aí, pois tínhamos uma outra dificuldade ainda mais inédita historicamente: nossa inexperiência, ao longo de 500 anos, com a democracia como regime político – exceto talvez o período entre 1946 e 1964 de uma “democracia interrompida” (Soares, 2001). Diferente de outros países da região que também experimentaram intervalos ditatoriais e transições democráticas, tais como Chile ou Uruguai, o Brasil simplesmente não tinha modelos históricos nacionais para servirem de comparação. Nossa parca experiência mais bem sucedida foi a “democracia interrompida” (Soares, 2001) entre 1945 e 1964, com seus candidatos militares a presidente, suicídio de Vargas, golpes e contra-golpes, renúncia de Jânio, parlamentarismo de ocasião e, para culminar, o golpe militar de 1964. A parte boa de tal experiência praticamente se perdeu meio a tantos problemas e obstáculos, embora ainda seja talvez a grande referência de cultura política democrática que conseguimos construir ao longo de nossa história marcada por autoritarismo, oligarquização e absurdas desigualdades (materiais e de poder) entre “os de cima” e “os de baixo” – como tão bem estudou nossa história remota e contemporânea Fernando Henrique Cardoso e seus contemporâneos, para citar personagens ligados ao tema central de nosso estudo.

Foi na etapa final deste processo de grandes crises e transição para a democracia que surgiu o PSDB, quase como um filho temporão. Um momento ainda nebuloso, quando chegavam ao fim os trabalhos da nossa Assembléia Nacional Constituinte. Mas também um momento apropriado para desafios políticos e partidários na base

governista, pois seu principal partido – o PMDB – parecia e estava dividido e enfraquecido (basta ver a ínfima votação que alcançará em 1989, com Ulysses Guimarães). E para surpresa geral o jovem partido, que parecia fadado aos resultados eleitorais pouco mais do que medíocres dos seus primeiros anos de existência (1988-1992) e testes eleitorais (1988, 1989, 1990 e 1992) – como veremos no capítulo seguinte –, como uma fênix, torna-se a principal alternativa política e centro do poder nos anos 90.

Como isso foi possível? Eis a discussão que empreenderemos nos dois próximos capítulos. No Capítulo 5, discutindo os resultados eleitorais e as opções estratégicas do partido no período entre 1988 e 1994. Neste Capítulo 4, discutiremos as tramas da política real que levaram ao nascimento do PSDB e suas definições ideológicas ou visões de mundo baseadas ou tendo como pano-de-fundo toda a discussão da primeira parte da tese, nas seguintes seções e conteúdos: 4.1. A transição democrática e os impasses do país. 4.2. Nasce um novo partido. 4.3. Os documentos partidários fundamentais. 4.4. Qual partido?

4.1. A transição democrática e os impasses do país

Não são poucos os países que, nas últimas décadas, fizeram ou estão fazendo uma transição de regimes autoritários para regimes democráticos. Praticamente todas as regiões do globo foram atingidas por tais processos políticos à medida que a Guerra Fria e o “socialismo real” declinavam. A partir de alguns casos europeus ocidentais nos anos 70 – Portugal e Espanha – este “movimento democrático” evoluiu, de forma bem contraditória, em seqüência, para a América Latina (anos 80), Leste Europeu (fim dos anos 80 e início dos 90) e África/Ásia (anos 80 e 90). Pela primeira vez na história, em que pese toda a complexidade e variedade de situações, o mundo parece ter uma maioria de países democráticos ou em transição para tal regime – sem entrarmos no debate sobre o conteúdo dessa visão de democracia, a chamada democracia liberal (como o fazem, por exemplo, entre tantos outros: MacPherson, 1978; Dahl, 1989 e 1995; Sartori, 1994; O’Donnell, 1999).

Por razões óbvias, esta temática – a da transição democrática – tornou-se central para a ciência política, internamente nos países que passavam por estas profundas mudanças e mesmo sob a ótica mais geral de estudos de política comparada. Autores europeus, norte-americanos e latino-americanos⁴⁵ produziram uma grande quantidade de trabalhos, colaborando decisivamente para uma análise do processo em curso, ainda que com limitações (Moisés, 1994).

É impossível, num pequeno espaço, expor, ainda que resumidamente, o conjunto de idéias, intuições, estudos empíricos e diagnósticos realizados nestas últimas décadas. Podemos dizer, porém, que há certas convergências analíticas que ajudam a clarear parcialmente a questão.

O aspecto comum mais importante em tais transições democráticas diz respeito ao fato de o processo especificamente político – por si só já um desafio enorme, pois há que se criar um conjunto de instituições que consolidem a democracia – vir geralmente acompanhado de crises econômicas e sociais de variável magnitude. A transição para a democracia, então, torna-se um desafio múltiplo – em alguns casos mais político-econômico, em quase todos o aspecto social tem relevância central, em muitos outros os fatores históricos de longo prazo (cultura política, formas tradicionais de dominação,

⁴⁵ As transições em países africanos e asiáticos, por alguma razão não especificada, pouco são tratadas pelos autores ocidentais, mesmo os oriundos do chamado Terceiro Mundo ou de países emergentes – ou que outra denominação se queira dar. Estranho, mas compreensível em um “mundo” onde valem mais os “valores e imagens” do chamado Primeiro Mundo (ou países centrais).

etc.) são decisivos e há ainda aqueles países que agregam problemas específicos tais como questões étnicas, inexistência de experiências democráticas anteriores, transição do socialismo para o capitalismo e assim por diante. O que é certo e generalizado é a sobrecarga do sistema político, que se vê, em tais situações, pressionado por todos os lados e em todas as direções, transformando a política concreta em um processo de grandes incertezas e de complexa operação. As instituições estatais e de governo, bem como as da sociedade civil – e, dentre elas, muito especialmente os partidos políticos –, vêm-se diante do fato que a instabilidade é uma condição quase permanente. Eis aí, resumidamente, o dilema maior das transições democráticas apontado pela quase totalidade dos estudiosos (Moisés, 1994).

O caso brasileiro não foi e não é diferente. Poderíamos até dizer o contrário: é um caso exemplar – como já apontamos resumidamente na introdução desse capítulo. A história política do Brasil é marcada por regimes políticos de inspiração autoritária e uma incipiente e complexa relação com a chamada democracia liberal (Vianna, 1976 e 1996; Santos, 1993; Faoro, 1989; Soares, 2001; entre tantos outros). Com certeza, tivemos influxos democráticos ao longo de nossa história, mas as forças vitoriosas quase sempre foram as do autoritarismo. Desde o “liberalismo formal” (mas com Poder Moderador e escravidão) do Império até a recente Ditadura Militar (1964-1985), é assim nossa história política, com a única exceção relevante do período compreendido entre 1945 e 1964, como já apontamos de passagem, que podemos classificar como uma semipoliarquia (ver Dahl, 1995) ou “democracia interrompida” pelo golpe militar de 1964 (Soares, 2001).

O Brasil logicamente teve alguns influxos democráticos, mas as vitórias foram sempre apenas parciais e “interrompidas”. No período colonial não foram poucas as lutas pela independência e também pelo fim da opressão escravocrata. Com certeza, ainda no próprio Império, entre outras questões relevantes (a Rebelião Farroupilha como exemplo), a Campanha pela Abolição parece ser a de maior destaque nesse sentido, uma espécie de marco da luta popular no país, como defende Francisco Iglesias (1993). Outras pelejas sucederam-se ao longo do século XX, entre elas, as lutas sindicais anarquistas e o Tenentismo na República Velha, a Campanha O Petróleo É Nosso no intercurso democrático do pós-2ª GG, a resistência à Ditadura de 1964 e a Campanha por Eleições Diretas Já para presidente da república na transição democrática.

É por isso que podemos afirmar que nossa cultura política, de um modo geral, tem dificuldades gigantescas com o ideário democrático entendido no seu sentido liberal

formal ou poliárquico. Tal característica geral da política brasileira manifestou-se de forma inequívoca ao longo do tortuoso processo de transição democrática ocorrido a partir do governo Geisel e “completado”⁴⁶ no Congresso Constituinte de 1988⁴⁷ e nas eleições presidenciais de 1989 durante o governo Sarney.

A transição democrática brasileira foi, com certeza, então, até mais do que em outros casos, como já mencionamos, um desafio múltiplo – político, econômico e social, para ficarmos apenas nas variáveis principais. Nosso sistema político – o sistema partidário muito especialmente – esteve sempre sobrecarregado e operando no limite de suas capacidades, parecendo aos analistas, em certos momentos, que o país era “insolúvel” ou teria que “renascer” depois de uma crise hiper-inflacionária – como defendiam alguns tecnocratas mais extremistas, talvez pensando que o povo e a nação fossem apenas um laboratório para suas experiências geralmente mal sucedidas, “cobaias” de experimentos “científicos” (Przeworski, 1993: 225).⁴⁸

Expressão maior desse dilema, no campo econômico, foi a sucessão de fracassados planos (ortodoxos, heterodoxos ou mistos) aplicados por todos os governos desde o fim do “milagre econômico” nos anos 70 – início da nossa “liberalização”. Geisel, numa “fuga para frente”, endividando externamente o país até o ponto do desequilíbrio total. Figueiredo, tentando contornar o problema da dívida externa que estourou depois da crise mexicana de 1982 – arrastando toda a América Latina e outros países endividados do Terceiro Mundo –, elevando nossa dívida interna, arrochando salários e garantindo superávits na balança comercial para pagar juros externos. Sarney e seus diversos planos e ministros – do heterodoxo Cruzado I de Funaro ao ortodoxo “feijão com arroz” de Maílson – só conseguiram recordes inflacionários, piora dos

⁴⁶ Para alguns analistas mais formalistas a ditadura militar acabou com a instalação do governo civil de Tancredo Neves e José Sarney. Outros preferem a data de 1988, com a nova Constituição. E alguns, entre os quais me incluo, estendem o processo até as primeiras eleições presidenciais diretas em 1989 (Kinzo, 2001). Deixando de lado essas discussões quase que formais, o importante é verificar que a consolidação da democracia no Brasil é ainda um processo em curso, embora já tenhamos provas mais do que suficientes de que o regime democrático brasileiro permite uma verdadeira alternância das forças políticas no poder, o que se confirmou com a ascensão de Itamar (1992), de FHC (1995) e, por fim, de Lula (2002) (sobre o assunto, consultar, entre outros, Moisés, 1994; Reis, 2001; Santos, 1988; e Kinzo, 2001). Embora, no Brasil, sempre reste a dúvida sobre a possibilidade de posse em caso de vitória de uma força política extremista de esquerda, que queira rever processos “consolidados” (privatizações) ou realizar pontos programáticos “inaceitáveis” para as classes dominantes que detêm um poder absurdo desde sempre (Schwarz, 1998).

⁴⁷ Sobre o qual já registramos uma nota na introdução desse capítulo.

⁴⁸ Adam Przeworski, nesse artigo, faz uma crítica dura sobre as “experiências” irresponsáveis dos governos no plano econômico. Acreditamos que tal crítica se aplica exemplarmente ao caso brasileiro das últimas décadas.

indicadores macroeconômicos e contribuir decisivamente para a “década perdida”. Como desdobramento dessa situação, logo a seguir, no governo Collor – que foi aos limites da tolerância política e constitucional em quase todos os sentidos (Silva, 1993) – vários planos econômicos também foram experimentados. Desde o heterodoxo e radical primeiro plano econômico de seu governo, com o confisco da poupança e outras medidas igualmente esdrúxulas, sob o comando da ministra Zélia Cardoso, até o mais ortodoxo, no fim dessa trágica experiência política do país, com Marcílio Marques Moreira, com igual insucesso. Essa foi a herança econômica do regime militar e da nossa tortuosa transição democrática com a qual se deparavam as forças políticas na virada dos anos 80 para os anos 90.

A questão econômica nos leva diretamente à questão da “dívida social”, também reconhecida pela unanimidade dos analistas como problema central do país, ainda que os enfoques variem de perspectiva, de temáticas centrais e de diagnósticos específicos. Darcy Ribeiro, em páginas de comovente exposição, em seu *O Povo Brasileiro* (1995), explica este distanciamento cada vez maior entre as classes sociais no Brasil como desdobramento de nossas mais profundas raízes históricas e culturais que, de um modo geral, não permitiram criar soluções, ao contrário, estão, cada vez mais, a exigir uma resposta para nossa “tragédia social” antes que a “fratura” do país fique irremediável:

Nessas condições, exacerba-se o distanciamento social entre as classes dominantes e as subordinadas, e entre estas e as oprimidas, agravando as oposições para acumular, debaixo da uniformidade étnico-cultural e da unidade nacional, tensões dissociativas de caráter traumático. Em consequência, as elites dirigentes, primeiro lusitanas, depois luso-brasileiras e, afinal, brasileiras, viveram sempre e vivem ainda sob o pavor pânico do alçamento das classes oprimidas. Boa expressão desse pavor pânico é a brutalidade repressiva contra qualquer insurgência e a predisposição autoritária do poder central, que não admite qualquer alteração da ordem vigente. (...).

Não é impensável que a reordenação social se faça sem convulsão social, por via de um reformismo democrático. Mas ela é muitíssimo improvável nesse país em que uns poucos milhares de grandes proprietários podem açambarcar a maior parte do seu território, compelindo milhões de trabalhadores a se urbanizarem para viver a vida famélica das favelas, por força da manutenção de umas velhas leis. Cada vez que um político nacionalista ou populista se encaminha para a revisão da institucionalidade, as classes dominantes apelam para a repressão e a força (Ribeiro, 1995: 23-26).

Já que este estudo trata do PSDB, nada mais justo do que reafirmar esse diagnóstico de Darcy Ribeiro, “testamento” de uma vida inteira dedicada ao povo brasileiro e às ciências sociais, com palavras igualmente enfáticas do próprio Fernando Henrique Cardoso, em palestras realizadas em 1983 e 1985, publicadas em seu *A Democracia Necessária* (1985) – e reiteradas no discurso de sua primeira posse, aliás, como promessa maior da sua futura gestão –, como podemos ver na seguinte citação (um pouco longa, mas importante para nossa argumentação):

E aí, na conjuntura, temos alguns complicadores. Um é óbvio: é que a crise econômica choca-se com a crise política, bateu no político. (...) E mesmo os desajustes sociais que provocou – e vai provocar mais – ainda são desajustes sociais que (...) não chegam a ameaçar (...) porque são localizados e (...) o medo do desemprego é às vezes mais forte do que o medo da fome.

Então, o que se produz é um mal-estar social, e estamos numa sociedade onde o mal-estar existe. (...) a pobreza que, de repente, brota das ruas e passa a ter fisionomia.

A pobreza não é um componente da vida política brasileira. Nunca discutimos politicamente com pobres. (...). A pobreza é presença um pouco no horizonte, um pouco perdida, como uma espécie de pesadelo, ou como pés de chumbo da nossa sociedade – quando o Brasil vai se levantando, percebe que não pode levantar muito porque existe uma massa imensa que não foi incorporada (...).

Este dado social chega às portas da política, mas não entra. Isso assusta. Assusta aos sociólogos, aos políticos que têm consciência social, **mas não preocupa os donos do poder** [grifo nosso], apesar de ser um dado real. (...).

Se a crise persistir, teremos que tomar em consideração os desequilíbrios sociais. Se não persistir, os donos do poder vão tentar prosseguir sem tomar em consideração nada além de seus interesses (Cardoso, 1985: 16-21).

Falar detalhadamente do conjunto de nossos problemas sociais fugiria um pouco ao objetivo da exposição. É preciso dizer, contudo, que quando estes dois grandes cientistas sociais, com uma diferença de dez anos, analisam de modo geral a questão, têm em mente coisas muito concretas (das quais já falamos por alto anteriormente) tais como o grande número de miseráveis praticamente excluídos do sistema, o grande número de pobres marginalmente incluídos no sistema, a distribuição de renda das mais injustas do planeta, o avanço célere da criminalidade, as favelas, a indigência rural, a violência e a desesperança que vão corroendo as entranhas da sociedade brasileira e arrastando dezenas de milhões de pessoas para uma condição de **anomia**. Não são análises retóricas, mas substantivas do país. E acrescentam um tom ainda mais “criativo, brilhante e dramático” às análises dos nossos múltiplos dilemas.

A questão política, mudando para o ponto que forma um tripé decisivo com os outros dois, se manifesta, em todo o processo de transição democrática no Brasil, em variadas direções e conteúdos. Dois aspectos, porém, se sobressaem e, de certa forma, enfeixam a variedade de problemas: a reconstrução constitucional (e as reformas institucionais como seus desdobramentos naturais), por um lado, e a emergência política dos setores sociais organizados, por outro lado.

O declínio do regime militar “lento e gradual”, até seus últimos momentos nos anos 80, não aparecia para os analistas assim tão líquido e certo. Predominava ainda a “incerteza” naqueles anos 80 decisivos para nossa transição formal para a democracia. O país, por exemplo, paralisou-se por meses à espera das tão sonhadas Diretas Já! A própria eleição de Tancredo por boa margem no Colégio Eleitoral foi logo suplantada por um problema maior: sua doença, sofrimento e morte. O país, naqueles meses, viveu grandes dúvidas ainda que tenha imediatamente adotado uma solução de compromisso dando posse definitiva a Sarney (ver, por exemplo, Cardoso, 2006: 100-6). Logo após, outro dilema: convoca-se ou não uma Assembléia Constituinte autônoma, como foi feito na Espanha e em outros países. Escolhemos o caminho mais conservador do Congresso Constituinte. Esse, por sua vez, foi escolhido numa eleição marcada pela influência decisiva do heterodoxo Plano Cruzado I – que acabou quatro dias depois das eleições, no dia 19/11/86, quando o governo já tinha certeza de ampla vitória, como já apontamos anteriormente. O processo constituinte parecia se encaminhar numa certa direção quando, numa reviravolta política de grandes proporções, os conservadores articularam o chamado “centrão” e conseguiram reverter o conteúdo de muitas medidas “progressistas”, causando não poucas polêmicas e, podemos dizer, colaborando decisivamente para o nascimento de uma constituição indefinida entre a sedimentação do passado e uma ordenação institucional mais adequada aos desafios futuros. A proposta constituinte de garantir cinco anos de mandato a Sarney – “arrancada” através de um amplo esquema de corrupção política – abriu um grave precedente sobre mandatos e regras eleitorais dali em diante. A eleição de Collor não causou menos “confusões” políticas e institucionais. Manipulação da mídia, confronto ideológico entre dois candidatos pouco articulados com o *status quo* político, bravata do presidente da FIESP – ameaçando que 800 mil empresários iriam embora do Brasil se Lula vencesse – e até uma manipulação final da TV Globo sobre a edição noticiosa do último debate entre Lula e Collor no segundo turno.

Este breve resumo das confusões e incertezas políticas do Brasil dos anos 80 nos leva a uma conclusão: nossas instituições políticas, em que pese todos os avanços, equívocos e distorções, foram testadas em grandes desafios práticos e são, hoje, resultado de um quadro, naquela época, ainda de instabilidade e incertezas, característica fundamental mais das “transições” do que das “democracias consolidadas” (Moisés, 1994: 94-98). Pode até ter ocorrido um consenso mínimo sobre as regras políticas principais e instituições democráticas centrais no processo constituinte, mas vários problemas ainda permaneceram na visão de quase todos os analistas: a necessidade da chamada reforma política, o pacto federativo sempre questionado, os conflitos mal resolvidos entre os poderes, a redefinição administrativa do Estado, os limites da parca capacidade operacional cotidiana do governo, enfim, a política parecendo mais caótica do que talvez realmente fosse, causando no povo uma certa aversão ao seu desenrolar – fonte de instabilidade e dificuldade de legitimação da democracia. Aspecto político decisivo que se junta aos problemas econômicos e sociais já descritos.

Analisando a emergência política dos setores sociais organizados, podemos verificar igualmente uma complexa situação política. Vejamos em resumo o que se passou dos anos 70 em diante. Em meados dessa década, dois fatos são muito importantes: a destruição final da esquerda armada e a vitória do MDB nas eleições de 1974. Os movimentos sociais começam a emergir, desde então, mais afeitos à participação legal, ainda que sempre “desconfiados” da política institucional. Movimentos variados – estudantes, bairros, negros, mulheres, ecológicos, culturais, etc – vão entrando na cena política, no início timidamente, depois mais organizados e influentes. O grande divisor de águas, no entanto, foi o surgimento do “novo sindicalismo” a partir da experiência primeira do ABC paulista. A década seguinte é marcada por este sindicalismo combativo, embora suas mobilizações tenham tido influxos e refluxos. As greves aumentam, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e outras centrais sindicais são fundadas, a campanha das diretas ganha apoio irrestrito do movimento sindical – e Lula é reconhecido, junto com Ulysses, Brizola e Tancredo, como grande líder nacional –, o governo Sarney logo depois sofre pressão contínua dos movimentos sociais e tudo isso deságua na campanha presidencial de 1989. Estudos apontam para a fragmentação, profissionalização, burocratização e dificuldades múltiplas no terreno político para o sindicalismo e os movimentos sociais desde aqueles momentos decisivos nos anos 80 (Antunes, 1995; Doimo, 1995). De toda forma,

inquestionavelmente, os sindicatos e os movimentos sociais foram “parcialmente” incorporados à vida política da nação. E falamos assim, “parcialmente” (entre aspas), pois a “truculência das elites” – da qual nos fala Darcy Ribeiro em citação anterior – é ainda a marca registrada quando tais movimentos não fazem “apenas” aquilo que deles se espera – na visão das elites. Independente de polêmicas conjunturais ou casos específicos das últimas décadas, a democracia brasileira deixa ainda a desejar no sentido de incorporar a participação das massas organizadas na vida política, ampliando para a toda a sociedade os inequívocos avanços institucionais obtidos com a democratização do país. Naqueles anos 80 politicamente dramáticos do fim da transição democrática este era um outro e decisivo aspecto que se somava aos anteriores no sentido de qualificar a profundidade da questão.

Eis aí o problema maior da transição democrática brasileira, este desafio múltiplo colocado para as forças políticas que se propunham a disputar a direção geral da nação. Foi esse o contexto geral com o qual teve que se deparar o PSDB e seu intelectual mais famoso, FHC, quando do lançamento do partido em 1988 e principalmente na política concreta dos anos seguintes. O partido nasceu tendo consciência e prometendo enfrentar tais dilemas. Mas não somente em sentido negativo, de contornar e solucionar esses problemas gigantescos. Também no aspecto positivo de que tais desafios abriam possibilidades para reordenação das forças políticas e de mudanças profundas no quadro econômico e nas condições sociais nunca antes tentadas no país. Inclusive e principalmente para as forças políticas de inclinação à centro-esquerda – posição na qual se localizou o PSDB, independente de isto ter relação com a realidade dos fatos e das classificações ideológicas. Um momento único, absolutamente singular na história do Brasil, embora guarde algumas semelhanças aparentes com outros processos do passado, particularmente a redemocratização do Pós-2ª Grande Guerra.

Enfim, nas transições democráticas, inclusive e principalmente a brasileira ocorrida nas décadas de 70 e 80, demorada e tortuosa, predominam incertezas e também as possibilidades. Foi aproveitando essas possibilidades que o PSDB foi constituído em fins dos anos 80, na segunda grande reformulação partidária da década, assim como, de certa forma, no início dos anos 80, na primeira reformulação partidária da transição democrática, foi constituído o PT – sendo ambos faces modernas da mesma moeda, embora com diferenças fundamentais de visão de mundo e de bases sociais.

4.2. Nasce um novo partido

Diante do que já vimos sobre cultura política brasileira e visão de mundo de intelectuais como Fernando Henrique Cardoso, seria no mínimo equivocados considerar que a fundação do PSDB foi apenas uma operação política de índole pragmática como defende Celso Roma (2002). Mas considerar como indiscutível que o partido foi fundado apenas por razões ideológicas também não é uma opção analítica muito correta. A discussão talvez mereça ser feita de outra forma, combinando os indícios em uma e em outra direção, permitindo uma avaliação mais empírica sobre o tema.

O que é certo, sem dúvida, é que o sucesso rápido e avassalador do PMDB, assim como seu declínio e sua divisão irreversível no processo constituinte, deixou um “vazio político-eleitoral” e instalou uma “dinâmica centrífuga” no sistema partidário emergido da transição democrática. Parte deste “espaço” foi que o PSDB tentou ocupar.

O militante peessedebista Raul Christiano de Oliveira Sanchez, em seu *A Volta ao Começo* (2003)⁴⁹, buscando resgatar a história mais cronológica da agremiação de um ponto de vista bem pessoal, explica a fundação do partido quase como o ápice de uma aventura de resistência popular e “socialista” à ditadura desde os seus primórdios (as causas que poderíamos denominar de históricas e ideológicas). Mas aponta também como motivos as disputas (pragmáticas) entre a ala histórica do PMDB e a ala conservadora por espaços no governo Sarney e por propostas na Assembleia Constituinte. Vejamos sua argumentação mais extensamente, pois assim também reconstruímos parcialmente os passos decisivos para a fundação do partido durante os anos de 1987 e 1988 – o que não encontramos tão detalhadamente em outras obras dedicadas direta ou indiretamente ao partido.

As disputas internas do PMDB, não apenas paulista, vinham já de longa data, mas tornaram-se mais agudas durante o processo constituinte, quando, segundo Sanchez,

“(…) o senador Fernando Henrique Cardoso, em artigo publicado no jornal *Folha de São Paulo* em 25 de junho de 1987, destacava que chegara a hora

⁴⁹ Como já afirmamos anteriormente, é impossível fazer uma grande revisão bibliográfica dos estudos sobre o PSDB, pois as pouquíssimas obras que fazem referência direta ao partido muitas vezes o fazem no bojo de discussões mais conceituais sobre a social-democracia (Cabrera, 1995) ou sobre a terceira via no Brasil (Oliveira, 2005; Guiot, 2006), exceto os trabalhos de Roma (1999, 2002 e 2006), que se debruçaram mais sobre a estruturação do partido. Daí a necessidade de usarmos todas as fontes disponíveis, mesmo quando não são obras estritamente acadêmicas, como é o caso inclusive da obra mais jornalística de Sanchez (2003).

da verdade: ‘Ou o PMDB reafirma a sua disposição favorável às mudanças, tornando-se, na prática, um partido da democracia e da reforma, ou será tragado pelo fisiologismo e pelo clientelismo’” (Sanchez, 2003: 57).

Foi mesmo uma espécie de “hora da verdade” para a ala mais progressista do PMDB, quase sempre preterida pela cúpula nas disputas internas mais importantes. Fundaram então o MUP⁵⁰ um pouco antes da Convenção Nacional Extraordinária do partido em 18 e 19 de julho de 1987, para dar consequência organizativa ao desconforto ideológico e político crescente com a guinada conservadora do PMDB desde o início do governo Sarney, mas principalmente depois do surgimento do Centrão em 1987. O Centrão foi uma articulação da maioria conservadora na Constituinte, reunindo parlamentares de diversos partidos, mas especialmente os do PMDB mais retrógrado, que lideraram o movimento – entre eles, se destacava o deputado Roberto Cardoso Alves (SP), autor de famosa frase síntese do governo Sarney naquele momento, “é dando que se recebe”.

No jornal de lançamento do MUP escreveram sobre o governo Sarney: “Este governo já saiu do PMDB, está na hora do PMDB sair dele” (Sanchez, 2003: 76). Os conservadores do PMDB, com o apoio do governo Sarney e dos governadores do partido, no entanto, controlaram a Convenção Nacional de julho de 1987 e decidiram que nada decidiriam, frustrando toda a mobilização do MUP em torno das bandeiras progressistas no processo constituinte e por eleições presidenciais diretas já em 1988. Os membros do MUP não arriscavam, no entanto, fundar um novo partido, pois a legislação eleitoral previa requisitos de difícil cumprimento e as eleições de 1988 aproximavam-se – e, no limite, a Constituinte poderia até estabelecer a eleição presidencial também em 1988. Essa ambigüidade caracterizava o MUP que, no entanto,

⁵⁰ O MUP foi coordenado, inicialmente, pelos seguintes deputados: Domingos Leonelli (BA), Nelton Friedrich (PR), Vilson de Souza (SC), Paulo Ramos (RJ), Percival Muniz (MT), Waldir Pugliese (PR), José Carlos Sabóia (MA) e Cristina Tavares (PE). E contava ainda com a participação dos seguintes constituintes: Francisco Küster (SC), Tadeu França (PR), Uldorico Pinto (BA), Ana Maria Rattes (RJ), Affonso Camargo (PR), Ademir Andrade (PA), Sigmaringa Seixas (DF), Raquel Capiberibe (AP), Haroldo Sabóia (MA), Cássio Cunha Lima (PB), Antero de Barros (MT), José Paulo Bisol (RS), Nelson Wedenkin (SC), Vasco Alves (ES), Antonio Perosa (SP), Ivo Lech (RS), Hermes Zanetti (RS), Darcy Deitos (PR), Vicente Bogo (RS), Koyu Ilha (SP), João Natal (GO), Abigail Feitosa (BA), Jorge Hage (BA), Carlos Mosconi (MG), Valter Pereira (MS), Geraldo Campos (DF), Hélio Duque (PR), Mansueto de Lavor (PE), Márcio Lacerda (MT), Otávio Elísio (MG), Mauro Campos (MG), Nelson Aguiar (ES), Virgílio de Senna (BA), João Hermann Neto (SP) e Rose de Freitas (ES). Podemos perceber nesta lista de 43 parlamentares que vários deles foram, um ano depois, fundadores do PSDB e neste partido fizeram longas carreiras políticas, assim como, logicamente, alguns outros tomaram rumos distintos. O importante é registrar que a idéia de uma nova experiência partidária não foi apenas desejo momentâneo de algumas lideranças paulistas, como se percebe numa análise detida da lista.

formulou um documento⁵¹ prevendo os requisitos e etapas para a constituição de um novo partido.

Segundo Sanchez:

“(…)‘começar de novo’ foi o slogan que começou a ser divulgado pelo movimento dos autênticos e históricos do PMDB, por meio de manifesto, aprovado em 9 de janeiro de 1988, em Brasília, na casa do senador Fernando Henrique, com a presença de Euclides Scalco, José Richa, Franco Montoro, Mário Covas, entre outros. A divulgação de seu conteúdo por toda a imprensa brasileira, com o objetivo de marcar posição do grupo que já não escondia o desejo de deixar o PMDB, sinalizava a insatisfação com os rumos do partido” (Sanchez, 2003: 103).

Este movimento de lideranças nacionais do PMDB que não faziam parte do MUP acabou por reforçar as cisões no partido e aproximar seus dissidentes de índole mais progressista. Assim como reforçou também a parcela progressista da Assembléia Constituinte, que já caminhava para ultimar seus trabalhos e decisões. Pouco depois Franco Montoro autorizou o MUP de São Paulo a usar as dependências de seu escritório político, aproximando ainda mais os dois grupos.

Sanchez esclarece que,

“(…) no dia 11 de abril [de 1988], o jornal *Folha de São Paulo* publicou entrevista exclusiva com o senador Fernando Henrique Cardoso, intitulada: ‘Novo partido deve ser criado até junho, diz Cardoso’. Para Fernando Henrique, ‘o novo partido tem que estar na rua até o final de junho ou então não vai haver novo partido’. [E continua o senador, segundo Sanchez]: ‘Tem que ser claramente um partido que se ponha no centro-esquerda, que tenha limite à esquerda e à direita, e que a esquerda desse limite seja o seguinte: não queremos esquerda autoritária, que é a esquerda que pensa que vai mudar a sociedade e que é preciso se encarapitar no Estado seja por eleição, seja pela revolução. E que, a partir do Estado, ela faça as reformas na sociedade. Essa esquerda nós não queremos. Não queremos também a esquerda populista, a esquerda que pensa que o Estado é uma máquina de benesses sem fim. Essa atitude irresponsável para com a produção, para com as leis de mercado, para com um desenvolvimento econômico [apenas] em médio prazo não nos serve também, é demagógica. Qual o limite da direita? Eu acho que os liberais democráticos, sim, desde que sejam modernos. Que

⁵¹ Pontos principais do documento: definição de um projeto de sociedade e de Estado; definição de um projeto nacional e suas etapas; definição de políticas setoriais capazes de orientar os militantes; definição clara do perfil ideológico; forma de organização interna que assegure a democracia e a participação (filiações passando pelo crivo coletivo, instâncias decisórias que respeitem a vontade da maioria, fidelidade dos eleitos ao programa do partido, participação de não parlamentares nas instâncias partidárias, formação política da militância, contribuição financeira obrigatória dos militantes, eleição direta dos dirigentes, revogabilidade dos dirigentes pelas bases, avaliação anual das filiações e militantes). É fácil perceber que a inspiração são os partidos de esquerda, mas também o PT. Queriam formar, com o tempo, um novo partido de esquerda, mas vacilavam diante das dificuldades políticas e da legislação eleitoral. E, como veremos na seção 3.4 mais à frente, foi outra a opção de estrutura partidária, embora a polêmica tenha sido a marca no início.

é ser moderno? Significa que não pode pensar como no século XVIII, que o mercado rege tudo e que acaba não entendendo o mundo atual, que é o mundo em que existe o Estado. O Estado não pode ser tudo, mas ele também é uma realidade, e essa realidade, principalmente num país em transformação, requer a sua existência” (Sanchez, 2003: 107).

Este conjunto de lideranças políticas do PMDB e algumas lideranças parlamentares de outros partidos – incluindo até mesmo parlamentares do PFL como Saulo Queiroz (MS) e Jaime Santana (MA) – passaram a agilizar as articulações pensando no lançamento da candidatura do senador Mário Covas (SP), Líder do PMDB no Congresso Constituinte, para a presidência da república (Sanchez, 2003: 108), na medida em que o próprio PMDB já tinha a candidatura extra-oficial de Ulisses Guimarães e os outros partidos agitavam os nomes de suas principais lideranças – Lula pelo PT, Leonel Brizola pelo PDT e assim por diante. O projeto de novo partido, agora, era praticamente inevitável.

As forças políticas que poderiam compor o novo partido, apesar da prevalência das lideranças paulistas, espalhavam-se por quase todo o Brasil. Observa Sanchez que tais núcleos de lideranças já alcançavam 21 estados⁵². Vejamos resumidamente. **Alagoas:** deputado José Costa (PMDB), senador Teotônio Vilela Filho (PMDB) e deputado José Tomas Nono (PFL) disputavam o espaço com o “indicado” do governador Fernando Collor na articulação, o deputado Renan Calheiros (PMDB). **Amazonas:** Artur Virgílio (PSB) e a deputada Beth Azize (PSB). **Bahia:** deputado Domingos Leonelli (PMDB), coordenador do MUP. O governador Waldir Pires (PMDB) tinha simpatias, mas não queria dividir o PMDB. **Ceará:** deputada Moema Santiago (PDT) e Lúcio Alcântara (PFL) eram cogitados para empreitada. **Espírito Santo:** A deputada Rose de Freitas (PMDB), coordenadora do MUP, era nome certo. O governador Max Mauro (PMDB) estava sendo sondado e até Gerson Camata (PMDB) sinalizou com a possibilidade. **Goiás:** os pefelistas Pio Canedo e Jalles Fontoura ficaram à frente das articulações, mas havia conversa também com o senador Mauro Borges (PDC). **Maranhão:** deputados Jaime Santana (PFL), Haroldo Sabóia (PMDB) e José Carlos Sabóia (PMDB). **Mato Grosso:** O governador Carlos Bezerra (PMDB) e o prefeito de Cuiabá Dante de Oliveira (PMDB) não queriam desmanchar a máquina vitoriosa do PMDB. A articulação ficou a cargo do deputado Antero de Barros

⁵² As informações que constam da lista a seguir são importantes para esclarecer a dimensão nacional da articulação inicial do novo partido, bem como para analisar o destino de certas lideranças decisivas em muitos estados da federação. Serão informações úteis também em outros momentos da exposição.

(PMDB). **Mato Grosso do Sul:** o secretário-geral do PFL, Saulo Queiroz, tinha a companhia do senador Mendes Canale (PMDB) e do deputado Plínio Martins (PMDB). **Minas Gerais:** o deputado Pimenta da Veiga (PMDB) lidera, mas o ex-governador Hélio Garcia, o senador Itamar Franco (PMDB) e o deputado Aécio Neves (PMDB) estão entre os convidados a participar. **Pará:** senador Almir Gabriel (PMDB) e o prefeito de Belém Coutinho Jorge (PMDB) estão à frente das articulações. **Paraná:** senador José Richa (PMDB) e deputado Euclides Scalco (PMDB), além de Nelton Friedrich (PMDB), coordenador do MUP. **Pernambuco:** os deputados Fernando Lyra e Cristina Tavares, já desligados do PMDB, bem como o deputado Joaquim Francisco (PFL) e o prefeito de Recife Jarbas Vasconcellos (PMDB). **Piauí:** o prefeito de Terezina Wall Ferraz (PMDB) e o senador Chagas Rodrigues (PMDB), entre outros. **Rio de Janeiro:** O senador Artur da Távola (PMDB) e as deputadas Ana Maria Rattes (PMDB) e Sandra Cavalcanti (PFL). **Rio Grande do Norte:** a deputada Wilma Maia [atualmente, Wilma Faria] (PDT) e os senadores Agripino Maia (PFL) e Lavousier Maia (PDS). **Rio Grande do Sul:** Os senadores José Paulo Bisol (PSB) e José Fogaça (PMDB), além dos deputados Nelson Jobim (PMDB), Hermes Zanetti (PMDB) e Antonio Britto (PMDB). **Rondônia:** ex-deputado Francisco Erse (PFL). **Santa Catarina:** senador Nelson Wedeckin (PMDB). **São Paulo:** os senadores Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e Severo Gomes, além do ex-governador Franco Montoro e do deputado José Serra, todos do PMDB. Além desses, dezenas de deputados federais, deputados estaduais, prefeitos e vereadores, constituindo o principal e mais forte núcleo do novo partido. **Sergipe:** prefeito de Aracaju Jackson Barreto (PMDB) (Sanchez, 2003: 109-11).

O deputado mineiro Pimenta da Veiga define ideologicamente o novo partido, em uma palestra em Santos, no mesmo abril de 1988:

“Será um partido de centro-esquerda. Hoje o PMDB é um partido de centro. A esquerda é o PT e os PCs. Deveremos abranger o PMDB mais de centro (Montoro), o socialismo democrático (Covas/Fernando Henrique) e até os socialistas como Saturnino Braga. Queremos ser claramente um partido de centro-esquerda, que defende a democracia social; democracia porque toma decisões de forma aberta, social porque as medidas sociais devem estar acima das econômicas. Essa posição é a nossa vocação; mas esse também é o espaço vago. A sociedade está órfã; esse espaço era do PMDB, mas ele se distanciou. A classe média, os operários, os sindicatos precisam de um intérprete político. **Sem isso a transição não se completa** [grifo nosso]” (Sanchez, 2003: 115-6).

Ulysses Guimarães e governadores do PMDB, percebendo o risco da divisão, em 1988 tentam uma reação. Prometem um amplo debate para renovar o partido em uma direção social-democrata. Do Rio de Janeiro, recebe contribuições de um grupo liderado pelo próprio governador Moreira Franco (entre eles, Sérgio Abranches e Hélio Jaguaribe). Uma comissão de estudos sobre economia liderada por Luciano Coutinho e Andréa Calabi foi formada. Arraes e Waldir Pires, governadores, entre outros, manifestam a vontade de ruptura com Sarney após a promulgação da nova Constituição. Ministros – Renato Archer, Luiz Henrique e Celso Furtado – igualmente tentavam a reaproximação com o grupo dissidente (Sanchez, 2003: 119-120). Nada disso deu certo. E o que se viu mesmo foi uma divisão em três alas distintas: os conservadores do Centrão, à direita; Ulysses e seus seguidores, ao centro; e os dissidentes, à esquerda. O resultado ficou claro quando Roberto Cardoso Alves (líder do Centrão), em resposta a Waldir Pires, que queria a saída dessa ala do partido, em postura triunfal, declarou: “O PMDB é nosso!” (Sanchez, 2003: 120). Estava selada a dissidência e o desafio de fundar o novo partido.

Mário Covas, em 15 de maio de 1988, em entrevista à *Folha de São Paulo*, declara que o PMDB já havia perdido a chance de aplicar um programa mais progressista no processo constituinte. Paralelamente, por acordo, regulamentou-se na Câmara dos Deputados as regras para as eleições municipais de 1988 permitindo o lançamento de candidatos de novos partidos que contassem com representantes de pelo menos cinco estados no Congresso (Sanchez, 2003: 121). Foram dois sinais claros de que o novo partido era um processo irreversível.

Os líderes do novo partido anunciam sua fundação para junho de 1988.

“Na tarde do dia 3 de junho, Fernando Henrique, Euclides Scalco, Pimenta da Veiga e José Serra apresentam para cerca de quarenta parlamentares dissidentes minutas do programa e dos estatutos do novo partido. Mas a maior parte do tempo foi dedicada ao debate sobre os termos do esboço do manifesto elaborado pelo grupo ligado a Montoro, havendo maior interesse e destaque para o espaço reservado ao parlamentarismo” (Sanchez, 2003: 123).

São Paulo prepara um encontro grande para 05 de junho. Na reunião que se esperava uns 80 dissidentes, compareceram mais de 500 membros do PMDB da capital e do interior. Franco Montoro, José Serra e outros coordenaram os trabalhos. Fernando Henrique e Mário Covas enviaram representantes. A repercussão na imprensa foi enorme. Montoro se disse pré-candidato a presidente, assim como lançou as pré-

candidaturas de Mário Covas, Fernando Henrique e José Richa. Entre várias siglas propostas⁵³, os participantes escolheram PSDB por larga maioria como sua favorita (Sanchez, 2003: 123-7). A opção da sigla aponta para um ideário de centro-esquerda, mas havia discordâncias quanto ao nome.

Montoro publica artigo na Folha de São Paulo em 10 de junho com o enunciado: “Longe das benesses oficiais, mas perto do pulsar das ruas, nasce um novo partido” (Sanchez, 2003: 127) – como se sabe esta é a redação inicial do Manifesto do PSDB.

Raiva dos conservadores que isolavam os dissidentes nos estados. Este era um grande motivo para a dissidência, segundo Argemiro J. Brum (com base em dados obtidos no jornal Zero Hora de 26 de junho de 1988), em “Democracia e partidos políticos no Brasil” (1988). Sanchez o cita literalmente:

“Em São Paulo, o governador Orestes Quércia controla a máquina política, alijando o ex-governador Franco Montoro e os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso do processo político estadual; no Paraná, o governador Álvaro Dias marginalizou politicamente o ex-governador José Richa; Em Minas Gerais, o governador Newton Cardoso fechou qualquer possibilidade de o deputado federal Pimenta da Veiga influir no processo político mineiro, dentro do PMDB” (Sanchez, 2003: 128).

Pode-se perceber que os motivos mais práticos e conjunturais tiveram importância, mas a busca e o desafio de ocupar um “espaço vazio” na posição de centro-esquerda nacional, como afirmam vários líderes – Fernando Henrique, Montoro, Pimenta da Veiga, Serra e Richa –, já pensando inclusive na eleição presidencial do ano seguinte, indica ter sido a motivação maior para encarar o desafio. Não menos importante é perceber que os custos políticos para tal empreitada, naquele momento de crise e divisão na base governista e extrema fragilidade da oposição, pareceram bem mais suportáveis do que em outros momentos anteriores que um partido com estas características foi imaginado por lideranças que agora criavam o PSDB – ver, principalmente, as articulações para formar um partido progressista a partir de São Paulo em fins dos anos 70.

As articulações se intensificam. Novo encontro paulista em 12 de junho reúne cerca de mil militantes. Assuntos principais: partido democrático no funcionamento (militância ativa), de centro-esquerda ideologicamente (social-democracia) e

⁵³ Partido Popular Progressista (PPP), Partido Democrático Popular (PDP), Partido da Mobilização Democrática (PMD), Novo Partido Democrático (NDP) e Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB).

parlamentarista. Alianças só com partidos progressistas. No mesmo dia 12 de junho, em um ato cheio de simbolismo, Montoro foi ao Palácio dos Bandeirantes entregar ao governador Orestes Quércia os cargos ocupados no governo paulista pelos dissidentes (Sanchez, 2003: 129-31).

O mesmo ocorre no plano nacional. No dia 17 de junho o senador Mário Covas renunciou à liderança do PMDB no Congresso Constituinte. Euclides Scalco sai do PMDB e diz que a nova sigla vai se chamar Partido Democrático Popular (PDP). Atos como estes vão se sucedendo (Sanchez, 2003: 133)

Históricos do partido se dividem, pois vários ficam para lutar internamente. Lideranças tais como Waldir Pires, Miguel Arraes, Pedro Simon, Hélio Duque e Chico Pinto. Simon inclusive constata que os dissidentes são principalmente paulistas em uma briga interna com muitas lideranças e pouca sensibilidade para a composição. Um aspecto importante é que Ulysses era muito centralizador e deixava pouco espaço para as outras lideranças desde o início do processo constituinte, o que foi irritando Covas, Richa e demais dissidentes (Sanchez, 2003: 133-4).

Leôncio Martins Rodrigues, em artigo no Jornal da Tarde, analisa que o novo partido não tinha bases trabalhistas e apenas simpatia de setores médios, assim correndo o risco de ser apenas uma espécie de nova UDN (Sanchez, 2003: 134 -5).

Nada disso arrefece os ânimos, muito pelo contrário. FHC deixa o PMDB no dia 21 de junho de 1988 explicando que a divisão não era apenas por questões regionais internas menores. Discursa no Senado:

“Não pensem, senhores senadores, que as farpas da província, em má hora entregue a comando medíocre, seriam suficientes para motivar-me o risco de outro partido. Conta tão pouco em mim o pequeno jogo do poder de interesses locais diante da tarefa de institucionalizar a democracia que passaria batido por estes dois anos e pouco de ostracismo regional, curtos em comparação com o mandato que o povo de São Paulo me conferiu” (Sanchez, 2003: 135).

Outros senadores (Afonso Arinos e Pompeu de Souza) e outros deputados (Geraldo Alckmin e Antonio Perosa) deixam o PMDB na mesma ocasião.

Em 24 de junho tem uma reunião em Brasília para preparar a fundação do novo partido no dia seguinte, no Congresso Nacional.

“No primeiro dia do encontro, 879 pessoas assinaram o livro de filiação ao novo partido. Votaram e deixaram para um segundo turno a escolha da sigla partidária, preferência dividida entre Partido Democrático Popular (PDP),

com 244 votos, e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), com 214, entre várias opções que os participantes escolhiam espontaneamente. Três comissões discutiram o programa, o manifesto e o estatuto do novo partido, no primeiro dia, que foram lidos e aprovados na assembléia de fundação. No segundo turno da votação, para a escolha da sua denominação, 462 fundadores votaram PSDB, contra 261 [inclusive FHC] que preferiam PDP. Um total de 1178 pessoas esteve em Brasília nos dois dias” (Sanchez, 2003: 137).

Foi eleita a primeira executiva nacional provisória: Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, José Richa, Franco Montoro, Pimenta da Veiga, Euclides Scalco, Cristina Tavares, Octávio Elísio, Artur da Távola, Moema São Thiago e Jayme Santana. Mário Covas foi o primeiro presidente, mas o cargo seria ocupado em revezamento por outros membros da executiva – Richa, Montoro, Pimenta da Veiga e Fernando Henrique. As secretarias regionais foram entregues a políticos do Sul/Sudeste. Foram aprovadas as Comissões Provisórias de nove estados (para cumprir a legislação eleitoral): São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Distrito Federal, Rondônia, Pernambuco e Paraíba. [Outras foram “negociadas” depois]. José Serra fez um resumo do programa partidário, que deveria ser aprovado definitivamente em um congresso do novo partido no início de 1989 (Sanchez, 2003: 138).

Dois aspectos principais se destacam nesses procedimentos. Primeiro, a executiva é mais de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná – excetuando o RJ, os outros três estados sempre foram bases fortíssimas do PSDB. Os membros de outros estados são raros e pouco representativos, mostrando a dificuldade de expandir as articulações partidárias para todo o país. Segundo, as próprias secretarias regionais, ocupadas por lideranças do Sul e do Sudeste, parecem confirmar tais dificuldades. Mas tudo isso pode ser um pouco enganoso. Uma “luta surda” estava sendo travada nas bases históricas do PMDB. Em muitos estados, lideranças esperavam o resultado dessas disputas para decidir o que fazer. É por isso que, Aécio Neves e Artur Virgílio, por exemplo, não aderiram no momento da fundação, embora Renan Calheiros e até alguns pefelistas o tenham feito de forma aparentemente corajosa. A questão era outra: em certos estados a divisão já estava consolidada, em outros estados o quadro parecia bem mais confuso, exigindo de lideranças importantes um esforço enorme para não ver divididas suas próprias bases municipais e regionais, assim como suas perspectivas eleitorais em 1988 (eleições municipais) e 1990 (eleições estaduais).

A composição política está clara desde o início. “Os fundadores do PSDB foram unânimes em afirmar que o novo partido teria espaço para um arco ideológico e

doutrinário composto de quatro correntes políticas: os liberais progressistas, os democrata-cristãos, os social-democratas e os socialistas democráticos” (Sanchez, 2003: 138). Difícil nesse caso é definir quem é exatamente o que em termos doutrinários. Podemos deduzir, porém, que Montoro e Richa eram considerados democrata-cristãos, na medida que lideravam este partido no pré-1964. Com liberais queriam dizer os conservadores ex-pefelistas, muito provavelmente, embora tivessem pouco dessa “ideologia” e optassem pelo partido por razões pragmáticas. Este setor, como constataremos à frente, foi um dos que mais cresceu no partido com o passar dos anos. O núcleo central se considerava social-democrata, embora, como veremos, estavam mais próximos de um ideário liberal. Socialistas democráticos existiam alguns – tais como Célio de Castro, Cristina Tavares, etc –, lideranças que foram abandonando o partido, geralmente decepcionados com sua “inclinação à direita” nas decisões práticas (ver capítulo seguinte).

“Fernando Henrique destacou em sua fala que a ‘militância sincera do PMDB veio para o novo partido(...). Mas o nosso é um partido – sabem todos, desde já – que nasce com vocação nacional, que nasce para se preparar para a grande arrancada, que serão as eleições presidenciais, e teremos candidato próprio às eleições presidenciais! (...) PSDB quer dizer esperança de mudança real, quer dizer ética na política, quer dizer fraternidade e quer dizer, sobretudo, democracia e combate à miséria. Venceremos com o apoio de todos” (Sanchez, 2003: 138-9).

Eis aí uma boa síntese “liberal com alguma inclinação social” do ideário do partido (ver próxima seção desse capítulo).

Montoro discursa dizendo que o partido será como uma árvore: “Tudo isso mostra uma seiva extraordinária. É assim que há de crescer o nosso partido, a partir das bases. Como a árvore, é das raízes que o partido há de receber sua vitalidade” (Sanchez, 2003: 139). O PSDB nunca alcançou essa meta que animava Montoro e outros militantes, tornando-se desde o início um partido de organização muito peculiar, como veremos na seção seguinte.

Interessante registro também faz Sanchez sobre a origem do símbolo do partido – o tucano. Em abril de 1988, numa reunião em Brasília, simpatizantes de Minas Gerais, liderados pelo deputado Ziza Valadares, propuseram que se escolhesse um símbolo para o novo partido, sugerindo o tucano, por três razões: “(1) o tucano de peito amarelo que identifica a cor da campanha cívica pelas diretas para presidente; 2) o tucano simboliza

o movimento ecológico e a defesa do meio-ambiente; e 3) o tucano é uma ave brasileira, traz a idéia de liberdade” (Sanchez, 2003: 111).

Quarenta e cinco parlamentares (37 deputados e 8 senadores) assinaram a ata de fundação. Oito senadores: 2 de SP e 6 de outros estados (DF, ES, PR, PI, RJ e RS). Trinta e sete deputados federais: 9 de SP, 8 de MG, 3 do RJ, 2 de SC, 2 do DF, 2 do ES, 2 de AL, 2 do PR e mais 7 de outros estados (AM, CE, MA, MS, PE, PI e RO). Origem partidária: 31 do PMDB, 3 do PFL e 3 de outros partidos (PSB, PDT e PTB).

Vale registrar ainda que outras lideranças e intelectuais assinaram a ata de fundação. Alguns deles se tornariam importantes figuras nos governos de Fernando Henrique como ministros e ocupantes de cargos estratégicos. Eis alguns exemplos: Ruth Cardoso, Bresser Pereira, Sérgio Motta, Clovis Carvalho e Eduardo Jorge Caldas Pereira. Alguns atuando apenas como intelectuais, tais como Vilmar Faria, Gilda Figueiredo Portugal, José Afonso da Silva, Eliezer Rizzo, etc. Mas era um núcleo intelectual bem definido e principalmente paulista. O partido conseguiu, posteriormente, como veremos, ampliar este núcleo com a adesão de formuladores econômicos ligados à PUC/RJ, mas nunca conseguiu de fato uma inserção hegemônica nos meios intelectuais e acadêmicos do país.

Pouquíssimos eram de origem sindical, como Hermes Zaneti e Joaquim dos Santos Andrade⁵⁴. Foi um partido que nasceu apenas com a boa intenção, nas palavras de Franco Montoro, de “longe das benesses oficiais, mas **perto do pulsar das ruas** [grifo nosso]” (Sanchez, 2003: 127), se ligar à sociedade civil organizada. Tinha estudiosos especialistas no tema, como a própria Professora Ruth Cardoso, mas os movimentos sociais estiveram sempre longe do partido – desde a origem. Nem mesmo os movimentos mais próximos ou constituídos por profissionais de classe média se ligaram ao partido. Tal aspecto se estende ao país como um todo, aos estados e aos municípios. Agregaram lideranças políticas tradicionais, mas não conseguiram se inserir na sociedade civil – exceto, talvez, mesmo assim de forma acanhada e nos bastidores, lideranças de organizações empresariais urbanas e rurais, embora estas tivessem geralmente predileção pelo PFL.

Enfim, foi desde a sua origem um partido parlamentar e de lideranças políticas profissionais, sem militância e com pouquíssima vida política extraparlamentar, mas que teve desde o princípio (e, principalmente, depois de chegar ao poder) a adesão

⁵⁴ Talvez o mais importante líder sindical pelego da nossa história recente, o que não deixa de ser irônico para um partido que se autodenomina social-democrata.

quase incondicional de uma “intelectualidade midiática” (jornalistas, colunistas, comentaristas, apresentadores, etc). Tal desenrolar dos fatos criou espaços de debate com contornos e vieses pouco democráticos no país, uma espécie de “diálogo de surdos” – mais a “opinião publicada” do que a “opinião pública”, resultado bem estranho vindo principalmente de um partido com intelectualidade no centro formulador de suas ações.

4.3. Os documentos partidários fundamentais

Já fizemos nos dois primeiros capítulos da tese um esforço para demonstrar que o pensamento de Fernando Henrique Cardoso está ligado ao pensamento social brasileiro de uma forma muito particular e que, também, seu pensamento acabou se constituindo em uma das mais sólidas e coerentes visões de mundo produzidas no país na segunda metade do século passado. Mais interessante: como um intelectual que tinha militância prática cada vez mais intensa, por vontade e pelas circunstâncias específicas do processo de transição democrática, sua obra acadêmica (de grande fôlego e abrangência) acabou por nortear parte grande dos debates políticos e acadêmicos no país, como já vimos anteriormente.

No caso da fundação do PSDB, ainda de forma mais clara, independente de qual foi exatamente sua participação direta ou não na redação dos principais documentos do partido (Manifesto, Programa e Estatuto), sua visão de mundo (complexa, flexível, liberal ou como se queira adjetivar) foi hegemônica, até porque as outras lideranças principais o tinham como referência intelectual.

Eis o desafio desta seção: discutir as idéias principais destes documentos. Posteriormente, nos capítulos seguintes, serão vistos os desdobramentos de tais opções “ideológicas e organizativas” no debate que se seguiu à fundação do partido e ao longo de sua trajetória política. Parte enorme deste debate feito com opiniões do próprio Fernando Henrique, que ocupava espaço incomum na mídia brasileira da época, espaço que só foi crescendo com o tempo por razões óbvias.

Talvez seja mais correto começara a análise com o conteúdo do Manifesto de Fundação, que foi produzido, ao que parece (e registramos na seção anterior), por pessoas mais ligadas a Franco Montoro.

A frase inicial, extremamente simbólica e inverídica na prática do partido desde o início, tem inspiração em um artigo de Montoro para a folha de São Paulo: “Longe das benesses oficiais, mas perto do pulsar das ruas, nasce o novo partido”.

Sua continuação, porém, lembra menos este arroubo participativo e democrático de um Montoro (ou até um Mário Covas) idealista e mais as idéias racionais e realistas de Fernando Henrique, Serra e outros. Além disso, parece um “resumo” do programa.

Depois de enumerar as razões do desencanto do povo com a política que se tinha no país, afirmam:

“Anunciamos a fundação do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB – e convocamos o povo brasileiro para prosseguir a luta pelas mudanças com energia redobrada, através da via democrática e não do populismo personalista e do autoritarismo concentrador de poder e riqueza” (Diário Oficial, 1988: 12508).

Qual luta? Sintetizam, então, seu ideário: reformas – todas de conteúdo estritamente liberal, embora não detalhadas a ponto de isso ficar completamente claro – em todas as áreas do Estado, das políticas públicas, do processo eleitoral, dos direitos formais das pessoas, dos direitos sociais e, assim por diante, até a defesa da autonomia dos povos e da paz (Diário Oficial, 1988: 12508). É, então, um manifesto ambíguo: liberal, sim, mas de que inclinação? Talvez uma espécie de social-liberalismo (ver discussão conceitual sobre visão de mundo adiante).

Se o Manifesto não esclarece para além de qualquer dúvida a visão de mundo do partido, não podemos dizer o mesmo do Programa publicado também no Diário Oficial neste dia, embora este também não prime pela clareza “ideológica”. Vejamos sua estrutura e conteúdo.

Ele foi organizado da seguinte forma: análise da conjuntura e diretrizes básicas por assunto – da democracia às relações internacionais, passando pela política, sociedade e economia através de pontos específicos (reforma do Estado, seguridade, crescimento econômico, inflação, etc) que apontam para uma “reconstrução liberal” do país, embora não falem “tinturas sociais” nesse ideário. Vejamos mais detalhadamente.

A análise de conjuntura é antecedida por uma justificativa para fundar o novo partido. Afirma:

“Partidos de verdade não se criam **a qualquer momento** [grifo nosso] ou **por qualquer pretexto** [grifo nosso]. Se muitos de nós decidimos deixar as agremiações a que pertencíamos e com as quais **nos identificamos ao longo de toda uma trajetória de lutas** [grifo nosso], é porque fatos graves nos convenceram da impossibilidade de continuar defendendo de maneira conseqüente **aquilo em que acreditamos dentro do atual quadro partidário** [grifo nosso]” Diário Oficial, 1988: 12508).

As razões para o desencanto com as agremiações existentes, principalmente o PMDB, segundo o documento, estão em fatos variados, que detalham com bastante precisão. Em um momento de promulgar a nova Constituição – limitada em alguns aspectos, mas claro avanço político e social –, o país deveria estar tomado pelo

otimismo com o futuro, mas, ao contrário, está em crescente decepção com a política real do presente – Nova República. Afirma com precisão:

“Mesmo sem ser causadora dos problemas econômicos e sociais que afligem os brasileiros – problemas que têm raízes fundas no passado e se agravaram nos vinte anos do regime autoritário – ela se mostra incapaz de resolvê-los ou sequer de apontar soluções convincentes. A decepção veio no refluxo da onda de esperança que varreu o Brasil com a vitória de Tancredo Neves no colégio eleitoral” (Diário Oficial, 1988: 12508).

Tentou-se resgatar a democracia com a convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Mas o governo Sarney se perdeu quando “preferiu aderir às estruturas autoritárias do Estado em vez de reformá-las, (...) deixou que as políticas sociais alardeadas se esvaíssem na ineficiência burocrática, no empreguismo, no clientelismo e na corrupção” (Diário Oficial, 1988: 12508).

Foi um governo que não conseguiu alcançar uma política econômica coerente para equacionar os problemas da dívida externa e da inflação – oscilando entre o populismo e a recessão. Na política, desorganizou os partidos com suas práticas fisiológicas apenas buscando mais um ano de mandato, desmoralizando parcialmente o próprio processo constituinte. “Assim, a Nova República envelheceu precocemente, até decretar sua própria morte política com a postergação das eleições presidenciais” (Diário Oficial, 1988: 12508).

O PMDB⁵⁵ sucumbiu nas ambigüidades entre cumprir seu papel histórico na transição e a o fisiologismo dos oportunistas que o invadiram.

“Envolvido no jogo da ocupação de ‘espaços’ na máquina governamental, acabou fornecendo massa de manobra ao continuísmo de oligarquias decrépitas e de burocratas acostumados ao mando irresponsável. Numa palavra, arenizou-se, atrelado a um governo que deixou de se constituir no primeiro da Nova República para se fazer o último da Velha República” (Diário Oficial, 1988: 12508).

Por isso, um novo partido se faz necessário em tal conjuntura. Partido que faça as reformas necessárias. Partido que não traia os eleitores. Partido com democracia interna. Longe das benesses do Estado e próximo ao pulsar do povo nas ruas.

Partido pluralista.

⁵⁵ Nunca é demais lembrar que o partido governava 22 dos 23 estados brasileiros e, junto com outros partidos aliados (PFL principalmente), tinha o controle absoluto do processo constituinte.

“Amplamente para possibilitar a **confluência de diferentes vertentes do pensamento político contemporâneo** [grifo nosso] – por exemplo, liberais progressistas, democratas cristãos, social-democratas, socialistas democráticos – o PSDB nasce coeso em torno da democracia como valor fundamental e leito das mudanças reclamadas pelo povo brasileiro” (Diário Oficial, 1988: 12508).

Partido para romper com uma herança nefasta do passado, principalmente o legado da chamada Era Vargas (ainda que neste documento a expressão não apareça, até para não melindrar alguns antigos petebistas que aderiam ao novo partido).

“**Diferentemente dos populistas de ontem e de hoje** [grifo nosso], entendemos que a preocupação com uma distribuição justa da renda e da riqueza exige definição clara das prioridades das políticas públicas e estímulo à eficiência na produção (...). **Diferentemente dos autoritários** [grifo nosso], afirmamos que as reformas desejadas não virão como doação providencial de um Estado forte ou de uma chefia autocrática [provável erro de impressão, pois a palavra original com certeza deve ser ‘autocrática’], mas sim como resultado do livre exercício das pressões e da negociação dos conflitos no âmbito da sociedade civil” (Diário Oficial, 1988: 12508).

Partido de inspiração liberal combinada com preocupações sociais em uma fórmula bastante específica – “progressista” como auto-identidade.

“**Recolhendo a herança democrática do liberalismo** [grifo nosso], não partilhamos com os liberais conservadores a crença cega no automatismo das forças de mercado. Nem pretendemos, como eles, tolher a ação reguladora do Estado onde ela for necessária para estimular a produção e contribuir para o bem-estar, e desde que a ação estatal seja controlada pela sociedade e **não guiada pelo interesse corporativo da burocracia ou pela vocação cartorial de grupos privados** [grifo nosso] (Diário Oficial, 1988: 12508).

Partido que terá uma ação diferente: transparente, participativa, moderação nas promessas e representando a sociedade sem deformações.

“[Isto porque] as plataformas **democráticas e progressistas** [grifo nosso] têm sido lugar comum no artificialismo da vida política brasileira. As palavras de um programa nada valem se não forem acompanhadas de ação. Conscientes disso, temos tanta preocupação com os critérios de aceitação de adesões e os padrões de comportamento dos nossos militantes quanto com as propostas partidárias. (...). A alternância dos dirigentes e o princípio de direção colegiada não serão integrados apenas por parlamentares, mas também por representantes dos diferentes segmentos da sociedade civil. As linhas de ação do partido (...) serão atualizadas a cada dois anos, numa convenção nacional precedida de ampla consulta às bases partidárias” (Diário Oficial, 1988: 12508).

Segue, então, o programa, organizado por pontos específicos. Vejamos As “diretrizes básicas” principais do programa do partido que nascia. Por pontos, como no original, para facilitar a exposição.

Democracia: valor fundamental. A democracia é mais do que um regime ou forma de escolher governantes. É um valor fundamental: “o estuário para onde correm as energias progressivas no mundo contemporâneo”. Padrão de civilização para onde as esperanças das pessoas de diferentes ideologias, opção religiosa e sistemas econômicos se dirigem. Único regime que garante a dignidade humana. “A democracia moderna é participativa e pluralista”, quer dizer, aceita a convivência dos contrários, dos diferentes, dos alternativos, das minorias, etc. Por isso, o PSDB se baterá por formas transparentes de governar e de participação direta da sociedade civil. “E cultivará a negociação como método de solução dos conflitos em todos os níveis”. Outra dimensão fundamental é seu conteúdo social: “o modo democrático de convivência não condiz com a manutenção de desigualdades sociais profundas, nem depende apenas do **reconhecimento formal** [grifo nosso] de certo número de direitos individuais, políticos e sociais. Ele reclama a vigência de condições econômicas que possibilitem o pleno exercício desses direitos”. O PSDB lutará pela incorporação plena dos discriminados da sociedade brasileira – “notadamente as mulheres, os negros, os índios e os idosos” (Diário Oficial, 1988: 12508-9). A democracia representativa é, como podemos perceber, o grande objetivo do partido, verdadeiro “telos” da agremiação.

Parlamentarismo: sistema de governo melhor para o aperfeiçoamento democrático do que o presidencialismo. Apesar da vitória do presidencialismo nas votações do Congresso Constituinte, abriu-se a possibilidade de um plebiscito para resolver o assunto cinco anos depois, em uma revisão constitucional. O parlamentarismo fortalece os partidos e a ação legislativa responsável sobre os grandes temas. Permite mudanças de governo sem traumas e crises. “É essencialmente um regime de programas (...), discutidos e definidos publicamente (...), ao contrário do presidencialismo que tende a ser o regime do poder unipessoal e das decisões a portas fechadas, num convite permanente ao fisiologismo político” (Diário Oficial, 1988: 12509). Aqui se percebe claramente que “pensam” em um parlamentarismo do tipo “europeu” – e mesmo assim “idealizado”. Não mencionam a nossa própria história e os riscos de tal sistema com a “cultura política parlamentar” que desenvolvemos ao longo dos últimos duzentos anos.

Justiça social: a miséria é a principal injustiça – e um terço da população vivem assim, apesar do desenvolvimento já alcançado pelo país. “Pagar a dívida do país para com esses brasileiros, **no horizonte de vida da atual geração** [grifo nosso], é o objetivo maior do projeto nacional de desenvolvimento defendido pelo PSDB”. Mas não é “**paternalismo**” [grifo nosso]. “A valorização social do homem se dá no exercício do trabalho produtivo”. Daí, então, reformas necessárias no mundo do trabalho e da produção, incluindo as garantias dos direitos de greve, negociação livre, etc (Diário Oficial, 1988: 12509). O caminho único que apontam é o do desenvolvimento econômico capitalista, proposta liberal em todos os sentidos, embora com a “promessa” de resgatar a dívida social em uma geração.

Depois dessas propostas mais gerais, adentram questões mais específicas, que “complementariam” ou concretizariam tais objetivos. Eis as principais.

Educação e cultura: defesa do ensino universal, público e gratuito em todos os níveis, incluindo a autonomia do ensino superior – fundamental para o desenvolvimento do país. Cultura livre em todos os sentidos (Diário Oficial, 1988: 12509). Não há especificação de como tais coisas serão feitas na prática.

Seguridade social: serviço digno, tanto na saúde quanto nas aposentadorias, descentralizando a atuação quando necessário (Diário Oficial, 1988: 12509). Interessante registrar que, no “Manifesto”, são mais sociais e também mais liberais: “propugnar pela implantação de uma seguridade social no seu sentido mais amplo e inovador, assegurando a habitação, a saúde, a previdência social básica e **complementar** [grifo nosso] (...)” (Diário Oficial, 1988: 12508).

Crescimento econômico com distribuição de renda: essa é a estratégia sustentável para eliminar a pobreza e colocar o país no rumo certo. Mas tais metas “exigem grandes esforços, elevados investimentos, tecnologia moderna e **eficiência na utilização dos recursos** [grifo nosso]. Nada disso se consegue **sem competitividade** [grifo nosso]. Por isto o PSDB **valoriza a ação inovadora do empresariado como fator de desenvolvimento** [grifo nosso], batendo-se por regras claras e estáveis e por políticas que **estimulem a livre iniciativa** [grifo nosso] sem paternalismo nem privilégios de natureza cartorial. **A propriedade privada constitui a base do sistema econômico brasileiro** [grifo nosso] (...). De todos os lados, no mundo de hoje, a busca da inovação tecnológica, da eficiência **aponta para a integração soberana ao sistema econômico internacional** [grifo nosso]” (Diário Oficial, 1988: 12509). Soberania exige autonomia e definições claras sobre o que se quer. “Só com prioridades claras

saberemos evitar tanto o protecionismo fútil como o **aberturismo irresponsável** [grifo nosso]” (Diário Oficial, 1988: 12509). É um texto autoexplicativo, mas vale ressaltar que a parte sobre distribuição de riqueza simplesmente não é explicada, donde é fácil deduzir que será feita pela “mão invisível” do mercado, talvez com alguma ajuda do Estado – embora no texto este pareça destinado mais a organizar e estimular a iniciativa privada.

Os desafios da inflação e da dívida externa: são os problemas principais a enfrentar para se ter desenvolvimento duradouro e sustentável. Auditoria da dívida externa. Contornar o problema da inflação também é decisivo para nosso desenvolvimento. Ela premia os especuladores e castiga a população. “Dificulta o cálculo econômico”. E ambos os assuntos estão interligados. A fórmula tem três frentes: “o reequilíbrio das condições de financiamento do setor público, uma reforma do sistema financeiro acompanhada de políticas monetárias apropriadas, e uma adequada administração dos preços fundamentais da economia” (Diário Oficial, 1988: 12509). Estão aí já as análises sobre o Brasil que, alguns anos depois, Fernando Henrique utilizará como inspiração geral para o Plano Real, embora este tenha sido “detalhado” por tecnocratas.

Reforma do Estado: é preciso combater a ineficiência do aparato estatal. O Brasil tem feito gastos relativamente elevados na área social, mas que não chegam de fato aos que necessitam. É preciso combater o clientelismo, a ociosidade, a duplicação de funções, as distorções salariais, etc. Reforma que deve abranger as empresas públicas, mesmo que continuem estatais. Revisão dos benefícios fiscais. Revisão tributária e fim dos privilégios e sonegações injustificáveis (Diário Oficial, 1988: 12509). Já está implícita no programa a privatização, embora não detalhada, assim como, também, um “choque de capitalismo” (como veremos no capítulo seguinte).

Reforma agrária e política agrícola: com o objetivo de elevar o nível de vida das pessoas do campo, assim como a eficiência da economia rural brasileira (Diário Oficial, 1988: 12509-10).

Reforma do sistema financeiro: para barrar a especulação, principalmente com a dívida governamental, assim como para evitar as instituições públicas ineficientes (Diário Oficial, 1988: 12510).

Preservação dos recursos naturais: compromisso com a manutenção dos recursos que podem garantir agora em o futuro o bem-estar da nossa população,

inclusive pensando nas aglomerações urbanas como meio ambiente (Diário Oficial, 1988: 12510).

Presença ativa no cenário internacional: além dos objetivos históricos de nossas relações exteriores – autonomia, integridade territorial, etc –, precisamos ter um papel mais ativo na integração latino-americana (Diário Oficial, 1988: 12510).

Quanto ao **Estatuto** do partido, a discussão será breve, mas é muito importante para entendermos porque o PSDB pôde fazer certas coisas poucos anos depois de sua fundação, que, aparentemente, contrariavam completamente as linhas programáticas e a visão de mundo inspiradora de sua criação.

Dividido em títulos, capítulos, artigos, parágrafos, etc, como é comum nesses casos, nos interessa aqui apenas, talvez, ressaltar algumas coisas formais e pensar no abismo prático entre o que está escrito e o que se fez desde o início da agremiação.

O Título I (Do Partido, Sede, Objetivos e Dos Filiados) tem alguns capítulos importantes.

O Capítulo II trata Dos Objetivos e Diretrizes Fundamentais do Partido. No art. 2, repete-se, geralmente, o que já vimos no Manifesto e no Programa, mas com algo estranhamente diferente no que diz respeito à relação capital e trabalho: “(...) e a realização do desenvolvimento de forma harmoniosa, **com a prevalência do trabalho sobre o capital** buscando a distribuição equilibrada da riqueza nacional entre todas as regiões e classes sociais” (Diário Oficial, 1988: 12510). Terá sido obra de algum advogado mais à esquerda e menos liberal do que o núcleo central do partido? Talvez, pois nos outros documentos o conteúdo não é este, embora se repise a idéia de alguma justiça social e de alguma distribuição de riquezas da nação.

No art. 3 do mesmo capítulo, tem-se a idéia geral de partido que procuram: democracia interna, disciplina partidária para manter unidade na ação, eleições internas periódicas, apenas uma reeleição permitida para dirigentes, efetiva participação dos filiados, articulação com os movimentos sociais, obrigação das instâncias partidárias realizarem trabalhos regulares (mobilização, formação, etc), reserva de metade dos cargos dos órgãos colegiados para quem não ocupar cargos públicos e decisão por maioria depois de debate livre das questões, respeito ao programa por todos os filiados (incluindo detentores de mandatos) (Diário Oficial, 1988: 12510). Não está dito assim, mas pensavam em um partido de inspiração organizativa de esquerda. Não queriam, pelo menos é o que demonstram nos discursos, como já vimos na seção 4.2 e repete-se

aqui, um partido apenas parlamentar e elitista nas decisões. Tentavam se distanciar do funcionamento do PMDB e, de alguma forma, se aproximar do funcionamento de partidos populares. Nunca conseguiram tal feito, embora que, com o tempo, o funcionamento foi ficando cada vez mais elitista e menos participativo – como veremos à frente.

No Capítulo III, sobre filiação, etc, é interessante notar que existe todo um processo sobre infidelidade partidária – preocupação, em geral, de partidos mais programáticos do que pragmáticos. Previam uma militância parecida com a do PT no que diz respeito às contribuições para sustentar o partido:

“Art.7 – A contribuição financeira mínima e máxima dos filiados será determinada pelo Diretório Nacional, podendo o Diretório Municipal defini-la em caráter simbólico para o filiado de baixa renda. Parágrafo único – Os que exercem funções parlamentares ou governamentais na administração pública com vínculo ao Partido pagarão contribuição financeira obrigatória em percentual sobre a respectiva remuneração fixada pelo Diretório Nacional” (Diário Oficial, 1988: 12510).

Da mesma forma, exigem dos ocupantes de cargos públicos a obrigação de “prestar contas de suas atividades aos diretórios a que pertençam” (Diário Oficial, 1988: 12510).

Os Títulos e os Capítulos seguintes são mais formalidades sobre convenções, escolha de órgãos e candidatos, etc, sem nenhum registro de conteúdo que difira o PSDB dos outros partidos brasileiros da época – que tinham a obrigação de se adaptar à legislação partidária e eleitoral vigente.

O que podemos perguntar é se o partido implantou realmente tais princípios com força e com vontade desde o início? É sabido que não. Foi desde sempre um partido elitista e parlamentar, nunca um partido de militância ou minimamente popular – como pretendia nos documentos oficiais. Mas, ao contrário disso, no que diz respeito à visão de mundo sempre foi bastante coerente com as idéias hegemônicas inscritas em seus documentos originários, embora tais idéias balançassem pendularmente entre dois extremos não tão distantes dentro de um mesmo campo liberal – como veremos na seção seguinte e, também, como prática política, nos capítulos seguintes.

4.4. Qual partido?

As teorias sobre partido e sistemas partidários são em número enorme e nunca conseguiríamos neste pequeno espaço sequer resumir as principais. Por isso, selecionamos alguns conceitos e teorias para fins bem determinados. Queremos apenas caracterizar minimamente o tipo de partido que era o PSDB quando nasceu ou foi criado em julho de 1988. E como foi se transformando nos primeiros anos de existência – assunto do próximo capítulo.

É o que tentaremos fazer nessa seção, que poderia ser organizada de outra forma (mais abstrata), mas preferimos assim para ir “acumulando” reflexões com base em “intuições” com alguma base empírica. Não gostaríamos de pensar essas questões políticas, ideológicas, organizativas, etc, apenas de um ponto de vista conceitual ou teórico. Até porque não acreditamos que tais conceitos e teorias expliquem realmente os casos partidários específicos com a densidade necessária. Na maioria dos estudos nem mesmo a discussão conceitual e teórica é feita com alguma profundidade. São apenas visões superficiais e, não raro, irrelevantes (como, por exemplo, dizer que tal partido é de centro, que tal governo é neoliberal, etc, sem explicar o que se quer dizer com tais “termos” ou “conceitos” e sem mostrar como a trama histórica “comprova” as afirmações).

Refletindo em perspectiva sobre o que analisamos até agora – a obra e a prática de Fernando Henrique (além de muitos do seu entorno) e como o PSDB foi fundado –, poderíamos, resumidamente, **opinar** que nasceu como um partido apenas parlamentar, de base social pequena (nas classes médias), frouxo na organização, posicionado ao centro do sistema partidário da época e com uma visão de mundo liberal (embora se vendo como algum tipo de social-democracia dos trópicos). Nada disso, aliás, é errado, embora **tudo** polêmico por definição. Cada uma dessas caracterizações merece discussão. Tentemos fazê-las combinando alguma reflexão teórica com análises mais concretas sobre o PSDB.

Segundo Anna Oppo, no verbete “partidos políticos” do *Dicionário de Política*, organizado por Bobbio, Matteucci e Pasquino (1992), que já usamos anteriormente para discutir sobre cultura política, ideologia, etc, uma famosa definição sobre partidos é a de Weber (associação que visa um fim deliberado, sejam ideais coletivos ou pessoais – glória para o chefe, retribuições materiais para os membros, etc). Definição tão ampla que abarca qualquer organização política com este nome do século XX. São

organizações da sociedade civil que surgiram em países com governo representativo – embora essa relação não seja automática. São frutos da progressiva ampliação do voto e também da participação. Costumam surgir em momentos de maiores transformações, que “abalam a ordem tradicional da sociedade e ameaçam modificar as relações do poder”, quer dizer, novos grupos ou reordenação dos existentes. Naturalmente, são organizações que variam de época, país e assim por diante (Oppo, 1992: 898-9).

A autora, então, nessa ordem, analisa as seguintes questões: partido dos notáveis, partido de organização de massa, partido eleitoral de massa, transformação do partido de organização de massa e, por fim, função dos partidos. Tal organização expositiva nos parece muito boa e objetiva, embora talvez incompleta em alguns aspectos – por exemplo, a questão da relação do partido com o sistema partidário no qual está inserido, assunto que é objeto de outro verbete no mesmo dicionário e que tentaremos discutir nos capítulos seguintes.

Aqui nos interessa mesmo é caracterizar o que era o PSDB no seu nascimento, pois esta “definição” vai ter consequências dramáticas nos anos seguintes do partido, marcando indelevelmente sua “fortuna”. E, para tal, a exposição da autora nos serve plenamente se completarmos a discussão teórica com outras contribuições e com dados empíricos, trazendo as explicações para a nossa realidade naquele momento tão especial da história brasileira.

Observa Oppo que os partidos de notáveis surgiram no início do século XIX, nos EUA e Europa, quando se batalhava pelas instituições parlamentares e seu poder de fato, embora círculos políticos ingleses (reunindo burgueses ou aristocratas) os tenham precedido, não exatamente como partidos (na acepção moderna). Tais círculos não tinham ligações horizontais ou verticais, exceto as do parlamento. “Era o grupo parlamentar do partido que tinha a função de preparar os programas eleitorais e escolher os líderes do partido, [assim como os] (...) deputados tinham mandato (...) livre”. Estes foram os partidos que prevaleceram no século XIX (Oppo, 1992: 899-900). O PSDB logicamente não é um partido tal como estes, mas lembra algumas de suas características, principalmente a “reunião de notáveis” – no caso, notáveis de outro tipo e estilo de liderança, mas de qualquer jeito “notáveis” na estrutura social e política do Brasil contemporâneo (principalmente no momento da sua criação, o que terá consequências importantes nos primeiros anos do partido).

A autora examina a seguir os partidos como organizações de massa. A industrialização, a emergência dos operários na política e até os partidos socialistas

mudam o quadro anterior – instalando conflito onde só havia, por assim dizer, divergências intraburguesas. “Os partido assumem conotações (...) novas: um séquito de massa, uma organização difusa, (...) um corpo de funcionários pagos (...) e um programa político sistemático”. Estrutura para atuar nos momentos eleitorais, mas também entre eleições. E, na falta dos “notáveis”, tal estrutura tinha que ser mantida por contribuições dos membros. Organização do tipo piramidal – das seções locais aos dirigentes nacionais, sempre com participação ativa, congressos, etc – escolhida por votos dos filiados ou delegados escolhidos pela base (com mandatos imperativos). Uma rede social de apoio, tal como sindicatos, movimentos sociais, gráficas, etc. E também visão crítica do parlamento. Os grandes exemplos de tais partidos são as organizações socialistas (pelo menos na origem), como, por exemplo, o Partido Social-Democrata da Alemanha no seu período inicial (criado em 1875) ou, décadas depois, o Partido Comunista Italiano (na sua fase após a 2ª GG) (Oppo, 1992: 900-1). No Brasil, tais partidos são claramente os de esquerda, entre eles o PT, ainda que este tenha sofrido transformações profundas ao longo de sua trajetória. O PSDB “sonhou” ser um pouco assim nos aspectos organizativos iniciais (idéia principalmente de Franco Montoro e militantes se segunda linha preocupados com possíveis desvios elitistas no futuro), como podemos perceber nas discussões que antecederam a criação do partido e no próprio Estatuto aprovado no nascimento do partido. Mas, na prática, não conseguiu realizar o que parte dos fundadores almejava. Este aspecto também terá consequências e desdobramentos importantes.

Anna Oppo analisa os partidos eleitorais de massa como fruto do alargamento do eleitorado, que atingiu em cheio os partidos operários e também os partidos burgueses – estes, naturalmente, no início, resistindo a se tornarem organizações de massa, pois contavam com todo o aparato estatal-governamental a seu favor. Na Inglaterra, porém, onde o Partido Trabalhista tornou-se opção eleitoral ainda no início do século XX, o Partido Conservador tomou sérias providências para transformar sua organização numa eficiente máquina eleitoral de massa⁵⁶. Na Europa continental, em geral, o processo ocorre depois da Segunda Guerra Mundial, abrangendo partidos de todas as linhas políticas. A diferença com os partidos analisados no parágrafo anterior é que estes

⁵⁶ Para Boudon e Bourricaud (2000: 428), segundo análise de Weber, tal experiência é anterior, pois o Partido Conservador, liderado por Disraeli, implanta, a partir de 1873, ampliação do voto e prepara gradualmente a agremiação para os novos tempos de agregar novas camadas sociais, ainda que mantendo na direção partidária os “notáveis” – digamos assim. Este “modelo” depois teve variantes “socialistas”. Ironia da história.

visam tão-somente resultados eleitorais, embora nem sempre desprezando a relação com a sociedade civil. “Decalcados” dos partidos socialistas em sua organização mais massiva, não buscam uma base social clara e têm plataformas amplas e flexíveis visando agradar a todos ou ao máximo eleitorado. Mais do que debate político de base, sua atividade “principal” é a escolha dos candidatos. “Por essa razão, ganham ainda importância os notáveis, que, (...) [ocupando] posições-chave na sociedade civil, (...) [atraem] grande clientela e [podem] fornecer parte dos meios econômicos necessários para o financiamento da atividade eleitoral”. Recursos que aumentam à medida que ocupam cargos públicos e manipulam posições no Estado. “Finalmente, (...) não existe (...) uma disciplina de partido ou uma ação política unitária”. É comum o partido ter várias faces em momentos e regiões distintas. “Por este conjunto de conotações, o partido eleitoral de massa foi definido também como ‘**partido pega-tudo**’ (*partito pigliatutto*)⁵⁷”. Apesar de ter sido o último tipo a aparecer, domina a cena europeia das últimas décadas [e cada vez mais, poderíamos acrescentar, pois o texto dela é de 1883, edição original da obra]. Mesmo variando historicamente e de países, tais partidos continuam eleitorais de massa e pequenas estrutura de notáveis no comando (Oppa, 1992: 901-2). Este é o modelo **mais próximo** do que foi o PSDB no seu início e, talvez, seja o modelo do partido de uma certa época (1994) em diante. Mais próximo, mas não exatamente o que era o partido inicialmente e durante os primeiros anos, eis aí uma questão realmente decisiva se queremos compreender exatamente o que representou o partido na cena política brasileira.

Segundo Oppa, uma transformação enorme ocorreu com todos os partidos europeus, operários ou burgueses, à medida que, após a Segunda Guerra, as políticas sociais são ampliadas e, logicamente, também o tamanho e a influência da estrutura do Estado. As consequências são um abrandamento da participação da sociedade civil (mais satisfeita com os direitos alcançados) e uma certa estabilização política. Nos partidos, o reflexo mais lógico foi a ênfase que passa a ser dada às questões apenas eleitorais, ficando o proselitismo político entre eleições como algo quase supérfluo. Em contrapartida, cresceu a importância dos funcionários médios e altos do partido, assim como “peritos” em eleições e candidatos por vezes até meio desligados das bases

⁵⁷ São aqueles partidos definidos por Fernando Henrique como “partidos-ônibus” (na versão mais popular e inteligente) ou “partido-*omnibus*” (em uma versão mais pedante e confusa). Aliás, a versão “pega-tudo” também é ótima, ainda melhor talvez do que a versão “partido-ônibus” – embora essa tenha uma idéia mais sofisticada de pessoas que vão “subindo no veículo” e não apenas “pegadas” ao deus dará político e eleitoral. No fundo, varia a língua, mas a idéia parece ser a mesma.

tradicionais dos partidos (Oppo, 1992: 902-3). As análises são interessantes e as mantivemos aqui para dizer que o PSDB quando nasceu era ingenuamente desorganizado e pouco profissional nessas questões “modernas” para os partidos, o que será desastroso do ponto de vista dos resultados eleitorais (ver capítulo seguinte).

Segundo a autora, há uma discussão em curso sobre a função dos partidos no mundo contemporâneo. Duas funções continuam essenciais: função de transmissão do questionamento da política (representando as opiniões e interesses da sociedade) e função de escolha dos candidatos, organização de eleições, etc (tarefas ainda principalmente dos partidos). Como exercem essas funções é o que ainda diferencia as agremiações. Nesses quesitos é que muitas vezes os eleitores vêem diferenças de conteúdo e até de estilo nos partidos e suas lideranças. Questão que lembra a “lei de ferro da oligarquização” de Michels, pois continuamos tendo “notáveis”, “cúpulas”, “lideranças”, “círculos fechados”, etc. Mas a “lei” de Michels, além de não ser generalizável (e foi por isso muito criticada), não capta as variações enormes entre partidos, países e épocas (Oppo, 1992: 903-5).

Conclui a autora de forma brilhante e sugestiva:

“(…) podemos afirmar que se o fenômeno ‘partido’ como configuração organizativa e como conjunto de funções por ele desenvolvidas mostra, em termos gerais, uma tipicidade própria, **do ponto de vista concreto e analítico** [grifo nosso] se apresenta de modo muito diferente pelo que, para captar sua especificidade e a relevância atual num dado sistema político, **é necessário vê-lo inserido na estrutura econômico-social e política de um determinado país, num bem definido momento histórico** [grifo nosso]” (Oppo, 1992: 905).

Agora, depois de exposta em linhas gerais algumas teorias e conceitos sobre os partidos como organização e estabelecemos relações mínimas entre elas e o PSDB, podemos tentar um **complemento explicativo** mais próximo às sugestões da autora na sua conclusão.

Começemos pela questão de ele ser um “partido parlamentar”. É verdade? Sim. Mas dizer isso não explica tudo. Se pensarmos nos principais parlamentares que o fundaram (núcleo paulista, Afonso Arinos, José Richa, Pimenta da Veiga, etc), veremos que suas pretensões vão além da lógica parlamentar tradicional. Não almejavam mais espaço parlamentar, pois já o tinham perdido no processo constituinte para os conservadores do PMDB e de outros partidos. Queriam algo muito maior: o comando

do país. E não queriam o poder apenas para ter o poder simplesmente, mas para implantar um **projeto político** e resgatar o país de uma de suas maiores crises, em um **momento histórico de refundação**, às vésperas da aprovação da nova Constituição e um ano antes de uma **eleição presidencial histórica** depois de trinta anos de arbítrio. Tudo isso não tira do partido sua origem de fato parlamentar, que terá não poucas consequências posteriormente, mas qualifica melhor qual era a **motivação** para criar o novo partido, em um momento de grande desarranjo do sistema partidário com “vazios políticos e ideológicos”. A “aventura” de um novo partido, nessas condições, tinha um “preço relativamente baixo” e “expectativas relativamente altas” em todos os sentidos.

Uma outra verdade sobre o partido é que ele reunia algumas lideranças tão fortes eleitoralmente e/ou tão prestigiadas politicamente, assim como uma espécie de “segundo time” de apoiadores intelectuais também prestigiados socialmente, que podemos dizer, para além de qualquer dúvida, que era um “partido de notáveis” – se não exatamente na velha acepção (usada por Oppo), pelo menos no sentido mais contemporâneo de “elites”. Suas principais lideranças tinham história pessoal e grande respeito público. Formaram um “núcleo central” reconhecível como honesto, criativo e bem intencionado. Não eram parlamentares quaisquer num parlamento onde “é dando que se recebe” (na frase famosa de Roberto Cardoso Alves). Pelo contrário, tornaram-se logo uma das mais prestigiadas direções partidárias no “mercado político” daqueles tempos desafiadores e incertos – ainda de transição democrática se completando.

Estas duas “lógicas” acima se completam e se contradizem, de certa forma, na organização inicial do partido. Os “notáveis” chamaram a si as responsabilidades maiores e mais públicas de produzir os documentos partidários, definir os rumos do partido e dizerem que estavam na disputa para dirigir o país – em concorrência com outras forças políticas já estabelecidas. Seus dirigentes e grupos nos estados e municípios, ao contrário, se viram diante das tarefas mais organizativas e mais práticas de quem funda um partido novo em país tão grande.

Instalou-se, então, apesar dos documentos partidários dizerem o contrário, uma organização de tipo piramidal, mas absolutamente frouxa no que diz respeito à disciplina interna. Tentou ser uma “cópia organizativa” do PT (ver Estatuto, etc), com quadros, militância, etc, mas não conseguiu de jeito nenhum. Virou uma “estrutura tradicional” do tipo “política dos governadores” (a cúpula paulista “manda”, mas sem entrar de fato nas disputas “estaduais” e “municipais” – exceto as muito importantes –, pois tinha que “garantir” o poder dos seus “líderes estaduais e municipais”). Não foi

algo proposital. Foram arrastados para tal funcionamento pelos fatos (pouco tempo para muitas medidas burocráticas e organizativas), mas também pela “vocação” parlamentar e de políticos profissionais de seus membros – já que a base social de classe média era pequena e sem experiência partidária (como se viu ao longo de toda a história do partido).

Uma outra questão fundamental   que o partido não obteve apoio inicial grande de prefeitos e só conseguiu um governador (Tasso Jereissati do Ceará) no ano seguinte. Quer dizer, foi um partido que, no começo, contava com poucos recursos estatais e também sociais – porque a burguesia, mesmo a de São Paulo, ainda que olhando o novo partido com certa simpatia, posicionou-se com reservas, assim como, também, a média em geral, embora a de São Paulo tenha sempre dado muito espaço   agremia o desde o início, afinal a compunham senadores e um ex-governo do estado. Não foi uma vida fácil do ponto de vista material, apesar de toda a experiência dos seus “notáveis”.

Sua estrutura organizativa inicial de fato era frouxa e sem instâncias de veto, como dizem alguns analistas (principalmente Roma, 2002). Mas essa assertiva também merece discussão, principalmente se a ligamos a uma outra questão decisiva nos partidos em geral e no PSDB dos primeiros anos em particular. Não tinha instâncias de veto formais, mas as tinha na prática – e foram usadas em momentos decisivos, que mudaram para sempre a “sorte” da agremia o.

Como fazer tal reflexão resumidamente? Pensando que o partido – como já vimos parcialmente neste capítulo – foi composto de notáveis, mas também de parlamentares e lideranças fortes em certos estados e municípios. Tanto uns como outros não pensavam exatamente igual sobre a política, sobre o país e sobre coisas práticas (organiza o partidária, elei es, cargos, etc). Tinham visões de mundo que puderam se agrupar naquele momento por razões pragmáticas (Roma, 2002) e também “ideológicas” (vontade de reformar o país, como está exposto no Programa). Mas tais “idéias” e “práticas” variavam de conteúdo e experiência histórica na política concreta do país.

Basta passar os olhos na lista das quatro dezenas de parlamentares fundadores para vermos que têm desde jovens deputados com origem nas próprias lutas recentes pela democracia (Fábio Feldman, Pimenta da Veiga, Geraldo Alckmim, Octávio Elísio, Renan Calheiros, Ronaldo Cezar Coelho, Ziza Valadares, etc) até lideranças que representavam décadas de lutas populares e reformistas (tais como Franco Montoro,

Mário Covas, Afonso Arinos, José Richa, Fernando Henrique, José Serra, Célio de Castro, etc).

Eis aí o que estamos querendo dizer: instâncias formais de veto não existiam, mas existiam lideranças fortes que poderiam usar seu prestígio político e moral para **vetar decisões** ou **impor decisões**. E o fizeram, como veremos no próximo capítulo, decidindo os destinos do partido em momentos cruciais – principalmente entre 1988 e 1994, mas também durante os governos de Fernando Henrique (por exemplo, a questão da aprovação da reeleição, com obstinada oposição de Mário Covas). Mas tais lideranças não agiam politicamente isoladas ou de forma unilateral. Ao contrário, representavam opiniões de parcelas e/ou alas do partido. Então, nesse jogo complexo de discussão política, a frouxidão organizativa não significava, pelo menos até 1994, uma liberdade absoluta dos dirigentes, como parece pensar Roma (2002).

Esta reflexão sugere uma outra igualmente importante para qualificar o PSDB. Está dito nos documentos de fundação que é um partido que reúne lideranças de diferentes visões de mundo ou subculturas – no sentido já explicado no capítulo 1. Quais? Liberais progressistas, democrata-cristãos, social-democratas e socialistas democráticos – para citar as que recorrentemente são mencionadas pelas lideranças nos seus discursos e entrevistas.

Não são palavras ou expressões políticas usadas aleatoriamente. Muito pelo contrário. De fato, Franco Montoro e José Richa, por exemplo, eram do Partido Democrata-Cristão antes de 1964. Alguns ex-pefelistas ou ex-peemedebistas menos radicais podiam ser incluídos como liberais progressistas. Fernando Henrique, Bresser Pereira, Hélio Jaguaribe, José Serra e outros tinham não só claras ligações, mas produção intelectual defendendo uma certa versão da social-democracia – já naquela época uma “social-democracia” liberal (Jaguaribe, 1989; Cardoso, 1990-a e 1990-b; Bresser Pereira, Maravall e Przeworski, 1996). Tinham fundadores realmente socialistas democráticos, tais como Célio de Castro e Cristina Tavares, geralmente ligados ao já citado MUP. E, por fim, a figura ímpar de Mário Covas: ex-deputado cassado, ex-prefeito de São Paulo, presidente do partido, seu primeiro candidato a presidente da república, duas vezes governador de São Paulo e, além disso, um certo contraponto “estatista”, “anacrônico” e até “ético” a FHC e setores mais liberal-pragmáticos do partido.

É preciso dizer também que, além dos “lockeanos” de São Paulo, o partido, apesar de mais fraco em outros estados do país, contava com forças políticas regionais

“hegelianas” (principalmente) e até “lockeanas” (em alguns estados menos “atrasados”) – nesse jeito erudito, mas algo estranho de Cardoso e outros analisarem nosso país e suas contradições. São subculturas de base mais geográfica do que ideológica, porém com fortes traços culturais regionais. É importante citar tais agrupamentos aqui, pois os estudos sobre o PSDB parecem se debruçar apenas sobre o que ocorre em São Paulo, mas o país é grande, muito maior do que aquele estado tão importante, mesmo no caso do PSDB – partido tão “paulista”. Não há como “desviar” a tese para aprofundar essa questão, mas algumas considerações devem ser feitas. O PSDB desde o início tem núcleos fortes em Minas Gerais e no Ceará (embora não na fundação). Em Minas, com Pimenta da Veiga, Azeredo, Aécio, etc, formando uma espécie de “tancredismo tucano” (ou um “PSD tucano”), mais tradicional do que exatamente liberal, embora, com o tempo, assumindo idéias desse liberalismo hegemônico de forma algo crítica. No Ceará, Tasso e Ciro Gomes (que lhe sucedeu) combateram os coronéis da “velha política” e criaram um pólo “liberal nordestino”, modernizando estruturas do estado e inovando em políticas públicas. Assim como também núcleos expressivos no Paraná (José Richa, que, ironicamente, naquela época se opunha ferozmente ao governador peemedebista Álvaro Dias) e em Alagoas (Teotônio Filho, Renan e outros). No Paraná, até hoje, os herdeiros de Richa, um ex-democrata-cristão, principalmente seu filho, um prefeito campeão de votos, aliados com os antigos desafetos (Álvaro Dias à frente), mas sempre às turras, o núcleo peemedebista é fortíssimo. Em Alagoas também é forte, mas, infelizmente, sempre como uma espécie de “liberal-coronelismo”. Todos estes foram núcleos regionais de expressão. Depois, com os anos, formaram-se, principalmente a partir das eleições de 1994, como veremos no capítulo seguinte, outros núcleos fortíssimos do partido no Pará, em Goiás, Mato Grosso, Paraíba, etc. Quer dizer, o PSDB continuou muito “paulista”, mas conseguiu ser parcialmente nacional não apenas na sua vocação para o poder (sempre com candidatos e projetos nesse plano), mas também com uma certa organização “frouxa” (continua não primando pela disciplina interna ou participação ativa de suas seções, ou seja, extremamente “cupulista”).

Assim como inicialmente se viam agrupados por um denominador comum: ser um partido de centro-esquerda. Nunca se denominaram e nem aceitavam sem reagir a denominação de “centro” ou “centro-direita” – como atualmente são denominados, às vezes apressadamente. Fincavam pé na autoimagem e localização no sistema partidário da época como centro-esquerda e, não raro, como “nova esquerda”, “esquerda renovada”, etc. Sempre em oposição e em relação à “esquerda retrógrada e populista”

(PT, PDT, etc), ao “conservadorismo” liberal e outros (PFL, parte fisiológica do PMDB, etc) e ao “centro” (PMDB do Ulysses, para resumir) do sistema partidário **daquele momento histórico** (como defende Anna Oppo para adensar as análises).

A visão de mundo, porém, já era hegemonicamente liberal e sua base principal era a produção intelectual de Fernando Henrique Cardoso, que vimos já em outros capítulos, ainda que apenas resumidamente e apenas até o período de criação do PSDB. Poderíamos completar essa seção introduzindo a discussão de suas obras sobre social-democracia (de 1990) e outras (dos anos seguintes), mas perderíamos o sentido cronológico da argumentação dessa segunda parte. Por isso, tais reflexões serão feitas em seções dos capítulos seguintes, para embasar discussões sobre questões concretas, tais como o Plano Real e o sentido geral dos dois mandatos presidenciais de Fernando Henrique.

Capítulo 5 – Caminhos e atalhos para o poder⁵⁸

A idéia central da tese é que há uma relação forte entre visão de mundo (das pessoas e também dos partidos) e cultura política (entendida em sentido amplo) com ação política (não necessariamente partidária como vimos sobre a atuação de Cardoso durante quase vinte anos de “academia”).

Tal relação, porém, fica muito mais clara quando pensamos nos partidos políticos, no sistema partidário e nas disputas eleitorais – sempre criadoras de expectativas e esperanças, portanto o “alimento principal” da ação mais prática. É também nesse desenrolar da trama histórica que podemos captar com mais precisão e riqueza de detalhes aquilo que às vezes apenas intuímos conceitualmente ou analisamos de forma algo abstrata – descobrindo, não raro, equívocos nas teorias e análises.

No entanto, é quase impossível “reconstruir” a história tal e qual ela ocorreu. O que podemos é, utilizando teorias e análises de forma crítica, realizar uma espécie de “checagem empírica” da profundidade, amplitude e exatidão das explicações de outros analistas e das nossas próprias explicações. É um diálogo sem fim entre explicações concorrentes e/ou complementares, dentro das limitações metodológicas das ciências sociais em geral e das limitações metodológicas da ciência política muito particularmente.

Pensando nessas reflexões acima, este Capítulo 5 da tese é absolutamente decisivo, pois, mais do que em outros capítulos, tratará de um período especialíssimo da trajetória do PSDB, quando o partido se viu diante de opções díspares e desafiantes, que poderiam ter levado a agremiação para um papel político irrelevante ou, como acabou acontecendo, para o centro do poder político da nação e do próprio sistema partidário do país. Mais até do que a “aventura” de criar um novo partido ou mesmo ter que suportar uma grande derrota eleitoral (como aconteceu em 2002, depois de ter se acostumado às vitórias eleitorais sucessivas), os maiores riscos e as decisões mais espinhosas e definitivas na vida do PSDB ocorreram nos seus primeiros anos de existência – entre 1988 e 1994.

⁵⁸ Título inspirado em uma publicação reunindo discursos e ações do então Deputado Federal Tarcísio Delgado (MDB-MG), nos anos 70. A obra tinha outra intenção com tal título, mas é uma metáfora quase perfeita para sintetizar os dilemas e opções da cúpula tucana nos primeiros anos do partido, embora a palavra “atalho” aqui, diferente da publicação de Delgado, não tenha absolutamente nenhuma conotação pejorativa por definição.

Foi nesse período que dilemas práticos “testaram”, por assim dizer, com mais intensidade a capacidade política de suas principais lideranças, a força da sua estrutura organizativa “frouxa” e a clareza da sua visão de mundo para “entender” o país, “compor” com outras forças políticas e “disputar” eleitoralmente o apoio da população. Não é um período da vida do PSDB fácil de ser resumido e explicado. Pelo contrário. É um período curto e complicadíssimo, além de pouco (ou nada) estudado.

As explicações sobre o partido costumam centrar-se nas razões para sua fundação (como em Roma, 2002) e nos motivos que o levaram a aliar-se com o PFL e outras forças conservadoras nas eleições de 1994 (como veremos à frente). Estudam a agremiação explicando as “pontas” do período, mas deixando de fora o “miolo” da história, que é de difícil entendimento, pois a maioria dos fatos mais importantes aconteceu nos bastidores e nunca veio a público em versões confiáveis.

A tarefa principal desse capítulo, então, é tentar entender e explicar de outra forma, com base em críticas às explicações já tentadas e algumas evidências empíricas complementares que levantamos, porque o partido e suas lideranças seguiram um certo caminho e não outras opções que se lhes apresentaram naquele período tão desafiador, dinâmico e contingente que viveu o país. É uma espécie de “segredo do meu sucesso” do partido, embora nem mesmo suas atuais lideranças dêem muita relevância a ele por razões que vamos também tentar explicar.

Para tal empreitada analítica resolvemos dividir a exposição do capítulo nas seguintes seções: 5.1. Temporalidades e teoria política. 5.2. Derrotas eleitorais e o partido na encruzilhada. 5.3. PSDB no governo Itamar Franco e Plano Real.

5.1. Temporalidades e teoria política

Um enfoque para tentar entender teoricamente a política, os sistemas partidários e os problemas concretos – principalmente do Brasil – é a perspectiva metodológica de Olavo Brasil de Lima Júnior (já mencionada de passagem na apresentação e no capítulo anterior), que pode ser resumida na expressão “racionalidade política contextual”. Por ela, muito podemos compreender sobre o comportamento dos partidos, entre outras instituições constitutivas da democracia. Podemos compreender inclusive, como já observamos, a criação do PSDB em um certo contexto. Podemos compreender, também, e por isso voltaremos às idéias de Lima Jr. no próximo capítulo, boa parte do que seja um partido governando (como nos dois mandatos presidenciais de Fernando Henrique). Quer dizer, sua perspectiva metodológica é mais do que interessante para nos ajudar a analisar contextos de média duração e suas instituições políticas.

O problema que se nos depara neste capítulo, o que ocorreu com o PSDB entre 1988 e 1994, no entanto, dificilmente pode ser entendido de uma forma aprofundada apenas com a perspectiva metodológica de Lima Jr. Esta é a discussão metodológica que queremos fazer aqui para, no fim, quem sabe, apontar uma alternativa complementar que nos possibilite explicar o partido e sua tortuosa trajetória nesse período. E a discussão envolve a questão das temporalidades na política – em sentido amplo, antes de tudo, mas também em sentido bem determinado para analisar o caso concreto do PSDB.

Um dos pensadores clássicos da questão é Fernand Braudel. Longe de nós quereremos fazer profunda discussão sobre suas idéias do assunto. Mas podemos dizer, muito brevemente, que Braudel, em *História e Ciências Sociais* (1982), faz uma enfática defesa da “longa duração” (processos desenvolvidos em séculos) como enfoque metodológico mais adequado para explicar os fenômenos históricos e sociais, embora compreendendo que existam inúmeras questões inscritas nas “conjunturas” ou “média duração” (processos desenvolvidos em algumas décadas), assim como também inscritas nos “episódios” de “curta duração” (meses, anos, a dinâmica cotidiana – se é que podemos nos exprimir assim). Afirmo Braudel a certa altura:

“Mais umas palavras à guisa de conclusão. Lucien Febvre, durante os últimos dez anos da sua vida, repetiu: ‘a história, ciência do passado, ciência do presente’. A história, dialéctica [a obra foi editada em Portugal] da duração, não é, por acaso à sua maneira, a explicação do social em toda a sua realidade e, portanto, também do actual? A sua lição vale neste aspecto

como **precaução contra o acontecimento** [grifo nosso]: **não pensar apenas no tempo breve** [grifo nosso], não acreditar que só os sectores que fazem ruído são os mais autênticos; também há os silenciosos. Mas valerá a pena recordá-lo?” (Braudel, 1982: 37).

Continua a argumentação debatendo sobre história e sociologia, suas especificidades, suas prováveis áreas de aproximação e distanciamento, etc. Tudo formidavelmente interessante e atual. No que diz respeito ao “tempo histórico e social”, inclusive, de alguma forma, nossa tese tenta algo parecido, no sentido de interligar “temporalidades” da cultura política com “temporalidades” da ação política.

Aprofundar tal questão particular nessa seção seria fugir ao nosso “problema” aqui. Nosso objetivo é questionar se devemos ter realmente “precaução contra o acontecimento” e se, às vezes, não devemos exatamente pensar mais no “tempo breve”, embora não só nele.

Para não confundir termos e conceitos, quando usarmos a expressão “conjuntura” não será no sentido de Braudel (“média duração”), mas em outro mais próximo do que ele denomina “curta duração”, embora não necessariamente “acontecimento” – ou “evento” e, ainda, “episódio”, termos que também mobilizaremos na nossa reflexão.

Eli Diniz (1991), em um artigo intitulado “Reflexões sobre análise de conjuntura”, afirma que não há metodologia para análise de conjuntura. Há abordagens e menos rigor, pois não se comprovam hipóteses com tais análises. É um empreendimento intelectual flexível, não sujeito a quadros rígidos de referência, dado forte componente de indeterminação e imponderabilidade das “configurações conjunturais”. Também não são fenômenos que se explicam, como diziam os positivistas, por si mesmos. Há que ter “matrizes teóricas” intermediando a explicação. Isso é que diferencia a análise de conjuntura do cientista social e do jornalista, por exemplo. Interpretação mais do que descrição. O cientista social seleciona e recorta a conjuntura segundo quadros conceituais e tentando interligar com outras temporalidades (tendências). Sua análise capta tendências arraigadas ou renovação de tendências. A eleição de Collor é um exemplo claro que distingue análises científicas (buscando nexos de mais largo alcance) da crônica jornalística (enfatizando o *marketing*). Outro aspecto é selecionar dados para construir a explicação. Não é muito considerado se não tiver dados quantitativos, pois os dados podem estar contaminados pelo observador. Por isso, muitos dizem ser um “campo jornalístico” que “pertenceria ao domínio da opinião e não

do saber”. Há, contudo, larga tradição ensaística que se baseia em tais procedimentos. Todas essas observações podem ser sintetizadas em algumas questões: a) Buscar um certo afastamento das valorações e juízos pessoais. b) Ir além das aparências na análise. c) Tornar o fenômeno inteligível, mas não necessariamente aceitá-lo ou justificá-lo. Muitas coisas no Brasil têm surpreendido os analistas porque não “entenderam” adequadamente o que estava ocorrendo na “conjuntura” (Diniz, 1991: 1-8).

Luiz Eduardo Soares, na mesma publicação do Iuperj sobre o assunto, produziu um artigo (“Algumas reflexões sobre análise de conjuntura política”, 1991) que tem algumas sugestões que valem registro. Pergunta-se: o que é conjuntura? Afirma que não há resposta nas publicações especializadas, como os dicionários de política e sociologia, embora existam nos dicionários da língua portuguesa com sentido “simplificado”. Se a palavra não freqüente a literatura especializada é porque tem importância marginal para a academia. “Conjuntura diz respeito a um recorte sincrônico, cujo conteúdo não estático, é regido por uma dinâmica restrita, isto é, incapaz de gerar alterações que configurem passagens entre momentos significativos, identificados como unidades básicas de referência”. Mas são inteligíveis empiricamente ou simuladas especulativamente. A conjuntura é um primo pobre científico porque “trabalha” com o “acontecimento” – e ciência de verdade “trabalha” com outras durações mais longas. Mas há algo paradoxal, pois a ciência política “aparece” mais quando faz análises de conjunturas, embora os “eventos” sejam tratados, geralmente, como “resíduos” das estruturas. Ela existe, porém, enquanto fizer sentido para interlocutores. É preciso “domesticá-la cognitivamente” para se obter alguma “compreensão”. Nesse sentido, “o pesquisador da conjuntura política deveria, portanto, municiar-se da bateria mais ampla e rica possível de dados empíricos”, assim como, também, de “indicadores relativos aos determinantes estruturais”. Mas ela é, “sobretudo, um produto interpretativo em disputa”. Em síntese: a) Conjunturas são objetos de disputa política entre atores. b) Intersubjetividade, “seja como produção e consumo de informações e símbolos mediados pela mídia ou por outras formas de organização do espaço público”. c) Indeterminação. d) A conjuntura desafia os modelos explicativos. e) O cientista político que se arrisca nessa área acaba, de alguma forma, como “ator”. f) As conjunturas podem ir do extremo acidente (contingências isoladas) até relações mais com as estruturas “interpretativamente mediadas” (Soares, 1991: 1-17).

Luiz Werneck Vianna também participou desse esforço do Iuperj em pensar a conjuntura através de um longo artigo (“Ator, tempo e processos de longa duração em

análises de conjuntura”, 1991) do qual selecionamos resumir as reflexões da parte final por serem mais diretamente relacionadas ao nosso “problema”. É a parte em que ele analisa o mundo atual. Depois de analisar os clássicos do pensamento macrossocial – principalmente Maquiavel, Tocqueville, Marx, Lênin e Gramsci, entre outros (nos quais vê a “conjuntura” quase como “longa duração”)–, afirma que as ciências sociais, dos anos 60 em diante, têm dado mais ênfase nos microprocessos e microsujeitos, mudando as “temporalidades” e os “atores” – autoreferidos, narcísicos, etc – para o “mundo vivido” (idéias com origem em Weber e aprofundadas pela Escola de Frankfurt e Habermas, entre outros). Trabalho não é mais categoria central (como em Clauss Offe). Outros atores estão na arena, como dizem Habermas e Touraine. Nestas sociedades pós-industriais (ou globalizadas), até os ditos neomarxistas aderiram a estas idéias. É o fim das utopias. Todos são, no máximo, reformistas. Tudo é “mundo vivido” no “tempo curto”. A “longa duração” é vista de três perspectivas diferentes: **“desencantamento do mundo”** (sujeitos plurais – feminismo, ecologia, etc – tentando devolver a utopia a uma realidade burocratizada e alienada, mas com um tempo “não escasso”), **“fim da história”** (sujeito determinado pela tecnologia, só existe política em países “anacrônicos” e conjuntura é jogo econômico) e **“democratização”** (sujeitos descentrados de movimentos sociais particulares, mas portadores de direitos, enfeixando em si as contradições sociais do mundo). Afirma que os analistas tornaram-se “atores” de novo tipo sobre as “conjunturas” analisadas – publicando coisas “desinteressadas” (não destinadas a atores específicos) –, com duas repercussões possíveis: a) Analista como “ator” instrumento da socialização da política. b) Analista sem paixão, como “ator” pretensamente “neutro”, mas “servindo” a “um, sem o ônus de ter de reconhecer isto, ou à generalidade dos atores”. Conclui, no entanto, dizendo que esta “nova ordem mundial” só acabou como “problema” nas visões abstratas das ciências sociais “globalizadas”, pois estão todos aí, como antes, a exigir análises – de conjuntura, mas no sentido “anterior”, como macroprocessos (Vianna, 1991: 1-65).

Vem de Chicago, na mesma época, uma contribuição interessantíssima para essa discussão, que tem em Braudel uma referência inescapável e teve nos estudiosos do Iuperj uma contribuição mais do que valiosa: o artigo de William H. Sewell, Jr., “Three temporalities toward a sociology of the event”, de 1990. É uma análise sobre a sociologia histórica, que ele diz ser adequada a casos isolados e/ou situações com poucos casos, assim como os métodos quantitativos se adaptam melhor quando a população é extensa. Estudar o presente é sempre um grande problema. Na sociologia

histórica têm-se basicamente três perspectivas relacionadas às temporalidades: teleológica, experimental e “eventual” (a do acontecimento, como diz Braudel, ou a da conjuntura, como os autores acima definem, exceto Vianna) – a qual vê o curso da história como determinado por uma sucessão de eventos grandemente contingentes. A que nos interessa principalmente é esta última, mas vejamos como o autor analisa as duas primeiras de forma muito crítica no que diz respeito ao tratamento dos eventos e redes de eventos. A **temporalidade teleológica** vê os eventos como reflexo das macroestruturas, tais como os clássicos (Marx, Durkheim e Tonnies). Explicam os eventos presentes muitas vezes pelos resultados futuros ou passados – moderno é o futuro no presente e tradicional o passado no presente. Têm versões contemporâneas, como as de Wallerstein e Tilly. Aquele explica os eventos como reflexo do sistema-mundo, mas que, por sua vez, é explicado por “coisas menores” numa analogia com a astronomia (exemplo: a “periferia” é explicada pelo “lugar” que ocupa no sistema-mundo e ponto final). O “big-bang” do sistema-mundo foram os grandes descobrimentos e a emergência do capitalismo. A crítica lógica é que tais eventos poderiam ou não ter resultado no capitalismo como o conhecemos (discussão, aliás, muito bem feita por Tilly em uma de suas obras⁵⁹), pois os seres humanos e sua história, definitivamente, não são “teleológicos”. Tilly, que também trabalha com macroprocessos, segundo o autor, estudando cidades européias erra por querer impor uma lógica da ação de inspiração urbana a comunidades rurais. Ser urbano é uma visão teleológica na sua explicação, que, como Wallerstein, tem qualidades na capacidade de generalizar conclusões, embora falhando em vários aspectos teóricos, principalmente por não ver a “cadeia de eventos” dos fenômenos estudados. Em trabalhos posteriores, diz Sewell, Jr., melhorou a visão das “redes de eventos”, mas continuou teleológico. A **temporalidade experimental** tem como melhor exemplo o estudo sobre revoluções feito por Theda Skocpol com base principal comparativa em três casos (revoluções Francesa, Russa e Chinesa), mas usando outros quatro casos históricos do passado para ancorar conclusões. O autor resume como Skocpol “organizou” seu método experimental para explicar as revoluções e conclui que ela não conhece história européia (vide casos da Alemanha e Inglaterra na sua análise), assim como, na seqüência explicativa faltam casos comprobatórios. Enfim, sua perspectiva experimental pode ser interessante, mas o argumento metodológico é falso e os resultados analíticos

⁵⁹ Tilly, Charles. **Coerção, Capital e Estados Europeus**. São Paulo: Edusp, 1996.

desastrosos. Por trás disso está a incompreensão, entre outras coisas, dos eventos e redes de eventos – ou seja, a história tradicional torcida nas suas sequências. Ela tem que evitar a discussão de certos eventos, caso contrário “quebra” sua teoria. Também não explica as redes de eventos que ligariam as várias revoluções estudadas. Assim, não consegue controlar todas as variáveis. Marc Bloch, por exemplo, é ponderado e ótimo, ao contrário de Skocpol, presunçosa e fraca. Tilly e Wallerstein, ao contrário, são bons narradores de eventos, embora maus teóricos. Mas alguma contribuição à narrativa dos eventos ela acaba dando, pois sua perspectiva é inovadora, diferente das visões dos sociólogos e historiadores em geral, talvez a maior recompensa da obra dela. Já a **temporalidade dos eventos** (traduzindo *evenemential* assim e não, por exemplo, por acontecimentos ou por curta duração, para ficar mais próximo da expressão inglesa) tem por base, segundo o autor, as sequências de acontecimentos, as escolhas feitas e as relações de dependência que podemos estabelecer nessas decisões. Isto quer dizer que os eventos podem e mudam mesmo as leis causais ao longo do tempo. Eventos mudam culturas e causalidades sociais. Pode existir alguma “teleologia” temporária, tipo “*path dependence*”, mas não generalizadamente (como em Marx). Há visões distintas como estas duas perspectivas vêem as contingências da história. A temporalidade dos eventos vê a história “aberta”, assim como vê certos eventos como marcantes e geradores de sequências, embora em geral estejam mais dentro de regularidades. O risco é o dos historiadores, mergulhados na narrativa, mas com dificuldades para fazer teorias. E o autor cita casos, entre eles, um estudo concreto sobre trabalhadores das docas dos Estados Unidos nas duas costas. Exemplo importante, pois um caso, dado a sequência de eventos e outras causas, resulta em uma grande greve em 1934, que marca toda a história da luta dos trabalhadores dos EUA. São eventos ou “redes de eventos” que geram “sequências” e “mudam a história” – às vezes, não apenas a de “curta duração”. Este exemplo demonstra que os eventos constituem tanto quanto são constituídos. E incorporar tal questão nas análises poder ser uma guinada histórica na metodologia das ciências sociais (Sewell, Jr., 1990: 1-30).

Toda essa exposição teórica sobre temporalidades visa tão-somente dizer que o PSDB entre 1988 e 1994 não pode ser explicado apenas por teorias organizativas de partido, sua inserção no sistema partidário, suas “determinações ideológicas” de longo prazo ou, o que seria pior, um oportunismo “pragmático” (palavra confusa, muito confusa para explicar questões políticas, mas...). O partido (ou sua cúpula dirigente, seria melhor dizer) foi “analista” e “ator” de eventos e conjuntura. Viveu um momento

privilegiado e confuso da nação, mas passou de um partido mediano e derrotado a centro do poder porque “eventos internos do partido” e “eventos externos ao partido”, naquela dada “conjuntura” (nos dois sentidos expostos acima: “tempo presente” e relações com “durações mais longas”), mudaram os rumos do próprio partido, os rumos do país e a “fortuna” do partido (e de suas lideranças). Acontecimentos e redes de acontecimentos geraram “sequências transformadoras”. E só por aí conseguimos entender e/ou dar sentido explicativo aos fatos: como um partido literalmente “na lona eleitoral” (como veremos com fatos dados empíricos, seguindo sugestão de Soares) tornou-se um “campeão de votos” (e centro do poder no país).

Ainda que tendo algumas dúvidas sobre as críticas de Sewell, Jr. sobre os estudiosos analisados e, também, algumas dúvidas sobre a extensão e validade de uma “sociologia dos eventos” para explicar tudo na política, nesse caso particular do PSDB no período em questão parece uma perspectiva metodológica mais do que adequada, se tomarmos as precauções sugeridas pelos outros autores e formos parcimoniosos na aplicação de seu enfoque. Talvez consigamos, assim, entender aquela “realidade política contextual” como uma “conjuntura” no sentido de “rede de eventos” marcantes – senão como o 24 de julho de 1214⁶⁰, pelo menos semelhante às greves de 1934 nos EUA (citada acima) ou a 1978 no Brasil (que é semelhante ou até mais decisiva).

⁶⁰ Duby, Georges. **El domingo de Bouvines** – 24 de julho de 1214. Madrid: Alianza Editorial, 1988. Obra na qual o autor defende a visão de que aquele dia foi o realmente decisivo para a consolidação da emergente monarquia francesa. Será possível tal coisa? Na dúvida, pelo excesso de distância temporal que nos separa daquele evento, preferimos apenas citar a obra, mas não usá-la no argumento metodológico que desenvolvemos, embora seja mais do que sugestivo e “exemplar”.

5.2. Derrotas eleitorais e o PSDB na encruzilhada

A conjuntura (em um sentido mais de curta duração como dizem alguns autores na seção anterior) ou a “rede de eventos” (no sentido de Sewell, Jr.), para serem analisadas, requerem, antes de tudo, identificar um tema (no caso, partidos e ações estratégicas) e identificar os atores estratégicos (no caso, o PSDB e sua trajetória em relação ao sistema político-partidário brasileiro). É preciso também coleta de dados factuais e percepção dos determinantes estruturais. É necessário ainda examinar os atores e seus nexos ou posições relativas, assim como o sentido que estes dão aos recortes temáticos. Identificar as alianças, vitórias ou derrotas momentâneas, alteração das condições nas quais se travam os conflitos e assim por diante, analisando “acontecimentos” e traçando cenários. Não fazendo tal operação analítica, ainda que de forma limitada, o risco de incorrer em visões equívocas é enorme.

Celso Roma, um dos primeiros e até hoje um dos mais sugestivos estudiosos que se debruçaram sobre o tema do PSDB, registra a evolução eleitoral do partido como um desempenho crescente e vitorioso, justificando tal desempenho principalmente pela mudança estratégica sobre alianças (antes mais restritas e a partir de 1994 mais amplas). Explica também que esta mudança está relacionada com as razões pragmáticas de sua criação (que ele diz serem três: espaço restrito dessas lideranças no governo Sarney, exclusão dessas no processo sucessório presidencial e um vazio de propostas tentando obter apoio do eleitorado de centro do mercado político), o tipo de organização partidária (frouxa, sem instâncias de veto), a ideologia liberal do partido (comprovada em uma pesquisa da UNB) e o desempenho governamental (oposição até 1992 e situação do governo Itamar em diante) (Roma, 2002: 92).

Este brevíssimo e empobrecido resumo das idéias do autor, que, ao longo do trabalho, faz enormes contribuições com suas sugestões específicas e idéias mais do que criativas sobre o PSDB – e por isso o estamos tomando como base para discussão –, merece críticas variadas que podem nos indicar um “caminho” com maior precisão metodológica e mais densidade analítica.

Quais críticas?

Primeiro, o fato de apontar razões para fundação do PSDB que são corretas no geral, mas não são contextualizadas de forma detalhada. São afirmações sem comprovação empírica ou mínima discussão histórica. Mesmo concordando parcialmente com suas visões, embora considerando a expressão “razões pragmáticas”

para lá de discutível, ficamos num impasse explicativo entre seus argumentos e os dos autores (Kinzo, Lamounier, etc) que ele critica por apresentarem razões ideológicas para a fundação do partido – que, aliás, incorrem em um erro de outro tipo, centrando a argumentação em São Paulo, como se o resto do país não existisse, além de separarem ideologia de prática política, o que é, geralmente, inaceitável.

No capítulo anterior traçamos um quadro narrativo sobre a fundação do partido e discutimos suas motivações (pragmáticas e ideológicas – no sentido de visão de mundo) que vão além de questões paulistas, embora estas tenham grande importância. O próprio Fernando Henrique, em uma das citações, explica que apenas as questões regionais de São Paulo não podiam mover um projeto de tal magnitude. O que queriam mesmo, num momento tão complexo da vida nacional, era disputar a presidência e implantar uma visão de mundo através do seu projeto partidário, ou seja, algo prático e ideológico – numa combinação difícil de determinar quanto de cada “fator” levou à decisão de criação da agremiação.

Segundo, a ideologia liberal do partido (tese com a qual concordamos) é demonstrada através de vários dados de uma pesquisa do Data UnB realizada para o próprio PSDB em 1997 que trabalha com uma “amostra” (se é que podemos chamar assim) não representativa do partido, como podemos ver na Tabela nº 1 abaixo. Não são números completamente desprezíveis, mas questionáveis. Como aceitar uma série de argumentações inteligentes baseadas em dados tão pouco representativos? Os números acabam nos levando a erros qualitativos, embora dando aquela impressão de que tudo está “estatisticamente comprovado”. Nesse caso, nada está comprovado por tais números e as tabelas com a mesma amostra abundam nesse e em outros artigos do autor (Roma, 2000 e 2003), sem reparos críticos mínimos que deveriam ser feitos. No ano da pesquisa (ver Tabela nº 2, por sinal, muito instrutiva, embora pareça ter uma troca de linhas na montagem: “convenção de 1989” deveria estar antes de “eleição de 1989”), com o PSDB na presidência, ocupando sete governos estaduais, 14 cadeiras no Senado, 97 cadeiras na Câmara dos Deputados, 176 vagas de deputados estaduais, 924 prefeituras e 8366 cadeiras de vereadores, como aceitar tal “amostra” usada?

Tabela 1

Distribuição dos filiados eleitos pelo PSDB, por tipo de função exercida, segundo o escopo da mudança na política e na vida em sociedade. Brasil, 1997. (Em porcentagem).

Escopo da mudança na política e na sociedade	Vereadores	Prefeitos e vice-prefeitos	Outros
É preciso uma mudança revolucionária.	30	27	22
Bastam algumas reformas.	62	61	73
Não precisa mudar, basta esperar resultados.	8	12	5
Total	100 (818)	100 (95)	100 (37)
Medidas para Reforma do Estado			
Privatização de empresas e serviços, fim da estabilidade e redução do número de funcionários públicos.	70	84	69
Desburocratização, descentralização e reciclagem dos funcionários públicos.	88	95	90
Mudanças nas regras da aposentadoria.	67	69	81
Total	100 (818)	100 (95)	100 (37)

Fonte: Fonte: DATA UnB. PSDB – Instituto Teotônio Vilela. (Apud ROMA, 2003, p. 60)

(1) Os números entre parênteses correspondem à frequência absoluta.

(2) O percentual se refere à prioridade considerada alta.

Tabela 2

Evolução da representação política do Partido da Social Democracia Brasileira, por cargo eletivo nas esferas executiva e legislativa, 1988-2000.

Anos	Presidente	Governador	Senador	Deputado Federal	Deputado Estadual	Prefeito	Vereador
Fundação em 1988			8	40			
Municipal 1988			8	40		18	214
Eleição 1989		1	10	60	30	19	222
Convenção 1989		1	10	50	30	18	222
Eleições 1990		1	9	38	67	18	222
Encontro 1991		1	9	41	65	134	1994
Municipal 1992		1	9	41	65	274	3274
Dezembro de 1993		1	9	45	71	290	3383
Eleições de 1994	1	6	11	63	97	290	3383
Agosto de 1995	1	6	13	80	129	387	-
Municipal de 1996	1	6	13	89	129	914	8366
Junho de 1997	1	7	14	97	176	924	8366
Eleições 1998	1	7	16	99	152	-	-
Eleições 2000	1	7	16	99	152	988	8514

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE). PSDB. (Apud ROMA, 2002: 82).

(1) Número de ocupantes de mandatos eletivos eleitos pelo PSDB ou que se filiaram ao partido.

(–) Dado não disponível.

Terceiro, as alianças mais amplas (por opção ideológica, segundo Roma), além de denominadas de centro-direita – o que é no mínimo discutível –, não são contextualizadas, apenas mencionadas. Qual o quadro partidário, a posição relativa dos

partidos nesse quadro, por que uns são de esquerda, outros de centro ou de direita, qual o significado dessas “classificações”, etc? São as perguntas que ficam no ar e empobrecem a análise criativa de Celso Roma sobre o PSDB e sua trajetória, muito especialmente naquele momento dramático do país, que vai da Promulgação da nova Constituição até o Plano Real e eleição de Cardoso em 1994.

O quarto e último aspecto que merece reparo crítico na análise de Celso Roma é o desempenho do partido no governo e suas consequências eleitorais. Padece das mesmas insuficiências anteriores, mas de uma forma um pouco diferente. Ele até começa uma discussão para contextualizar a questão e apresenta dados sobre a participação do PSDB nos vários governos federais desde a gestão de José Sarney. A fragilidade analítica aqui é que a discussão praticamente só é apresentada, mas de forma alguma aprofundada ou, pelo menos, problematizada em seus aspectos minimamente esclarecedores. Como era o desempenho eleitoral e político do partido na oposição? Como mudou o seu desempenho depois que ele entrou no governo Itamar? E quando o próprio partido foi ao centro do poder, como foi o desempenho político e eleitoral? Não basta apresentar alguns dados e algumas tabelas, ainda que ótimas. É preciso “abordagem crítica” (como dizem Boudon e Bourricaud, 2000: 336) dos dados pesquisados – o que existe de forma insuficiente no artigo de Celso Roma, embora sobre, não custa repetir, sugestões e idéias extremamente criativas sobre o PSDB, o que também ocorre em outras obras do autor sobre o partido.

A crítica aos argumentos de Celso Roma aqui têm o sentido de colocar o **desafio** de explicar seus acertos de julgamento (vários) e seus equívocos (alguns poucos) através de uma abordagem crítica alternativa – examinada em seus aspectos teórico-metodológicos na seção anterior e resumidamente no primeiro parágrafo dessa seção. É o que tentaremos realizar daqui para frente nesta seção e nas seguintes, analisando resultados eleitorais e comportamentos políticos do PSDB e de suas lideranças entre 1988 e 1994.

A “rede de eventos” que vai decidir os destinos do partido e do próprio país começa a se delinear ainda em 1988, ano da criação do partido em julho e da Promulgação da Constituição em outubro, assim como das **eleições municipais de 1988**.

O PSDB ainda não tinha conseguido se organizar nos municípios de uma forma ampla, mas dedicou-se a disputas em cidades e capitais importantes. Por isso, como vemos na Tabela 2, elegeu apenas 18 prefeitos e 214 vereadores naquele pleito,

incluindo uma única vitória em capital de estado, Belo Horizonte, com a chapa Pimenta da Veiga e Eduardo Azeredo (futuro governador, eleito em 1994), fundador e membro da executiva nacional do partido.

O fato mais marcante, porém, foi a derrota fragorosa em São Paulo, com a candidatura de José Serra, que amargou um 4º lugar com apenas 5,59% dos votos, quase empatado com o 5º colocado, João Mellão, que obteve 5,39% dos votos. A ganhadora foi a petista Luiza Erundina com 29,84% dos votos, seguida por Paulo Maluf que ficou com 24,45% e João Leiva com 14,17%.

O candidato tucano organizou a campanha principalmente atacando João Leiva, do PMDB, utilizando, para isso, a bandeira da ética contra o ex-secretário do governo Quéricia. A estratégia não funcionou. Erundina, correndo por fora, empatou com Leiva e Maluf faltando uma semana para as eleições, enquanto Serra continuava estagnado com uma preferência abaixo de dois dígitos. Nesta época ocorreu o massacre de trabalhadores da CSN que estavam em greve, o que parece ter selado definitivamente a vitória da petista.

A eleição de 1988 não teria importância nacional tão grande se não fosse a vitória da petista, que inflou a candidatura de Lula a presidente, além de colocar o novo partido, o PSDB, justo no estado com maior peso de suas lideranças, diante de uma primeira derrota em disputa eleitoral importante com resultado tão magro e desanimador.

A “rede de eventos” começa cronologicamente em 1988, mas seu primeiro grande momento gerador de uma enorme “sequências de outros eventos”, na verdade, são **as eleições presidenciais de 1989**. Decisões fundamentais para o partido, direta ou indiretamente, ocorreram nestas eleições, tais como a vitória de Fernando Collor para presidente, o fato que se tornou importantíssimo de seu vice-presidente ser o mineiro Itamar Franco, as votações fraquíssimas de Ulysses Guimarães (PMDB) e Aureliano Chaves (PFL), a derrota de Mário Covas no 1º turno, as indecisões do partido sobre apoio a Lula no 2º turno, as bancadas legislativas fragmentadas que se tornaram obstáculos à governabilidade e outros eventos que acabaram por confluir em uma das maiores crises políticas do Brasil republicano – o impedimento do Presidente Collor. Contudo, talvez seja mais adequado analisar tudo isso com mais vagar e mais detalhes.

Desde a sua fundação, o grande alvo do PSDB era a eleição de 1989, que consagraria a melhor direção para o país na opinião popular, depois de três décadas sem eleições presidenciais diretas, ou seja, um momento único, simbolicamente mágico, o

coroamento de um longo e tortuoso processo de democratização que havia custado “sangue, suor e lágrimas” à nação.

Não mirou tal objetivo por razões pragmáticas⁶¹ apenas. Nem unicamente por razões ideológicas. São razões que combinam ambas as coisas, como também já vimos no capítulo anterior, sintetizadas melhor pela expressão “razões políticas” – que interliga de forma complexa, geralmente, “cálculos” sobre meios (pragmáticos – por que não? –, pois política é ação) e fins (ideológicos sempre, no sentido de visão de mundo, exceto para uma certa escória política e partidária que só pensa em roubar o dinheiro público, pois política é também quase sempre sinônimo de “idéias”, “valores”, “crenças” e “programas”).

O que o partido buscava naquele quadrante da vida brasileira é disputar com outras lideranças e forças políticas, depois de tanta postergação autoritária, a direção geral do processo através da eleição do seu candidato presidencial Mário Covas. O objetivo, logicamente, era o poder maior da nação para, escorados em uma leitura da realidade que consideravam a melhor entre tantas oferecidas, administrar o país segundo seu programa de mudanças já estabelecido na fundação do partido no ano anterior. Poderiam assim realizar aquilo que tanto almejavam – sem conseguir – em momentos passados e em outras forças políticas – principalmente o MDB e seu sucessor, o PMDB.

Não há nada de errado com tal objetivo por parte de um partido. As instituições partidárias são criadas exatamente para tentar realizar os objetivos, metas e fins coletivos, grupais ou setoriais e até individuais de seus idealizadores e organizadores – como podemos ler já em Weber (1967: 97-153 e 227-8) ou Michels (1982), além de em um número grande de autores mais contemporâneos (Duverger, Sartori, Panebianco e tantos outros).

Se quisermos entender melhor o PSDB e seu papel na cena contemporânea brasileira, o que vale uma boa discussão é verificar como fizeram isso na prática e que resultado exatamente alcançaram com sua tentativa.

No ano anterior tinham sofrido grande derrota em São Paulo. Apesar dessa questão decisiva – uma experiência inicial fracassada no maior estado da nação –,

⁶¹ Há uma aparente confusão no artigo citado de Celso Roma, assim como em outras obras de análise política do Brasil contemporâneo, pois utilizam o adjetivo “pragmático” como antônimo de “ideológico”, o que, conceitual e filosoficamente, não é exatamente a verdade. O pragmatismo, corrente filosófica do século XIX com repercussões em um neopragmatismo no século XX, defende “valores” do tipo “realistas”, não necessariamente “razões práticas” do tipo quase “político-materiais” (espaços de poder, cargos, prestígio, etc). É, nesse sentido, uma “ideologia” como outras, no sentido de um jeito de ver o mundo e as coisas do mundo. Porém, ficar discutindo isso aqui fugiria ao nosso objetivo.

principalmente para um partido nascido parlamentar, ou seja, com lideranças treinadas em vitórias eleitorais e sabedoras das consequências de derrotas como aquela, os estudiosos do partido nem mesmo citam tal questão nas obras acadêmicas disponíveis.

Aliás, uma outra derrota, esta de Fernando Henrique Cardoso para Jânio Quadros, em 1985, também para a prefeitura de São Paulo, ainda antes da criação do partido, deixou marcas profundas (ver Cardoso, 2006: 15⁶²) nas futuras lideranças tucanas – atenuadas de alguma forma pela vitória dupla para o senado, em 1986, em São Paulo, com Covas em primeiro lugar e Cardoso lhe secundando.

As derrotas acima – principalmente as de 1988 – tiveram consequências políticas e eleitorais, internas e externas ao partido. O PSDB estava, por assim dizer, com problemas para se construir como alternativa no “mercado político” de 1989 – uma “balbúrdia” eleitoral e política, visto que ninguém tinha experiência acumulada em processos de eleição presidencial direta e estas, ainda por cima, seriam eleições “solteiras” (só para aquele cargo máximo da nação).

Em tão pouco tempo já tinham perdido parte do seu encanto inicial e estavam um pouco perdidos sobre estratégia adotar. Enquanto isso, seus adversários diretos no “campo progressista” (o PSDB disputava exatamente o eleitorado que ia do centro à esquerda) comemoravam avanços eleitorais significativos em 1988, principalmente PT (além de São Paulo, vitorioso em Porto Alegre) e PDT (a partir do Rio de Janeiro).

A escolha de Mário Covas como candidato foi natural e atraiu apoios importantes Brasil afora, apesar dos impasses e dilemas da candidatura. O governador do Ceará Tasso Jeiresati foi uma das principais aquisições do partido, logo se tornando liderança de proa e grande articulador, inclusive da candidatura de Mário Covas, mas, como podemos ver na Tabela 2, cerca de 20 deputados federais também aderiram ao projeto da candidatura, embora esta nunca tenha alcançado mais do que uns 10% nas pesquisas durante todo o processo.

A candidatura de Mário Covas até entrou nos “cálculos” da grande mídia e da mais alta burguesia como opção, diante do quadro cada vez mais confuso do processo eleitoral, mas foram parcelas minoritárias dessas “forças políticas” (se é que podemos dizer assim) que acabaram mesmo apoiando de alguma forma prática ou destacando de

⁶² “Mais tarde, em 1985, já senador, amarguei a derrota ao disputar a Prefeitura da capital contra o ex-presidente Jânio Quadros. Doída no momento, serviu-me, porém, como valioso aprendizado” (Cardoso, 2006: 15). A questão principal é que, além de “doída”, como diz, também, de certa forma, o tirou do páreo em 1989 e o deixou em um certo “limbo” eleitoral – este, sim, como veremos à frente, decisivo para várias atitudes “inesperadas” e principalmente para assumir com grande desassombro a candidatura presidencial em 1994.

fato seu nome – entre eles, com mais ênfase a *Folha de São Paulo*, principalmente na “reta final” do 1º turno.

Eis um caso que demonstra o que estamos falando. Resumido, pois a citação seria extensa demais (embora valha uma leitura no original). Jorge Serpa, figura equívoca dos bastidores da política e dos negócios na época, defendeu o nome de Covas para Roberto Marinho – que queria mesmo era derrotar Lula e Brizola. Marinho desconfiava que Mário Covas fosse “comunista”. Convidou, em junho de 1989, um seu amigo, Jereissati, para discutir o assunto. Serpa e o governador Geraldo Melo o acompanhavam. Jereissati defendeu o nome de Covas como uma alternativa caso Collor não mantivesse a dianteira nas pesquisas. Tasso falou para Marinho que Covas faria um discurso no senado anunciando sua candidatura e que seu programa ficaria mais claro. Marinho disse que, se o discurso o agradasse, teria ampla cobertura nos veículos das Organizações Globo. Serpa, Fernando Henrique e José Serra discutiram o conteúdo do discurso tão decisivo e fizeram anotações. Marinho gostou dos rascunhos que lhe foram mostrados, mas disse a Cardoso pessoalmente que continuava desconfiando de Covas (“comunista” e “com visão cultural restrita”). Jereissati buscou mais apoios na mídia: falou com Roberto Civita (*Veja*). Cardoso conversou com Júlio Mesquita Neto e Ruy Mesquita, de *O Estado de São Paulo* e do *Jornal da Tarde*. “O discurso, lido por Mário Covas no Senado no dia 28 de junho, foi redigido por José Serra”, que criticou veladamente Collor e abertamente Sarney, assim como, ao final, depois de expor várias idéias que agradariam ao mercado e aos empresários, concluiu dizendo que “o Brasil não precisa apenas de um choque fiscal. Precisa, também, de um **choque de capitalismo**⁶³ [grifo nosso], um choque de livre iniciativa, sujeita a riscos e não apenas a prêmios”. A cobertura do discurso foi ampla no *Jornal Nacional* (um minuto e vinte segundos). *O Globo* estampou editorial com elogios a Covas, que também foi entrevistado no *Bom Dia Brasil*. Com o discurso ecoando na mídia, os arrecadadores de fundos da campanha tucana procuraram empresários, como o banqueiro Angelo Calmon de Sá, do Econômico, que se dispuseram a ajudar moderadamente. “Enquanto uma parte do PSDB ia conversar com banqueiros, a ala esquerda do partido rotulava o discurso de

⁶³ O discurso trata de várias questões. Afirma que o programa do partido é social-democrata e o mais adequado para a crise do país – inflação, falta de autoridade do presidente, nepotismo, etc. O mundo está mudando, incluindo China e URSS. Precisamos inserir o país no mundo com autonomia e independência – um nacionalismo moderno. Precisamos de reformas no Estado para atrair investimentos externos e fazer um choque de capitalismo no país. Privatizações de parte das empresas públicas e profissionalização das outras. Prioridades sociais: educação, ecologia, etc. Reformas para garantir governabilidade e democracia (Diário do Congresso Nacional, 29 de junho de 1989: 3205).

Covas de ‘contemporizador’ e ‘direitista’. Sensível às críticas, Covas não usou a expressão ‘choque de capitalismo’ durante meses”. Collor percebeu que era uma jogada de Roberto Marinho, que queria uma alternativa, caso ele se enfraquecesse. Procurou Marinho e o convenceu de que Mário Covas era “esquerdista” e “estatizante”, além de prometer uma série de coisas do seu interesse empresarial e político, dizendo que tinha que ser ele contra a esquerda – e ponto final. Covas oscilou entre 3 e 5% em julho e um pouco mais até outubro. Sua candidatura não decolava, “enquanto a de Collor (...) seguia alta (...), com mais de 40% das preferências eleitorais nas pesquisas do IBOPE”. Roberto Marinho havia aderido completamente a Collor (inclusive negociando apoio de outros órgãos da mídia), apesar do seu filho João Roberto Marinho ponderar sobre os riscos daquela opção (Conti, 1999: 165-8).

Ainda que a narrativa de Mario Sergio Conti em seu *Notícias do Planalto – a imprensa e Fernando Collor* não seja a exata verdade, mas uma sua versão dos fatos, tudo indica que próxima da “verdade” (entre aspas, pois impossível saber questões de bastidores como essas de forma fidedigna, embora ninguém o tenha contestado na época do lançamento da obra).

A campanha de Mário Covas oscilou pendularmente entre as visões liberais (de Cardoso, de Serra e de Jereissati) e suas próprias convicções mais históricas (ligadas às lembranças nacional-desenvolvimentistas e progressistas) – o que, aliás, será sua marca na atuação partidária até seu fim trágico ocupando o governo de São Paulo, seja nas discussões sobre alianças e adesão a outros governos (principalmente oposição às negociações com Collor), seja sobre como Cardoso conduzia seus próprios governos (por exemplo, oposição firme contra a proposta de reeleição).

O resultado numérico e percentual da eleição não deixa dúvidas sobre a derrota, apesar do crescimento na reta final do 1º turno. Eis os dados, com Mário Covas em 4º lugar, obtendo 10, 78% dos votos totais (votação expressiva, mas uma derrota se pensarmos nas expectativas de suas principais lideranças e planos que tinham para o Brasil).

Tabela 3

Resultados Finais – Brasil (1º Turno).

Colocação	Nome	Total de votos	% sobre o total
1	Collor	20.611.011	28,52
2	Lula	11.622.673	16,08
3	Brizola	11.168.228	15,45
4	Covas	7.790.392	10,78
5	Maluf	5.986.575	8,28
6	Afif	3.272.462	4,53
7	Ulysses	3.204.932	4,43
8	Freire	769.123.123	1,06
9	Aureliano	600.838.838	0,83
10	Caiado	488.846.846	0,68
11	Camargo	379.286.286	0,52
12	Enéas	360.561.561	0,50
13	Marronzinho	238.425.425	0,33
14	PG	198.719.719	0,27
15	Zamir	187.155.155	0,26
16	Lívia	179.922.922	0,25
17	Mattar	162.350.350	0,22
18	Gabeira	125.842.842	0,17
19	Brant	109.909.909	0,15
20	Pedreira	86.114.114	0,12
21	Horta	83.286.286	0,12
22	Correa*	4.363.363	0,01
	Branços	1.176.413	1,43
	Nulos	3.473.484	4,23
	Abstenções	9.793.809	11,94
	Total	82.074.718	100,0

* A candidatura foi impugnada pelo TSE. Esses votos serão considerados nulos.

Fonte: Lua Nova, nº 20, 1990: 202.

Analisando o resultado por estados da federação, Mário Covas se saiu razoavelmente em alguns deles: São Paulo (21,8%, 3º lugar), Ceará (16,9%, 3º lugar) e Distrito Federal (17,3%, 3º lugar) – únicos onde obteve acima de 10% dos votos. Em alguns outros, ficou entre os primeiros quatro colocados, o que é razoável em uma eleição com 22 candidatos, mas sempre abaixo dos 10% (Alagoas, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará e Rio de Janeiro (Lua Nova, nº 20: 203-206) – geralmente, estados onde o partido, após 1994, terá bons desempenhos eleitorais, formando núcleos regionais razoavelmente fortes, embora o partido nunca tenha conseguido se implantar em todo o território nacional com certa solidez).

Obtendo quase 11% no primeiro turno, sua votação era decisiva para os arranjos e alianças do 2º turno. O PSDB, porém, entrou em uma discussão sem fim sobre apoiar ou não apoiar Lula, subir ou não subir em seu palanque, etc. Episódio simbólico da divisão do partido – Mário Covas liderando os que queriam apoiar Lula – e também de uma certa fama de indecisão (partido do muro) que a agremiação amargou durante alguns anos, até entrar no governo Itamar Franco. Acabou apoiando Lula, mais formal do que substantivamente, o que teve repercussões futuras – até porque a diferença entre Lula e Collor no 2º turno foi pequena e sempre se procura culpar alguém (as vacilações do PSDB, as manipulações da *TV Globo*, etc) ou decisões polêmicas (tipo o PT e Lula não aceitarem o apoio de Ulysses Guimarães, não se preparar adequadamente para o debate final, etc). Relembremos os resultados eleitorais do 2º turno:

Tabela 4

Resultados finais – Brasil (2º turno).

Eleitorado		82.074.718
Collor	35.089.998	42,75%
Lula	31.076.364	37,86%
Branco	986.446	1,20%
Nulos	3.107.893	3,79%
Abstenções	11.814.017	14,00%

Fonte: Lua Nova, nº 20, 1990: 208.

Com tal desempenho eleitoral, o partido começou a duvidar de sua capacidade de chegar ao poder pelos caminhos normais (vencer eleições) e uma sua parcela dirigente andou sendo sondada para participar do governo Collor.

Antes da posse, Collor, que não tinha um partido forte (o PRN de Collor era apenas uma “legenda de aluguel”) e nem uma base parlamentar muito clara (embora os partidos mais conservadores estivessem todos tentando ocupar os espaços na montagem do novo governo), nutria grandes simpatias pelo PSDB e algumas de suas lideranças – principalmente Fernando Henrique.

A ligação era mais antiga, segundo Mario Sergio Conti, pois Collor, no ano anterior, antes de decidir ser candidato, foi defendido por Fernando Henrique como ótimo candidato a vice de Mário Covas. “Por ser um governador popular, de oposição a Sarney e nordestino, dizia ele aos companheiros de partido, Collor traria votos aos tucanos. Quando Mário Covas finalmente decidiu ser candidato, Collor já estava em

campanha”. Mas ficou a “ligação”. Tanto que Fernando Henrique, em 30 de dezembro de 1989, em um restaurante de São Paulo, na companhia de Serra e Pedro Piva, se encontrou por acaso com PC Farias (que não conhecia) e Lafaiete Coutinho (futuro presidente da CEF no governo Collor, dirigente do Banco Econômico e vice-presidente da Febraban, que havia intermediado apoio financeiro de Angelo Calmon de Sá, dono do banco, para sua campanha a prefeito de São Paulo em 1985). Farias falou que Collor gostava muito de Cardoso. Aliás, dias antes, o deputado Carlos Chiarelli, em nome de Collor, visitou Fernando Henrique em seu apartamento e o convidou para o novo governo. Cardoso recusou dizendo que o PSDB tinha ficado ao lado de Lula no 2º turno (Conti, 1999: 281). José Serra também foi ventilado para um futuro ministério da economia (fusão da fazenda com o planejamento) (Rodrigues, 2000: 87 – nota 1). As sondagens continuaram até Franco Montoro se encontrar com Fernando Collor, em 18 de janeiro de 1990, e dizer que o partido faria uma oposição responsável ao governo (Rodrigues, 2000: 88 – nota 2).

Collor antevia que o apoio do PSDB, ainda que com base parlamentar só mediana, daria uma imagem “progressista” ao seu “social-liberalismo” (como Collor se autodenominava convencido por José Guilherme Merquior e, talvez, alguma leitura de Norberto Bobbio – cujo *Dicionário de Política* mais de uma vez foi visto debaixo dos seus braços). Como se sabe, porém, os contatos não prosperaram naquele momento.

O PSDB foi ambíguo na sua oposição ao governo Collor (Mário Covas muito contra e José Serra menos crítico), além de sofrer defecções de parlamentares antes das eleições no fim do ano.

Nas **eleições de 1990**, o PSDB sofreu novas e decepcionantes derrotas eleitorais para os governos estaduais, principalmente em São Paulo, mas também Brasil afora, exceto no Ceará, onde elegeu Ciro Gomes para suceder Tasso Jeiresatti.

Tentando resgatar a sua inserção no estado de São Paulo (senador mais votado da história do estado, em 1986) e a lembrança da disputa presidencial do ano anterior, Mário Covas candidatou-se com grande esperança e dela saiu arrasado, pois ficou em 3º lugar, atrás de Fleury (vencedor com apoio do maior desafeto do PSDB paulista na época, Orestes Quércia) e até de Paulo Maluf (2º lugar). Resultado igualmente decepcionante foi a derrota de Pimenta da Veiga em Minas Gerais, que abandonou a prefeitura da capital para disputar o governo do estado, também ficando em 3º lugar, atrás do vitorioso Hélio Garcia e, ainda, de Hélio Costa.

O partido também foi derrotado nas eleições legislativas. Sua bancada de deputados federais decresceu para 38 membros (reduzida para 2/3 do que tinha alcançado no ano anterior, com a campanha de Mário Covas, 60 deputados), assim como, também, nas disputas para o senado, só lograram uma vitória em todo o Brasil, com Beni Veras, no Ceará, mantendo, porém, o tamanho da bancada (ver dados da Tabela 2).

O resultado de tudo isso é que o partido e suas lideranças estavam em um labirinto eleitoral e partidário. Simplesmente o partido não conseguia ganhar eleições e nem tinha perspectivas de crescimento, ainda que lento. Como era um partido “parlamentar”, sua desesperança era enorme, suas figuras mais proeminentes sem propostas e soluções para a crise enfrentada pelo partido, que, inclusive, prenunciava novas derrotas em 1992 (algumas confirmadas, como para prefeito de São Paulo com Fábio Feldman em 4º lugar ou a derrota de Aécio para a prefeitura de Belo Horizonte também em 4º lugar com a votação minguada de 5% dos votos). Aliás, nas eleições municipais de 1992, apesar da vitória em quase 300 municípios, só lograram poucas vitórias significativas, como em Salvador, com Lídice da Mata.

Estavam em um dilema “leniniano”. O que fazer?

Além das discussões no partido, envolvendo as alas partidárias (progressistas ou moderadas), uma questão externa ao partido mudou o contexto de tais dilemas. O governo Collor, depois de planos fracassados e perda crescente de apoio popular e parlamentar, ainda em 1991 voltou a sondar os tucanos para integrarem o seu governo. E a “sequência de eventos” vai se desdobrando e tomando corpo.

Neste ano de 1991, uma primeira aproximação é tentada através de Arthur Virgílio (prefeito de Manaus) e José Richa (senador do Paraná), que tentaram convencer outras lideranças do partido. Fernando Henrique, no ano anterior mais propenso, não estava otimista com a opção (Rodrigues, 2000: 136-7).

José Richa e outros começam a pensar em um “governo de coalizão” dada a situação de isolamento político de Collor. Talvez um governo que aceitasse a implantação do parlamentarismo (teria o plebiscito em 1993) e com as principais lideranças congressuais controlando o presidente. “Consta que dois dos principais mentores da proposta, Ulysses Guimarães e Fernando Henrique Cardoso, a teriam levado ao próprio presidente Collor” (Rodrigues, 2000: 160) em meados do ano. Nessa época, o PSDB tinha outro presidente, Tasso Jeiressati, que continuou as articulações, que de novo não prosperaram.

Em setembro de 1991, Cardoso dá uma entrevista às páginas amarelas da *Veja*. Explica que a crise do país estava se aprofundando, estando em um Kaos (poético), mas com chances de tornar um caos (total). Depois de analisar a conjuntura (inclusive traçando paralelos com o pré-64, o que demonstra como se estava percebendo a gravidade dos fatos), diz que se o presidente oferecer ao país a chance de um entendimento verdadeiro, muitas forças políticas topariam ajudá-lo a tirar o país da crise, inclusive o PSDB. Mas o presidente só governa com palavras. Estamos indo para um quarto mundo, enquanto ele fala de primeiro mundo. O repórter pergunta se ele é candidato a ministro das Relações Exteriores. Resposta: “Se eu fosse candidato a algum cargo, seria candidato a alguma coisa maior que isso. O Ministério das Relações Exteriores é uma posição importante, mas é o tipo de cargo ao qual você não pode se candidatar” (Expedito Filho, 1991: 7-10).

Já em março do ano seguinte Collor pensa em uma reforma ministerial para recompor a base de apoio do governo e atrair o PSDB que alimentava o movimento pela governabilidade. Os tucanos discutiram a questão durante todo o mês de março. Hélio Jaguaribe, membro do diretório nacional, aceitou de forma unilateral ocupar a Secretaria de Ciência e Tecnologia (Rodrigues, 2000: 174). Depois, Celso Lafer aceita ocupar o ministério das Relações Exteriores – aliás, cargo que também ocupará no governo de Cardoso.

Fernando Henrique, no início de abril, fez um apelo para o partido discutir com o governo. “O partido não pode ficar em cima do muro, com medo de tudo. Tem que discutir, abrir o jogo e não ficar com medo de jogar”. Classificou de “‘sectária’ a posição da bancada que decidiu recusar o diálogo com o governo”. Era um diálogo sobre pontos programáticos. “Cotado para o cargo de ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique afirma que não tomará qualquer decisão em termos pessoais, sem uma decisão do partido” (Stycer, 1992: 5).

“Na reunião da Executiva Nacional do PSDB, no dia 2[de abril de 1992], o assunto ‘adesão’ era o único ponto de pauta. De um lado, o grupo liderado por Fernando Henrique Cardoso, a quem o presidente acenara com a chancelaria, de outro o grupo ligado a Mário Covas, contrário à adesão. Foram exatos oito votos a oito, cabendo o voto de Minerva ao presidente, Tasso Jereissati, que decidiu que o partido deveria permanecer fora do governo. Provavelmente o que mais pesou em sua decisão foi a proximidade das eleições municipais de 1992, nas quais o PSDB pretendia (...) [recuperar-se] dos **fracassos eleitorais anteriores** [grifo nosso]” (Rodrigues, 2000: 174-5).

Collor continuou pressionando o partido ao longo de abril e Tasso Jereissati continuou negociando até que o partido lançou nota pública “condenando a corrupção governamental, como forma de livrar-se do assédio” (Rodrigues, 2000: 175). Porém, Jereissati, no campo político, e Sérgio Abranches, no campo acadêmico, fincam pé em uma idéia, que também era a de Fernando Henrique: a crise de governabilidade, que exigiria uma solução parlamentarista no plebiscito do ano seguinte.

Em nova entrevista às páginas amarelas da *Revista Veja*, em 20 de maio de 1992, com o sugestivo título de “A Utopia Realista” – uma obsessão de Cardoso –, Fernando Henrique prega um “acordo de responsabilidade nacional” e “admite a extinção do PSDB numa reorganização partidária”. Defende que não precisa estar no governo para tal comportamento responsável. O ideal é que todos, de ACM ao PT, participem. Mas esse voto de confiança tem que ser em cima de propostas. “Precisamos compreender que a agenda do Brasil está correta e apostar nela”, mas o congresso não decide nada. “Veja: Na reforma partidária o PSDB pode sumir do mapa? Fernando Henrique: Espero que não desapareça, mas o Brasil é mais importante do que o PSDB”. Afirma ainda, o que é até irônico historicamente, que “nossa tarefa é **acabar com o ilusionismo de que um grande plano vai salvar o Brasil** [grifo nosso]” (Petry, 1992: 7-10).

O PSDB, enfim, nessa época, era um partido com várias opções grandiosas – acordo nacional amplo, reagrupamento partidário, parlamentarismo e até reformas no presidencialismo –, todas elas buscando “atalhos” para o poder, pois pelo caminho eleitoral lá não havia chegado – e as perspectivas em 1992 não eram nada boas.

5.3. O PSDB no governo Itamar Franco

O “atalho para o poder” (entrar no governo Collor), não deu certo. Sabemos que a história não funciona com versões sobre “se” algo tivesse acontecido, mas podemos inferir, pelo que acabou acontecendo com Collor, que Mário Covas e seus adeptos na Executiva Nacional do PSDB impediram talvez o maior erro que o partido esteve para cometer em toda a sua trajetória – entrar de forma subordinada no governo Collor. Um governo já vivendo em “mar de lama”, que ficaria ainda mais exposto à crítica pública depois da entrevista do seu irmão caçula, Pedro Collor, à *Revista Veja*, em 5 de maio, duas semanas antes da entrevista do próprio Fernando Henrique à mesma publicação – na qual Cardoso ainda insistia em “acordo nacional” sob Collor, erro de avaliação praticamente inexplicável, exceto se pensarmos que tentava sair da situação à francesa, como se diz.

A “fortuna” ou *fortuna*, contudo, que parecia nunca sorrir para o partido e suas principais lideranças desde a fundação do partido, deste meados de 1992 em diante vai mudar radicalmente, numa “sequência de eventos” realmente espetaculares – em todos os sentidos.

Na entrevista ele dizia que havia ligações diretas entre PC Farias e Fernando Collor. As denúncias que apareciam sobre achaques de PC Farias a empresários, desvios de verbas, etc, ganharam uma explicação lógica – era uma espécie de “esquema” a partir do próprio planalto, segundo o irmão do presidente.

Após a entrevista de Pedro Collor os acontecimentos desfavoráveis a Fernando Collor foram crescendo como uma “bola de neve”. Antes de tudo, brigas internas na própria família. Logo após, Pedro Collor entregou fitas ao Procurador-Geral da República, Aristides Junqueira, contendo denúncias contra o irmão e PC Farias. Surgem denúncias de que Fernando Collor era usuário de drogas desde a juventude. Para evitar que a idéia de uma CPI prosperasse, a família acusa Pedro Collor de insanidade mental. Votaram contra a instalação imediata da CPI PMDB, PSDB, PDT e PPS, além dos partidos de apoio a Collor. Só o PT queria uma CPI imediatamente. A Polícia Federal entra nas investigações, inclusive à ex-ministra Zélia Cardoso. Novas denúncias vinham à tona. Em pouco tempo, as forças políticas mudaram de opinião e a CPI foi instalada no dia primeiro de junho. O PMDB na relatoria (Senador Amir Lando) e o PFL na presidência (Deputado Benito Gama, ligado a ACM). Dos 22 membros, 12 eram da oposição, pois o líder do PDS, Esperidião Amin, indicou o Senador José Paulo Bisol

(PSB-RS) e não um membro do seu próprio partido. O conjunto se dividia, contudo, em três grupos: tropa de choque do governo (Roberto Jefferson, Ney Maranhão, etc), tropa de choque da oposição (Eduardo Suplicy, José Dirceu, etc) e a “turma do direito” (maioria silenciosa). O clima, porém, seguia tranqüilo no país no mês de junho e, no Congresso, muitos líderes, incluindo Fernando Henrique, estavam indefinidos sobre impedimento de Collor. Em 27 de junho começou a circular a *Revista Isto É* com o depoimento do motorista Francisco Freire França ligando Collor diretamente a PC Farias com pagamentos da “Casa da Dinda” (residência particular de Collor em Brasília), além de despesas da primeira-dama. Até Delfim Netto considerou que o governo havia acabado. O sofrimento geral durou meses ainda. Além do funcionamento da CPI, já em 30 de junho a *Folha de São Paulo* pede em editorial a renúncia de Collor em nome da governabilidade. As coisas se precipitaram com as manifestações de rua que surgiram e cresceram com o “Fora Collor” – iniciado em julho, mas ainda sem a presença de vários partidos e líderes, tais como PMDB e PSDB, além de Brizola. No dia 20 de julho surgem cheques e outras provas. A população aparecia dividida, segundo pesquisas. A mobilização popular cresce em agosto com atos pelo Brasil. No dia 12 os partidos de oposição formam uma frente pró-impedimento de Collor (incluindo, finalmente, PMDB e PSDB). Collor convoca o povo para apoiá-lo, mas a convocação teve efeito contrário. Em 26 de agosto a CPI aprovou o relatório contra Collor por dezesseis votos a cinco. Começou, então, a batalha parlamentar e jurídica, até a votação pelo Congresso, em 29 de setembro, do afastamento (ainda provisório) de Collor por esmagadora maioria de 441 votos a favor e 38 contra, uma abstenção e 23 ausências. No dia 2 de outubro, Collor e Rosane deixam o palácio sob vaias de funcionários. Começava o governo tampão de Itamar Franco (Rodrigues, 2000:183-243) – que fez a *fortuna* do PSDB e de Fernando Henrique Cardoso, pois foi um **atalho para o poder**, já que o partido estava perdido em suas próprias indecisões políticas e derrotas eleitorais.

A primeira e mais importante medida foi montar o novo governo, a partir de 5 de outubro, quando Itamar Franco toma posse oficialmente e enquanto Collor continuava a ser processado. Vamos nos ater principalmente à atuação de Cardoso e do PSDB, pois esse é nosso objeto de estudo. E, como diz Rodrigues, o governo Itamar Franco pode ser dividido em um “antes” lúgubre e um alvissareiro “depois” de Fernando Henrique no ministério da Fazenda (Rodrigues, 2000: 255).

A primeira fase do governo Itamar Franco é confusa e sob a sombra antecipada do plebiscito de 1993 e das eleições de 1994. Os partidos se posicionaram pensando mais nestas questões do que no próprio governo tampão.

As eleições municipais de 1992, meio a esta crise política toda, não apontaram vitoriosos, mas o PSDB, como já antecipamos, teve desempenho medíocre (na Tabela 2 vemos que elegeu 274 prefeitos, mas a maioria em municípios sem grande expressão e muitos deles no Ceará – governado pelo tucano Ciro Gomes).

O ministério da primeira fase foi uma composição multipartidária, sendo que algumas lideranças importantes dos principais partidos, incluídos PMDB e PT, se recusaram a compor a equipe. José Serra foi vetado para o ministério da Fazenda, que foi ocupado pelo mineiro Paulo Haddad, também do PSDB. Fernando Henrique, enfim, depois de tantas negociações anteriores envolvendo sua contribuição na área, foi nomeado para o ministério das Relações Exteriores. Outros tucanos de brilho mediano ocuparam cargos de certa importância, mas o partido não tinha expressão política mais destacada do que outros grupos, pelo contrário destacava-se o grupo dos amigos do próprio Itamar Franco denominado “república do pão de queijo”. A entrada no governo Itamar, ao contrário da grande polêmica e divisão sobre a entrada no governo Collor, foi tranquila e consensual no partido, afinal já haviam treinado sobre tal assunto no momento anterior e vislumbraram alguma possibilidade de a partir da máquina estatal incrementar as chances do partido, apesar da “derrota” de não poder nomear José Serra. Pelo menos posicionavam melhor a agremiação para futuras e prováveis alianças eleitorais em 1994, apesar dos riscos enormes envolvidos na operação de participar minoritariamente em um governo tampão em tempos de crise aguda. No contexto, porém, não tinham muito a perder com tal adesão.

Gustavo Krause e Paulo Haddad, os dois primeiros ministros da Fazenda, não fizeram um mau trabalho, mas tinham contra si uma situação econômica difícilíssima (inflação altíssima e persistente), oposição do empresariado de São Paulo e apoio só protocolar do Congresso às suas medidas saneadoras.

Itamar Franco, então, em março de 1993, trocou Paulo Haddad por Eliseu Resende, político sem nenhuma experiência na área das finanças, mas que tinha ocupado muitos cargos técnicos em governos militares. Além disso, era amigo de Itamar e tinha sido seu vice em chapa derrotada em 1986 para o governo de Minas Gerais. Delfim Netto, ironicamente, afirmou que “era um fato político, não econômico”,

assim como ACM, que tinha ido para o ostracismo com a queda de Collor, afirmou que “Itamar está cavando a própria sepultura” (Rodrigues, 2000: 266).

O governo não ia bem e perdia popularidade rapidamente. O plebiscito ocorrido em 21 de abril deu larga vitória à forma de governo republicano contra a monarquia e, no caso do sistema de governo, por uma vantagem um pouco menor, vitória do sistema presidencialista sobre o parlamentarismo⁶⁴. Quer dizer, não mudou absolutamente nada, mas afastou um pouco mais o PSDB do PT, que negociavam algum tipo de aliança para 1994, pois os partidos ficaram em campos opostos no plebiscito⁶⁵. Nesse sentido, para o PSDB, continuava o problema anterior: indecisão e desânimo eleitoral, além de uma dinâmica partidária centrífuga, aliás, o que ocorria com todo o sistema partidário, exceto com o PT⁶⁶.

As idéias de Eliseu Resende (ou seu plano) para a economia sofreram contundentes críticas de intelectuais tucanos como Bresser Pereira e Gustavo Franco, dizendo que não tinha rumo econômico correto contra a inflação, além de serem propostas populistas e manterem o vácuo político – dada a fraqueza de Itamar Franco para liderar um novo pacto político. Enfim, faltava uma “leitura correta”, um “plano” e um “condutor” (Rodrigues, 2000: 278).

Eventos decisivos, porém, ocorriam nos bastidores, dando seguimento à nossa idéia de “sequência de eventos”.

“Enquanto discutia-se o Plano Eliseu, crescia o prestígio do chanceler Fernando Henrique junto a Itamar. Já então um dos homens mais próximos do presidente, ele participara da elaboração das medidas apresentadas por Eliseu e chegou a causar atritos com a ministra do Planejamento Yeda Crusius que, por não ter sido convidada para as discussões do programa, viria a demitir-se em 6 de maio” (Rodrigues, 2000: 279).

⁶⁴ “Na apuração final: presidencialismo 55,5%, parlamentarismo 24, 7%, brancos e nulos 19,8%; República 66, 1%, Monarquia 10,2%, brancos e nulos 23,7%; deixaram de comparecer às urnas 25,76% dos eleitores, na média nacional. Na região Norte do país esse número chegou a 47% (Fonte: TSE *apud* Folha de São Paulo, 28/04/93)” (Rodrigues, 2000: 269 – nota 4).

⁶⁵ Ironicamente, Lula se declarava parlamentarista, mas sua posição perdeu para o presidencialismo em uma votação interna no PT e ele, disciplinado, fez campanha para o presidencialismo, ao lado de Brizola, Quéricia e outros.

⁶⁶ Uma pesquisa da *Folha de São Paulo*, por exemplo, publicada em 31 de janeiro de 1993, feita apenas com jovens participantes do Hollywood Rock (vindos de todo o Brasil para o evento), sobre vários assuntos, no quesito voto para presidente apontava Lula com 33%, Maluf com 29%, Tasso Jeiressati com 9%. Brizola com 5%, Quéricia com 4% e ACM com 3% e brancos, nulos e não sabem 17%. Muitas outras pesquisas com o conjunto da população ao longo de 1993 e início de 1994 davam resultados parecidos, embora variando um pouco os números conforme os nomes apresentados, mas sempre com o candidato do PSDB abaixo dos dois dígitos – o que só começou a mudar, como veremos, com a candidatura de Fernando Henrique lançada em plena implantação do Plano Real.

Ao mesmo tempo, o partido reuniu sua Executiva Nacional em 28 de abril de 1993, pouco depois do plebiscito que lhe foi desfavorável, para discutir a conjuntura, com o seguinte resultado “interpretado” pela *Folha de São Paulo*:

“A Executiva do PSDB decidiu ontem reafirmar a decisão de disputar com candidato próprio a sucessão presidencial, mas a iniciativa é menos para valer e mais para evitar a impressão de **‘liquidacionismo’ do partido** [grifo nosso]. A expressão ‘liquidacionismo’ foi usada pelo líder do partido na Câmara, José Serra, para se contrapor à impressão que, segundo ele, a mídia está dando de que o PSDB caminha inexoravelmente para aliar-se ao PMDB em 1994, em torno de uma candidatura peemedebista (cf. *Folha de São Paulo*, 29/04/93)” (Rodrigues, 2000: 279).

No começo de maio de 1993, após a renúncia de Yeda Crusius e meio a pressões contra Eliseu Resende, o PSDB e outros partidos pressionavam o governo para fazer uma reforma ministerial. Itamar inclusive convidou Fernando Henrique para ser ministro do Planejamento, mas este recusou o cargo e continuou chanceler. A pressão era por um governo de “notáveis”, “segundo a expressão de José Serra” (Rodrigues, 2000: 282). Provavelmente, com ele, José Serra, o notável que devia ocupar o ministério da Fazenda. O governo estava paralisado com a crise em torno de Eliseu e outras questões (demissão de Luiza Erundina, que havia acusado Eliseu sobre várias coisas).

Fernando Henrique foi nomeado ministro da Fazenda em 21 de maio de 1993. E começa, então, uma segunda fase do governo Itamar Franco, agora marcado pelo papel absolutamente central de Fernando Henrique, como uma espécie de primeiro-ministro combinado com czar da economia – na visão da mídia –, mas, na verdade, dividindo com o presidente o poder de fato. Logo de cara, por exemplo, Itamar Franco manteve o ministro do Planejamento (que Cardoso queria trocar) e nomeou Osires Lopes Filho Secretário da Receita Federal sem consultar Fernando Henrique. Iniciava-se um governo “híbrido”, na visão de Rodrigues (2000: 285), com a qual concordamos, no qual Fernando Henrique “negociava” os espaços com o presidente.

Cardoso explica sua relação com Itamar em *A Arte da Política* (2006). Conheceram-se no Senado em 1983. “Nacionalista extremado e contendor permanente na política mineira, ele às vezes obstruía uma sessão por várias horas”. Ou chateava ministros questionando seus relatórios. Nossa relação no Senado foi boa, mas sem amizade pessoal. Itamar surpreendeu a todos aceitando ser vice de Collor. Itamar, em 1992, antes do impedimento de Collor me chamou para discutir a situação. Expliquei

que os militares seguiriam a lei, segundo Sarney. Questionou-me sobre São Paulo e eu disse que o consideravam “em geral ultranacionalista e ‘atrasado’”. Interrogou-me: “– Você me acha ingênuo? – Claro que não. (...). Mas teimoso você é, e muito”. Continua Cardoso: “A partir desse dia, até o final do governo, Itamar Franco manteve as melhores relações comigo. Tornamo-nos amigos”. Depois, em meu próprio apartamento funcional, na cozinha, convidou-me para o ministério das Relações Exteriores. “E, para dizer a verdade, fiquei bem satisfeito com o cargo”. Conversamos sobre seu ministério. Trouxe o Serra para conversar com ele e, também, o Paulo Cunha, do grupo Ultra. Conversei sobre o ministério da Educação. As conversas decisivas sobre o ministério foram na casa de Maurício Corrêa. Faltava indicar o ministro da Fazenda. José Serra não aceitavam, pois Itamar e os nordestinos o criticavam por ter defendido só os interesses de São Paulo no capítulo tributário durante a Constituinte. Quêrcia prometeu indicar um nome, mas não ligava dizendo quem. O Senador Humberto Lucena achava que deveria ser o próprio Cardoso. Eu sugeri o nome do Rubens Ricupero, mas ele, consultado, deu resposta negativa. “À noite informou-nos o nome do ministro da Fazenda, alguém que ninguém esperava: o deputado do PFL Gustavo Krause, ex-prefeito de Recife e ex-governador de Pernambuco”. Alonga digressão é para explicar, segundo Cardoso, como ele próprio, em maio de 1993, foi escolhido ministro da Fazenda. Estava jantando com o embaixador brasileiro junto à ONU, Ronaldo Sardenberg, quando recebi um telefonema de Itamar me convidando para o ministério. Ponderei que era melhor manter o Eliseu. Recebi outro telefonema do ajudante-de-ordens do Itamar dizendo que ele não precisaria mais falar comigo. “Fui dormir aliviado. Na manhã seguinte, desde familiares até o secretário-geral do Itamaraty (...) me chamaram do Brasil para dizer que eu fora nomeado ministro da Fazenda”. Ruth, minha esposa, me ligou e não queria acreditar na explicação de que era um engano. Minha família era contra eu aceitar o cargo. “Somaram-se (...) [fatores] para, ainda uma vez, sem cálculo e sem astúcia *ex-ante*, ir cumprindo minha vontade **‘desde pequenininho’ de chegar a ser Presidente...** [grifo nosso]” (Cardoso, 2006: 36-43).

De tudo isso, tão forte como fator explicativo da importância dos “eventos” e das “contingências” na política, principalmente na política brasileira desse período (e olha que nem discutimos por que Itamar Franco escolheu ser vice de Collor, “contingência” das mais interessantes, pois sem ela tudo seria diferente para Cardoso e seu partido), só fica a pergunta: o seu “sonho” não era o Senado, como disse a Mino Carta (1994), como já mencionamos anteriormente, desdizendo seu amigo Roberto

Gusmão, que afirmou ele ainda jovem “sonhar” com a presidência? Melhor deixar este assunto para os especialistas em psicologia. E voltarmos ao que de fato interessa aqui. Cardoso no ministério da Fazenda foi tudo o que precisava o próprio e o seu partido para, enfim, tentarem fazer o que tinham proposto na fundação do partido. Planejaram, executaram e alcançaram um sucesso político e eleitoral inaudito. Como exatamente? É o que discutiremos a seguir. Resumidamente, como o “atalho” tornou-se um “caminho” para o poder – com uma vitória para além de qualquer dúvida, ainda no 1º turno das eleições presidenciais de 1994.

A questão decisiva nesse período com certeza absoluta foi o Plano Real. Tem interesse geral, mas aqui interesse algo reduzido, discutir os detalhes do plano, explicar as negociações econômicas minuciosamente e assuntos correlatos. Existem obras de especialistas sobre o assunto e uma obra romanceada, quase de ficção científica, mitificando o que foi o plano desde o começo – *3000 Dias no Bunker* – um plano na cabeça e um país na mão de Guilherme Fiuza (2006) –, embora muito bem escrita. O que nos interessa são os aspectos políticos principalmente. As articulações a partir da dupla Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, o trabalho de convencimento de uma população desacreditada, as tentativas de convencer o empresariado e, principalmente, pois fez toda a diferença eleitoral, a adesão crescente e maciça da mídia aos rumos apontados por Itamar e Cardoso. Insistimos em dizer dupla, pois um não seria nada sem o outro, ao contrário de outro mito espalhado pela mídia, pois o presidente é que nomeava (da forma como já vimos acima) ou demitia quem quisesse, afinal o sistema é presidencialista. Ficaram os dois juntos e colheram os louros da vitória, inclusive eleitoral, embora tenham divergido a partir do início do primeiro mandato de Cardoso. Tentemos recapitular os fatos políticos mais expressivos do plano e seus desdobramentos eleitorais, pois são eles que dão lógica à nossa perspectiva metodológica e analítica de uma “rede ou sequências de eventos” decisivos, mas não separados entre si e, muito menos, separados das determinações de duração média e de longa duração, em uma interligação interseccionada de fatos e fatores políticos, econômicos, sociais e culturais (no sentido de visão de mundo).

Cardoso explica o Plano Real em detalhes no Capítulo 3 de sua obra *A Arte da Política* (2006). Vejamos sua versão. Foi escolhido como já vimos. Logo saiu em busca de cérebros para montar uma equipe econômica competente. Conversei com Malan e Armínio Fraga ainda em Nova York. Ambos resistiram à idéia de ajudar, mas o primeiro aceitou meio a contragosto e o segundo recusou-se por ter acabado de entrar no

mercado financeiro de Nova York. Fiz um discurso de posse dizendo que o problema central era combater a inflação. Acrescentei à equipe alguns assessores de confiança no Itamaraty: Ana Tavares e Eduardo Jorge Caldas Pereira. Serra e Sérgio Motta ajudaram a construir a equipe. Clóvis Carvalho, amigo de Serra, se juntou a nós. Três economistas que nos ajudaram a criar o PSDB foram agregados ao grupo: Edmar Bacha (amigo antigo), Winston Fritsch e Gustavo Franco. “E foi assim, com uma pequena equipe diante de um desafio gigantesco, como um exército de Brancaleone, que começamos a trabalhar, sob um clima político desanimador”. Enfrentamos quatro frentes de batalha: organizar o orçamento do ano seguinte e ajustar o de 1993; acerto com os estados, que acumularam uma gigantesca dívida com a união; continuar privatizações para melhorar condições fiscais e atrair investimentos; e renegociação da dívida externa e retorno do Brasil ao mercado financeiro internacional. Essas quatro batalhas eram a preparação para um ataque à inflação, ou seja, um Plano Real – com trocadilho. Foram lutas que nos custaram um grande esforço político em um momento de descrédito, mas conseguimos contornar boa parte dos obstáculos. Enquanto isso, na equipe, muitos debates, divergências e criatividade, acrescidos de contribuições de outros colaboradores formais e informais, que fomos agregando – Pérsio Arida, André Lara Resende (Cardoso, 2006: 137-171).

“Reforçada a equipe responsável pela tessitura do Plano Real, muito engenho e muita arte estiveram presentes, ao calor de muito debate. Este se deu fora da luz pública, para evitar apostas sobre ‘choque’ que estaríamos preparando, que levariam o mercado à loucura e quem sabe o governo à ruína.

Àquela altura, 1993-1994, não se especulava sobre divergências entre “desenvolvimentistas” e “neoliberais” dentro do governo, que mais tarde encheram páginas de jornais e revistas. Na equipe existia, apenas, a disposição de criar as precondições para acabar com a inflação e algumas variações sobre quais seriam as melhores. Quanto às políticas monetária e cambial, tínhamos mais dúvidas do que decisões amadurecidas. Mantínhamos discussões infundáveis sem que encontrássemos as respostas que a sociedade esperava” (Cardoso, 2006: 171).

Continua Cardoso sua lembrança dos fatos. Havia uma dúvida sobre como implantar um novo padrão monetário e como garantir seu “pouso suave” – sem choques. Pensou-se em dolarização. Era o mês de agosto e já tínhamos um plano, mas havia o temor de que seríamos derrubados. “Com um plano, não sairíamos de mãos abanando e haveria uma resposta política para o PSDB utilizar: ‘não nos deixaram fazer o que era necessário’, diríamos, e iríamos embora”. Cardoso ficou ainda mais

entusiasmado quando, no lugar da dolarização, Pécio Arida apresentou a sugestão da URV (“matando a inflação com o próprio veneno”) e outros mecanismos serem explicados à população, com transparência, etc, evitando a idéia de “pacote” (como os anteriores). Continuávamos sofrendo críticas à esquerda e à direita. A MP do plano ficou pronta em dezembro de 1993. Teve ainda uma discussão sobre o cronograma do plano e a época da troca de moedas. A proposta de novembro, segundo Covas, enterraria as chances eleitorais do PSDB, mas, se era para o bem do Brasil, apoiaria as medidas no Congresso (Cardoso, 2006: 171- 184).

Fernando Henrique também analisa a sua candidatura a presidente no capítulo em tela. O plano já causava grande polêmica, mas alguns, como Hélio Jaguaribe, ainda em dezembro de 1993, viam-no como grande trunfo eleitoral. Eu não pensava nisso. O PSDB buscava contatos para fazer uma aliança com o PT, pois aparecíamos mal nas pesquisas. Tentamos atrair o ministro da Previdência Antonio Britto do PMDB, como uma alternativa. Cheguei a conversar com Lula e José Dirceu em meu apartamento, mas as articulações não prosperaram – e o PT votou contra quase tudo do nosso plano. Itamar tinha apreço por Britto e por mim. Britto preferiu disputar o governo do Rio Grande do Sul. Acabei o candidato de Itamar. “O curioso nesse processo (...) é que terminei sendo o candidato de Itamar sem que jamais, em nenhuma ocasião, tivéssemos conversado de maneira aberta e clara sobre a questão, embora, obviamente, nos cercassem cogitações de terceiros”. A polarização eleitoral e partidária já ocorria no início de 1994, mas ainda assim fomos aprovando as medidas do plano, tipo o Fundo Social de emergência. Reuni-me com líderes do PFL, partido que andava retraído, e me foi oferecido apoio, através de Marco Maciel, Jorge Bornhausen e Luís Eduardo Magalhães. Não fui conclusivo na época, pois tinha que convencer meus companheiros de PSDB, mas sabia do peso eleitoral do PFL no nordeste e apoio deles no Congresso. Boa parte do PMDB também já nos apoiava no Congresso. Em abril o PSDB em bloco (a cúpula) me visitou no ministério, aceitei formalmente assumir a candidatura. Também se discutiu as pesquisas feitas pelo Montenegro no mês anterior e a aliança com o PFL (aceita unanimemente). Logo depois veio o apoio do PTB, através do Senador José Andrade Vieira. A oposição continuava no Congresso e na mídia, com críticas às perdas salariais (um erro de cálculo) e outros assuntos. Exonerei-me em 2 de abril, antes ainda da votação da MP da URV em 27 de maio de 1994, já com Rubens Ricupero no ministério da Fazenda (Cardoso, 2006: 184-201).

Ricupero ficou no ministério até o “escândalo da parabólica” (em setembro), mas, segundo Cardoso, foi decisivo naqueles poucos meses em que o plano ganhou concretude na implantação da URV e, depois, no início de julho, sua troca pelo Real. Dava para sentir nas ruas o efeito positivo do Plano Real e suas consequências eleitorais – que Cardoso descreve ao longo das últimas páginas do capítulo, encerrando com o registro de sua vitória no 1º turno (Cardoso, 2006: 201-222).

Esta obra de Cardoso e suas narrativas e/ou opiniões, como todo livro de memórias, e, no caso, “memórias defensivas e corretivas” sobre sua imagem, merecem ser tratadas com muita desconfiança e espírito crítico. No entanto, parece uma boa narrativa dos fatos, embora ele não fale de vários assuntos “delicados”. Vejamos alguns, que nos ajudam a entender melhor o desenrolar da trama política da época.

Uma primeira questão é se Cardoso, quando aceitou o convite de Itamar para ministro da Fazenda, não vislumbrou a grande chance de realizar, não apenas sem cálculo, ao sabor dos acontecimentos, o “sonho” de ser presidente. Essa tese foi levantada por várias pessoas ligadas à política ou à mídia. Nunca saberemos exatamente. Mas se já pensava nisso, temos que reconhecer em Cardoso uma *virtù* muito maior do que a que lhe atribuem e ele mesmo se atribui. Para quem havia cometido dois erros cruciais anteriores – o comportamento durante a disputa municipal de São Paulo em 1985 (resultando em derrota para Jânio Quadros) e a insistência quase desesperada e oportunista de se agregar ao governo Collor (evitada Por Mário Covas e outros tucanos mais firmes politicamente) – é uma idéia que parece até fantástica em termos de habilidade política e eleitoral. Coisa de gênio. Difícil de acreditar que ele não pensasse na questão, mas também de que tinha “tudo planejado”. Talvez este caminho do meio explicado pelo próprio Cardoso seja realmente o mais próximo da verdade.

Uma segunda questão diz respeito à relação com seu partido, chances do plano dar certo e as prováveis consequências eleitorais no pleito de 1994. Questão complicadíssima esta. Já vimos acima que Mário Covas temia uma fragorosa derrota, pois não daria tempo de o plano gerar efeitos eleitorais benéficos.

Em reportagem da *Revista Veja* de 15 de dezembro de 1993 temos uma “amostra” do que pensava a mídia e vários especialistas. Título: “Um belo plano que já nasceu furado” (esvaziado pelos militares, líderes do Congresso, etc). Opiniões de economistas. “É muito difícil ficar otimista com esse plano” (Jeffrey Sachs). “As chances de esse plano dar certo são próximas de zero” (Carlos Alberto Longo). “Levaram tanto tempo para fazer o plano e o que nos deram foi um remendo fiscal”

(Roberto Campos). “O governo não quer enfrentar o custo político da estabilização e assim não funciona” (Delfim Netto). Outros elogiam, pelas razões já descritas por Cardoso: Simonsen (“é um plano civilizado, muito bem feito”) e Reis Velloso (“É o melhor de todos os planos que já experimentamos”), principalmente. As críticas da oposição, então, nem se fala. Enfim, que certeza seus criadores poderiam ter sobre seu sucesso? Nenhuma até que a URV e, depois, o próprio Real tornaram-se realidade.

A mídia e o empresariado, porém, foram mudando ao longo de 1994 e vislumbrando em Cardoso a grande alternativa eleitoral para derrotar Lula e o PT – que, vale registrar, cometeram erros incríveis neste processo eleitoral. Não é menos importante o registro de que as regras eleitorais foram mudadas proibindo programas televisivos com imagens externas de reuniões políticas. Enquadraram a campanha em um formato “sem graça” e “sem emoção” – favorecendo argumentos “técnicos”. Enquanto isso, na mídia, o plano era saudado como a “salvação da pátria”, numa ufanista campanha indireta para Cardoso.

Cria-se um consenso em torno de Fernando Henrique e se faz praticamente um “arrastão da mídia”. Não só para sua candidatura presidencial, mas também para os governos estaduais, Câmara dos Deputados e Senado, pois o “príncipe” escolhido teria que continuar sua obra com apoio parlamentar e do povo nas regiões do país. É uma espécie de “onda real” (em comparação com a denominada “onda vermelha” petista em 2002). A oposição ficou emparedada e sem ter como argumentar contra o “pai” do plano e o contra o próprio plano, dadas as condições em que a grande mídia cobria o assunto. Dinheiro também não faltou para a campanha depois que Cardoso tornou-se o candidato da burguesia e da grande mídia.

Os resultados não deixam margem para dúvidas. Vejamos alguns dados.

Tabela 5

Distribuição dos estados por partido: governadores e porcentagem do eleitorado governado.

Partidos	Estados	% do eleitorado
PSDB	(SP, MG, RJ, CE, PA, SE)	51,3
PMDB	(RS, SC, GO, PB, PI, RN, MS, AL, RO)	20,9
PFL	(BA, MA)	10,3
PPR	(AM, TO, AC)	2,1
PDT	(PR, MT)	7,5
PSB	(PE, AP)	4,9
PT	(DF, ES)	2,9
PTB	(RR)	0,1
		100,0

Fonte: RODRIGUES, 1995: 86.

Tabela 6

Partidos parlamentares na Câmara Federal

Partido	Eleições de 1986	Final da legislatura de 1986	Eleições de 1990	Eleições de 1994
	Cadeiras %	Cadeiras %	Cadeiras %	Cadeiras %
PMDB	257 (52,9)	131 (26,5)	108 (21,6)	107 (20,9)
PFL	118 (24,2)	90 (18,2)	84 (16,7)	89 (17,3)
PDT	24 (4,9)	38 (7,7)	47 (9,3)	34 (6,6)
PDS	33 (6,8)	32 (6,5)	42 (8,3)	--
PP	--	--	--	37 (7,2)
PRN	--	31 (6,3)	40 (8,0)	1 (0,2)
PTB	18 (3,7)	28 (5,7)	38 (7,5)	31 (6,1)
PSDB	--	60 (12,1)	37 (7,4)	62 (12,1)
PPR	--	--	--	52 (10,1)
PT	16 (3,3)	17 (3,4)	35 (6,9)	49 (9,6)
PDC	5 (1,0)	15 (3,0)	22 (4,4)	--
PL	6 (1,2)	13 (2,6)	15 (3,0)	13 (2,5)
PSB	1 (0,2)	8 (1,6)	11 (2,2)	14 (2,7)
PSC	--	3 (0,6)	6 (1,2)	3 (0,6)
PC do B	6 (1,2)	6 (1,2)	5 (1,0)	10 (1,9)
PRS	--	7 (1,4)	4 (0,8)	--
PCB (PPS)	3 (0,6)	3 (0,6)	3 (0,6)	2 (0,4)
PTR	--	4 (0,8)	2 (0,4)	--
PST	--	5 (1,0)	2 (0,4)	--
PSD	--	1 (0,2)	1 (0,2)	3 (0,6)
PRP	--	1 (0,2)	--	1 (0,2)
PT do B	--	1 (0,2)	--	--
PMN	--	1 (0,2)	1 (0,2)	4 (0,8)
PV	--	--	--	1 (0,2)
	487 (100,00)	495 (100,00)	503 (100,00)	513 (100,00)

Fonte: RODRIGUES, 1995: 81.

Tabela 7

Eleições 1994 Senado da República.

Partidos	Nº de cadeiras	%
PMDB	22	27,2
PFL	18	22,2
PSDB	11	13,6
PPR	6	7,4
PDT	6	7,4
PT	5	6,2
PP	5	6,2
PTB	5	6,2
PSB	1	1,2
PPS	1	1,2
PL	1	1,2
	81	100,0%

Fonte: RODRIGUES, 1995: 84.

Tabela 8

Resultado eleição presidencial 1994

Candidato	Partido	Votos	%
Fernando Henrique Cardoso	PSDB	34.364.961	54,27%
Luiz Inácio Lula da Silva	PT	17.122.127	27,04%
Enéas Carneiro	PRONA	4.671.457	7,38%
Orestes Quércia	PMDB	2.772.121	4,38%
Leonel Brizola	PDT	2.015.836	3,18%
Esperidião Amin	PPR	1.739.894	2,75%
Carlos Antônio Gomes	PRN	387.738	0,61%
Hernani Goulart Fortuna	PSC	238.197	0,38%

Fonte: wikipedia, Internet, acesso em 17/11/2009.

Os dados das tabelas e os resultados eleitorais para presidente são praticamente autoexplicativos sobre a esmagadora vitória presidencial de Cardoso, assim como também dos candidatos executivos e legislativos dos partidos que o apoiaram.

Vale um registro específico, a título de conclusão do capítulo, sobre o desempenho do PSDB. Aquele partido mediano, eleitoralmente sem perspectivas e já desanimado com a própria existência, qual uma fênix, renasce das cinzas e torna-se, talvez não a maior numericamente, mas a mais importante força política da nação, por estar ocupando a partir daquela eleição a presidência da república e, também, sete

governos estaduais, inclusive os três principais do país. Mais do que isso, as eleições de 1994, com a polarização PSDB versus PT, parece ter criado um “eixo” para a política partidária brasileira, um realinhamento em torno de dois partidos com “vocação nacional” – no sentido de priorizarem as disputas presidenciais e projetos para o país, mais do que questões regionais ou disputas “fisiológicas” por espaço político.

Capítulo 6 – O PSDB no poder

Temos usado a idéia de “racionalidade política contextual” (Lima Jr., 1983) de uma forma algo flexível. O próprio autor estava refletindo sobre e criticando uma literatura específica sobre partidos e sistema partidário brasileiro entre 1945 e 1964. Seu enfoque, no entanto, permite uma apropriação que vai além daquela conjuntura. Aqui não a utilizamos apenas no sentido original de lógica interna dos subsistemas partidários da época, mas como uma perspectiva metodológica que, aliada a outras de mesmo sentido, pudesse nos iluminar um pouco mais sobre o PSDB na cena contemporânea brasileira – um “caso” diferente, mas que guarda relações metodológicas com a questão de temporalidades e contextos, tão cara a Lima Jr.

Estamos abrindo este último capítulo com este assunto, pois seu título pode ser um pouco enganoso. Não queremos aqui, de forma alguma, fazer um balanço geral dos governos de Fernando Henrique ou dos governos estaduais ocupados por tucanos. Nem mesmo queremos fazer um balanço geral legislativo do partido na esfera federal. Sobre tais assuntos existem inúmeros trabalhos já escritos, embora um mínimo consenso acadêmico ainda pareça estar longe de ser alcançado. O Próprio Fernando Henrique escreveu *A Arte da Política* (2006) um pouco com essa idéia de balanço geral, embora, ao longo da obra, parecem mais instigantes e sugestivos os detalhes, casos, informações de bastidores e coisas semelhantes do que a própria defesa de seus governos.

O que nos interessou ao longo da tese foi mostrar tempos e contextos ligando culturas políticas e ações políticas – através do PSDB e sua principal liderança. Tempos que se interseccionam e se ligam às estruturas sociais, às dinâmicas institucionais e às redes de eventos mais contingentes. É por isso que idéias criativas como a de Lima Jr., Braudel, Vianna, Soares, Diniz e Sewell Jr., entre outros, tiveram um tratamento flexível no sentido de se adaptarem aos desafios analíticos do caso em questão.

E neste último capítulo a pretensão continua a mesma. Queremos entender o partido como objeto de pesquisa e não os governos de Cardoso. O fim da análise será 2002, evitando entrar em um tempo histórico tão próximo que o exame das questões tende a tornar-se quase uma crônica jornalística. É humanamente impossível realizar a análise que pretendemos, contudo, sem adentrar algumas temáticas centrais relacionadas aos mandatos de Fernando Henrique. Faremos isto, porém, de uma perspectiva que nos

ajude a aprofundar a argumentação central sobre visão de mundo e ação política – no caso, visão liberal de mundo e política do PSDB nas suas potencialidades e limites.

Pensando nessas observações iniciais é que organizamos o capítulo nas seguintes seções, cujos títulos podem parecer algo enganadores e contraditórios com o que acabamos de afirmar acima – principalmente os das duas seções finais, assim como o do próprio capítulo: 6.1. Visão de mundo e refundação do regime. 6.2. O PSDB e o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. 6.3. O PSDB e o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso.

6.1. Visão de mundo e refundação do regime

Quando apresentamos, no Capítulo 4, as razões para a fundação do partido e, depois, discutimos os documentos de fundação e o tipo de organização partidária que propunham as lideranças do PSDB, evitamos, de forma proposital, fazer uma discussão mais profunda sobre a autodefinição que afirmavam para a agremiação e suas lideranças: social-democrata, centro-esquerda, progressistas, esquerda não anacrônica, antipopulistas, reformistas e assim por diante.

Evitamos a discussão naquele momento porque a queríamos fazer neste capítulo final, cotejando idéias centrais de suas lideranças – principalmente as de Fernando Henrique – sobre tais questões com as práticas do partido no poder. Para tal, precisamos, antes de tudo, expor o que pensam sobre estes termos, idéias, conceitos, adjetivos ou que nome queiramos dar. Afinal, para cada fim, eles são usados com variados enfoques e ênfases muito diferentes, causando aquela tremenda confusão que nos alerta Lijphart (1971) sobre os “conceitos” e “palavras” terem significados distintos em diferentes situações, embora isso não seja levado em conta na maior parte das análises.

Um exemplo simples da política concreta: boa parte daqueles que eram oposição durante seu governo afirma que Cardoso é neoliberal e este, irritado sempre, respondia e continua afirmando que é de esquerda progressista e não de esquerda atrasada e/ou populista como seus críticos. Alguns desacertos conceituais e analíticos existem nessa aparente confusão sobre as visões de mundo e as práticas políticas concretas, pois, do contrário, como em outras plagas, as lideranças e os partidos aceitariam suas identidades sem maiores resistências ou, pelo menos, as discutindo dentro de certos limites lógicos e ideológicos. Impossível uma liderança, um partido ou um governo ser neoliberal, social-democrata e de esquerda ao mesmo tempo – ainda que estas “idéias” tenham sofrido tantas transformações ao longo do século XX que já não são o que eram. Só resta, então, o caminho do debate e da reflexão para dirimir posições extremamente antagônicas.

Fernando Henrique, ainda em 1990, escreveu um artigo (“Desafios da Social-Democracia na América Latina”) e um livreto (*Social-Democracia – o que é, o que propõe para o Brasil*), assim como, ao longo dos anos 90 e na década atual, escreveu inúmeros artigos acadêmicos, deu entrevistas para a mídia impressa e, em 2006, ainda escreveu o seu *A Arte da Política*. Em todas essas obras discute as questões que levantamos acima. Outros intelectuais tucanos, principalmente na coletânea organizada

por Hélio Jaguaribe, *A proposta Social-Democrata* (1989) e várias obras de Bresser Pereira (por exemplo, 1996, 1997, 2000 e 2006), também debateram a questão em momentos e literaturas variadas. Rubem Barboza Filho discutiu a questão em um longo artigo (“FHC: os paulistas no poder”, 1995). Além deles, alguns analistas, como Tymothy J. Power na obra *A Social Democracia no Brasil e no Mundo* (1997) discute a questão de um ponto de vista próximo ao dos intelectuais tucanos. Este debate realizado pelos analistas citados é feito sempre de forma interligada, mas não copiada, com as discussões de intelectuais principalmente europeus como David Miliband (Org.) (*Reinventado a Esquerda*, 1997), David Held e Anthony McGrew (*Prós e Contras da Globalização*, 2001) e Anthony Giddens (Org.) (*O Debate Global sobre a Terceira Via*, 2007) – geralmente, envolvidos em polêmicas semelhantes em seus países ou sobre a região, embora a história da Europa seja muito distinta da nossa, o que, aliás, intelectuais tucanos, a começar por Cardoso, sempre reconheceram.

Um número enorme de críticos europeus e brasileiros também se debruçou acadêmica e politicamente sobre tais assuntos de perspectivas críticas e obras de vários tipos (livros, artigos acadêmicos, entrevistas para a mídia, etc). Por exemplo: Luiz Werneck Vianna (*Esquerda Brasileira e Tradição Republicana – estudos de conjuntura sobre a era FHC-Lula*, 2006), Norberto Bobbio (*Esquerda e Direita*, 1995), Gabriel Cohn (“Esquerda e Nova Civilização”, 1999), Leandro Konder (entrevista a *Isto É* – “FH se Converteu à Direita”, 1996), Alberto Tosi Rodrigues (*Brasil de Fernando a Fernando*, 2000), Aloysio Biondi (*O Brasil Privatizado I e 2*, 1999 e 2000) e Angelo Segrillo (“A Confusão Esquerda/Direita no Mundo Pós-Muro de Berlim: uma análise e uma hipótese”, 2004). Vamos evitar aqui citar a maioria dos autores estrangeiros críticos do neoliberalismo, que são muitos, pois, principalmente agora, depois da gigantesca crise de 2008, ninguém mais parece ser adepto explícito de tal linha político-ideológica, o que complica uma discussão já fragmentária.

Os dois parágrafos acima com exemplos de defensores e críticos das visões de mundo liberais e/ou da “nova esquerda” (para evitar, por enquanto a expressão social-democracia) ficaram mais ou menos semelhantes em termos de registro de obras e autores, o que indica nossa vontade de fazer uma reflexão equilibrada. Por isso, também evitamos aqui registrar os críticos excessivamente extremados que praticamente impedem algum tipo de diálogo entre as posições. Porém, a faremos principalmente

através da “fala” dos intelectuais do PSDB⁶⁷ (só parte, uma pequena e selecionada parte – seria impossível ser de outro jeito aqui), pois é esse nosso objeto de estudo, embora sempre intercalando sugestões e comentários de seus opositores, além de nossa própria e modesta contribuição, ou seja, uma abordagem crítica, aliás, que procuramos utilizar ao longo de toda a tese. E, por incrível que pareça, muitas vezes as palavras da própria liderança ou do próprio intelectual daquela corrente explica melhor o que pensam – face às contradições e imprecisões conceituais e analíticas – do que, não raro, as críticas extremadas e furibundas dos que lhes fazem oposição.

Fernando Henrique, no artigo citado sobre social-democracia na América Latina, afirma, ainda bem no começo do texto que a social-democracia está emergindo no continente “quando alhures – e, até certo ponto, na própria América Latina – ocorre o triunfo do mercado e do liberalismo”. Através de Thatcher e Reagan, quando “até certo ponto o individualismo possessivo volta a ocupar o centro da cena”. Além disso, ainda tem a questão do fim do socialismo soviético. Então, qual social-democracia? **Tipo a dos austríacos do passado** [grifo nosso], críticos “tanto do liberalismo que se restringe a endeusar o mercado (...) quanto do socialismo bolchevique”. Social-democracia assediada pelo neoliberalismo mundial, mas que tem outros obstáculos próprios no continente (que ele tanto estudou). Quais? A tradição nacional-populista e seu peso do passado, em **primeiro lugar**, com seu desenvolvimentismo, estatismo, nacionalismo, etc. Optaram pelo estatismo de viés autoritário e não pelo *welfare state* democrático – como na Europa. Preferiam aqueles benefícios “doados de cima” pelo Estado “do que a defesa do voto, que no dizer de Vargas, ‘não enche barriga’”. As ditaduras que se lhes seguiram a partir dos anos 60, em **segundo lugar**, fizeram uma modernização conservadora e endividaram os países, bem como separaram o Estado (vilão autoritário) e a sociedade civil (o mocinho da história). Com a onda liberal mundial, por outros motivos, reforçou-se a crítica ao Estado. “A nova vaga passou a valorizar a iniciativa privada, o mercado e a ‘desregulamentação’ como pivôs do desenvolvimento econômico”. O desenvolvimento social seria o “subproduto” do avanço econômico. E a social-democracia no continente? Nossas condições são muito diferentes da Europa, como vimos. Lá, foi pela via democrática do reformismo. Aqui, precisamos “criticar o

⁶⁷ Não porque tenha sido presidente ou porque seja mais destacado do que outros intelectuais tucanos também na área acadêmica, mas porque durante toda a tese tomamos sua obra como referência, continuaremos dando preferência às formulações de Cardoso – contribuindo parcialmente para discutir as idéias um autor que, pela importância, ainda tem poucos trabalhos acadêmicos sobre o conjunto de sua obra.

‘Estado como realmente é’ e, deste ângulo, aceitar algumas críticas do liberalismo e mostrar, ao mesmo tempo, suas limitações e distorções”. Para defender os trabalhadores, é preciso combater o corporativismo e não descuidar da produção (pois só assim haverá riqueza para distribuir). Isto nos diferencia da Europa e do nosso passado populista. “A social-democracia há de se opor à direita liberal e aos populistas com distintos argumentos, **mas com igual firmeza** [grifo nosso]”. O liberalismo está eliminando a idéia de “desenvolvimentismo” do tipo cepalino. Porém, surgem forças sociais importantes da sociedade civil. Mas temos que resolver a questão social de uma forma universal, sem corporativismo, através da prosperidade material. Para tal, existem alguns desafios a serem enfrentados: (a) social-democracia e Estado: competitividade e decisões públicas, mais do que “estatizar” ou “privatizar” – embora seja necessário fazer isso em alguns casos para o Estado deixar de ser “privado”, mas tal decisão é polêmica sempre. “A gestão predadora, patrimonialista, e a corrupção podem existir no setor estatal ou no privado. Em ambos são condenáveis. **O mercado competitivo é o antídoto para esses males** [grifo nosso]. (b) Social-democracia e nacionalismo: na Europa, os trabalhadores eram internacionalistas e a burguesia era nacionalista, aqui é exato o contrário (esquerda nacionalista e desenvolvimentista). Com a “globalização da economia”, diz o autor, “as viradas da história deixaram os ideólogos com as calças curtas”. O mundo mudou e a “esquerda ortodoxa” (dita progressista) não entendeu o processo. É um anacronismo econômico. Autarquia militar copiada pela esquerda. O nacionalismo social-democrata tem que ser filtrado pelo interesse público. “É preciso que os social-democratas, **sem aderir ao neoliberalismo** [grifo nosso], discutam, caso a caso, os graus e os modos pelos quais deve dar-se a **abertura das economias latino-americanas** [grifo nosso]” – sem aviltar o valor do trabalho. (c) Social-democracia e regime democrático: na Europa, a social-democracia chegou ao poder, antes da Primeira Guerra e depois da Segunda Guerra, quando já estava democratizada, embora com o intervalo nazifascista, duas guerras mundiais e uma grande crise do capitalismo no meio do caminho. O *welfare state* é produto desse processo todo. Era uma combinação de democracia-liberal e avanços sociais. Até na Espanha redemocratizada foi assim. Sempre maior crescimento onde a social-democracia era mais forte. Mesmo depois da crise dos anos 70 foi assim. Na América Latina, a democracia renasce na sua pior década econômica (anos 80). Desafio da social-democracia, então, é democratizar e reformar. Seria melhor com parlamentarismo, pois o presidencialismo “degenerou” no continente – sem autonomia dos poderes, “abastardado em múltiplas experiências

autoritárias, de cunho militar e civil”. Parlamentarismo, mas com participação popular – e a Teologia da Libertação tem ajudado muito na organização do povo. Enfim, combinar democracia com reformas para garantir recuperação econômica e possibilidade de solução dos problemas sociais (Cardoso, 1990-a: 29-49).

Este “programa social-democrata” exposto por Fernando Henrique é, na verdade, uma espécie de social-liberalismo da periferia latino-americana. Não há verdadeiramente nada explicando o “conteúdo social”, só abstrações e generalidades, ao contrário das reformas liberais necessárias para nos inserir no bom caminho da “globalização econômica” inescapável e, sem a qual, “de calças na mão”, nada podemos fazer. Não há nem mesmo uma discussão sobre a complexidade dessa inserção inexorável, se subordinada, meio autônoma ou interdependente. Queremos parecer com a Europa no futuro? Que façamos o inevitável: um “choque de capitalismo” (como Cardoso e Serra, no ano anterior, convenceram Mário Covas a defender em 1989 no seu discurso de lançamento de candidato a presidente no Senado) ou um “choque de globalização” (como Cardoso defende em 2000 em uma entrevista para a revista *República*). Não bastassem estes dois choques, ainda temos uma versão mineira: “choque de gestão”. São todas propostas, em graus e qualidades intelectuais variadas, de uma mesma perspectiva ou visão de mundo.

Tais choques reformadores, porém, podem ser chamados de social-democracia? Não são social-democracia. A menos que entendamos essa expressão como adaptação meio forçada de parte das idéias de Giddens e outros autores europeus (a chamada “terceira via”). No caso, recriadas e/ou apropriadas de um jeito bem particular para a América Latina. Mas Cardoso escreveu o artigo muito antes de Giddens formular a idéia da “terceira via”, embora o debate já ocorresse na Europa em outros termos. Aliás, tornou-se liberalismo na Europa e, aqui, nem se fala. Lá, um social-liberalismo (e, às vezes, neoliberalismo com tinturas sociais) que se debate com suas raízes históricas de verdadeira esquerda. Aqui, uma social-democracia sem raízes históricas e sem participação efetiva do povo nessas agremiações, qual o PSDB no Brasil, que defende uma **democracia liberal** e resultados sociais como consequência de **reformas liberais do Estado**.

Nosso passado de lutas e de conquistas conseguidas a duras penas não passam de populismo, corporativismo, nacionalismo e autoritarismo nessa visão de mundo. Interessante, pois o “tipo austríaco do passado” de realizar políticas sociais é um *welfare state corporativo* (ou “neocorporativo”), assim como em quase toda a Europa

continental, com ampla participação dos sindicatos e outras corporações representando o povo. Fazendo reformas liberais em nossos países nas condições históricas desfavoráveis que até o próprio Cardoso reconhece, o mais provável é termos um *welfare state liberal* “manco” e não um *welfare state social-democrata* (ver Esping-Andersen, 1991: 85-116, sobre a discussão dos tipos de *welfare state* nos países mais ricos).

Se lá estão dismantelando ou tentando dismantelar (variando de país para país) o que foi feito também a duras penas, a partir de lutas e conflitos, mas também negociações e pactos sociais, principalmente nos “trinta anos dourados” entre 1945 e 1975 (ver, por exemplo, Pierson, 1995; Held e McGrew, 2001; Giddens, 2007), aqui não é dito nem por onde começar a construção ou ampliação do nosso pequeno e frágil *welfare state*. Cardoso está preocupado, no caso da América Latina, Brasil naturalmente incluído, unicamente com as pré-condições – todas, literalmente, liberais, embora não necessariamente negativas ou descartáveis a priori, mas, com certeza, em vários casos concretos, limites claros às questões sociais. Nos países do continente, se as forças populares fossem esperar os resultados dessa estratégia de crescimento e melhoria de vida, estariam “a ver navios”, como se diz. Quem foi à luta e alcançou largas melhorias e resultados palpáveis no continente que o diga. E, geralmente, criticando parcial ou completamente esse “programa liberal periférico” defendido por Cardoso, além de muitos outros intelectuais e lideranças políticas ao longo dos anos 80 e 90. Não vamos citar casos, pois fugiria ao centro da nossa discussão, além de criar polêmicas desnecessárias aqui.

Fernando Henrique, quando era senador, contudo, no mesmo ano, 1990, como já mencionamos, publicou um livreto para divulgar as idéias social-democratas do PSDB para o Brasil com objetivo de formação dos militantes e simpatizantes do partido, mas também divulgar as idéias para o público em geral. Afirma que a social-democracia virou moda no Brasil. Observa que são idéias pessoais, mas traduzindo idéias dos documentos do PSDB – que ele mesmo ajudou a redigir. O simpático livreto está dividido em partes e seções dentro das partes. Vamos resumi-lo, pois é extremamente revelador. **Na primeira parte**, sobre o que é a social-democracia, explica que é uma corrente política do século XX que já governou com sucesso inúmeros países e, em outros, como oposição inspirou políticas sociais. Luta, entre outras coisas, “pela subordinação do poder econômico ao controle democrático da sociedade”. Sua posição ideológica é de esquerda, pois contra a ordem social atual. É progressista por que quer

mudanças e nelas acredita. Mas no Brasil são palavras enganadoras, pois elites conservadoras se dizem progressistas e pessoas de uma certa esquerda são atrasadas – lutam contra uma sociedade que já não existe. Suas idéias são variadas. É uma visão que se diferencia de outras correntes porque democrática desde o início. Não é um movimento revolucionário e contra o capitalismo, mas foi isso no século XIX. Tornou-se reformista social gradualista. Sempre ao lado dos trabalhadores por igualdade de oportunidades, mas sem lutas de classes sangrentas, embora com participação do povo. Defende a iniciativa privada, mas também suas responsabilidades sociais. Não interessa quem é o dono das empresas, mas seus resultados públicos. Podem estatizar ou privatizar empresas. Não deseja “menos Estado”, mas eficiência e garantia de avanços sociais – só possíveis com presença do Estado. “O fundamental para a social-democracia não é, assim, que o estado seja pequeno ou grande, mas que tenha o tamanho e as funções correspondentes às necessidades do conjunto da sociedade”. A democracia é sua meta e seu caminho para sintetizar o que há de bom e superar o que há de ruim no capitalismo e no socialismo. **Na segunda parte**, sobre sociedade democrática, observa que não sabemos aonde suas mudanças irão parar, mas há traços indicativos no mundo de hoje: menos guerras e mais integração comercial pelos meios de comunicação; tecnologia revolucionando economia e sociedade; insatisfação com excesso de centralização; democracia tornando-se prática universal. Governos europeus se esforçaram para acabar com Guerra Fria e, quem sabe, não teremos paz duradoura no próximo século [o atual]. A integração tem que ser mundial e não apenas entre os países ricos. Progresso científico é base, mas não resolve condições de vida. Benefícios para os trabalhadores, tipo diminuir jornada de trabalho, só com lutas. Atualmente, a globalização tem gerado muitas desigualdades. Educação e trabalho são pontos decisivos para mudar isso. É um regime de democracia-liberal com direitos humanos, pluralismo partidário, etc. **Na terceira parte**, sobre as propostas da social-democracia para o Brasil, diz que a Europa está se unificando e achando seu caminho. Aqui temos outros desafios específicos. Não somos subdesenvolvidos, mas “mal desenvolvidos” (desigualdades econômicas e problemas sociais diversos). É preciso e distribuir renda ao mesmo tempo em que crescemos. Na economia, **o desafio é gerar um plano de estabilização** [fez o Plano Real três anos depois] sem prejudicar trabalhadores. Precisamos fazer uma “**Perestroika**” [é o choque de capitalismo]. Precisamos de capitais externos, pois **o mundo globalizado é “interdependente”** [grifo nosso]. Temos que fazer uma revolução educacional e tecnológica. Redistribuição de renda é

necessária, **mas deve ser feita em negociações entre patrões e trabalhadores** [grifo nosso] – “prometer o contrário é demagogia”. Ao governo cabe melhorar serviços públicos e decidir salário mínimo. Reforma agrária tem que ser feita **sem afetar o grande negócio agrícola** [grifo nosso]. Desenvolvimento sustentável. Reformar o Estado no sentido de acabar com as “jogadas” entre iniciativa privada e burocracia pública (os “anéis” que ele tanto estudou). Estado como instrumento de justiça social e não a serviço de grupos de interesse. Reforma tributária, pois aqui ricos pagam pouco e mais pobres arcam com os impostos. Parlamentarismo como ponto central da reforma política. **Na quarta e última parte**, sobre a social-democracia brasileira e os partidos, Cardoso assinala que existem pontos que aproximam e outros que distanciam as forças políticas que se consideram de esquerda (como o PSDB). **Os pontos de aproximação:** O PSDB tem uma finidade histórica oposicionista que vem da luta contra o regime autoritário. As eleições para presidente mostraram que não é o bastante para criar uma opção aos olhos da população. Mas cria um laço forte entre os que foram perseguidos e acalentaram o sonho da democracia. Existe também um sentimento comum de “indignação diante da tragédia social brasileira – a tragédia da desigualdade exacerbada, da miséria das massas e da cegueira das elites”. O PSDB reconhece no PT a novidade da emergência das forças sociais e novidade na política brasileira. Quanto às elites, o PSDB também procura um diálogo em torno da democracia e solução dos problemas sociais. **Os pontos de distanciamento:** O PSDB questiona nos partidos de esquerda um viés autoritário, achando que a “democracia burguesa” pode ser descartada “em nome da revolução socialista”. Para preservar e melhorar a democracia, “o PSDB não pode aceitar o *assembleísmo* típico do PT”. Participação, sim, mas nunca passando “por cima das instituições fundamentais da democracia representativa – o estado de direito, o parlamento, o governo legitimamente eleito, o próprio partido político. Mesmo porque, a autonomia das organizações de base também depende dessas instituições”. Os comunistas e socialistas, não só do PT, dividem a sociedade em classes antagônicas. O PSDB é contra esse *monoclassismo* como alternativa. O PSDB é pluralista e não quer o monopólio da representação dos setores. O PSDB também não aceita o *corporativismo* (achar que os direitos de setores explorados são absolutos). Queremos saber as consequências para o conjunto da sociedade. Quanto ao PDT a maior crítica é o personalismo restritivo do brizolismo. O PSDB “não aceita a visão de socialismo como sinônimo de estatização dos meios de produção”. Por não ver isso, parte da esquerda brasileira é atrasada sobre as reformas necessárias. Também questionamos o

nacionalismo anacrônico. Aquele que vê o dedo do imperialismo nos investimentos estrangeiros e busca se isolar economicamente. “Por fim, em relação aos setores de elite que hoje se mostram simpáticos às propostas da social-democracia, **a atitude do PSDB é de expectativa cautelosa** [grifo nosso]. É importante a elite perceber a necessidade de reformas. Mas os conservadores apenas querem mercado sem Estado. Isto o PSDB não aceita. O bem-estar do povo deve ser prioridade (Cardoso, 1990-b: 1-59).

Estes resumos são necessários para entendermos exatamente o que pensavam. A novidade no livreto em relação ao artigo é que, além de algumas explicações históricas – das quais o PSDB procura distância –, Fernando Henrique acrescenta dois conjuntos de questões novos. O primeiro é sobre um programa detalhado, mais ou menos como o do partido, que já analisamos no Capítulo 4 – programa de reformas liberais como prioridade política, ou seja, o social é sempre uma espécie de “subproduto” do mercado capitalista funcionando melhor. O segundo é sobre como vê as outras forças políticas. Desanca o PT e o PDT por razões variadas e, sobre as elites, tece críticas leves e diz ter expectativa cautelosa. Quer dizer, o lado – sem querer ser maniqueísta – já estava escolhido. E a visão central de mundo também: social-democracia nessas definições é liberalismo com tinturas sociais – e sem povo participando contra as instituições liberal-democráticas. Não há engano possível. Podemos ficar discutindo quem e o que é ser esquerda abstratamente ou concretamente (Bobbio, 1995; Bresser Pereira, 2008), mas esta discussão não é apenas conceitual, mas posição em um espectro político determinado (Guimarães, 2007). Podemos nos identificar assim ou assado ideologicamente, mas isto não quer dizer que em dada situação real seja verdadeiro ou correto. No Brasil, o próprio Cardoso admite, ninguém é de direita, todos são preocupados com o social e assim por diante, principalmente durante eleições nas quais a demagogia é generalizada, incluindo partidos sérios como PSDB e PT. Precisamos cotejar discursos com práticas para tirar a limpo ainda que parcialmente a questão.

Bresser Pereira, em dois artigos bem posteriores para a *Folha de São Paulo* deixa as questões ainda mais claras sobre a visão de mundo que professam, embora faça parte de uma das alas liberais em que o partido acabará por se dividir no governo (e que veremos na seção seguinte), embora as raízes das divergências talvez sejam bem anteriores. Em um, “O Socialismo Liberal de Rosselli” (na verdade, trecho de um prefácio sobre a publicação da obra do pensador italiano), observa que a crise da esquerda após o fim socialismo soviético é, de certa forma, “em menor grau, também, uma crise da social-democracia, que se identificou com o Estado do Bem-Estar”.

Porém, se bem vistas as coisas ao longo da história (as visões de T.H. Marshall sobre implantação dos direitos civis, políticos e sociais), “torna-se claro que não há oposição, mas complementaridade entre liberalismo, democracia e socialismo”. Continua: “No final do século XX, não há dúvida de que o **programa de esquerda social-democrática rumo ao socialismo** [grifo nosso] tem que ser liberal e democrático. Liberal e democrático tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista econômico”. Mas tirar o Estado da economia e do social, como propõem os neoliberais, é irrealista. Nunca escaparemos das elites, mas elas serão controladas se o Estado reformado garantir direitos e educação. “O socialismo não será resultado do colapso do capitalismo, mas do seu êxito”. O liberalismo e a democracia são, ao mesmo tempo, fins e meios (Bresser Pereira, 1997: 12).

No outro artigo, com o sugestivo título de “Nova Esquerda Social-Liberal em Berlim”, que trata da reunião de 14 chefes de governos “social-democratas”, articulação que vicejava sob os auspícios de Tony Blair e inspiradas em idéias de Giddens sobre “terceira via”, Bresser observa que “na reunião de Berlim não se falou em socialismo, mas o centro do debate (...) foi definir (...) o que significa ser um governo de esquerda moderna no século 21, no mundo globalizado”. Desde os anos 30 a esquerda pensa em um socialismo liberal. Novo influxo ocorreu nos anos 70 e 80. Agora, nos anos 90, temos a “nova esquerda” assumindo com Blair. “**A nova esquerda é liberal** [grifo nosso] porque acredita no mercado e na democracia, **mas é também social** [grifo nosso]”. A esquerda clássica acusa essa nova esquerda de “neoliberal”, mas é inconseqüente dizer que todas as reformas orientadas para o mercado possam ser classificadas assim. Neoliberalismo é liberalismo extremado visando estado mínimo ou algo próximo. A esquerda clássica confunde neoliberalismo (ideologia) com globalização (processo real). Sem querer, a esquerda clássica subscreve a idéia neoliberal de que globalização é perda do poder nacional e de poder do Estado. Estas perdas são muito menores do que se diz. Em Berlim defendemos a ação do Estado para contrabalançar a cegueira do mercado. Os latino-americanos (Cardoso, Lagos, De La Rúa) concordaram com tudo isso, mas registraram a situação específica dos países em desenvolvimento. Em Berlim ficou claro, entre outras coisas, “que hoje, mais do que nunca, os **socialistas democráticos são capazes de governar o capitalismo mais competentemente do que os capitalistas** [grifo nosso]” (Bresser Pereira, 2000: 3).

Apesar de todas as vezes que Bresser Pereira utiliza a palavra **socialista** [grifo nosso] para identificar os atuais “social-democratas” da “terceira via” – seus

companheiros de visão de mundo –, o que deixa claro, para além de qualquer dúvida, é que são todos **social-liberais**. Não se trata nem mesmo de uma definição que ficou comum no imediato Pós-2ª GG: “economia de mercado socialmente regulada” (pelo Estado e pactos entre as partes do “neocorporativismo” democrático instalado em muitos países e ainda sobrevivendo sob fortes ataques, inclusive de governantes variados da “terceira via” – Blair, Brown, Clinton, etc). Aderiram todos a uma **agenda liberal** [grifo nosso], disputando em seu interior o conteúdo mais ou menos extremado. Só assim podemos entender a “terceira via”, seja no Primeiro Mundo ou aqui na periferia do sistema capitalista mundial. Buscam uma gestão melhor para o capitalismo.

É um renovado “modelo liberal de exercício do poder” (Kühnl, 1973), mas sem aquele espírito “quase libertário” do liberalismo clássico em seus primórdios, apesar do caráter burguês tão marcante. Não é também um liberalismo utilitarista benthamiano ou filosoficamente hayekiano, que resultou em formulações menos sutis do neoliberalismo de governantes (Tatcher e Reagan) e defensores do mercado total – economistas, homens de negócio, autoridades da área econômica, etc, que fazem uma “política social para os ricos” (como na crise atual). É uma via intermediária, mas não um “caminho novo” como pregam, pois tal liberalismo tem raízes em pensadores do século XIX como Stuart Mill e outros. É um debate dentro do campo liberal e não dos seus críticos (socialistas, social-democratas da “velha guarda” e reformistas sociais mais ou menos radicais de várias linhas – cristãos, ecologistas, feministas, anarquistas, movimentos antiglobalização, etc). É também, como explica Cardoso literalmente, “dentro da ordem vigente” – nunca contra as instituições da democracia-liberal, que parece ser se “telos maior”. Não são, porém, como dizem muitos críticos, “neoliberais”. Filosoficamente, não. Hora nenhum reconhecem ou defendem um estado minimalista, o eudeusamento do mercado, etc. A confusão vem, talvez, do fato de que pregam reformas sempre em sentido de “diminuir o Estado” e “reforçar o mercado”, mas porque muitos desses intelectuais têm uma visão já de décadas crítica ao estatismo, ao nacionalismo, etc, que relacionam com autoritarismo e desenvolvimentismo corporativista em nosso continente. Parafraseando Bresser Pereira, confundem ideologia com processos reais.

Na prática, quando as coisas ficam bem mais complicadas, só discutindo medidas e ações concretas para termos alguma clareza – o que faremos na seção seguinte, embora com limitações. Antes, porém, precisamos examinar dois outros assuntos relacionados às visões de mundo dos quadros intelectuais e dirigentes do PSDB, sintetizados nas seguintes interrogações: (a) Os tucanos ocupam que posição

exatamente no espectro político-ideológico do mundo ocidental contemporâneo? (b) Como pretendiam, implantando o seu programa, refundar o regime político e econômico brasileiro em bases liberais?

A literatura que analisa e reflete sobre esquerda/direita, liberalismo/socialismo, marxismo, social-democracia, *welfare state*, globalização, etc, é vasta e complicada. Qualquer opção que escolhêssemos aqui seria polêmica e questionável, principalmente se a referência fosse sobre alguma obra acadêmica nacional. Geralmente, as obras qualitativas e ensaísticas são “contaminadas” pelas posições dos autores, como vemos em parte da literatura. Em outra parte, vemos discussões pretensamente “objetivas” e “neutras” sobre o que significam essas posições na visão da população através de *surveys* (estatisticamente perfeitos e qualitativamente nem tanto). Tem ainda uma literatura qualitativa densa, mas impossível expô-la no pequeno espaço dessa seção. Optamos, com todos os riscos, seguir um outro caminho, aproveitando uma reflexão feita sobre globalização anteriormente no próprio doutorado em uma disciplina ministrada pelo professor Bruno Reis.

Na análise feita em 2002, sobre globalização, tomamos como referência a obra de David Held e Anthony McGrew, *Prós e Contras da Globalização* (2001), pois, apesar dos autores serem claramente da posição “terceira via”, fazem no livro um balanço geral da vasta literatura sobre o assunto, tentando, sem conseguir muito, manter uma certa objetividade nas classificações e análises.

Independente dessa ressalva, eles dividem, desde o início, os autores e obras em “céticos” e “globalistas” – os primeiros como críticos do processo de globalização em curso e os outros como seus defensores, ainda que, em ambos os “blocos”, divisões muito claras ocorram. No Capítulo 5, então, eles fazem uma classificação, que vale registro para termos algum ponto de apoio sobre a posição tucana no espectro político-ideológico do mundo globalizado atual.

Segundo os autores, depois de discutirem a política, a economia, a sociedade e a cultura, na visão dos diversos analistas dos dois blocos de estudos, uma constatação é comum entre céticos e globalistas: o mundo tem grandes desigualdades. Globalistas culpam distorções da globalização econômica e céticos dizem que é o imperialismo de sempre e sua dinâmica geopolítica (Held e McGrew, 2001: 69-70).

Nesse diagnóstico, porém, a divisão entre globalistas e céticos é bem mais complicada do que parece à primeira vista. Senão vejamos.

Os **globalistas neoliberais** são otimistas com o sucesso do Leste da Ásia e da América Latina. Por isso, pregam mais abertura comercial e mais intercâmbio em todas as áreas para o mundo continuar melhorando como nos últimos anos. As desigualdades “naturais” continuarão, mas é melhor haver isso em um certo patamar do que voltar ao intervencionismo anterior. Globalização traz riquezas e desigualdades ampliadas são transitórias. No médio prazo, o mundo será melhor e teremos uma ordem mundial mais pacífica (Held e McGrew, 2001: 70-72).

Os **globalistas social-democratas** (terceira via) criticam três coisas: divisão dos trabalhadores entre ganhadores e perdedores; marginalização dos países perdedores; e declínio do estado de bem-estar social. É algo assim: mundo abastado para poucos e pior para muitos (inclusive povo trabalhador da OCDE, onde a pobreza cresce). Há muita precarização do trabalho e segmentação horizontal. Isso divide nações e desgasta solidariedade. Mundo, então, está mais instável. Quer dizer, ou se refreia os efeitos perversos da globalização ou um novo barbarismo emergirá desses “pobres”. A solução é a social-democracia [na versão que já vimos Bresser explicar com mais detalhes], não como projeto nacional, mas como um novo projeto ético-global (Held e McGrew, 2001: 73-4).

Os **céticos marxistas tradicionais** (meio utópicos na visão dos autores) dizem que um “*New Deal* global” é utopia/ingenuidade. Assim, as divisões vão se acentuando entre 1º e 3º mundos, dentro dos próprios países da OCDE, entre norte e sul do planeta, etc. Isso é um imperialismo ocidental, como vem ocorrendo desde há muito. 50% das populações e 2/3 dos países presos ao FMI ou ao Banco Mundial. Até países “de sucesso” entram em crise (os do leste asiático, por exemplo). A internacionalização só reforça padrões históricos de dominação – e não o inverso. Exemplos: 3º mundo “bloqueado”, domínio da OTAN, violência/miséria como realidade cotidiana na maioria do planeta, etc. A saída teria que ser algo parecido com um pacto de futuros Estados socialistas (Held e McGrew, 2001: 74-75).

Os **céticos realistas ou mais moderados** acham essa idéia acima um delírio, pois o socialismo que tinha se esfumou. Dizem que, apesar das desigualdades crescentes entre as nações, as desigualdades sociais são mais explicadas por fatores internos ou nacionais. Erro de todas as outras linhas analíticas ou ideológicas: achar que pactos globais, socialistas ou social-democratas, vão solucionar os graves problemas mundiais. A desigualdade está inscrita na ordem global hierárquica pelos critérios de poder econômico e militar nacional. Essa hierarquia é decisiva para manter a ordem e

policar o sistema. Moderar desigualdades é uma boa aspiração moral, mas não é racional ou realista num sistema de lutas constantes entre os Estados – os fracos sempre saem prejudicados. Então, nada de outra ordem, pois pode até ser pior. Por enquanto, são problemas insolúveis globalmente. A solução é sempre parcial e nacional, pois as “saídas” multilaterais no máximo corrigem certos excessos (Held e McGrew, 2001: 75-78).

A classificação pode ser considerada e é muito polêmica, além de “distorcida” sobre as posições dos globalistas da social-democracia (“douraram a pílula”, como se diz), na nossa opinião, mas nos ajuda a fazer parcialmente a discussão. Os líderes e intelectuais do PSDB não são neoliberais nas suas convicções, embora possam existir alas minoritárias mais próximas desse ideário (principalmente alas de adesão mais recente ao partido). A história de suas lideranças principais, por outro lado, têm ligações com os chamados por Held e McGrew de céticos moderados – geralmente, ligações mais acadêmicas e metodológicas, como vimos no Capítulo 2 sobre Cardoso, embora Covas e outros tenham tido ligações práticas. Como são críticos explícitos dos ideários neoliberais e do marxismo ortodoxo, assim como dos céticos moderados com seu “nacionalismo estatista”, só podem ser classificados, nesse quadro apresentado pelos autores, no globalismo social-democrata.

Na nossa região do mundo talvez ficassem mais adequadamente definidos como social-liberais da periferia – e o termo periferia tem implicações práticas, como veremos. Mesmo na Europa, embora lá tais expressões e definições tenham dificuldades históricas mais difíceis de contornar, social-liberalismo não seria uma má classificação. O PSDB pode se dizer de esquerda, social-democrata, socialista liberal, etc. Mas a sua marca ideológica é o liberalismo – com suas variações. Não há como fugir disso. Está impresso no seu DNA. Com a ressalva de que é uma visão de mundo mais clara para os quadros dirigentes do que para chamadas “bases” – mais preocupadas com resultados eleitorais, mas sem questionar a linha geral. Se marcas próprias adquirem no Brasil é a de, mesmo a contragosto de Cardoso e outras lideranças, na política real, aceitar “resquícios” práticos e ideológicos de patrimonialismo, corporativismo, fisiologismo, etc. Além, é lógico de uma aproximação cada vez mais carnal e menos “cautelosa” com as elites e sua grande mídia – tão importantes para o sucesso do PSDB durante um certo período e sua sobrevivência depois desses tempos de bonança.

Interessante também no sentido de que muitos críticos fincaram pé em suas análises nos aspectos do passado, mas Cardoso especialmente foi muito além, já

apontando formas de superação futuras – globalização e liberalismo (não explícito exatamente) além do seu tempo, o que tem relação com sua visão mais cosmopolita, pois era um “cidadão do mundo” (como já defendemos anteriormente). Por isso foi uma tão grande novidade no Brasil contemporâneo. Não que outros também não tivessem pensado coisas parecidas, mas sem a mesma consistência e sem a *fortuna* de Cardoso na política. E buscando um espaço que colocasse o partido contra o liberalismo mais extremado ou mal explicado (de Collor, por exemplo, embora Cardoso não criticasse as bases do que dizia e sim a forma do que fazia, como já registramos) e, principalmente, contra as esquerdas tradicionais “atrasadas” (PT, PDT, etc). Não exatamente um “príncipe da burguesia” (Guiot, 2006), além disso, um estadista reconstrutor do país (que “sonhava” com o cargo de presidente desde pequerrucho) – daí, tantas contradições, polêmicas, desacertos e até conflitos com a burguesia e sua grande mídia que sempre o apoiaram a partir de certo momento. O personagem e sua visão de mundo, que se traduziram concretamente no PSDB, não são assim tão fáceis de classificar e analisar.

Posto isto, podemos passar para a outra questão: como refundar o regime brasileiro em tais bases? Esta discussão é feita por, entre outros, Rubem Barboza Filho no artigo já mencionado (“FHC: os paulistas no poder”, 1995). O que defende o autor (e, para nós é importante registrar, resumidamente e refazendo a ordem dos argumentos para enfatizar certos aspectos centrais para nossa discussão, pois nos permite cotejar intenções com práticas concretas nas seções seguintes)?

A vitória de Cardoso em 1994 não foi apenas coroar um novo rei, mas criar um novo regime (com São Paulo aliado ao Nordeste). Caráter “maquiaveliano”, prussiano e organicista do resto do Brasil confrontado com o mundo “liberal” de São Paulo. “Era Vargas” sombreando a transição democrática, o que precisava ser mudado. O PT não compreendeu e ficou “preso” a uma visão de predomínio do social sobre o político. Constituição de 1988 é uma espécie de nova “carta testamento”. As confusões maquiavelianas que se seguiram (Collor, impedimento dele, etc) representam também a “morte” do espírito passadista da Constituição. Entram os paulistas na política para “arrumar as coisas”. Não só o PSDB, mas também o PT são “coveiros do maquiavelismo” – e, de alguma forma, faces de uma mesma moeda. Ambos com problemas, pois ligados a tradições culturais paulistas. Intelectuais paulistas têm ligação com Europa, mas pensando de forma “provinciana” internamente, só olhando para São Paulo – nas versões que resultaram no PT e no PSDB. Os intelectuais cariocas do pré-

64, nacionalistas e sem ligação com Europa, sempre pensando o Brasil todo, com visão de conjunto. Mas foi de São Paulo que saiu as idéias e as lutas pela democracia – como uma “sociedade aberta”, como dizia Karl Popper. “Nessa perspectiva, de raiz **tipicamente liberal** [grifo nosso] (...) [é] uma aproximação do Brasil do modelo americano através da ‘desconstitucionalização’ e da desregulamentação da vida”. O PT apostou numa estratégia de crescimento a partir das bases, dos movimentos sociais e sindicais, de forma independente do parlamento e dos resultados eleitorais mais imediatos. O PSDB seguiu outra estratégia, até porque desde a origem não tinha tais bases e, então, seguiu o caminho de incorporar lideranças já testadas ou tentando criar novas na mesma linha parlamentar, tendo o PMDB de onde saiu como alvo inicial prioritário. Não podendo se apresentar como o representante da sociedade civil organizada, apresenta-se como o “partido preparado política e intelectualmente para o exercício imediato do poder”. Disputa o eleitorado com os partidos tradicionais mais do que com o PT. Não sendo um caminho bem sucedido no início, “acabaria por transformar o PSDB num simpático partido de segunda linha, disputando a condição de América de todo mundo”. Corroeu parte da sua identidade em alianças que não deram muito resultado (e quase entrou no próprio governo Collor) – exceto a vitória de Tasso Jereissati⁶⁸ no Ceará que se tornou “vitrine tucana”. Temos que registrar também qual liberalismo pode ser adequado para explicar o PSDB. Um liberalismo próximo ao de Bobbio. Não um neoliberalismo, mas liberalismo social. – ou social-democracia. Os dilemas e desafios do governo FHC para criar o “novo regime” são cinco questões, assim resumidas (embora o autor, na parte final do artigo detalhe a argumentação, o que não faremos aqui): 1º. Criar e solidificar instituições que consolidem a democracia, deixando para trás comportamentos predatórios típicos de transições democráticas. 2º. Transitar de uma economia altamente regulada para uma economia de mercado capaz de responder aos desafios da globalização. 3º. Resolver da melhor forma possível os problemas sociais, incluindo o máximo possível e diminuindo o número de perdedores do processo de mudanças. 4º. Como repensar a questão da nação em uma situação contemporânea em que o Estado perde força e funções. 5º. Compatibilizar as respostas para as questões anteriores de forma que se alimentem mutuamente e garantam ao

⁶⁸ Houve um engano do autor na informação. Tasso Jereissati foi eleito governador do Ceará em 1986, ainda pelo PMDB, aderindo ao PSDB na campanha de Mário Covas em 1989. Eleito pelo próprio PSDB, mas em 1990, foi Ciro Gomes, que era anteriormente prefeito de Fortaleza, eleito em 1988, ainda pelo PMDB. Mas, de fato, os tucanos tentaram com algum sucesso transformar seu único governo estadual em vitrine. Jereissati voltou ao governo do Ceará, ocupando-o por dois mandatos, quando, em 2002, elegeu-se senador.

“novo regime um patamar superior de universalização em relação ao anterior” (Barboza Filho, 1995: 93-155).

Colocadas as visões de mundo e as posições políticas, traduzidas no desafio de criar um “novo regime”, como defende Barboza Filho e o próprio Fernando Henrique, no seu famoso discurso de despedida do Senado, se colocando a tarefa de enterrar a “Era Vargas” (Cardoso, 1994), além do programa de mudanças e idéias gerais expostas acima nas perspectivas de Cardoso e de Bresser Pereira, resta-nos o desafio de examinar como tudo isso foi traduzido em práticas do PSDB e dos governos de Cardoso – objeto das seções seguintes. Ressaltando desde já que só poderemos fazer a análise de uma forma parcial e pensando mais nas ações e destinos do partido – nosso objeto de pesquisa.

6.2. O PSDB no primeiro mandato de Fernando Henrique

Já afirmamos que nosso objetivo não é fazer um balanço dos governos de Fernando Henrique, mas algumas questões são decisivas para entendermos o que aconteceu com o PSDB quando chega ao poder. E chegou de fato, para valer, em todos os sentidos, pois, além do presidente, elegeu governadores em seis estados (governando 50% da população brasileira) e, também, teve um crescimento expressivo, embora não tanto, no Congresso Nacional. Contudo, se voltarmos à Tabela 2, na página 193, poderemos verificar que a bancada de deputados federais foi crescendo rapidamente: de 63 para 80 deputados (em 1995), logo depois 89 deputados (em 1996) e 97 deputados (em 1997). Esse adesismo teve duas consequências claras: equilibrou o PSDB em tamanho com o PMDB e o PFL, além de transformá-lo definitivamente em um partido do tipo “pega tudo” – o que discutiremos mais à frente.

Cardoso observa que governar é complexo, pois a equipe tem tarefas múltiplas: organização interna do governo, relações políticas (com os partidos e o Congresso) e relações com a sociedade (Cardoso, 2006: 223-4).

No caso da organização interna, antes de tudo, é preciso definir o chamado “núcleo duro”. Escolheu primeiro Clóvis Carvalho (do PSDB) para a Casa Civil, como uma espécie de gerente do governo, mas sem poder político, apesar de muito ligado às questões econômicas (em vários cargos ocupados no Planejamento e Fazenda). Afirmar que ele seria o “segundo na hierarquia”, depois de mim. Fiz isso de propósito para que outros mais chegados a mim sentissem que o poder estava comigo e ninguém era “dono do pedaço” – principalmente José Serra e Sérgio Motta, que mantive fora do Planalto. Outra pessoa fundamental foi Ana Tavares, da Secretaria de Imprensa. Nomeei secretário particular Francisco Graziano. Eduardo Jorge Caldas Pereira foi nomeado para a Secretaria-Geral da Presidência. Todos três tinham longa convivência comigo. O Dr. José Lucena Dantas substitui Graziano tempos depois e ficou até o fim do segundo mandato. Utilizei vários diplomatas em outros cargos do Planalto – pessoas que tinha conhecido quando estive no Ministério das Relações Exteriores. A Secretaria de Imprensa foi decisiva. “Não passei uma semana sequer sem conversar pessoalmente com algum jornalista, em cafés-da-manhã, almoços, jantares ou encontros no Planalto ou no Alvorada. **Recebia sempre donos de empresas de comunicação, diretores de jornais e revistas, dirigentes de emissoras de TV, editores e repórteres** [grifo nosso] (...)”. Esta opção é porque “a mídia é o trilho por onde corre a política, e o político que

não entender isso se dá mal”. Vilmar Faria e Eduardo Graeff, dois intelectuais amigos, foram importantes para coordenar programas, interligar ações de ministérios diferentes, etc, além de Graeff ser revisor dos meus textos. Faziam parte desse grupo, ainda, o chefe da Casa Militar, Gal Alberto Cardoso, as secretárias mais próximas e os ajudantes-de-ordens. Todos juntos eram o “primeiro círculo de defesa” no meu entorno, “um pelotão quase anônimo”, mas decisivo (Cardoso, 2006: 224-230).

“Tudo isso, entretanto, são os preparativos para a batalha. Estas se dão principalmente (mas não de modo exclusivo) entre o Executivo e o Congresso, e, dentro e fora dele, entre os partidos. A presa são os ministérios e as políticas a serem implementadas, bem como os cargos a serem distribuídos. Esse é o jogo maior, sempre vigiado pela mídia que, mais do que voz da opinião pública, é também fator de poder. E, por sobre tudo isso, o jogo do poder da sociedade com o governo e com o Congresso, mediado ou não pelos partidos e movimentos sociais” (Cardoso, 2006: 232).

O maior erro de um presidente é ignorar o Congresso, os partidos, a mídia e a sociedade. Vi muitas crises desde a renúncia de Jânio Quadros até o impedimento de Collor para saber disso. Só se governa com alianças. “A grande questão é: alianças para quê? Só para se manter no poder, ou para realizar os objetivos de um projeto específico e claro de governo? E com quem?”. Meu governo era de coalizão para implantar as idéias sintetizadas do livro *Mãos à obra, Brasil* (1994), preparado por Paulo Renato de Souza, Vilmar Faria e Eduardo Graeff, mas balizado pelas implicações do Plano Real. Quem se aproximou do governo sabia disso. Mas a política é complicadíssima, com “maus” e “bons”, dependendo da situação. “O drama é que são tênues os limites entre a grandeza e a perdição” (Cardoso, 2006: 232-5).

A escolha do vice-presidente pelo PFL foi uma primeira dificuldade, ainda na campanha. Queria Luís Eduardo Magalhães, mas o PSDB recusou dizendo que ACM ia conspirar contra mim. Indicaram Guilherme Palmeira de Alagoas, mas foi trocado por Marco Maciel depois de uma denúncia do PT na Procuradoria-Geral da República contra Palmeira. Foi uma bênção. Luís Eduardo foi eleito Presidente da Câmara dos Deputados. José Sarney, tão experiente, do PMDB, foi eleito Presidente do Senado. O meu partido ficou de fora do controle direto do Congresso, mas foi o que garantiu um certo equilíbrio, inclusive em eleições seguintes nas duas casas. Tudo certo sobre o controle do Congresso? Não, pois os partidos brasileiros, exceto os de esquerda, têm disciplina frouxa. As negociações são regulares e cotidianas com líderes e, às vezes,

com grupos de parlamentares. E se funcionar assim, o governo sofre derrotas, com certeza (Cardoso, 2006: 235-45).

A formação do Ministério é tarefa decisiva. É um teste de autoridade sobre quem comanda de fato. Conversei muito com Tasso Jereissati, presidente do PSDB na época. Queria Edmar Bacha para ministro da Fazenda. Não aceitou, mas ficou no BNDES. Chamei Malan, mas não queria sair de Washington como negociador da dívida externa. Conversei com Pêrsio Arida. André Lara Resende não poderia, pois assumira um banco privado. Pensei em José Serra, mas mudei de idéia, pois era crítico de algumas ações do governo Itamar e não tinha participado diretamente da formulação do Plano Real. Alguns queriam Clóvis Carvalho. Malan, depois de muita insistência, aceitou assumir por um ano. Pêrsio Arida aceitou ficar no BC até Armínio Fraga aceitar o cargo. Gustavo Franco, que queria ser o presidente do BC, aceitou ser diretor da área externa do banco. No Planejamento, pensei em Paulo Renato e Luciano Martins, mas acabei escolhendo José Serra. Eu o queria numa área social, educação ou saúde, com mais visibilidade do que as pastas econômicas, mas não aceitou. Então, ficou no Planejamento. As áreas sociais decisivas também foram difíceis escolhas. Paulo Renato aceitou a área da Educação, meio contrafeito por ser excluído do Planejamento. Tentei Ciro Gomes para a área da Saúde. Ele não quis alegando que iria estudar em Harvard. Ciro depois rompeu comigo, não dei motivos, “mas passei a ver no ex-governador traços de um iconoclasta, que busca notoriedade postando-se contra quem está no poder”. O problema talvez tenha sido na sua escolha como ministro da Fazenda de Itamar, quando disse a ele que, se ganhasse, estaria na equipe, mas não na área econômica. Em 1997 acabou indo para o PPS e foi candidato a presidente. Escolho, então, o médico Adib Jatene, que já ocupara a pasta no governo Collor. Escolhi depois os comandantes das Forças Armadas, mas havia uma confusão, pois decidira criar o Ministério da Defesa. Escolhi por critérios pessoais outros membros da equipe. Luiz Felipe Lampreia nas Relações Exteriores. Ronaldo Sardenberg na Secretaria de Assuntos Estratégicos. Mantive José Israel Vargas na Ciência e Tecnologia. No Ministério da Cultura coloquei meu amigo Francisco Weffort. Ainda na minha cota pessoal, nomeei Bresser Pereira para a Administração e Reforma do Estado, Roberto Muylaert na Comunicação Social e Sérgio Motta no Ministério das Comunicações – onde haveria grandes mudanças, privatizações, etc. Escolhi Pelé para o Ministério dos Esportes. E ainda o caso de Ruth Cardoso, coordenando o conselho do Comunidade Solidária. **Todas escolhas pessoais e sem interferência partidária** [grifo nosso], por

isso mesmo, com grande continuidade administrativa nos meus governos, apesar das mudanças naturais ao longo do tempo (Cardoso, 2006: 245-64).

Escolhidos os que garantiriam o grosso das atividades estratégicas do governo, ficou mais fácil negociar com os partidos – não que as pastas restantes fossem menos importantes. Também não estavam incluídas as estatais e bancos do governo, que nomeei tecnicamente. Para incorporar o PMDB à base, procurei seu presidente, deputado Luiz Henrique, com intermediação de Pimenta da Veiga, presidente do PSDB. Queria Jobim na Advocacia-Geral da União. Ele queria e acabou sendo Ministro da Justiça. Geraldo Quintão foi para a AGU. O PMDB queria outros cargos. Nomeei Odacyr Klein para o Ministério dos Transportes. Essas escolhas sempre causam disputas intrapartidárias e regionais entre os partidos, num jogo complexo de compensações. Daí, a acusação de “paulistério”. O PMDB indicou ainda Cícero Lucena para uma secretaria a ser criado da Integração Regional. Nas discussões com o PFL, disse que gostaria de contar com Gustavo Krause (que foi para o Meio-Ambiente) e Reinhold Stephanes (na Previdência). ACM indicou Raimundo Brito para as Minas e Energia. Falta comentar sobre o caso de Minas Gerais. Mantive Itamar informado de tudo, mas ele nada reivindicava. Nomeei para o DNER o ex-deputado Tarcísio Delgado, de Juiz de Fora, assim como mantive vários colaboradores de Itamar no meu governo: Henrique Hargreaves na direção dos Correios, Djalma Moraes para a BR Distribuidora. Para agradar Azeredo (eleito governador) e Hélio Garcia (governador que saía) nomeei Paulo Paiva (do PTB) para o Ministério do Trabalho. Azeredo queria um mineiro de peso, Aécio ou Roberto Brant, no ministério, mas acabei escolhendo outra pessoa de Minas Gerais: Dorothea Werneck para o Ministério da Indústria e Comércio. Na Vale e Petrobrás continuaram os da época de Itamar – Francisco Schettino e Joel Rennó. Ente sapos engolidos e negociações possíveis, a equipe foi montada. Fazê-la andar era outro desafio (Cardoso: 2006: 264-271).

Uma das coisas mais temidas pelo próprio PSDB e tão comentada na imprensa como grande risco do governo na sua montagem, era o poder excessivo do PFL. Nenhum problema aconteceu praticamente. Recebeu seus ministérios secundários, alguns cofres da nação em estatais, espaço parlamentar adequado e, como já tinha o vice-presidente Marco Maciel e alguns governos estaduais, ficou tranquilo e contente, criando apenas rugas sem relevância verdadeira no cotidiano político – pelo menos, no primeiro governo, quando Luis Eduardo ainda era vivo, pois no segundo mandato as coisas mudaram muito. Fernando Henrique se dava otimamente com suas lideranças

principais e estas, em troca, davam apoio irrestrito ao governo. Quer dizer, por este lado, tudo foi praticamente um mar de tranqüilidades.

Outros partidos aliados foram contemplados. O PTB, que fazia parte da coligação original, ocupou um ministério. E o PMDB que aderiu ao governo em parte desde a posse também foi contemplado com duas pastas, mas aqui houve problemas, pois o partido tinha enorme bancada parlamentar e governava o maior número de estados. Ficou subrepresentado, por assim dizer.

O PSDB ganhou ministérios a valer e também não tinha do que reclamar, embora tenha havido muitos e grandes problemas nessas escolhas, particularmente o caso estranhíssimo da exclusão de Ciro Gomes, que chegou a ser cotado para o Ministério da Saúde, e uma certa irritação mineira com sua marginalização das áreas centrais de decisão.

Os partidos, porém, ocupavam apenas poucos ministérios realmente frutos de indicação política, nem sempre os mais importantes, exceto José Serra no Ministério do Planejamento e Sérgio Motta no Ministério das Comunicações – que prepararia a privatização do setor, além de ser um dos mais fortes e influentes dirigentes do governo até seu falecimento anos depois.

Quem, então, ocupava os outros ministérios do governo, inclusive os da área econômica, os das áreas sociais, áreas técnicas específicas e ministérios políticos? Eis aí a grande questão na montagem do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. O presidente contemplou os partidos com menos da metade dos ministérios. Os outros ministérios foram divididos entre “técnicos” – segundo o discurso –, mas, na verdade, só alguns exatamente desse perfil (como Adib Jatene no Ministério da Saúde ou José Israel Vargas no Ministério da Ciência e Tecnologia), pois a maioria era da sua “cota pessoal” para fazer exatamente o que determinasse, a começar pelo cargo mais estratégico de todos – o Ministério da Fazenda ocupado por Pedro Malan. A mesma coisa com os ministros e cargos políticos no Palácio do Planalto: Clóvis Carvalho, Eduardo Jorge Caldas Pereira, etc. Também alguns ministérios de pouca relevância material, mas de valor simbólico, foram ocupados por personalidades escolhidas por Cardoso: Pelé no Ministério dos Esportes e seu amigo Francisco Weffort, ex-petista, no Ministério da Cultura, por exemplo.

Resumo da ópera: Cardoso cedeu aqui e ali, mas tinha um controle total e absoluto do governo por conta do sucesso do Plano Real e de sua vitória eleitoral no primeiro turno, além de um amplo apoio popular e ainda maior da grande mídia. Era um

“céu de brigadeiro”, como se diz. Tudo que um presidente poderia querer e precisava para criar o “novo regime” – batalha das mais complexas, como vimos nas visões de Barboza Filho e próprio Cardoso na seção anterior.

Impossível discutir casos particulares e detalhes do governo como o faz Cardoso na sua obra de memórias e, ao mesmo tempo, prestações de contas. Assuntos como Caso Sivam, grampos para todos os lados, greve dos petroleiros, nepotismo, as emendas constitucionais para desregulamentar a economia, as medidas reformistas em tantas áreas (da administração à previdência, passando pelo conjunto do governo), as privatizações sendo preparadas, a legislação de responsabilidade fiscal e tantos outros assuntos. Realmente impossível discutir todos eles, ainda que apenas resumida e marginalmente. É preciso dizer, contudo, e por isso nos fixamos na montagem do governo, que a equipe e a direção do governo tinha uma visão hegemônica e uma visão minoritária sobre os aspectos realmente estratégicos de criar um novo regime. Eis aí uma discussão possível de se realizar com alguma clareza. Assim como é possível também realizar uma outra sobre as consequências para o partido estar no poder. E, por fim, os desdobramentos políticos-eleitorais em 1998.

Foi se instalando na própria mídia enorme debate sobre os rumos do governo. Tais debates, com exceções (algumas entrevistas do próprio presidente ou artigos mais sérios de um ou outro acadêmico) se davam em termos radicais de luta política e eleitoral. Não é que estes artigos sejam destituídos de idéias criativas, mas, de ambos os lados, contribuíram apenas marginalmente para compreendermos o sentido do governo – que até hoje, vamos dizer a verdade, ainda é mais fonte de grandes polêmicas do que certezas empiricamente comprovadas. Tudo é debatido de forma muito “contaminada” pelas visões de mundo. Por exemplo, os tucanos ficavam atacando qualquer crítico de não terem idéias e projetos, assim como serem esquerda anacrônica, caipiras, atrasados e assim por diante. As críticas, por sua vez, também não eram nada ponderadas, em artigos com acusações sobre a loucura moral de Cardoso, seu direito intrínseco, neoliberalismo desvairado e por aí vai. Esta luta política só é esclarecedora se a contextualizarmos muito bem, pois, às vezes, as críticas lado a lado, eram em momentos decisivos, tais como uma eleição (tipo a de 1996) ou a votação da emenda instituindo a reeleição (com aquelas malas de dinheiro “voando” para todos os lados). Difícil separar análises embasadas de proselitismo político mais rasteiro em situações desse tipo.

Contudo, várias publicações mais acadêmicas debruçaram-se sobre o problema de fazer balanço do governo Cardoso em seus primeiros anos e em seu primeiro

mandato. Alguns são artigos sobre temas genéricos do governo, seus rumos, etc. Outros discutem assuntos específicos, como direitos humanos ou reforma agrária. Após essas publicações (por exemplo: revista “Tempo Social”, da USP, vol. 11, nº 2, 1999 – Dossiê FHC – 1º Governo, assim como vários números da revista “Novos Estudos” do Cebrap), os debates tiveram o seu nível elevado, embora nem mesmo nesses artigos acadêmicos, muitas vezes, possamos dizer que prevalecia uma certa objetividade. Por essa última razão, na impossibilidade de revisar tão ampla literatura, fizemos uma opção: utilizar as idéias de Brasília Sallum Jr. como referência e comentários de alguns outros como complemento, tentando analisar o tal “novo regime” e seu “rumo hegemônico”.

Sallum Jr. escreveu vários artigos, mas um deles nos parece mais relevante: “O Brasil sob Cardoso – neoliberalismo e desenvolvimentismo” (1999). Como o autor explica no próprio resumo, seu artigo tem três partes: (a) Primeira: a conquista do poder do Estado na eleição de Cardoso. (b) A divisão do bloco político liberal no poder entre fundamentalistas neoliberais e liberal-desenvolvimentistas, sendo que o governo optou pela primeira dessas linhas como eixo organizador da sua política macroeconômica. (c) O governo fez esta opção, pois acreditava que a manutenção do Plano Real nestes termos garantiria um controle sobre o sistema político. Vejamos os argumentos principais do autor. Diz que o processo no Brasil se deu de forma que Cardoso pôde, na sua eleição, apontar para o aperfeiçoamento da democracia como meta política e, ao mesmo tempo, propor enterrar a Era Vargas como programa de governo. Como se deu isso? (Sallum Jr., 1999: 23-4).

No que diz respeito à **primeira parte**, sobre “transição política, moeda e eleição”, discute sua eleição e relação com economia. Há duas explicações, segundo observa Sallum Jr.: Cardoso concebeu o Plano Real para eleger-se (dominando um problema que arrasava o país) ou, na outra versão, principalmente a de José Luís Fiori, Cardoso foi gestado pelas elites para produzir o Plano e políticas liberais como desdobramento – seu sucesso eleitoral é apenas reflexo disso. Demiurgo ou joguete? Ambas são visões que não vêem os processos sociais e políticos adequadamente. A coligação que elegeu Cardoso é um “acabamento” de longo processo saído das entranhas da Era Vargas, mas em oposição a ela. Como? A Era Vargas, metaforicamente, iniciou-se em 30, atingiu seu ápice nos anos 70 e começou a se desagregar a partir dos 80. Nesse período, o Estado era o articulador principal do capitalismo no país – núcleo desenvolvimentista. Então, nos anos 80, é atingido pelas transformações internas (transição democrática) e externas (globalização). A crise da

dívida externa cria uma crise de hegemonia. As forças políticas se dispersam em soluções que vão da fórmula nacional-desenvolvimentista ao neoliberalismo. A democracia avança, mas a crise de hegemonia não se resolve. Só no governo Sarney as forças do nacional-desenvolvimentismo começam a se reordenar. Os empresários vão se tornando mais liberalizantes, assim como a mídia. Mas as forças resistentes também se reorganizavam – PT, CUT, etc. O confronto no processo constituinte não foi favorável aos liberalizantes, dando sobrevida em parte à herança da Era Vargas. A mesma confrontação em 1989. Collor iniciou a derrubada das barreiras estatizantes no seu curto período de governo, inclusive atacando bases dos “anéis” e “cartórios” empresariais. Sua herança para Itamar foi deixar o avanço da liberalização em tal ponto que um retorno era quase impossível. Surge aí a liderança de Cardoso e o Plano Real, assim como a aliança que o elege presidente. Esta é uma “oportunidade maquiaveliana” de unir o centro à direita para reconstruírem a hegemonia perdida. O preço para manter o Plano Real era a dependência dos capitais estrangeiros (Sallum Jr., 1999: 24-31).

Quanto à **segunda parte**, sobre “liberalismo, estabilização e desenvolvimento”, Sallum Jr. observa que não há uma fórmula simples de caracterizar o primeiro governo de Cardoso. Na verdade seu “mandato” começa antes (lançamento do Plano Real) e termina depois do período oficial (em janeiro de 1999, com a mudança do regime cambial). Cardoso, nesse período buscou fazer o que prometera, derrubar a Era Vargas. Daí, as privatizações, equilíbrio monetário, desregulamentação, fim dos privilégios de categorias profissionais, ampliação das ações sociais do Estado, maior integração internacional, etc. Tal “ideário liberal básico” mudou as relações entre Estado e mercado. O governo conseguiu isso mudando leis variadas e tomando medidas de governo. Parece ter conseguido materializar um novo “bloco hegemônico” – com empresários, mídia, políticos, classes médias e parte da massa da população. As privatizações foram um sucesso, apesar das divergências. Mas não foi sem divergências internas no próprio bloco hegemônico formado em duas versões desse liberalismo: “uma mais doutrinária e fundamentalista, o neoliberalismo, e outra, que absorve parte da tradição anterior, o liberal-desenvolvimentismo”. A primeira versão foi dominante. A segunda versão não se materializou em propostas e programas, apenas em críticas. A primeira versão tinha um programa: manutenção do câmbio sobrevalorizado, para estabilizar preços internos; abertura comercial; ampliação da competitividade interna com as medidas anteriores; política de juros altos para atrair capitais estrangeiros; tentar um ajuste fiscal gradual; não ter políticas específicas de estímulo, reduzindo as

atividades do Estado. A turma hegemônica e seu programa dominaram o país completamente mesmo quando, já em 1996 ou 1997, sinais graves de desequilíbrios apareceram. Tudo isso alterou o país, sua economia, os setores vencedores (principalmente financeiros contra os industriais), as relações com o exterior (mais subordinadas), diminuição do crescimento (e aumento do desemprego), endividamento público gigantesco, privatizações rápidas e brutais, preeminência da agricultura empresarial e assim por diante – questões examinadas em detalhe pelo autor, mas aqui nos basta este registro resumido (Sallum Jr., 1999: 24-38).

Assinala Sallum Jr. na **terceira parte** do artigo, sobre “estratégia política e gestão econômica”, que nem todos os alvos foram atingidos. As contas internas continuam desequilibradas e nós dependentes dos dólares de fora. Resultado do *neoliberalismo abrazeirado* [grifo do autor] que desde o Plano Real dominou a política monetária e cambial. Por que mantiveram tal política mesmo diante dos sinais negativos desde 1996? Não encontraremos razões econômicas, mas políticas. Hipótese do autor: “a manutenção do fundamentalismo neoliberal foi interpretado pela Presidência da República como um meio decisivo para assegurar o necessário controle sobre o sistema político” – garantindo fazer as mudanças institucionais que eram o núcleo central do programa de governo. As reformas não andavam tão rápidas, pois as negociações políticas com o Congresso têm seu ritmo e dificuldades próprias. Mudar a política econômica poderia ser um grande risco, pois sempre tinha a oposição na sua cola e o apoio popular difuso poderia se esfumçar. As alternativas social-desenvolvimentistas vez por outra levantadas seriam politicamente mais arriscadas. Cardoso como que ficou “aprisionado nas visões de curto prazo” sobre a macroeconomia. Não há como negar as práticas democráticas de Cardoso, mas “ele afastou-se de qualquer veleidade social-democrata. Pelo contrário, sua prática democrática foi de estilo delegativo” (Sallum Jr., 1999: 39-45).

Há muitas coisas polêmicas no artigo de Sallum Jr. e também aspectos não levados em conta com a devida ênfase, embora a idéia central pareça praticamente impecável. Podemos dizer, com base na suas análises, que, de fato, criou-se parcialmente um “novo regime”. Não se pode dizer que foi como o planejado. Longe, muito longe, mas não nas questões econômicas liberalizantes, do programa “social-democrata” do PSDB, de Cardoso e Bresser Pereira nos textos analisados na seção anterior, pois do social-liberalismo (visão de mundo exposta em tais textos) sobrou na

prática muito do liberalismo ou “neoliberalismo brasileiro” (para repetir a expressão de Sallum Jr.) e menos das outras partes (principalmente as sociais e democráticas).

Pensemos nos cinco pontos levantados por Barboza Filho na seção anterior sobre o que deveria ser o novo regime, pois são pontos mais objetivos e mais apropriados para uma reflexão do que as idéias extensas e dispersas nos artigos de Cardoso e Bresser Pereira.

O primeiro deles sobre deixar para trás comportamentos predatórios que impedem a consolidação democrática também não foi um aspecto forte do primeiro mandato de Cardoso. Entre exemplos variados, sobressai-se a questão da reeleição, pois aprovada mudando regras do jogo em pleno jogo e de forma corrompida. Além disso, visando um objetivo dos mais criticados pelos tucanos ao longo da sua curta história: o personalismo populista. Reeleição para quem (e até tucanos importantes como Mário Covas foram contra, vale registrar)? Para ele, Cardoso, o “salvador da pátria”, o “homem providencial”, o “pai do real” (como Vargas o era dos pobres?) e o “único” que poderia continuar a brilhante obra (os resultados discutíveis apontados por Sallum Jr.).

O segundo, transitar de uma economia altamente regulada para uma economia de mercado foi feito, mas há largas controvérsias se alcançando o que defendeu Barboza Filho, ou seja, respondendo aos desafios da globalização. O “populismo cambial” e as crises sucessivas frutos dessa obsessão, que nos fizeram praticamente “mendigar” ajuda do FMI, de Clinton, etc, parecem indicar que nesse aspecto particular foi quase tudo praticamente um desastre. Só cumprimos a meta parcialmente, no sentido da desregulamentação, privatizações e liberalização.

O terceiro, sobre equacionar questões sociais, é muito difícil de fazer um balanço preciso e justo. Cardoso ficou com a fama, ainda no primeiro mandato, de não ser preocupado com o social. Estudos recentes, no entanto, comparando seus resultados sociais com os do governo Lula, em vários pontos são parecidos, em alguns um pouco melhores, em outros piores. As metas de universalizar direitos não conseguiam o apoio necessário na prática em muitas áreas – incluído aí o Programa Comunidade Solidária –, mas funcionaram na legislação sobre direitos humanos, certos aspectos da educação, ações parciais da saúde, etc. Porém, como a política econômica não gerava empregos, o número de perdedores e excluídos ficou em patamar alto.

O repensar a nação, quarto ponto, aconteceu mais na teoria do que na prática. Cardoso, como presidente intelectual, nos integrou aos debates globais como ninguém antes, servindo de modelo inclusive para Lula, que o sucedeu, embora com outras

opiniões, outros objetivos e outro estilo, bem como resultados reconhecidamente muito melhores. Foi também um presidente que dava entrevistas, escrevia artigos, etc – como já registramos. Sem dúvida Fernando Henrique e seu primeiro mandato colaboraram muito nessa questão, independente se concordamos ou não com suas posições específicas sobre “choque de globalização” ou “globalização interdependente” – idéias realmente controversas.

O quinto e último ponto levantado por Barboza Filho é uma interseção dos pontos anteriores para garantir ao novo regime um “patamar superior”. Apesar de todas as críticas feitas e discordâncias outras com as visões de mundo dos tucanos, assim como discordâncias com muitas de suas práticas no primeiro mandato, devemos reconhecer que o país, em comparação com o que era até o impedimento de Collor, evoluiu para um patamar superior. Negar isso seria um contra-senso com tudo que discutimos nessa tese até agora.

E o que aconteceu com o PSDB diante de tudo isso? Eis a questão que também merece reflexão, como já mencionamos.

Como partido do governo, o PSDB, no primeiro mandato, teve uma explosão de crescimento por adesões quase sempre mais fisiológicas do que ideológicas. Ocupava, também, como vimos, praticamente todos os cargos importantes no governo Cardoso. Contraditoriamente, porém, participava pouco nos espaços restritos de debate das políticas implementadas. Tinha que fazer a política no Congresso como os outros partidos. O governo de Cardoso era insular – ele mesmo explica as medidas que tomou para evitar as intimidades, etc, exceto com a mídia e sob controle da Secretaria de Imprensa. Os “notáveis” governavam e o partido, na base ou mesmo no Congresso, ia fazendo sua política eleitoral e colhendo resultados, além, é claro, de espaços de poder municipal ou estadual – se desse, até federal.

O partido, naturalmente, não negou apoio às políticas de Cardoso no Congresso, mas também não as defendia com ênfase especial. Quando polêmicas importantes se instalavam, como a reeleição, a adesão sofreu resistências. O cálculo, porém, é sempre eleitoral – e o Plano Real garantia a popularidade do presidente e facilitava a vida do partido nesse terreno. Tornou-se um partido “pega tudo” Brasil afora sem as menores precauções. A Tabela 2, da página 193, mostra isso de forma inequívoca.

O debate sobre rumos do governo não alcançou o partido no primeiro mandato, mas foi um pouco diferente no segundo, como veremos. As críticas ocorriam “no alto”. O PSDB foi ficando mais preocupado e cada vez mais parecido é com os partidos

tradicionais e conservadores. Suas campanhas eleitorais eram exatamente como a dessas agremiações, assim como as arrecadações e fundos, gerando, como se viu depois, escândalos como o do chamado “mensalão mineiro” (na campanha mal sucedida de reeleição de Azeredo em Minas Gerais em 1998). É uma espécie de “neopatrimonialismo” na base convivendo com o “neoliberalismo” da cúpula. Estranha, mas muito possível combinação, como nos alerta Bernardo Sörj (2000). E tal acontecia quanto “mais longe” – não necessariamente em termos geográficos – estivessem de Brasília e dos centros de poder. Em certos lugares existiam prefeitos e/ou autoridades estaduais próximas de uma espécie de “neocoronelismo” (como os massacres no campo ocorridos no Pará e outros lugares exemplificam).

Ocorreu uma certa tensão dialética entre atuação do partido fora do governo e dentro do governo. Tensões controladas quanto mais poder tinha o partido (em certos períodos) e menos controladas quando começou a ocorrer o contrário (segundo mandato). E essas atuações são bem distintas em três fases talvez: (a) FHC ministro de Itamar até mais ou menos 1996: a fase rósea. (b) De 1996 até reeleição: primeiras fissuras e problemas. (c) Segundo mandato: declínio tucano – como veremos na seção seguinte.

Eram “desorganizados” nessa época. Mas, com certeza, mudaram a tendência centrífuga do início dos anos 90 para uma tendência centrípeta quando alcançaram o poder. Depois, como veremos, o processo foi se invertendo novamente.

Vejamos, por fim, nessa seção, como foi o desempenho do partido no plano eleitoral.

Em 1996, como também podemos ver na Tabela 2, da página 193, o partido entrou na disputa já contando com 387 prefeitos, embora tenha elegido apenas 274 em 1992. É o efeito “pega tudo”. Pegaram mais de 100 prefeitos Brasil afora, principalmente nos estados que governavam a partir de 1995. Sobre os vereadores não tem dados conclusivos sobre as adesões. Formidável, porém, é o resultado das eleições de 1996, tanto para prefeituras quanto para vereadores. O PSDB deu um salto espetacular passando de 387 prefeituras para 914 municípios sob seu controle. Os vereadores, que eram 3383 até 1994 (apenas 100 a mais do que os 3274 eleitos em 1992) passaram a 8366 em 1996. O PSDB aproximou-se em número de prefeitos e vereadores dos grandes partidos da época – PMDB e PFL, até ultrapassando-os em vários estados. Isto tudo ocorreu na fase rósea de popularidade de Cardoso, do governo e do Plano Real.

As eleições de 1998 não foram muito diferentes, embora sinais de crise já estivessem surgindo no horizonte desde 1996. Como podemos ver na Tabelas 9, em setembro de 1998 já estava claro que a vitória de Cardoso era quase certa. Só por avaliação positiva do governo? Não, absolutamente não. Parte da população, mesmo crítica sobre a ação governamental, se dispunha a votar em Cardoso (como podemos ver na Tabela 10 da página seguinte). Por quê? Preservação do Plano Real e medo de que Lula não conseguisse contornar as crises que se sucediam. O papel da mídia para criar estas sensações também não pode ser desprezado. Não foi um confronto como o de 1994, quando Cardoso crescia á medida que o Plano Real se implantava. Pelo contrário, no meio do ano, Lula subia e Cardoso descia, mas a grande mídia foi chamada ao Planalto e Cardoso ameaçou até mesmo abandonar a candidatura (*Veja*, 1998). As notícias ruins foram sumindo e Cardoso voltou a crescer nas pesquisas consolidando seu favoritismo – que, vale registro, nunca esteve em questão, embora tenha descido abaixo de 40% nas preferências no meio do ano.

Tabela 9

Intenção de voto, segundo a avaliação de desempenho do governo FHC – eleição presidencial de 1998 – (set.98) (%)

Intenção de voto	Conjunto eleitores	Avaliação desempenho Gov. FHC		
		Ruim + péssimo	Regular	Bom + ótimo
FHC	52	4	38	80
Demais candidatos	41	79	54	18
Branco/nulos	7	17	9	2

Fonte: Datafolha (01 e 02/set./98 – Universo: Brasil). (Apud CARREIRÃO, 2002, p. 145)

Tabela 10

Principais razões do voto em FHC – capitais brasileiras – (nov./97 a set./98) (resposta espontânea e múltipla) (%)

Principais razões do voto em FHC	nov./97	jun./98	jul./98	set./98
Fez Plano Real/inflação e moda estável	67	48	60	62
Continuidade do trabalho do governo	17	26	24	24
Áreas/propostas de governo	21	23	32	20
Aumentar emprego/diminuir desemprego	2	3	3	8
Tem capacidade/é o mais capaz	4	6	2	8
Outras qualidades pessoais	14	13	14	14
Tem experiência política	0	1	1	4
Total de entrevistas	(192)	(318)	(136)	(240)

Fonte: Fundação Perseu Abramo – Núcleo de Opinião Pública (Universo: capitais brasileiras). Reproduzido de Venturi (1998: 31). (Apud CARREIRÃO, 2002: 149). Observação: a soma das porcentagens ultrapassa 100% porque a resposta à questão era múltipla.

Os resultados finais das eleições presidenciais de 1998 estão sintetizados na Tabela 11 abaixo e, também, em listagem completa a seguir.

Tabela 11

Resultado final da eleição para presidente – Brasil 1998

Candidatos	Votos apurados	Votos apurados	Votos válidos
	(N)	(%)	(%)
Fernando Henrique Cardoso	35.936.540	43,1	53,06
Luiz Inácio Lula da Silva	21.475.218	25,8	31,71
Ciro Gomes	7.426.190	8,9	10,97
Outros	2.884.527	3,5	4,27
Nulos	8.886.895	10,7	-
Branco	6.688.403	8,0	-
Total	83.297.773	100%	100%

Fonte: Mendes e Venturi (1994: 40). (Apud CAMARGO, 2003: 130).

Resultado completo da eleição para presidente da República 1998:

1º lugar - Fernando Henrique Cardoso (PSDB / PMDB / PFL / PPB / PTB) - 35.936.540 votos (53,06%)

2º lugar - Luiz Inácio Lula da Silva (PT / PDT / PSB / PC do B) - 21.475.218 votos (31,71%)

3º lugar - Ciro Ferreira Gomes (PPS / PL / PAN) - 7.426.190 votos (10,97%)

4º lugar - Enéas Ferreira Carneiro (Prona) - 1.447.090 votos (2,14%)

5º lugar - Ivan Moacyr da Frota (PMN) - 251.337 votos (0,37%)

6º lugar - Alfredo Hélio Sirkis (PV) - 212.984 votos (0,31%)

7º lugar - José Maria de Almeida (PSTU) - 202.659 votos (0,30%)

8º lugar - João de Deus Barbosa de Jesus (PT do B) - 198.916 votos (0,29%)

9º lugar - José Maria Eymael (PSDC) - 171.831 votos (0,25%)

10º lugar - Teresa Tinajero Ruiz (PTN) - 166.138 votos (0,25%)

11º lugar - Sérgio Bueno (PSC) - 124.569 votos (0,18%)

12º lugar - Vasco de Azevedo Neto (PSN) - 109.003 votos (0,16%)

Para o Congresso, voltando à Tabela 2, da página 193, podemos verificar que o sucesso eleitoral do PSDB também é inegável. Em 1994 elegeu 63 deputados federais e, depois, com as adesões diversas, alcançou o total de 97 cadeiras. Elegeu exatamente 99 deputados em 1998, mantendo uma bancada enorme e parecida com a dos outros partidos grandes. No Senado, conforme a mesma tabela, tinha 14 representantes e passou para 16, igualmente mantendo e até ampliando um pouco sua representação parlamentar. No caso dos deputados estaduais desceram de 176 para 152 representantes nas assembleias legislativas.

Na tabela abaixo podemos ver o desempenho do partido nas disputas pelos governos estaduais. Ganharam mais um governo em relação a 1994, mas perderam em qualidade e importância dos estados governados. Mantiveram São Paulo, mas perderam no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Mas espalharam-se um pouco mais pelo Brasil, alcançando vitórias expressivas em Goiás, Mato Grosso e Espírito Santo. Mesmo assim não conseguiu ser um partido bem implantado em todo o território nacional, embora claramente um partido com vocação e projeto de poder nacional – diferente, por exemplo, do PMDB de onde saiu, que é bem implantado em todo o país, mas não consegue construir uma alternativa ou uma candidatura nacional. São dilemas de um partido singular, realmente singular na história contemporânea brasileira.

Tabela 12

Padrão de coligação e desempenho dos candidatos do PSB como cabeça de chapa nas eleições para Governador de Estado. Brasil, 1990-1994-1998.

Resultado	Candidaturas Isoladas	Candidaturas em coligação com partidos de			Total
		Esquerda	Centro	Direita	
1990 Vitória			1		1
Derrota	6 AC,MT,RJ,RR,SC,SP	CE 4 AM,DF,PA,PR	1 MG	1 RN	12
1994 Vitória			3 MG,CE,SE	3 SP,RJ,PA	6
Derrota	1 DF	1 BA	1 RR		3
1998 Vitória	1 PA	2 MT,SP	4 ES,CE,GO,SE		7
Derrota	1 RJ	1 PI	2 DF,PE	1 MG	5
Total	9	6	10	9	34

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE). (Apud ROMA, 2003: 72).

6.3. O PSDB no segundo mandato presidencial de Fernando Henrique

Esta é talvez a seção mais complicada de toda a tese. A razão, simples, é que os estudos sobre os anos de Cardoso no poder concentraram-se no balanço do primeiro mandato, suas tensões, etc, como tentamos recapitular de alguma forma na seção anterior. Sobre o segundo mandato, as discussões são dispersas, centradas em assuntos específicos e artigos opinativos muitas vezes repetitivos.

Cardoso em sua obra *A Arte da Política* (2006) tenta contar as mudanças, mas nem ele consegue ser original, pois de fato seu segundo mandato quase acabou antes de começar, em janeiro de 1999, com a desvalorização cambial forçada pelo mercado e outras medidas tomadas pelo governo com a crise nos calcanhares. Não acabou na prática cotidiana, administrativa, das liturgias do cargo e coisas do tipo. Acabou simbolicamente. Perdeu a aura, a alegria, a vontade e a iniciativa. Não conseguiu se reinventar. Ficou encarcerado nos próprios limites e crises geradas. Refém das consequências de uma idéia liberal fundamentalista de mercado. Ironia da história de um intelectual brilhante, criativo produtor de tantas idéias e análises, de repente emparedado por uma única visão geral que não era a sua. Mas que assumiu, na política concreta, porque lhe pareceu o caminho menos árduo para implantar reformas nas quais realmente sempre acreditou. Não percebeu a armadilha e nem acreditou nos seus críticos – logo ele, tão treinado em analisar críticas de forma “cartesiana” e “realista”. Perdeu-se, como tantos na política, inebriado pelo próprio sucesso momentâneo – sempre – e popularidade fácil – ancorada no “populismo cambial”. Pagou alto preço.

Fatos lamentáveis, como se sabe, inclusive, marcaram aqueles primeiros momentos do novo governo, como a atuação de diretores do Banco Central, banqueiros canalhas se aproveitando da situação e assim por diante. Fortunas se construíram da noite para o dia e outras se esfumaçaram, embora o “papagaio” geral tenha ficado com o governo, melhor dizendo, com o povo brasileiro.

Lógico que o governo continuou, mas em claro declínio e diante de graves problemas (tipo o apagão do setor elétrico). Não é objetivo da nossa tese realizar uma crônica dessa lenta agonia detalhando suas crises e escândalos – no executivo e no parlamento, assim como, também, em governos estaduais.

Por isso, então, construiremos a seção da seguinte forma: discussão mínima sobre o segundo mandato de Fernando Henrique, consequências desses fatos para o PSDB e a performance do partido nas eleições de 2002.

Vejam a opinião de um polêmico, mas brilhante economista, sobre aqueles conturbados anos e momentos. Antonio Delfim Netto em entrevista à *Carta Capital* até elogia o Plano Real como combate à inflação, “mas deixou como resíduo algumas coisas terríveis. Tanto é verdade que o Brasil quebrou em 1998”. O Real foi o plano que melhor combateu a inflação, mas foi o pior no quesito crescimento econômico. “Gerou uma situação externa insolúvel. Tanto que o Brasil [em 2002] teve que correr ao FMI e conseguir um empréstimo importante. Naquele momento, o Fundo salvou o país, pois certamente o Lula não estava preparado para a situação”. Fernando Henrique foi reeleito, mas quem mudou o Brasil [em 1999] foi o Fundo. “Era a política canônica que existe no mundo inteiro hoje⁶⁹: relativo equilíbrio fiscal, política de controle de inflação por meio de metas e câmbio flutuante”. Tem uns 150 países que usam a mesma política⁷⁰. Em 2002, já estava tudo quebrado de novo, antes de Lula. A inflação rondava 30% anualizada e nossas reservas, sem os aportes do FMI, eram apenas 17 bilhões de dólares. “Aquilo era uma falência programada, tanto que diziam que Lula seria ‘Lula, o Breve’”. E o câmbio não subiu por causa de Lula, mas porque o Brasil havia quebrado (Delfim Netto, 2008:34).

Não foi apenas o Brasil que quebrou duas ou três vezes entre 1998 e 2002, mas também o encanto do povo com o governo, com o presidente e também, indiretamente, com seu partido. Poderíamos ficar aqui citando opiniões de uns e outros sobre as afirmações de Delfim Netto, mas elas são tão evidentes nos dados macroeconômicos que nem vale a pena. Vejam apenas uma, a do maior defensor do que foi feito até 1999.

Gustavo Franco, o que mandou e desmandou na nossa política macroeconômica junto com Malan e outros no primeiro mandato de Cardoso, também tem sua versão, dada à revista *Isto É*, quando o Real completava 10 anos. Não deixa de ser esclarecedora, embora como Delfim, Gustavo Franco seja uma personalidade extremamente polêmica. Primeiro confessa que todos da equipe morriam de medo de fazer a desvalorização do Real, pela qual alguns pressionavam desde 1995. “Em setembro de 1998, já estávamos convictos de que não haveria jeito de segurar a economia sem ir ao FMI”. Conversamos com autoridades do Fundo, que estavam

⁶⁹ Antes da crise mundial, naturalmente, pois agora, como se vê, a bagunça é geral e não tem fórmula canônica alguma. Está mais para a famosa frase de Mário de Andrade: “Cada um por si e Deus contra todos”.

⁷⁰ Então, não é como dizem por aí, uma herança bendita do segundo mandato de Cardoso, mas do FMI – se é mesmo bendita, o que sempre se pode discutir, principalmente se tratando do FMI.

arrependidos de não terem ajudado a Rússia que foi à garra. Então, propusemos um pacote grande de 41 bilhões de dólares. Mesmo assim a crise continuou. Em dezembro já íamos desvalorizar o real, mas FHC não se convenceu e me demitiu. Colocou o Chico Lopes na presidência do BC. Pedro Malan disse que sairia comigo, mas mudou de idéia. Eu quis saber como seria a mudança cambial do Chico Lopes e vi que seria um desastre. “Mas o que o Armínio fez depois, a flutuação cambial com a alta dos juros, é exatamente o que eu teria feito naquele momento” (Franco, 2004: 32-7).

Por incrível que pareça, a versão de Franco, de alguma forma confirma o que Delfim fala de forma desabrida, até porque não era ele o responsável na época – e quando foi ministro, na ditadura, críticas à sua atuação é o que não faltava.

Uma edição recente da revista *Carta Capital*, comemorando seus 15 anos, em 2009, diz que os presidentes do Banco Central desde Itamar Franco – e tem fotos de Pedro Malan, Gustavo Franco e Henrique Meirelles – foram considerados por muito tempo como “intocáveis”, mas que os tempos estão mudando e já se pode questioná-los. Que bom! Pois uma reportagem sobre o Prêmio Nobel de Economia dado a Paul Krugman, publicada em *O Globo*, em 2008, numa pequena coluna sobre as “teorias de Krugman”, exata a última delas afirma: “**Ataques Especulativos:** (...) teses de como o *câmbio fixo e grandes déficits na conta com o resto do mundo levam os especuladores a apostar contra a moeda, acreditando que será inevitável sua desvalorização para fechar as contas* [grifo nosso]. Seu livro ‘Crises monetárias’ trata dessa questão” (Almeida, 2008: 28). Talvez nossos gênios econômicos não tenham lido a obra ou, mais provável, considerassem-no um economista excessivamente keynesiano. Krugman ganhou o Prêmio Nobel de Economia em 2008, mas Cardoso, sua equipe e seu partido colheram uma derrota fragorosa em 2002 – o oposto do que havia acontecido em 1994. Krugman nada tem com isso diretamente. Aqui serve apenas como metáfora sobre o sucesso e as voltas que a vida dá. Faltaram, juntas, naquele momento tão difícil, *fortuna e virtù*, exato para quem as teve de sobra praticamente a vida inteira.

O importante disso tudo é que o governo Cardoso teve seu mandato de fato senão abreviado tornado “manco”. Não bastasse a crise econômica e seu desencanto, Cardoso havia perdido dois grandes amigos e colaboradores estratégicos do governo por falecimento – Sérgio Motta e Luís Eduardo Magalhães. Então, seu segundo mandato foi com um ministério instável, cheio de mudanças e arranjos – o filho de Sarney no Meio-Ambiente, Renan Calheiros na Justiça, Élcio Álvares na Defesa, Eliseu Padilha nos

Transportes, Francisco Dornelles no Trabalho, entre outras decisões mais do que estranhas.

Daquela equipe de quadros respeitados do início do primeiro mandato, vemos agora um arranjo confuso, embora alguns nomes de peso tenham voltado ou entrado no governo, como José Serra na Saúde e Pimenta da Veiga nas Comunicações, além de um tímido Celso Lafer de volta ao Ministério das Relações Exteriores – depois da inglória ocupação do mesmo cargo no governo Collor.

Essa montagem ministerial e as trocas que se sucediam cada vez mais rápidas são a expressão do governo em lento declínio e sem mais aquela ousadia inicial de “refundar o país”, “criar um novo regime”, etc. Com sua política macroeconômica neoliberal apenas “afundou” o país em uma crise tremenda e de consequências absolutamente incontroláveis, mostrando os erros e os limites de um programa de governo que tentou traduzir uma visão de mundo. Sim, pois tinha uma visão de mundo e um programa. O governo e seu programa, agora monitorados de fora pelo FMI, continuava liberal, privatizando – às vezes até o limite da irresponsabilidade –, desregulamentando e assim por diante. Mas o brilho havia sumido. Arrastou-se por quatro anos. Um governo que, talvez, entrará para a história como o mais breve em termos de motivação, iniciativas e poder real – com trocadilho.

Repensemos os cinco pontos levantados por Barboza Filho sobre o que deveria ser o novo regime. O que teve de novo no segundo mandato de Cardoso?

Primeiro, as práticas predatórias aumentaram exponencialmente, assim como os escândalos como desdobramento de um certo “vale tudo” nas disputas pelos cofres da nação e grandes negócios – das privatizações e outros. Nada daquilo era visto mais como construção de algo realmente novo, mas uma certa regressão nas práticas e valores.

Segundo, as medidas sobre economia de mercado continuaram se aprofundando, mas nossa inserção no processo de globalização ficou cada vez mais subordinada, pois completamente monitorada pelo FMI.

Terceiro, sobre equacionar questões sociais, tivemos algum avanço na saúde com José Serra, além de outros avanços pontuais, mas, como já falamos antes, dado a crise e o desemprego, o balanço é pior do que o do primeiro mandato. Tal conclusão está estampada nas pesquisas sobre o governo de Cardoso.

Quarto, o repensar a nação perdeu força, pois o governo já não tinha a mesma credibilidade. O debate desceu de patamar, assim como a autoestima dos brasileiros

com o país. Uma espécie de lembrança ruim dos tempos anteriores ao controle da crise inflacionária. E, sem idéias realmente novas, ficava parecendo algo requeentado as falas e opiniões sobre “choque de globalização” e coisas do tipo.

O quinto e último ponto levantado por Barboza Filho é uma interseção dos pontos anteriores para garantir ao novo regime um “patamar superior”. Foi conseguido no primeiro mandato, principalmente em termos formais, mas ocorreu regressão no segundo mandato. A discussão aqui é bem complicada e polêmica. A democracia claramente não se estabilizou nos anos FHC do ponto de vista do sistema de partidos e do funcionamento republicano das instituições. A relação das instituições políticas com uma ampla base social (por cima, com a grande burguesia, e, por baixo, com a imensa legião dos trabalhadores informais e pauperizados) não está ainda normativamente construída ou regulada. O que adquirimos foi capacidade de lidar com essas contradições através das instituições e mecanismos formais da democracia. As questões de conteúdo, porém, não estão claras. Trata-se de um processo contraditório e histórico de republicanização da democracia brasileira. O projeto do PSDB foi de sentido liberal e anti-republicano, no sentido que diminuía a soberania nacional, incentivava dinâmicas de apartação social (mas nem sempre) e reduzia a capacidade regulação do Estado nacional. Diversos autores têm discutido assuntos relacionados ao que estamos dizendo. Uma coletânea recente organizada por professores da UFMG (Avritzer e outros, 2008) sobre a questão da corrupção (com artigos de Juarez Guimarães e Rubem Barboza Filho, entre dezenas de outros) é um ótimo exemplo do que estamos falando.

As consequências para o PSDB, que nos interessam mais de perto, foram enormes. Também é uma discussão complicada. Por isso, então, vamos começá-la com uma volta ao passado. Observa Fernando Henrique sobre os partidos ainda nos anos 80:

“O sistema partidário brasileiro se foi, portanto, reformulando, mantendo-se o que restou do PMDB como núcleo central (eleitoralmente vigoroso), com o PSDB e o PT à ‘esquerda’ e o PFL e o PDS – na versão Partido Progressista Reformador (PPR, depois PPB e, mais tarde, PP – à ‘direita’. Funcionam ainda, subsidiariamente à esquerda, mas galvanizados pelo PT, os partidos comunistas e seus desdobramentos. O Partido Popular Socialista (PPS) oscila no espectro esquerda/direita entre o PT e o PSDB. O PTB e o PL se situam entre o PMDB e o PP, ficando PDT como um ‘radical livre’ à esquerda do centro. Dito isto, que consistência tem o espectro esboçado? Muito pouca, porque os eixos ideológicos atravessam quase todos os partidos” (Cardoso, 2006: 130).

Apesar de ele achar que tal espectro explica muito pouco, podemos usá-lo para tentar uma atualização sobre o PSDB, pois nosso objeto não é discutir todos os partidos. Dificilmente o PSDB hoje pode ser considerado um partido à “esquerda” no espectro partidário brasileiro. Seria exagerado, porém, dizer que ele tornou-se um partido de “direita”. Sobrou como resposta dizer que ele está hoje onde sempre esteve desde o início: no “centro” deste espectro, como o PMDB de onde saiu, embora com outras idéias e em geral fazendo alianças à direita.

Aliás, ele não mudou substancialmente nada desde a fundação, exceto no sentido de que ficou mais assumidamente liberal e que, alguns dos seus líderes históricos com ligações ao reformismo nacional-desenvolvimentista faleceram (Mário Covas e Franco Montoro principalmente), além de uma ala menos moderada ter abandonado progressivamente o partido (o pessoal do MUP). Existe também uma nova geração que ainda não teve chances de se colocar com mais firmeza e espaço político – exceto, talvez, Aécio Neves, mas que traz consigo a herança de Tancredo e do PSD mineiro.

Continua um partido excessivamente centrado em São Paulo, embora com pretensões e vocação nacional – no sentido de sempre apresentar candidato presidencial e alguma proposta programática. Um partido que tem simpatias e adeptos principalmente nas classes médias e nas classes altas da sociedade, embora tenha apoio popular expressivo em estados e municípios onde governam.

Tem sido também uma agremiação que goza de amplo apoio e simpatia da maior parte da mídia – seus proprietários, seus altos executivos, seus colunistas e, talvez por imposição dos anteriores, seus repórteres e/ou apresentadores (no caso das TVs). O que é uma grande vantagem num mundo onde a política depende da mídia, em parte, como disse Cardoso e registramos anteriormente. Já era assim quando estava no poder e continuou depois (assunto que só estamos mencionando de passagem, pois não é objeto da tese).

A política concreta e o PSDB “real” têm ligação direta com essas coisas mencionadas nos parágrafos anteriores. Eles governaram um país com características próprias, história particular, cultura política em parte *sui generis* etc. E não saíram ilesos desse processo. Por exemplo: compraram deputados para conseguir aprovar a reeleição, ou seja, compraram um novo mandato. Nada parecido aconteceu na história do Brasil. Isso é liberalismo? Não. Lembra mais “Os Donos do Poder”. O Brasil “atrasado” da “Era Vargas”, que eles estavam “liquidando” (segundo discurso do próprio FHC), não

sucumbiu, assim como “arrastou-os” para práticas nada liberais e nada republicanas – como já previa, de certa forma, Luiz Werneck Vianna (1995 e 2006).

Isto mudou o partido – não da esquerda para a direita como dizem tantos. Ele deixou de ser “o partido médio e América de todo mundo” (como fala Barboza Filho) para ser o “centro do poder” – uma espécie de “partido de estado” (Meneguello, 1998). Com todas as vantagens quando o governo está indo muito bem (como em 1996) e com todas as desvantagens quando o governo está em processo claro de desgaste (como em 2002).

Nessa hora difícil, porém, a do governo em processo de desgaste, dadas as suas características internas de uma organização frouxa (Roma, 2002), coisas aparentemente estranhas aconteceram. Sua base parlamentar fragmentou-se, conflitos instalaram-se e ninguém defendia o presidente dos ataques constantes. O caso mais emblemático talvez seja a candidatura de Aécio Neves para presidir a Câmara dos Deputados, o que resultou numa dissolução definitiva da base parlamentar do governo.

Esta é a resposta liberal ao desafio da democracia brasileira que fundou o PSDB, foi ao centro do poder e entrou em crise, perdeu parte das bases sociais e eleitorais, entrou em uma dinâmica centrífuga no que diz respeito à sua capacidade de liderar uma ampla coalizão liberal-conservadora e viveu, no segundo mandato de Cardoso e nas eleições de 2002, o drama e as consequências eleitorais do seu fracasso – maior ou menor, conforme a visão do analista.

Em termos estritamente eleitorais, em 2000, o PSDB até ainda manteve um número elevado de prefeitos (988 contra 914 de 1996) e vereadores (8514 contra 8366 em 1996), como podemos ver na Tabela 2, da página 193. Mas sofreu derrotas fragorosas em cidades grandes e médias, principalmente capitais de estado, como em São Paulo, Belo Horizonte e tantas outras. Era um prenúncio do que ocorreria nas eleições de 2002.

Na sucessão de Cardoso há um conflito de lideranças e gerações do partido, pois José Serra e Tasso Jereissati pleitearam o direito de concorrer. Por trás havia, também, uma disputa sobre como construir a candidatura – mais ou menos ligada à defesa da herança do governo. Da forma sempre cupulista como definem as coisas, optaram por José Serra, que decidiu e articulou uma aliança com o PMDB e um programa que podemos chamar de liberal-desenvolvimentista (para usar a expressão de Sallum Jr.). Cardoso, colocado meio de lado, explicava aquela situação esdrúxula dizendo que não queria interferir, mas apenas ser um “magistrado do processo” em uma transição

tranqüila de poder. O resultado foi uma derrota fragorosa de José Serra e uma denominada “onda vermelha” (parecida com a do PSDB em 1994 com o Plano Real, mas menor eleitoralmente).

Vejamos os dados. A Tabela 13, na página seguinte, mostra que José Serra teve menos do que a metade da votação percentual de Fernando Henrique nas duas eleições presidenciais anteriores. Quase nem chegou ao segundo turno, pois teve, durante quase toda a campanha *Ciro Gomes* na sua cola, em vários momentos à frente. Na reta final, porém, *Lula* distanciou-se em primeiro lugar e *Garotinho* vou subindo nas preferências dos eleitores. *Ciro Gomes* declinou muito por seu temperamento descontrolado e falas desastradas durante a campanha – “morreu pela boca”, como se diz. Mas a votação de José Serra foi de fato muito aquém do que se esperaria de um candidato situacionista e, ainda por cima, aliado ao maior partido do país (o PMDB).

Tabela 13

Eleição presidencial de 2002 1º turno		
Candidatos	Votos (1º turno)	%
Lula (PT)	39.455.233	46,44
José Serra (PSDB)	19.705.445	23,19
Anthony Garotinho (PSB)	15.180.097	17,86
Ciro Gomes (PPS)	10.170.882	11,97
José Maria de Almeida (PSTU)	402.236	0,47
Rui Costa Pimenta (PCO)	38.619	0,04

Fonte: wikipedia, Internet, acesso em 14/12/2009.

No segundo turno, a derrota foi ainda mais esmagadora, pois Lula alcançou a percentagem recorde de 61,27% e quase 53 milhões de votos (Tabela 14).

Tabela 14

Eleição presidencial 2002 2º turno		
Candidatos	Votos (2º turno)	%
Lula (PT) - eleito	52.793.364	61,27
José Serra (PSDB)	33.370.739	38,72

Fonte: wikipedia, Internet, acesso 14/12/2009.

O PSDB, porém, teve um resultado excelente na disputa para os governos dos estados, assim como o PMDB, o que nos faz pensar que tais partidos não abraçaram verdadeiramente a campanha de José Serra. Não exatamente uma traição explícita, mas principalmente cada um cuidando de si e a chapa presidencial que se vire por conta própria. São dados de fato estarrecedores como podemos ver na Tabela 15 abaixo.

Tabela 15

Distribuição dos estados e Distrito Federal nas eleições de governadores em 2002.

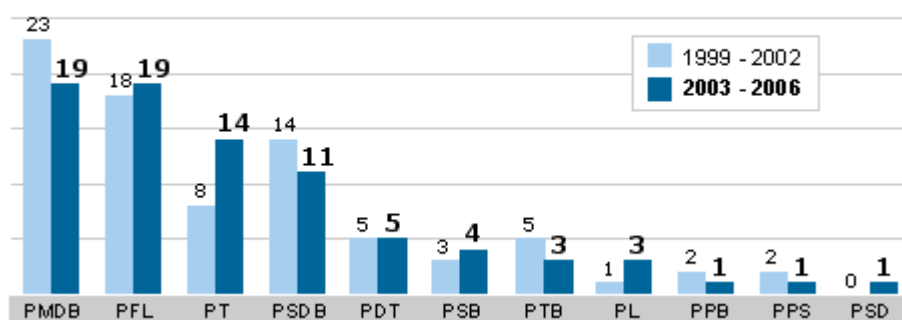
Partidos	Estados	Número de Governadores
PSDB	CE, GO, MG, PA, PB, RO e SP	Sete
PMDB	DF, PR, PE, RS e SC	Cinco
PFL	BA, MA, SE e TO	Quatro
PSB	AL, ES, RJ e RN	Quatro
PT	AC, MS e PI	Três
PPS	AM e MT	Dois
PDT	AP	Um
PSL	RR	Um
Total		Vinte e sete

Tabela construída pelo próprio autor. **Fonte:** Folha On Line, acesso em 30/12/2009.

Nas eleições para o Senado o PSDB não foi bem, mas apenas desceu de 14 para 11 cadeiras, como podemos ver no Gráfico 1. O PT sobressaiu-se passando de 8 para 14 senadores. O resultado, porém, garantiu um bom espaço parlamentar de oposição ao PSDB.

Gráfico 1

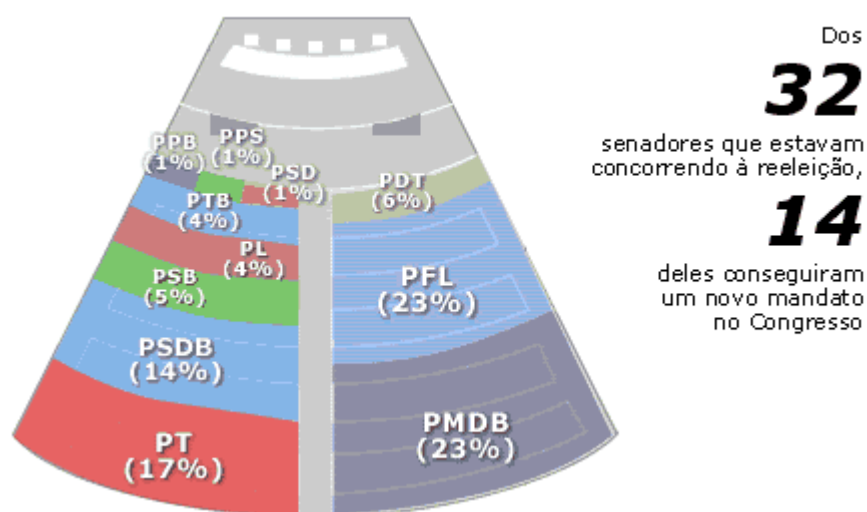
Evolução de cadeiras no Senado



Fonte: Folha On Line, Internet, acesso em 23/12/2009.

Gráfico 2

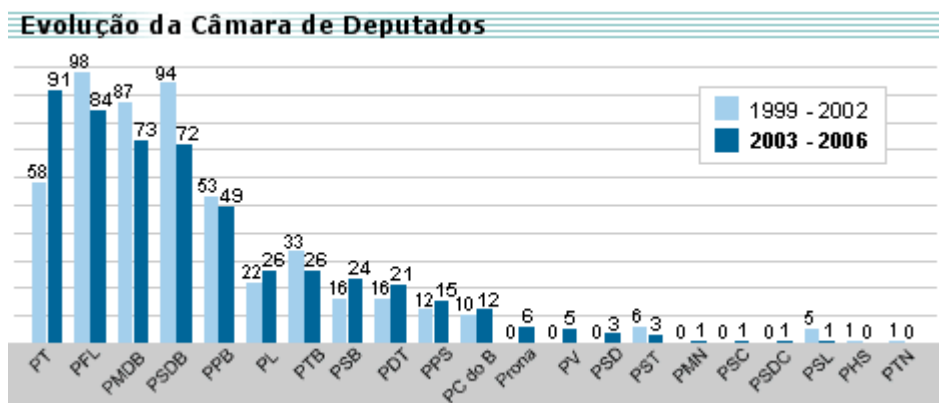
Distribuição de cadeiras no Senado



Fonte: Folha On Line, Internet, acesso em 23/12/2009.

Nas eleições para a Câmara dos Deputados, como vemos nos Gráficos abaixo o PSDB foi o maior derrotado em 2002, perdendo 22 cadeiras e descendo de 94 para 72 cadeiras, mas lembrando que havia eleito 99 deputados em 1998. O maior vitorioso foi o PT, que passou de 58 para 91 cadeiras. Outros partidos perderam muitas vagas: PMDB (14) e PFL (14).

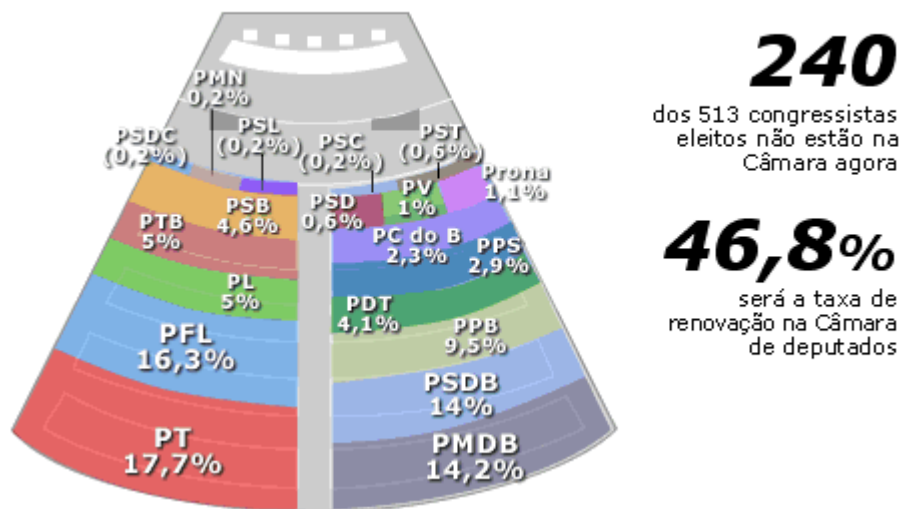
Gráfico 3



Fonte: Folha On Line, Internet, acesso em 23/12/2009.

Gráfico 4

Distribuição da Câmara de Deputados



Fonte: Folha On Line, Internet, acesso em 23/12/2009.

Conclusão

“É sempre bom ter duas idéias – uma para derrubar a outra” (Georges Braque. In: O poder de mau humor. São Paulo: Companhia das Letras, 1993).

O objetivo central da tese foi estudar o PSDB no cenário político brasileiro contemporâneo, mas recuando a análise no tempo em busca de sua matriz cultural ou bases de sua visão de mundo liberal. De alguma forma foi alcançado, embora, como a famosa obra de Franz Schubert, pareça ao autor uma “sinfonia inacabada” – no caso dele, por motivos de força maior, no meu caso por alguma razão que parece o contrário.

As hipóteses interligadas que levantamos foram confirmadas parcialmente pela pesquisa realizada. Não podemos afirmar que foram completa e inquestionavelmente comprovadas até porque algumas delas são já por definição interpretativas mais do que afirmativas. Mas necessárias para o conjunto da argumentação. Vejamos resumidamente as seis hipóteses levantadas.

A primeira delas, sobre a trajetória do PSDB, as contingências que a marcaram nos primeiros anos de existência (entre 1988 e 1994) e sua atuação no governo Itamar Franco foram solidamente ancoradas em fatos empíricos e, também, literatura especializada de ótima qualidade. Mesmo assim é discutível sobre o desenrolar dos fatos (sempre versões, mais do que verdades absolutas) e relações entre questões de curta, média e longa duração (a nossa opção sendo uma entre outras possíveis nas polêmicas infundáveis sobre o assunto).

A segunda, bem mais polêmica, sobre a estratégia liberal do PSDB para planejar e implantar o Plano Real, assim como, depois, seu programa nos mandatos presidenciais de Cardoso, serem, de alguma forma, versões de políticas implantadas em toda a região, embora com especificidades, tem base nas próprias análises dos intelectuais tucanos, Fernando Henrique e, talvez, Bresser Pereira à frente, mas há variações de ênfases e divergências de avaliação sobre como tal recriação foi realizada.

A terceira, por que e como Cardoso e o PSDB recriam e implantam aqui tais formulações, relacionando esta prática e esta visão de mundo com a cultura política brasileira mais ampla, também só podemos dizer que foi parcialmente comprovada. Muito embora, nesse caso, a discussão da obra acadêmica de Fernando Henrique através

de grandes intelectuais, vários deles tucanos ou próximos a Cardoso, seja uma evidência fortíssima. A própria “fala” de Cardoso ao longo dos anos parece comprovar a tese, ainda que pontos específicos possam e devam ser muito mais discutidos – até pela importância intelectual nem sempre reconhecida do nosso personagem na cena intelectual e política brasileira.

A quarta, sobre PT e PSDB polarizarem o ambiente partidário a partir de uma certa época, da implantação do Plano Real e das eleições de 1994, assim como são faces de uma mesma matriz político-cultural do pós-64 produzida principalmente em São Paulo e em oposição ao nacional-desenvolvimentismo anterior, foi demonstrada com vasta argumentação, mas dispersa ao longo dos capítulos e seções. Mais polêmica talvez seja o complemento da hipótese: que se desenvolveram polarizando o lado “moderno” do espectro partidário brasileiro. Digo isso porque o PSDB caiu em armadilhas do atraso quando no poder, como se demonstrou na tese – e o mesmo aconteceu com o PT, mas essa discussão não foi feita de forma profunda (fugiria ao objetivo da pesquisa), apenas mencionada aqui e ali, em geral nas críticas dos tucanos ao partido.

A quinta, sobre a “refundação liberal do regime” proposta pelo PSDB e suas lideranças, apesar de um sucesso parcial durante o governo Itamar Franco e primeiro mandato de Cardoso, por erros políticos e econômicos, além de limitações estruturais da proposta em si, entrar em crise séria e resultar, ao fim, na derrota de José Serra em 2002, parece bem explicada pelos dados eleitorais, mas deveria ser aprofundada em discussões muito mais profundas sobre os “anos FHC no poder”. O complemento da hipótese, sobre o PSDB ter se tornado eleitoralmente forte, mas politicamente confuso, apesar das controvérsias, parece ser bem evidente já antes de 2002.

A sexta e última hipótese, sobre o país não ter enterrado a Era Vargas completamente, assim como não se pode ver livre da experiência liberal capitaneada pelo PSDB e por Cardoso, em seus aspectos positivos e negativos, continuando como pauta dos debates políticos no período coberto pela tese e, também, de lá para cá, parece bem comprovada pelos fatos.

Resumidamente, então, podemos dizer que a pesquisa cumpriu seu objetivo de checar no todo ou em parte as hipóteses que explicam o problema proposto, ainda que só de forma parcial em vários aspectos e assuntos específicos.

Uma outra questão que merece apreciação breve nessa conclusão é que utilizamos como perspectiva teórico-metodológica geral na tese a busca de uma explicação para o PSDB que relacionasse processos intelectuais e políticos das últimas

décadas. Discussão envolvendo outras reflexões sobre capitalismo, periferia, partidos, regimes políticos no Brasil, questões institucionais, transição democrática, partidos, sistemas partidários e muitos outros que, geralmente, são foco de estudos hiper-especializados e quase nunca em análises mais globais. Nosso objetivo era construir uma abordagem crítica sobre o PSDB diferente das já utilizadas, contribuindo para ampliar o conhecimento científico acumulado sobre partido tão central na nossa história recente. Combinamos enfoques qualitativos com dados quantitativos quando possível. Também tentamos, com acertos e falhas, provavelmente, combinar enfoques teóricos específicos e apropriados para os conteúdos de cada capítulo, ao invés de, como em muitas teses, fazer um enorme capítulo teórico e, depois, capítulos sobre assuntos específicos nem sempre bem articulados com toda aquela teoria anteriormente exposta. Tal sugestão que colhemos nas disciplinas de metodologia do próprio doutorado no sentido de ir incrementando a discussão teórico-metodológica ao longo da própria tese é, sabemos, uma opção entre outras, com de riscos sobre clareza para a estratégia geral. Aqui também ficou uma sensação schubertiana de algo inacabado. Mas não conseguimos imaginar discussões díspares como cultura política conceitualmente e temporalidades da ação política, para citar dois conteúdos decisivos na tese, apenas arrolados em um capítulo inicial teórico nos obrigando, depois, a um “eterno retorno” indicativo das relações estabelecidas. Preferimos esta outra opção, ainda que arriscada. Esperamos que a tentativa tenha pelo menos colocado o desafio de estudar partidos políticos e não apenas o PSDB com enfoques alternativos e novos – sempre possíveis e desejáveis, como nos diz Becker e outros estudiosos adeptos de uma maior imaginação.

Por fim, para não deixar de falar sobre o próprio PSDB, objeto central da tese, uma última citação de Fernando Henrique, do qual tanto discordamos, mas, nesse caso, estamos de pleno acordo, servindo também de homenagem ao personagem e defesa de um debate acadêmico democrático: “(...) a despeito das aparências de vivermos um quadro político-partidário amorfo e incoerente (e, repito, aspectos disso realmente existem), pouco a pouco estão criando configurações políticas que expressam correntes de opinião com impacto transformador. Se me referi unicamente a esses dois partidos [PSDB e PT] é porque eles ocuparam a partir de meados da década de 1990 as posições polares do eixo governo-oposição. Não sendo partidos majoritários no Congresso, não podem governar sem os demais. E tampouco podem governar se não forem capazes de oferecer uma visão e um caminho para a sociedade. Este jogo complexo e

profundamente interessante constitui o nervo da política nacional contemporânea”
(Cardoso, 2006: 131).

Referências bibliográficas

A Filosofia Positivista I (Introdução de Antonio Paim). Rio de Janeiro: PUC/RJ/Conselho Federal de Cultura, 1979.

ABRAMS, Philip. History, Sociology, Historical Sociology. In: *Past & Present*, nº 87, 1980.

AGUIAR, Neuma. Observação Participante e Survey: Uma Experiência de Conjugação. In: Nunes, Edson (org.). *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

AGUIAR, Ronaldo Conde. *Pequena Bibliografia Crítica do Pensamento Social Brasileiro*. Brasília: Paralelo 15. São Paulo: Marco Zero, 2000.

ALMEIDA, Cássia. Crítico de Bush Ganha o Nobel de Economia. *O Globo*, 14 de outubro, p. 28 (Caderno de Economia), 2008.

AMARAL, Roberto (Org.). *FHC: Os Paulistas no Poder*. Niterói, RJ: Casa Jorge Editorial, 1995.

ANDERSON, Perry. *As Origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

ANTUNES, Ricardo. *O Novo Sindicalismo*. Campinas, SP: Pontes, 1995.

ARANTES, Paulo Eduardo. *O Fio da Meada – Uma Conversa e Quatro Entrevistas Sobre Filosofia e Vida Nacional*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ARON, Raymond (1981). *Dezoito Lições Sobre a Sociedade Industrial*. Brasília, DF: Edunb, 1981.

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. São Paulo: Unesp, 1996.

_____. *A Ilusão do Desenvolvimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

ARRIGHI, Giovanni e SILVER, Beverly J. *Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

ATTUCH, Leonardo. Entrevista com Gustavo Franco. *Isto É Dinheiro*, São Paulo, nº 356, pp. 32-37, 2004.

Avança, Brasil! Programa de Governo de Fernando Henrique Cardoso. 1998.

AVRITZER, Leonardo et alli (Orgs). *Corrupção – Ensaios e Críticas*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

BADIE, Bertrand e HERMET, Guy. *Política Comparada*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

BAGDIKIAN, Ben H. *O Monopólio da Mídia*. São Paulo: Scritta, 1993.

BARBOZA FILHO, Rubem. FHC: Os Paulistas no Poder. In: AMARAL, Roberto (Org.). *FHC: Os Paulistas no Poder*. Niterói, RJ: Casa Jorge Editorial, 1995-b.

BASTOS, Elide Rugai et alli (Orgs.). *Conversas com Sociólogos Brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 1996.

BAUMAN, Renato (Org.). *Brasil – Uma Década em Transição*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização – As Conseqüências Humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. *Em Busca da Política*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BECKER, Howard S. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec: 1994.

- BENDIX, Reinhard. *Construção Nacional e Cidadania*. São Paulo: Edusp, 1996.
- BERGER, Peter L. *Perspectivas Sociológicas*. 23ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BIONDI, Aloysio. *O Brasil Privatizado – Um balanço do Desmonte do Estado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- _____. *O Brasil Privatizado II – O Assalto das Privatizações Continua*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- BLACKBURN, Simon. *Dicionário Oxford de Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BOBBIO, Norberto. *O Futuro da Democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. *As Ideologias e o Poder em Crise*. Brasília, DF: Edunb, 1994.
- _____. *Direita e Esquerda – Razões e Significados de uma Distinção Política*. São Paulo: Unesp, 1995.
- _____. *Os Intelectuais e o Poder*. São Paulo: Unesp, 1997.
- BOBBIO, Norberto et alli (Orgs.). *Dicionário de Política*. 4ª ed. Brasília, DF: Edunb, 1994.
- BOMENY, Helena e BIRMAN, Patrícia (Orgs.). *As Assim Chamadas Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1991.
- BOUDON, Raymond. *Os Métodos em Sociologia*. São Paulo: Ática, 1999.

BOUDON, Raymond e BOURRICAUD, François. *Dicionário Crítico de Sociologia*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

BRASIL, Presidência da República. *A Utopia Viável: Trajetória Intelectual de Fernando Henrique Cardoso*. Brasília, DF: Presidência da República, 1995.

BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Portugal, Brasil: Presença, Martins Fontes (1982).

_____. *A Dinâmica do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Seis Interpretações Sobre o Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 25, nº 3, pp. 269-306, 1982.

_____. Integração Latino-Americana ou Americana? *Novos Estudos*, São Paulo, nº 31, out. 1991.

_____. *Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. O Socialismo Liberal de Rosselli. *Folha de São Paulo*, 18 de maio, p. 12 (Caderno Mais!), 1997.

_____. Nova Esquerda Social-Liberal em Berlim. *Folha de São Paulo*, 15 de junho, p. 3, 2000.

_____. O Conceito de Desenvolvimento do ISEB Rediscutido. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 47, nº 1, pp. 49-84, 2004.

_____. O Paradoxo da Esquerda Brasileira. *Novos Estudos*, nº 74, mar. 2006.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos et alli. *Reformas Econômicas em Democracias Novas – Uma Proposta Social-Democrata*. São Paulo: Nobel, 1996.

CABRERA, José Roberto. *Os Caminhos do Rosa: Um Estudo sobre a Social-Democracia no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Unicamp. Orientador: Caio Navarro de Toledo. Mimeo, 1995.

CALDEIRA, Jorge, D'AVILA, Luiz Felipe e AZEVEDO, Reinaldo. O Pensamento Global de FHC. *República*, São Paulo, n. 40, pp. 49-57 e 93-5, fev, 2000.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. São Paulo: Difel, 1964.

_____. *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes – Ideologias do Empresariado Industrial Argentino e Brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

_____. “Teoria da Dependência” ou Análises Concretas de Situações de Dependência? *Estudos Cebrap*, nº 1, pp. 2545, 1971.

_____. *O Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaio*s. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

_____. As Contradições do Desenvolvimento Associado. *Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 8, 1974.

_____. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. Hegemonia Burguesa e Independência Econômica: Raízes Estruturais da Crise Política Brasileira. In: Furtado, Celso (Org.). *Brasil: Tempos Modernos*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *As Idéias e seu Lugar*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

_____. Os Regimes Autoritários na América Latina. In: Collier, David (Org.). *O Novo Autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *A Democracia Necessária*. Campinas, SP: Papyrus, 1985.

_____. Desafios da Social-Democracia na América Latina. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 28, pp. 29-48, out, 1990-a.

_____. *Social Democracia – O que é, o que Propõe para o Brasil*. São Paulo: Escritório Político do Senador Fernando Henrique Cardoso (coordenação de Eduardo Graef), 1990-b.

_____. Livros que Inventaram o Brasil. *Novos Estudos*, São Paulo, n.37, pp. 21-35, nov, 1993.

_____. *Mãos à Obra Brasil – Proposta de Governo*. Brasília, DF: [s. n.], 1994.

_____. Ainda a ‘teoria’ da Dependência. *Folha de São Paulo*, 28 de maio, Caderno Mais!, pp. 5-6, 1995.

_____. Notas Sobre a Reforma do Estado. *Novos Estudos*, São Paulo, nº 50 (especial), mar, pp. 5-12, 1998-a.

_____. *Avança Brasil – Mais Quatro anos de Desenvolvimento para Todos*. Proposta de Governo. Brasília, DF: [s.n.], 1998-b.

_____. Discurso de Posse. *Folha de São Paulo*, 02 de janeiro, caderno Brasil, p. 9, 1999.

_____. *A Arte da Política – A História que Vivi*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar e Guanabara, 1969.

CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Octavio (Orgs.). *Homem e Sociedade: Leituras Básicas de Sociologia Geral*. 7ª ed. São Paulo: CEN, 1973.

CARDOSO, Fernando Henrique e MARTINS, Carlos Estevam (Orgs.). *Política & Sociedade*. 2ª ed. São Paulo, 1983: CEN. 2 v.

CARDOSO, Fernando Henrique e SOARES, Mário. *O Mundo em Português – Um Diálogo*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

CARDOSO, Fernando Henrique e SERRA, José. As Desventuras da Dialética da Dependência. *Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 23, 1979.

CARREIRÃO, Yan de Souza. *A Decisão do Voto nas Eleições Presidenciais*. Rio de Janeiro/Florianópolis: FGV/UFSC, 2002.

CARREIRÃO, Yan de Souza e KINZO, Maria D’Alva Gil. Partidos Políticos, Preferências Partidárias e Decisão Eleitoral no Brasil (1989/2002). *Dados*, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 47, nº 1, 2004.

Carta Capital. Os Intocáveis. Edição Especial 15 Anos, 27 de maio, p. 49, 2009.

CARTA, Mino. A Cartola de Fernando (entrevista com Fernando Henrique Cardoso). *Carta Capital*, São Paulo, n. 3, pp. 11-23, 1994.

CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem – A Elite Política Imperial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Relume-Dumará, 1996.

CASTRO, Ruy. *O Poder de Mau Humor – Uma pesquisa de citações venenosas sobre política, dinheiro e sucesso*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CHARLOT, Jean. *Os Partidos Políticos*. Brasília, DF: Edunb, 1982.

CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CHILCOTE, Ronald H. *Teorias de Política Comparada*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CHOMSKY, Noam. *Linguagem e Mente*. Brasília, DF: Edunb, 1988.

_____ . *Novas e Velhas Ordens Mundiais*. São Paulo: Scritta, 1996-a.

_____ . *A Minoria Próspera e a Multidão Inquieta*. Brasília, DF: Edunb, 1996-b.

_____ . *Segredos, Mentiras e Democracia*. Brasília, DF: Edunb, 1997.

CLARKE, Simon. Crise do Fordismo ou Crise da Social-Democracia? *Lua Nova*, São Paulo, n. 24, 1991.

COELHO, Marcelo. O Brasil no Laboratório de Hélio Jaguaribe (Entrevista). *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, 15 de fevereiro, pp. 9-10, 1998.

COHN, Gabriel. Caindo na Real. *Folha de São Paulo*, 31 de janeiro, p. 6 (Caderno Mais!), 1999.

COLEN, Célia Mara Ladeia. *Reforma do Estado: em Busca do Dissenso Perdido – Análise da Crise do Paradigma Neoliberal a Partir das Controvérsias Teóricas entre Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e Fábio Wanderley Reis*. Dissertação de Mestrado: UFMG, Mimeo, 2001.

COLLIER, David. El Método Comparativo: Dos Décadas de Cambio. In: Sartori, Giovanni e Morlino, Leonardo (Orgs.). *La Comparación em las Ciências Sociales*. Madrid: Alianza, 1994.

COMPARATO, Fábio Konder. A Loucura Moral na Política. *Folha de São Paulo*, 25/6/1995.

CONTI, Mario Sergio. *Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor*. São Paulo, Companhia das Letras: 1999.

CORCUFF, Philippe. *As Novas Sociologías*. Bauru, SP: Educs, 2001.

CORTES, Soraya M. Vargas. Técnicas de Coleta e Análise Qualitativa de Dados. In: *Cadernos de Sociologia*, UFRGS, Porto Alegre, vol. 9, 1998.

COSTA, Emília Viotti da (s/data). Liberalismo Brasileiro, uma Ideologia de Tantas Caras. Belo Horizonte: UFMG (ciclo básico, política I). [Depoimento em].

COSTA, Sílvio (Org.). *Concepções e Formação do Estado Brasileiro*. São Paulo: A. Garibaldi, 1999.

DAHL, Robert A. *Um Prefácio à Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

_____. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp, 1997.

DAMIANI, Marco e COSTA, Octávio. FH se Converteu à Direita (Entrevista com Leandro Konder). *Isto É*, São Paulo, n. 1390, pp. 5-7, mai, 1996.

D'ARAUJO, Maria Celina. *Sindicatos, Carisma e Poder – O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELFIN NETTO, Antonio. Deus Já Deu a Mãozinha. *Carta Capital*, 18 de junho, pp. 34-40, 2008.

DELGADO, Ignácio Godinho. Notas sobre a Sociologia Macro-Histórica. *Revista Eletrônica de História do Brasil*. Juiz de Fora, v. 1, nº 2, 1997.

_____. *Previdência Social e Mercado no Brasil*. São Paulo: LTR, 2001.

Diário do Congresso Nacional. Discurso de Mário Covas. Brasília, DF, 29 de junho (Seção II), pp. 3205-09, 1989.

Diário Oficial. Manifesto de Fundação do PSDB. Brasília, DF (06 de julho), 1988.

DIMENSTEIN, Gilberto e SOUZA Josias de. *A História Real – Trama de uma Sucessão*. São Paulo: Ática, 1994.

DINIZ, Eli. *Voto e Máquina Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *Reflexões sobre Análise de Conjuntura*. IUPERJ, 1991.

_____. *O Desafio da Democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1996.

_____. *Crise, Reforma do Estado e Governabilidade*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

_____. *Globalização, Reformas Econômicas e Elites Empresariais*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

DINIZ, Eli e AZEVEDO, Sérgio (Orgs.). *Reforma do Estado e Democracia no Brasil*. Brasília, DF: Edunb, 1997.

DIRCEU, José e IANONI, Marcus. *Reforma Política*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

DOIMO, Ana Maria. *A Vez e a Voz do Popular*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

DOMINGUES, José Maurício. A Dialética da Modernização Conservadora e a Nova História do Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, 2002.

DREIFUSS, René Armand e DULCI, Otávio Soares. As Forças Armadas e a Política. In: SÖRJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (Orgs.). *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DUBY, Georges. *El Domingo de Bouvines – 24 de Julio de 1214*. Madrid: Alianza Editorial, 1988.

DULCI, Otávio Soares (1986). *A UDN e o Anti-Populismo no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG.

_____. Estado, Sociedade e Políticas Públicas no Cenário Mundial. *Caderno de Textos*, nº 6, Belo Horizonte, Escola de Governo de Minas Gerais, Fundação João Pinheiro, 1997.

_____. *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

ECO, Umberto. *Como se Faz uma Tese*. São Paulo: Perspectiva, 1985.

ELIAS, Norbert. *Sobre o Tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. *Norbert Elias por Ele Mesmo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As Três Economias Políticas do Welfare State. *Lua Nova*, São Paulo, n. 24, set, 1991.

EXPEDITO FILHO. Em Busca da Saída (Entrevista com Fernando Henrique Cardoso). *Veja*, São Paulo, 04 de setembro de 1991.

_____. Atrás da Cena, FHC Afia as Armas do Seu Triunfo. *Veja*, São Paulo, 12 de outubro, pp. 28-58, 1994.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1989.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30 – Historiografia e História*. 12ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

- FEYERABEND, Paul. *Contra o Método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheiub e LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- FIORI, José Luís. *O Vôo da Coruja – Uma Leitura Liberal da Crise do Estado Desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1995.
- _____. *Os Moedeiros Falsos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- _____. *Brasil no Espaço*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- FIÚZA, Guilherme. *3.000 Dias no Bunker – Um Plano na Cabeça e um País na Mão*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- FRANCO, Célia de Gouvêa. Há 20 Anos, Censura Liquidava o ‘Opinião’. *Folha de São Paulo*, 30 de março, p. 16, 1997.
- FREIRE, Vinicius Torres. Para Lembrar o que Ele Escreveu. *Folha de São Paulo*, 13 de outubro, Caderno Mais!, pp. 5-10, 1996.
- FREIRE, Vinicius Torres e SILVA, Fernando Barros e. A Teoria que Saiu do Freezer. *Folha de São Paulo*, 28 de maio, Caderno Mais!, pp. 4-7, 1995.
- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- _____. *O Capitalismo Global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- _____. Idéias para o País (Entrevista). *Carta Capital*, São Paulo, 26 de dezembro, pp. 72-77, 2001.
- _____. Idéias para o País (Entrevista a Maria da Conceição Tavares e Luiz Gonzaga Belluzzo). *Carta Capital*, 26 de dezembro, pp. 72-77, 2001.

GARCIA, Marco Aurélio (1985). Os Intelectuais e os Partidos de Esquerda. In: SOARES, Maria Susana Arrosa (Coordenadora). *Os Intelectuais nos Processos Políticos da América Latina*. Porto alegre: Editora da Universidade, 1985.

GIANOTTI, José Artur. Recepções de Marx. *Novos Estudos*, São Paulo, n° 50, mar., pp. 115-124, 1998.

GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

_____. *Para Além da Esquerda e da Direita*. São Paulo: Unesp, 1996.

_____. *O Debate Global sobre a Terceira Via*. São Paulo: Unesp, 2007.

GIDDENS, Anthony e PIERSON, Cristopher. *Conversas com Anthony Giddens – O Sentido da Modernidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

GOLDENSTEIN, Lídia. *Repensando a Dependência*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

GONÇALVES, Marcos Augusto e SILVA, Fernando Barros e. A Revanche do Professor. *Folha de São Paulo*, 17 de maio, Caderno Mais!, pp. 6-6-7, 1992.

GONÇALVES, Reinaldo. A Economia Política do Investimento Externo no Brasil. In: IERJ. *Vinte anos de Política Econômica* Rio de Janeiro: Contraponto. Pp. 235-258, 1999.

GOTO, Roberto. *Para Ler Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Geração Editorial, 1998.

GRAEF, Eduardo (Org.). *Perspectivas – Fernando Henrique Cardoso, Idéias e Atuação Política*. Rio de Janeiro e São Paulo: Paz e Terra, 1983.

_____. *Livro Branco: Combate à Corrupção e Denuncismo na Era FHC*. Brasília, DF: Instituto Teotônio Vilela, 2002.

GRAZIANO, Francisco. *O Real na Estrada*. São Paulo: Paulicéia, 1995.

GUIMARÃES, Juarez Rocha. *Democracia e Marxismo – Crítica à Razão Liberal*. São Paulo: Xamã, 1998.

_____. Resenha da Obra “A Ilusão do Desenvolvimento” de Giovanni Arrighi. *Teoria e Sociedade*, Belo Horizonte, UFMG, nº 3, pp. 214-5, jun, 1999.

_____. A Teoria Política de Olavo Brasil. *Teoria e Sociedade*, Belo Horizonte, UFMG, nº 4, pp. 23-30, out, 1999.

_____. *A Esperança Crítica – 13 Ensaio sobre a Crise e Utopias da Estrela Imperfeita*. Belo Horizonte: Scriptum, 2007.

GUIOT, André Pereira. *Um “moderno príncipe” para a burguesia brasileira: O PSDB (1988-2002)*. Niterói: UFF, 2006 (Dissertação de mestrado).

HADDAD, Fernando (Org.). *Desorganizando o Consenso – Nove Entrevistas com Intelectuais à Esquerda*. Petrópolis, RJ: Vozes. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

HELD, David e MCGREW, Anthony. *Prós e Contras da Globalização*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

HIRST, Paul e THOMPSON, Grahame. *Globalização em Questão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNTINGTON, Samuel. *A Terceira Onda*. São Paulo: Ática, 1994.

IANNI, Octávio. *A Idéia de Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

_____. As Ciências Sociais na Época da Globalização. *RBCS*, São Paulo, v. 13, n. 37, jun, 1998.

IERJ. *Vinte anos de Política Econômica*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

JAGUARIBE, Hélio (Org.). *A Proposta Social-Democrata*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

Jornal Movimento. Números 6 e 9. 1975.

KECK, Margaret E. *PT – A Lógica da Diferença*. São Paulo: Ática, 1991.

KINZO, Maria D'Alva Gil. *Representação Política e Sistema Eleitoral no Brasil*. São Paulo: Símbolo, 1980.

_____. A Democratização Brasileira – Um Balanço do Processo Político Desde a Transição. *Perspectiva*, São Paulo, 15, n. 4, out./dez, 2001.

LAMOUNIER, Bolívar. A Ciência Política no Brasil: Roteiro para um Balanço Crítico. In: Lamounier, Bolívar (Org.). *A Ciência Política nos Anos 80*. Brasília, DF: Edunb, 1982.

_____. (Org.). *A Opção Parlamentarista*. São Paulo: Sumaré, 1991.

LAMOUNIER, Bolívar e CARDOSO, Fernando Henrique (Orgs.). *Os Partidos e as Eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LAHUERTA, Milton. Intelectuais e Resistência Democrática: Vida Acadêmica, Marxismo e Política no Brasil. *Política Democrática*, Brasília, DF, v. 4, pp. 96-125, 2002.

LASCH, Christopher. *A Rebelião das Elites e a Traição da Democracia*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1995.

LEITE, Paulo Moreira e ALVARENGA, Tales. O Brasil Está com Rumo (entrevista com Fernando Henrique Cardoso). *Veja*, São Paulo, 17 de janeiro, pp. 28-31, 1996.

LEONI, Brigitte Hersant. *Fernando Henrique Cardoso – O Brasil do Possível*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. *Os Partidos Políticos Brasileiros – A Experiência Federal e Regional (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

_____. *Democracia e Instituições Políticas no Brasil dos Anos 80*. São Paulo: Loyola, 1993.

LIJPHART, Arend. Comparative Politics and Comparative Method. *American Political Science Review*, LXV, 1971.

Lua Nova, nº 20, mai.1990.

LUTTWAK, Edward. Porque o Fascismo É a Onda do Futuro. *Novos Estudos*, nº 40, pp. 145-151, nov, 1994.

MACPHERSON, C.B. *A Democracia Liberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MAINWARING, Scott P. *Sistemas Partidários em Novas Democracias – O Caso do Brasil*. Porto alegre: Mercado Aberto, 2001.

MALAN, Pedro. Brasil: Três Finais de Década. In: IERJ. *Vinte Anos de Política Econômica*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

MANNHEIM, Karl. *Diagnóstico do Nosso Tempo*. Rio de Janeiro: Zahar:

MARQUES, Fabrício. FH, de Sociólogo a Presidente. *Jornal do Brasil*, 15 de junho, caderno Política, pp. 3-5, 1997.

MARTINS JUNIOR, José Paulo. *A Disputa entre PSDB e PT nas Eleições Presidenciais 1994-2006*. São Paulo: USP, 2007 (Tese de doutorado).

MELO, Manuel Palácios da Cunha e. *Quem Explica o Brasil*. Juiz de Fora, Minas Gerais: Editora UFJF, 1999.

MELLO, Pedro Collor. *Passando a Limpo – A Trajetória de um Farsante*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MENEGUELLO, Rachel. *PT – A Formação de um Partido (1979-1982)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. *Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MICELI, Sérgio. Os Intelectuais Brasileiros e o Estado. In: Soares, Maria Susana Arrosa (Coordenadora). *Os Intelectuais nos Processos Políticos da América Latina*. Porto alegre: Editora da Universidade, 1985.

_____. Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil 1930-1964. *RBCS*, São Paulo, nº 5, v. 2, out, 1987.

_____. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília, DF: Edunb, 1982.

MIGUEL, Luis Felipe. Mídia e Eleições: A Campanha de 1998 na Rede Globo. *Dados*, v. 42, nº 2, 1999.

MILIBAND, David (Org.). *Reinventando a Esquerda*. São Paulo: Unesp, 1997.

MOISÉS, José Álvaro. Entre a “Incerteza” e a Tradição Política. In: *Novos Estudos*, São Paulo, nº 40, pp. 88-100, 1994.

MOORE JR., Barrington. *Poder Político e Teoria Social*. São Paulo: Cultrix. Capítulo 4 (“A Estratégia da Ciência Social”), 1972.

_____. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*. Lisboa, Portugal: Cosmos, 1975.

MOTA, Carlos Guilherme. *A Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1977.

MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Um Banquete no Trópico*. 1º volume. São Paulo: Senac, 1999.

_____. *Um Banquete no Trópico*. 2º volume. São Paulo: Senac, 2000.

MOTA, Maria Aparecida Rezende. *Sílvio Romero – Dilemas e Combates no Brasil da Virada do Século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à História dos Partidos Políticos Brasileiros*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MUKHIBER, Russel. *Crimes Corporativos – O Poder das Grandes Empresas e o Abuso da Confiança Pública*. São Paulo: Scritta, 1995.

MULHALL, Terry e MORAIS, Jorge Ventura de. Mapeando o Reino da Sociologia Histórica: Reflexões Acerca do Modelo Teórico de Theda Skocpol. *BIB*, 45, 1998.

NAVARRO, Vicente. Welfare e “Keynesianismo Militarista” na Era Reagan. *Lua Nova*, nº 24, 1991.

NAVES, Rodrigo. Entre Mortos e Feridos. *Novos Estudos*, nº 75, jul. 2006.

NOBRE, Marcos e FREIRE, Vinicius Torres. Política Difícil, Estabilização Imperfeita: Os Anos FHC. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 51, jul, 1998.

- O'DONNELL, Guillermo. Democracia Delegativa? *Novos Estudos*, nº 31, 1991.
- _____. Estado, Democracia e Alguns Problemas Conceituais. *Novos Estudos*, nº 36, 1993.
- _____. Uma Outra Institucionalização. *Lua Nova*, nº 37, 1996.
- _____. Teoria Democrática e Política Comparada. *Dados*, v. 42, nº 4, 1999.
- _____. Argentina em Transe. *Folha de São Paulo*, 15 de abril, Caderno Mais!, pp. 12-15, 2001.
- OLIVEIRA, Francisco de. A Derrota da Vitória: a Contradição do Absolutismo de FHC. *Novos Estudos*, São Paulo, nº 50, mar., pp. 13-22, 1998.
- OLIVEIRA, Marco Antonio Corteleti de. *La identidad política del PSDB: ascenso y crisis de la "Terceira Via" em América Latina*. Salamanca, Universidad de Salamanca, 2005.
- OPPO, Anna. "Partidos Políticos" (verbetes). In: BOBBIO, Norberto et alli (orgs.). *Dicionário de Política*. 4ª ed. Brasília, DF: Edunb, 1992.
- PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de Partido – Organização e Poder nos Partidos Políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil – Entre o Povo e a Nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PEREIRA, Lígia Maria Leite. Relatos Oraís em Ciências Sociais: Limites e Potencial. In: *Análise e Conjuntura*, Belo Horizonte, 6 (3), set.-dez, 1991.
- PERES, Paulo Sérgio e ROMA, Celso (2000). Programa Partidário e Ação Estratégica das Lideranças: PT e PSDB em Perspectiva Comparada. Niterói, RJ: ABCP, 2000.

PETRY, André. A Utopia Realista (Entrevista com FHC). *Veja*, São Paulo, 20 de maio, pp. 7-10, 1992.

_____. O Papel É Decorativo (entrevista com José Luís Fiori). *Veja*, São Paulo, 06 de setembro, pp. 7-10, 1995.

PIERSON, Paul. *Dismantling the Welfare State?* Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

PINHEIRO FILHO, Israel. *Voto Distrital Misto*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1992.

POWER, Timothy J.A *Social Democracia no Brasil e no Mundo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

PRADO JR., Caio. *A Revolução Brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.

_____. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Publifolha, 2000.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *A Utopia Viável – Trajetória Intelectual de Fernando Henrique Cardoso*. Brasília, DF: PR, 1995.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. A Falácia Neoliberal. *Lua Nova*, São Paulo, n°s 28/29, pp. 209-225, 1993.

PRZEWORSKI, Adam e TEUNE, Henry. *The Logic of Comparative Social Inquiry*. Malabar: Robert E. Krieger, 1985.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos Oraís: do Indizível ao Dizível. In: VON SIMSON, Olga (Org.). *Experimentos com Histórias de Vida*. São Paulo: Vértice, 1988.

REIS, Fábio Wanderley. Solidariedade, Interesse e Desenvolvimento Político. *Cadernos DCP*, Belo Horizonte, nº 1, UFMG, 1974.

_____. Análise Histórico-Comparada: Uma Alternativa para o Estudo do Desenvolvimento? Porto Alegre: *Instituto Goethe*, 1985.

_____. Racionalidade, 'Sociologia' e Consolidação da Democracia. In: *Teoria e Sociedade*, Belo Horizonte, nº 1, p: 11-50, 1997.

_____. Brasil ao Quadrado? Democracia, Subversão e Reforma. *XIII Fórum Nacional*, Rio de Janeiro, 14 a 17 de maio, Painel V ("Como Vai a Democracia Brasileira?"), 2001.

REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil – De Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

REVISTA *ISTO É* (maio de 1996). Entrevista com Leandro Konder.

REVISTA *VEJA* (outubro de 1998). Artigos sobre a Vitória de FHC e a Derrota de Lula.

REVISTA *SUPER INTERESSANTE* (novembro de 1994). Os Nomes que Estão na Cabeça do Presidente.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, Alberto Tosi. *O Brasil de Fernando a Fernando – Neoliberalismo, Corrupção e Protesto na Política Brasileira de 1989 a 1994*. Ijuí, RS: Unijuí, 2000.

RODRIGUES, Leôncio Martins. As Eleições de 1994: Uma Apreciação Geral. **Dados**, Rio de Janeiro, v.38, n.1, pp. 71-92, 1995.

ROMA, Celso. Política de Alianças e Desempenho Eleitoral: Um Estudo Sobre as Estratégias de Competição do PSDB, 1988-1998. *XXI Encontro Anual da Anpocs*, 1999.

ROMA, Celso. A Institucionalização do PSDB Entre 1988 e 1999. *RBCS*, São Paulo, v. 17, n. 49, julho de 2002.

ROMA, Celso. Pragmatismo e ideologia: analisando as decisões das lideranças do PSDB. In: TELLES, Helcimara de Souza e LUCAS, João Ignácio (Orgs.). *Das Ruas às Urnas – Partidos e Eleições no Brasil Contemporâneo*. Caxias do Sul, Educs, 2003.

ROMA, Celso. Entrevista para a *Folha de São Paulo* (novembro), 2006.

SABINO, Mario. A Arte de Ser FHC. *Veja*, 22 de março, pp. 88-106, 2006.

SADEK, Maria Tereza Aina. Os Intelectuais e os Partidos Políticos. In: SOARES, Maria Susana Arrosa (Coordenadora). *Os Intelectuais nos Processos Políticos da América Latina*. Porto alegre: Editora da Universidade, 1985.

SALLUM JR., Brasílio. O Brasil Sob Cardoso. *Tempo Social*, v. 11, nº 2, 1999.

_____. Globalização e Desenvolvimento – A Estratégia Brasileira nos Anos 90. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 58, nov, 2000.

SANCHEZ, Raul Christiano. *De Volta ao Começo!* – Raízes de um PSDB Militante que Nasceu na Oposição. São Paulo: Geração Editorial. Brasília, DF: Instituto Teotônio Vilela, 2003.

SANI, Giacomo. “Cultura Política” (verbete). In: BOBBIO, Norberto et alli (orgs.). *Dicionário de Política*. 4ª ed. Brasília, DF: Edunb, 1992.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Gênese e Apocalipse – Elementos para uma Teoria da Crise Institucional Brasileira. *Novos Estudos*, nº 20, 1988.

- _____. *Razões da Desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- _____. *Décadas de Espanto e uma Apologia Democrática*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- _____. *Roteiro Bibliográfico do Pensamento Político-Social Brasileiro (1870-1965)*. Belo Horizonte: UFMG. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2002.
- SARTORI, Giovanni. *Partidos e Sistemas Partidários*. Brasília, DF: Edunb, 1982.
- _____. Comparación y Método Comparativo. In: SARTORI, Giovanni e MORLINO, Leonardo (Orgs.). *La Comparación en las Ciencias Sociales*. Madrid: Alianza, 1994.
- SCHMITT, Rogério. *Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- SCHWARTZMAN, Simon. *São Paulo e o Estado Nacional*. São Paulo: Difel, 1975.
- SCHWARZ, Roberto. As Idéias Fora do Lugar. *Estudos Cebrap*, nº 3, jan., pp. 150-159, 1973.
- _____. Um Seminário de Marx. *Novos Estudos*, São Paulo, nº 50, mar., pp. 99-114, 1998.
- _____. *Seqüências Brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SEGRILLO, Angelo. A Confusão Esquerda/Direita no Mundo Pós-Muro de Berlim: Uma Análise e uma Hipótese. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 47, nº 3, 2004.
- SEWELL JR., William. *Three Temporalities: Toward a Sociology of the Event*. University of Michigan: 1990.
- SILVA, Cláudio Humberto Rosa e. *Mil dias de Solidão – Collor Bateu e Levou*. São Paulo: Geração Editorial, 1993.

SKOCPOL, Theda e SOMERS, Margaret. The Uses of Comparative History in Macro-Social Inquiry. *Comparative Studies in Society and History*, 22 (2), 1980.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A Democracia Interrompida*. Rio de Janeiro:FGV, 2001.

SOARES, Luiz Eduardo. Algumas Reflexões sobre Análise de Conjuntura Política. *IUPERJ*, 1991.

SOARES, Maria Susana Arrosa (Coordenadora). *Os Intelectuais nos Processos Políticos da América Latina*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1985.

SOLA, Lourdes e KUGELMAS, Eduardo. “Statecraft”, Instabilidade Econômica e Incerteza Política: O Brasil em Perspectiva Comparada. In: DINIZ, Eli (Org.). *O Desafio da Democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1996.

SÖRJ, Bernardo. *A Nova Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. *A Construção Intelectual do Brasil Contemporâneo – Da Resistência à Ditadura ao Governo FHC*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa-ômega, 1976.

SPRUYT, Hendrik. *The Sovereign State and its Competitors*. Princeton University Press, 1994.

STEINMO, Sven. *Taxacion and Democracy*. New Haven: Yale University Press, 1993.

STOPPINO, Mario. “Ideologia” (verbete). In: BOBBIO, Norberto et alli (Orgs.). *Dicionário de Política*. 4ª ed. Brasília, DF: Edunb, 1992.

STYCER, Maurício. Fernando Henrique Faz Apelo ao Partido. *Folha de São Paulo*, 3/4/1992.

SZTOMPKA, Piotr. *A Sociologia da Mudança Social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís (Orgs.). *Poder e Dinheiro – Uma Economia Política da Globalização*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

TILLY, Charles. *Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons*. New York: Sage Foundation. Capítulos 1 e 3, 1984.

_____. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. São Paulo: Edusp, 1996.

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: Fábrica de Ideologias*. São Paulo: Ática, 1977.

_____. Estado Nacional e Desenvolvimento Capitalista no Brasil. In: COSTA, Sílvio (Org.). *Concepções e Formação do Estado Brasileiro*. São Paulo: Editora e Livraria Anita Ltda, 1999.

TOLEDO, José Roberto. O Pesadelo Americano. *Folha de São Paulo*, 10 de agosto, Caderno Mais!, pp. 4-9, 1997.

_____. *O Presidente Segundo o Sociólogo – Entrevista de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRINDADE, Héliogio. Os Intelectuais e os Partidos Políticos no Brasil. In: SOARES, Maria Susana Arrosa (Coordenadora) (1985). *Os Intelectuais nos Processos Políticos da América Latina*. Porto alegre: Editora da Universidade, 1985.

_____. O Conflito entre duas Lógicas. *Folha de São Paulo*, 8 de junho, p.12, 1997.

TSEBELIS, George. *Jogos Ocultos*. São Paulo: Edusp, 1998.

VACCA, Giuseppe. Estado e Mercado, Público e Privado. *Lua Nova*, nº 24, 1991.

VENCESLAU, Paulo de Tarso. Entrevista com Florestan Fernandes. *Teoria & Debate*, São Paulo, nº 13, fev., pp. 16-29, 1991.

_____. *Veja*. Um Belo Plano que Já Nasceu Furado. 15/12/1993.

_____. Ele Sempre Pensou Naquilo. 16/03/1994.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. O Problema da Cidadania na Hora da Transição Democrática. *Dados – Revista de Ciências sociais*, Rio de Janeiro, v. 26, nº 3, pp. 243-264, 1983.

_____. Os Intelectuais da tradição e a Modernidade: os Juristas políticos da OAB. In: SOARES, Maria Susana Arrosa (Coordenadora). *Os Intelectuais nos Processos Políticos da América Latina*. Porto alegre: Editora da Universidade, 1985.

_____. Ator, Tempo e Processos de Longa Duração em análises de Conjuntura. *Iuperj*, 1991.

_____. O Coroamento da era Vargas e o Fim da História do Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 38, nº 1, pp. 163-172, mar, 1995.

_____. Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, pp. 377-392, 1996.

_____. *Esquerda Brasileira e Tradição Republicana* Estudos de Conjuntura sobre a era FHC-Lula. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

VIEIRA, Carlos Eduardo. *História dos Intelectuais: Representações, Conceitos e Teorias*. UFPR, 2006.

WACQUANT, Löic. *As Prisões da Miséria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1967.

_____. *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*. São Paulo: Moraes, 1991.

WEFFORT, Francisco. Notas sobre a “Teoria da Dependência”: Teoria de Classe ou Ideologia Nacional. *Estudos Cebrap*, nº 1, pp. 25-45, 1971.

_____. *O Populismo na Política Brasileira*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. A Contribuição Teórica dos Intelectuais ao Processo de Construção da Democracia. In: SOARES, Maria Susana Arrosa (Coordenadora). *Os Intelectuais nos Processos Políticos da América Latina*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1985.

_____. *Qual Democracia?* São Paulo: Companhia das Letras, 1992.